

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

SONIA AMARA PEREIRA FABRES

O processo de inclusão/exclusão sob o olhar dos alunos que ingressaram no IFSul -
campus Pelotas - através da isenção da taxa de inscrição do processo seletivo
(2008 – 2011)

Pelotas/RS

2013

SONIA AMARA PEREIRA FABRES

O processo de inclusão/exclusão sob o olhar dos alunos que ingressaram no IF Sul -
campus Pelotas - através da isenção da taxa de inscrição do processo seletivo
(2008 – 2011)

Projeto de Dissertação apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Política
Social da Universidade Católica de
Pelotas como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Política
Social.

Orientador: Prof. Dr. Renato Della Vecchia

Pelotas/RS

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

F123p Fabres, Sonia Amara Pereira.

O processo de inclusão/exclusão sob o olhar dos alunos que ingressam no IFSul – campus Pelotas - através da isenção da taxa de inscrição do processo seletivo (2008-2011) / Sonia Amara Pereira Fabres. -- 2013.

234 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Renato Della Vechia.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Católica de Pelotas, 2013.

1. Educação. 2. Inclusão/exclusão. 3. Direitos humanos.
4. Assistência estudantil. I. Vechia, Renato Della . II. Universidade Católica de Pelotas. III. Título.

CDD 371.22

Catálogo na publicação:

Bibliotecária Glória Acosta Santos CRB 10/1859

IFSUL - *Campus Pelotas*

SONIA AMARA PEREIRA FABRES

O processo de inclusão/exclusão sob o olhar dos alunos que ingressaram no IFSul - campus Pelotas - através da isenção da taxa de inscrição do processo seletivo (2008 – 2011)

Projeto de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Política Social.

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Cristine Jaques Ribeiro (UCPEL)

Prof^a. Dra. Denise Silveira (UFPel)

Prof. Dr. Renato Della Vechia (UCPEL)
(Orientador)

Data de aprovação: 13/05/2013.

*A minha filha Tamires, a quem admiro como pessoa,
pela grande sabedoria e exemplo de inspiração
em minha vida*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a esta casa que me acolheu com carinho, oportunizando conhecimento e experiência na caminhada da pesquisa.

Ao Dr. Professor Renato Della Vechia que me aceitou como orientanda, compartilhando seus conhecimentos e me guiando durante esta jornada.

Às Professoras Dr.^a Denise Silveira e Dr.^a Cristine Jaques Ribeiro pelo carinho que tiveram comigo aceitando fazer parte da banca examinadora contribuindo com importantes sugestões para o melhor andamento da pesquisa.

A todos os professores do curso que tive o privilégio de conhecer, mestres que contribuíram muito para o meu crescimento pessoal e intelectual, fomentando conhecimentos utilizados nesta pesquisa.

À Lucimar de Souza sempre muito prestativa quando precisei.

Aos amigos, colegas e companheiros que fizeram parte desde processo de 2 anos, onde todos contribuíram muito para meu crescimento pessoal, obrigada pela troca de experiência e apoio.

Às amigas que fiz no curso, não esquecerei jamais dos momentos em que compartilhamos tarefas e conversas, especialmente Silvia Bettin e Mara Elias.

Às amigas Ana Lúcia Ribeiro e Denise Ely e Silva que me ajudaram em momentos de dúvidas.

Ao amigo Eduardo Santos que contribuiu com presteza neste trabalho.

Aos amigos da COAE, pelo apoio, pela paciência, pelo carinho, pela amizade, pela contribuição a esta pesquisa, especialmente a Hilda Puggina, Nara Madeira, Marlene katrein, Camila de La Rocha, Fátima Eslabão, Daniela Abrahão, Rovená Severo e Juliana Bittencourt, assim como os estagiários Micaela Vivan, Patrícia Immich, Gabriel Costa e Ana Eleine Silva.

À amiga Micaela Vivan, pela participação fundamental a esta pesquisa; agradeço a dedicação e o empenho, a força para que tudo desse certo.

A todos os alunos que se dispuseram a participar da pesquisa, meu carinho e agradecimento.

À minha filha Tamires, por entender muitas vezes a minha ausência e na ajuda necessária, no momento certo, te amo muito.

RESUMO

O presente trabalho pretende investigar o processo de inclusão/exclusão dos alunos isentos da taxa de inscrição do processo seletivo do IFSul – campus Pelotas – os quais ingressaram a partir do ano de 2008 e estão matriculados no término do ano letivo de 2011. A pesquisa é de cunho qualitativo e quantitativo, fundamentando-se nos princípios do materialismo histórico e dialético, com referenciais teóricos ligados às áreas dos Direitos Humanos, Educação, Assistência Educacional e inclusão. A pesquisa que se justifica pela identificação de um índice bastante significativo na evasão e reprovação desses alunos, além da constatação de sua total invisibilidade, sendo desconhecido seu percurso acadêmico, suas dificuldades e suas necessidades dentro do âmbito escolar. Além disso, salienta-se que pertencem a diferentes estruturas de ensino, as quais abrangem o Ensino Médio, Técnico, tecnológico e Superior, em situação de matriculados, reprovados, evadidos ou formados. Durante a pesquisa de campo, utilizaram-se questionários semiestruturados e entrevistas abertas. O estudo enfatiza a importância do olhar próprio do aluno isento quanto a sua trajetória escolar e quanto a sua inclusão/exclusão. Os resultados indicam a efetivação pela visão do aluno isento, da Assistência Estudantil, como um processo de inclusão educacional devido à utilização de bolsa/benefício como auxílios na alimentação, transporte e materiais escolar, desconhecendo a lógica da exclusão através das políticas neoliberais e hegemonia de classes e de mercados repercutidas dentro do ambiente educacional, fator predominante para a exclusão no âmbito escolar. Assim, a Assistência Estudantil caracteriza-se como serviço inclusivo e não de direitos de fato, levando ao entendimento que inclusão é muito mais que uma ajuda, pois está atrelada a outros fatores que a escola precisa desenvolver para concretizar, de fato, um processo inclusivo.

Palavras - chave: Direitos humanos, Inclusão/Exclusão, Educação e Assistência Estudantil

ABSTRACT

The present study aims to investigate the inclusion/exclusion process of students exempted from the registration fee of IFSul – campus Pelotas – selection process, which entered the institution from the year 2008 and are enrolled in the end of 2011 school year. The research is of qualitative and quantitative character, basing itself in the historical and dialectical materialism, with theoretical referentials connected to areas of Human Rights, Education, Educational Assistance, and inclusion. The study justifies itself by the indication of a very significant evasion and reprobation index of these students, in addition to the finding of their total invisibility, being unknown their academic pathway, difficulties and needs within educational scope, emphasizing their belonging to different educational structures, which include high school, technical, technological and superior formation, as well as students enrolled, reprobated, evaded and also graduated. During the field research, semi-structured questionnaires and opened interviews were used. The study emphasizes the importance of the exempted student's view about the school and how the inclusion/exclusion process is handled. The results indicate the effectuation of the exempted student visions about the Student Assistance, as a process of inclusion, due to the use of educational scholarship/benefit as aids in food, transportation and school materials, ignoring the exclusion's logic through the neoliberal policies and hegemony of classes and markets, reflected within the educational environment, the predominant factor for exclusion in schools. Thus, the Students Assistance characterizes itself as inclusive services and not, in fact, human rights, leading to the knowledge that inclusion is much more than just a help, inasmuch as it is tied to other factors, which the school needs to develop, in order to achieve a real inclusive process.

Keywords: human rights, inclusion/exclusion, education and student assistance

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS RELACIONADO AO ECA.	37
FIGURA 2 - CÁLCULO DO NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS RESERVADAS POR COTAS.....	98
FIGURA 3 - FORMAÇÃO DA REDE IFSUL.....	100
QUADRO 1 - EIXOS DO SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS HUMANOS....	37
QUADRO 2 - (NOVO) PROJOVEM – PRINCIPAIS MUDANÇAS INTRODUZIDAS 2007	53
QUADRO 3 - LINHA DO TEMPO DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	97
QUADRO 4 - IDENTIFICAÇÃO GERAL DOS ALUNOS PESQUISADOS.....	114
QUADRO 5 - ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS NA VISÃO DOS ALUNOS ISENTOS EM RELAÇÃO A SUA VIVÊNCIA NO IFSUL CAMPUS PELOTAS.....	157
QUADRO 6 - PROGRAMAS PARA A UVENTUDE DO GOVERNO FEDERAL DO BRASIL	226
QUADRO 7 - METAS DO PNE PARA DECÊNIO 2010-2020	232

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - IDADE E GÊNERO DOS ALUNOS ISENTOS	116
GRÁFICO 2 - ETNIA DO ALUNO ISENTO	117
GRÁFICO 3 - RELIGIÃO DOS ALUNOS ISENTOS.....	117
GRÁFICO 4 - CIDADE ONDE MORAM OS ALUNOS ISENTOS.....	118
GRÁFICO 5 - SITUAÇÃO DA RESIDÊNCIA DOS ALUNOS ISENTOS.....	118
GRÁFICO 6 - DESLOCAMENTO DOS ALUNOS ISENTOS.....	119
GRÁFICO 7 - SITUAÇÃO DE MORADIA DOS ALUNOS ISENTOS.....	120
GRÁFICO 8 - ESTADO CIVIL DOS ALUNOS ISENTOS	120
GRÁFICO 9 - RENDA FAMILIAR DOS ALUNOS ISENTOS.....	121
GRÁFICO 10 – PRINCIPAL MANTENEDOR DA FAMÍLIA DOS ALUNOS ISENTOS	122
GRÁFICO 11 - ESCOLARIDADE DOS PAIS DOS ALUNOS ISENTOS	122
GRÁFICO 12 - FINALIDADE DO TRABALHO PARA O ALUNO ISENTO	123
GRÁFICO 13 - MEIOS DE INFORMAÇÃO USADOS PELOS ALUNOS ISENTOS	124
GRÁFICO 14 - SITUAÇÃO DOS ALUNOS ISENTOS EM RELAÇÃO À COMPUTAÇÃO.....	125
GRÁFICO 15 - CONHECIMENTO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA POR PARTE DOS ALUNOS ISENTOS.....	126
GRÁFICO 16 - ATIVIDADES EXTRACLASSE DE QUE PARTICIPAM OS ALUNOS ISENTOS.....	126
GRÁFICO 17 - PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS ISENTOS EM ATIVIDADES COLETIVAS	127
GRÁFICO 18 - O SERVIÇO DE SAÚDE QUE O ALUNO ISENTO UTILIZA QUANDO ESTÁ DOENTE	128
GRÁFICO 19 - DIFICULDADE FÍSICA QUE APRESENTA O ALUNO ISENTO.....	129
GRÁFICO 20 - ESPORTES QUE OS ALUNOS ISENTOS PRATICAM.....	129
GRÁFICO 21 - LAZER DO ALUNO ISENTO	130
GRÁFICO 22 - MOTIVOS PARA ESCOLHER O IFSUL - CAMPUS PELOTAS COMO INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	132

GRÁFICO 23 - ESCOLA ONDE O ALUNO ISENTO CONCLUIU O ENSINO ANTERIOR.....	133
GRÁFICO 24 - INFORMAÇÃO SOBRE A ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO	134
GRÁFICO 25 - ACESSO À ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO.....	134
GRÁFICO 26 - CONHECIMENTO DO NÃO CESSO AO PROCESSO DEVIDO À SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA	135
GRÁFICO 27 - APTIDÃO ARA O CURSO ESCOLHIDO NO IFSUL – CAMPUS PELOTAS.....	136
GRÁFICO 28 - FATORES RELEVANTES QUANTO À EVASÃO/REPROVAÇÃO.....	137
GRÁFICO 29 - MOTIVOS QUE COLABORAM PARA A REPROVAÇÃO DO ALUNO ISENTO.....	138
GRÁFICO 30 - COMO OS ALUNOS ISENTOS RESOLVEM AS DIFICULDADES ESCOLARES	139
GRÁFICO 31 - MOTIVOS DO TRANCAMENTO/CANCELAMENTO NO QUESTIONÁRIO.....	139
GRÁFICO 32 - MOTIVOS DE TRANCAMENTO/CANCELAMENTO NA COOE.....	140
GRÁFICO 33 - MOTIVOS QUE CONTRIBUEM PARA A NÃO CONCLUSÃO DO CURSO NO TEMPO LEGAL E/OU EVASÃO	141
GRÁFICO 34 - CONHECIMENTO DO PNAES E O TRABALHO DA COAE.....	149
GRÁFICO 35 - OS AUXÍLIOS DO PNAES COMO AJUDA À PERMANÊNCIA DOS ALUNOS ISENTOS NO SISTEMA EDUCACIONAL	151
GRÁFICO 36 - CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA DE SSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA O ÊXITO ESCOLAR.....	153
GRÁFICO 37 - CONHECIMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	153
GRÁFICO 38 - BOLSA/BENEFÍCIO QUE O ALUNO POSSUI(U)	154

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- IDADE/GÊNERO DOS ALUNOS ISENTOS	191
TABELA 2 - MOTIVOS PARA ESCOLHER IFSUL - CAMPUS PELOTAS COMO INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	191
TABELA 3 - MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA CONHECIMENTO DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO	192
TABELA 4 - INFORMAÇÃO SOBRE A ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO.....	192
TABELA 5 - CONHECIMENTO DO NÃO CESSO AO PROCESSO SELETIVO DEVIDO À SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA	192
TABELA 6 - APTIDÃO PARA O CURSO ESCOLHIDO NO IFSUL – CAMPUS PELOTAS.....	193
TABELA 7 - REPROVAÇÕES POR SEMESTRE NA TRAJETÓRIA ESCOLAR	193
TABELA 8 – CAUSA DA REPROVAÇÃO ESCOLAR	193
TABELA 9 - FATORES RELEVANTES QUANTO A EVASÃO/REPROVAÇÃO	194
TABELA 10 - MOTIVOS QUE COLABORAM PARA A REPROVAÇÃO DO ALUNO ISENTO.....	194
TABELA 11 - DISCIPLINA(S) ONDE O ALUNO ISENTO APRESENTA MAIOR DIFICULDADE	195
TABELA 12 - CURSO CONCOMITANTE.....	196
TABELA 13 - TURNO DO CURSO CONCOMITANTE	196
TABELA 14 - COMO OS ALUNOS ISENTOS RESOLVEM AS DIFICULDADES ESCOLARES	196
TABELA 15 - OPINIÃO DOS ALUNOS ISENTOS SOBRE O PROCESSO INCLUSIVO.....	197
TABELA 16 - SENTIMENTO DE EXCLUSÃO DOS ALUNOS ISENTOS DENTRO DO IFSUL – CAMPUS PELOTAS	197
TABELA 17 - TRANCAMENTO DO CURSO POR PARTE DOS ALUNOS ISENTOS	197
TABELA 18 - CONHECIMENTO DO PNAES E O TRABALHO DA COAE NO IFSUL- CAMPUS PELOTAS	198

TABELA 19 - OS AUXÍLIOS DO PROGRAMA PNAES AJUDAM A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NO SISTEMA EDUCACIONAL	198
TABELA 20 - OUTRO TIPO DE BENEFÍCIO QUE O ALUNO ISENTO PERTENCE	198
TABELA 21 - CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	199
TABELA 22 - SOLICITAÇÃO DE BOLSA/BENEFÍCIO POR PARTE DO ALUNO ISENTO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFSUL – CAMPUS PELOTAS	199
TABELA 23 - BOLSA/BENEFÍCIO QUE O ALUNO ISENTO RECEBE(U)	200
TABELA 24 - DIFICULDADES PARA INGRESSAR NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFSUL – CAMPUS PELOTAS.....	200
TABELA 25 - A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO DIREITO	201
TABELA 26 - DIFICULDADES ENCONTRADAS NA UTILIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFSUL - CAMPUS PELOTAS	201
TABELA 27 - CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ..	202
TABELA 28 - MOTIVOS PARA NÃO PROCURAR A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFSUL – CAMPUS PELOTAS	202
TABELA 29 - MOTIVOS QUE CONTRIBUEM PARA A NÃO CONCLUSÃO DO CURSO NO TEMPO LEGAL E/OU EVASÃO	203
TABELA 30 - MUDANÇA NO PAPEL PROFISSIONAL APÓS INGRESSO NO IFSUL – CAMPUS PELOTAS	203
TABELA 31 - A ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO COMO FATOR DE INCLUSÃO	204
TABELA 32 - RELIGIÃO DOS ALUNOS ISENTOS	204
TABELA 33 - ETNIA DOS ALUNOS ISENTOS.....	204
TABELA 34 - CIDADE ONDE MORAM OS ALUNOS ISENTOS	205
TABELA 35 - BAIRRO ONDE RESIDEM OS ALUNOS ISENTOS.....	205
TABELA 36 - SITUAÇÃO DA RESIDÊNCIA DOS ALUNOS ISENTOS	205
TABELA 37 - SITUAÇÃO DE MORADIA DOS ALUNOS ISENTOS	206
TABELA 38 - ESTADO CIVIL DOS ALUNOS ISENTOS.....	206
TABELA 39 - COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS DOS ALUNOS ISENTOS	206
TABELA 40 - ESCOLARIDADE DOS PAIS DOS ALUNOS ISENTOS	207

TABELA 41 - RENDA FAMILIAR DOS ALUNOS ISENTOS	207
TABELA 42 – PRINCIPAL MANTENEDOR DA FAMÍLIA DOS ALUNOS ISENTOS	207
TABELA 43 - ESPORTES QUE OS ALUNOS ISENTOS PRATICAM	208
TABELA 44 – A TIVIDADE EXTRACLASSE QUE PARTICIPAM OS ALUNOS ISENTOS.....	208
TABELA 45 - CONHECIMENTO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA POR PARTE DOS ALUNOS ISENTOS.....	209
TABELA 46 – SITUAÇÃO DOS ALUNOS ISENTOS EM RELAÇÃO À COMPUTAÇÃO.....	209
TABELA 47 - LOCAL ONDE OS ALUNOS ISENTOS ACESSAM A INTERNET	209
TABELA 48 - PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS ISENTOS EM ATIVIDADES COLETIVAS	210
TABELA 49 - DESLOCAMENTO DOS ALUNOS ISENTOS	210
TABELA 50 - PARTICIPAÇÃO DO ALUNO ISENTO EM ATENDIMENTO PSICOLÓGICO	210
TABELA 51 - O SERVIÇO DE SAÚDE QUE O ALUNO ISENTO SE UTILIZA QUANDO FICA DOENTE.....	211
TABELA 52 - DIFICULDADE FÍSICA QUE APRESENTA O ALUNO ISENTO	211
TABELA 53 - LAZER DO ALUNO ISENTO.....	212
TABELA 54 - MEIOS DE INFORMAÇÃO USADOS PELOS ALUNOS ISENTOS ..	212
TABELA 55 - SITUAÇÃO DE DESEMPREGO NA FAMÍLIA DO ALUNO ISENTO.	213
TABELA 56 - DEPENDÊNCIA QUÍMICA NA FAMÍLIA DO ALUNO ISENTO	213
TABELA 57 - TRABALHO DOS ALUNOS ISENTOS.....	214
TABELA 58 - TURNO DE TRABALHO DO ALUNO ISENTO	214
TABELA 59 - FINALIDADE DO TRABALHO PARA O ALUNO ISENTO.....	215
TABELA 60 - ESCOLA ONDE O ALUNO ISENTO CONCLUIU O ENSINO ANTERIOR.....	215
TABELA 61 - ALUNOS ISENTOS QUE FREQUENTAM CURSO PRÉ-VESTIBULAR	215
TABELA 62 - NÍVEL DE ENSINO E CURSO QUE O ALUNO ISENTO ESTUDA NO IFSUL - CAMPUS PELOTAS	216

TABELA 63 - ANO QUE O ALUNO INGRESSOU NO IFSUL – CAMPUS PELOTAS	216
TABELA 64 - TURNO QUE OS ALUNOS ISENTOS ESTUDAM.....	217
TABELA 65 - MOTIVOS PARA TRANCAMENTO/CANCELAMENTO COM BASE NOS DOCUMENTOS DA COOE	218

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPE	Coordenadoria de Apoio ao Estudante
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
COAE	Coordenadoria de Assistência Estudantil
COAP	Coordenadoria de Apoio Pedagógico
COAPAE	Coordenadoria de Apoio Pedagógico e Assistência Estudantil
COAPRE	Coordenadoria de Acompanhamento ao Programa de Assistência ao Estudante
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
COOE	Coordenadoria de Orientação Educacional
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central de Estudante
DHESCA	Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
DIGAE	Diretoria Gestão de Assistência Estudantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Enem	Exame Nacional de Ensino Médio
ETFPEL	Escola Técnica Federal de Pelotas
ETP	Escola Técnica de Pelotas
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró - Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituto de Ensino Superior
IFES	Instituto Federal de Educação Superior
IFETs	Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
IFSul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONGs	Organizações Não- governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Programa de Assistência Estudantil
PBF	Programa Bolsa Família
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PIDHDD	Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNDH	Programa Nacional dos Direitos Humanos
PNE	Plano Nacional de Educação
PNJ	Plano Nacional de Juventude
PPCAAM	Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens

ProUni	Programa Universidade para Todos
PSE	Programa Saúde na Escola
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SDH	Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SGD	Sistema de Garantias de Direitos Humanos
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 O PERCURSO DOS JOVENS QUANTO À GARANTIA DE SEUS DIREITOS	24
1.1 Processo histórico da (in)visibilidade das crianças e adolescentes	25
1.2 Direitos humanos e sua concepção atual	29
1.3 Políticas sociais e os direitos humanos	39
2 EDUCAÇÃO: CONTEXTO DE UM DIREITO FUNDAMENTAL E SOCIAL	55
2.1 Legislação brasileira para a garantia da educação como direito	63
2.2 A educação técnica e o IFSul – campus Pelotas	71
3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO PROGRAMA DE INCLUSÃO	77
3.1 O processo de inclusão/exclusão na esfera social e educacional	77
3.2 A Assistência Estudantil (AE) e suas vicissitudes	87
3.3 Características da Assistência Estudantil no IFSul	99
4 METODOLOGIA E A TRAJETÓRIA DA PESQUISA	106
4.1 O processo exploratório da pesquisa entre os alunos isentos da inscrição do processo seletivo do IFSul – campus Pelotas	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS	165
APÊNDICES	174
ANEXOS	219

INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre o tema inclusão/exclusão a partir da visão dos alunos isentos da taxa de inscrição do processo seletivo do IFSul – campus Pelotas, matriculados no segundo semestre de 2011, tendo ingressado a partir de 2008.

Todo o caminho aqui percorrido tem relaciona-se com a vivência profissional da autora, que atua como psicóloga dentro da Coordenadoria de Apoio Estudantil (COAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) – campus Pelotas¹, onde acompanhou, ao longo de sua caminhada, a trajetória da assistência estudantil (AE) com o início e a ampliação do refeitório no instituto e alguns outros auxílios – material escolar, bolsa, auxílio à saúde, oferecimento de óculos etc. – disponibilizados, inicialmente, com escassos recursos financeiros e, posteriormente, através de verba cedida pela Fundação existente dentro da instituição.

A investigação do tema tem seu início numa opção própria, no ano de 2009, mediante questionamentos relacionados ao processo de isenção da taxa de inscrição do processo seletivo e grande interesse em conhecer o número de alunos isentos que conseguiram aprovação nas provas do vestibular, processo que exclui muitos jovens oriundos de escolas públicas. As falas de Costa, Delarme Filho e Bigli (2009) ponderam que, quanto ao acesso à universidade, um dos obstáculos é o ingresso pelo vestibular, uma das passagens mais difíceis de todo o sistema educacional, já que coloca em condições igualitárias candidatos, pessoas de grupos sociais distintos, as quais tiveram diferentes oportunidades e dificuldades ao longo da vida.

A partir da curiosidade e interesse em investir em um trabalho com essa parcela da população, até então invisível na comunidade escolar, dá-se início a uma intensa pesquisa empírica com descobertas muito significativas, que permitiram a visualização da situação escolar desses alunos, o que facilitou o conhecimento:

- dos índices de aprovação/aprovação com dependência, reprovação/reprovação por falta, evasão, cancelamento, trancamento de matrícula e jubramento;

¹ Criado pela Lei nº. 11.892, de 29/12/2008, pela transformação do CEFET de Pelotas.

- do percentual de êxito dos discentes assistidos pela coordenadoria;
- da média percentual de aprovação no vestibular dos alunos isentos que ingressaram a partir de 2008 até o segundo semestre de 2011;
- do índice de evasão dos alunos isentos a cada ano e no término do período letivo de 2011/2.

Os dados verificados permeiam uma investigação mais apurada que se desenha dentro do Mestrado em Política Social. Através do conhecimento, apreende-se o tema para a compreensão da trajetória desses alunos dentro do IFSul – campus Pelotas, suas vivências, seus pensamentos e conseqüente enfrentamento dos dilemas e sofrimentos através de ações que atuem na minimização das dificuldades.

A pesquisa tem, como discussão central, a Assistência Estudantil como programa de direito à inclusão das camadas populares à educação tecnológica e superior. Portanto, este trabalho objetiva conhecer o olhar dos alunos isentos² em relação a sua trajetória dentro do IFSul, investigar o que pensam sobre seus direitos, entraves estudantis, reprovações, repetência e evasão, assim como suas vivências com a assistência, implantada desde 2010, do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)³, estratégia mais ampla de inclusão dentro das universidades e institutos tecnológicos.

Alves (2002, p.1) aborda que “na Política de Educação Superior a assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico”. Assim, todo o trabalho atual da COAE, por meio do Serviço Social, tem por finalidade promover a inclusão conforme os objetivos do programa, propiciando ajuda financeira através de diversos benefícios que garantirão a permanência e o êxito dos alunos. Além disso, salienta-se que os outros serviços oferecidos pela coordenadoria, como Psicologia e Nutrição, não atendem somente o aluno em situação de vulnerabilidade social e econômica, mas também todo o corpo discente do Instituto.

² Os alunos isentos da taxa de inscrição do processo seletivo serão denominados a partir desta fase da dissertação como alunos isentos.

³ Decreto nº 7.234/2010, com ações desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Desse modo, comprova-se que o IFSul - campus Pelotas ainda está se preparando para o processo de inclusão, ao despertar para esse compromisso, isto é, um desafio que precisa ser encarado de frente. Sendo assim, a instituição deve ampliar as condições de acesso e permanência, promovendo a inclusão desses alunos com projetos sociais, econômicos, psicológicos, nutricionais e pedagógicos.

Sabendo-se que a instituição de Ensino Profissionalizante IFSul – campus Pelotas - está inserida no modelo vigente do sistema capitalista, no qual o paradigma da inclusão/exclusão mais exclui do que inclui, pois fornece mão de obra de reserva para que a economia se torne cada vez mais competitiva, permanecendo afastado do conceito de inclusão, promover qualquer forma de inclusão, mesmo que mais limitada, é assistir o aluno. Com isso, concedem-se recursos econômicos para garantir sua permanência e êxito escolar, amenizando suas dificuldades, conforme assegura atualmente o PNAES.

Portanto, conhecer melhor os alunos para aprimorar o ensino-aprendizagem, proporcionando maior inclusão por meio do sucesso escolar (não fracasso), da apreensão do conhecimento e da melhoria da qualidade de vida, é também associar a qualidade do ensino a uma política efetiva de assistência, amparando os alunos psicossocialmente para a permanência e êxito escolar. Dessa forma, favorece-se a consolidação da cidadania, tornando-os indivíduos capacitados e inseridos na sociedade, cidadãos críticos e conscientes de suas responsabilidades e de seus direitos.

Direitos esses adquiridos na Constituição Federal de 1988, que em, seu artigo 206º., aponta, como princípio do ensino, a igualdade de condições de acesso e permanência nas escola; reiterado no Estatuto da Criança e do adolescentes (ECA) de 1990 e nas outras leis que surgiram dos tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário. Nessa perspectiva, o objetivo dessas legislações é garantir a proteção de adolescentes e jovens como sujeitos de direito, sendo o Estado partícipe dessa proteção junto com a família e com a sociedade.

Nota-se que a inclusão de adolescentes e jovens como sujeitos de direitos nos quadros educativos tem sido um percurso bastante tortuoso, sendo que, após o término do Ensino Fundamental, é preciso seguir a jornada para alcançar seus objetivos. Mas, nem sempre, é uma tarefa fácil, principalmente quando se está inserido no grupo de vulnerabilidade. Mesmo com a proteção legal, observa-se uma incoerência entre o ideal das leis e a realidade, pois a igualdade preconizada não

acontece de fato e está longe de ser alcançada numa sociedade capitalista, na qual a produção e o capital são mais valorizados, e as diferenças sociais se perpetuam como um obstáculo ao desenvolvimento individual, provocando a exclusão em todos os níveis da sociedade, assim como na educação. Portanto, é preciso propor ações que visem ao compromisso e à garantia da igualdade e justiça social.

Em todo o processo da pesquisa, buscaram-se, na história dos fenômenos, no conhecimento dos direitos, das implicações sociais, e na fala dos atores, as respostas para a indagação que constitui o tema inclusão, definido como “pertencer” a algo que se vivencia.

Só conhecendo as reais dificuldades dos alunos é que se pode ajudá-los a minimizar seus sofrimentos, entendendo-os como pessoas distintas, e não igualitárias, uma vez que, conforme as palavras de Santos e Paulino (2008), incluir não é nivelar as pessoas, mas valorizar todas as diferenças: de origem nacional, sexual, religiosa, gênero, cor, idade, raça etc.

Portanto, torna-se imprescindível o diálogo com os alunos isentos, para fazer inclusão com políticas especializadas numa linha multidisciplinar. É preciso, também, realizar ações sociais e educacionais que ajudem esses alunos, assim como possam ajudar todo o corpo discente do Instituto.

Nessa linha de pensamento, o estudo fundamenta-se nos princípios do método dialético-crítico a partir do referencial do materialismo histórico, optando-se pela abordagem qualitativa e quantitativa para seu desenvolvimento. Essa abordagem foi concretizada através de questionários com perguntas semiestruturadas, entrevistas e estudo da realidade, contemplando a história, condições sociais da questão social, garantia de direitos e a assistência estudantil atualmente vigente nas instituições de ensino profissionalizante e de educação superior.

A apresentação do processo e dos resultados deste estudo está estruturada na seguinte sistematização:

No primeiro capítulo, busca-se o entendimento da dimensão histórica e social do processo de invisibilidade dos adolescentes até sua evolução à condição de sujeitos de direitos, assim como a compreensão da implantação, em nível mundial e local, dos direitos humanos e sua repercussão nos países signatários da Organização das Nações Unidas (ONU).

No segundo capítulo, procura-se entender a educação, com um breve relato histórico, na intenção de compreender o contexto social, econômico e político em que o sistema educativo foi concebido. No mesmo capítulo, expõe-se como se deu o processo de democratização do ensino no Brasil, possibilitando o conhecimento não só dos fatores que indicaram a necessidade de uma política de assistência estudantil com vistas à proteção da juventude, mas também da recomendação da ONU, que propõe formas sustentáveis para concretizar os direitos humanos e romper com o ciclo da pobreza. Por isso, onde cada país deve assumir compromisso com a educação de qualidade, a saúde integral, o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer, ao tempo livre e ao direito à participação no mundo do trabalho.

Também, nesse capítulo, destacam-se as leis que garantem a educação como direito e faz-se um relato sobre o processo de implantação do ensino técnico no Brasil e as transformações ocorridas até a implementação dos IFTs, especialmente, o IFSul.

No terceiro capítulo, propõe-se o entendimento da institucionalização da assistência estudantil, visando à promoção da inclusão social pela educação, a fim de minimizar as desigualdades e a redução das taxas de evasão e retenção dos alunos considerados vulneráveis pelo PNAES. Igualmente, aborda-se a compreensão do paradigma inclusão/exclusão social e educacional, a trajetória da vulnerabilidade que percorre o processo de concentração de renda e poder no modelo capitalista de produção, o qual perpetua a hegemonia da dominação de classes.

No quarto capítulo, expõem-se as opções metodológicas para a realização da pesquisa, o caminho percorrido na sua implantação e o resultado da visão dos alunos quanto ao seu processo de inclusão e trajetória dentro do IFSul – campus Pelotas.

E, por último, os resultados e percepções da autora sobre a análise da pesquisa, o que é exposto nas considerações finais.

Portanto, todo o processo da pesquisa fundamenta-se na educação como um dos pilares dos direitos humanos, o qual garante a dignidade humana e a cidadania mediante a formulação de políticas públicas que representem a possibilidade do acesso, permanência e êxito, sem esquecer a necessidade de compreender e reconhecer as diferenças no processo educacional.

1 O PERCURSO DOS JOVENS QUANTO À GARANTIA DE SEUS DIREITOS

Na sociedade contemporânea, cada vez mais crianças e adolescentes⁴ estão ocupando espaços de visibilidade com os avanços expressivos na elaboração de leis voltadas à garantia de seus direitos; mas nem sempre foi assim e, ainda, precisa-se avançar muito quanto à real proteção a esse segmento, uma vez que se vive numa sociedade voltada para o capital.

Os direitos dos jovens têm sido um campo árduo de conquistas, com enfrentamentos sociais importantes, que demonstram mudanças lentas tanto no modo de agir e pensar das pessoas como da sociedade, mesclando essas duas etapas do desenvolvimento de acordo com cada período histórico. Conforme Hechler (2009), principalmente nas relações de desigualdades humanas e sociais desenhadas entre as esferas do público e do privado, é preciso entender que direitos humanos, sobretudo, os direitos dos jovens como sujeitos de direitos estão sendo histórica e socialmente construídos, com a infância assumindo diferentes conotações dentro do imaginário do homem em todos os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos.

Nesse sentido, anuncia Hechler:

[...] A compreensão de que crianças e adolescentes são sujeitos numa fase especial de desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social foi sendo estruturada lentamente ao longo de vários séculos num contexto de amplas mudanças que determinaram sua formação social (HECHLER, 2009, p. 25).

A infância e a adolescência de uma pessoa são hoje consideradas etapas fundamentais para todo seu desenvolvimento físico e psicológico na estruturação de suas vidas, já que cada fase possui características diferenciadas, que precisam de cuidado e proteção específicos. No entanto, houve uma época em que inexistia a

⁴ Na convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Organização das Nações Unidas (ONU), no seu art. 1º., considera-se como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes). No Brasil, há distinção entre criança e adolescente, mesmo considerando ambos com proteção integral, conforme a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº. 8.069/2000. Este, em seu art. 2º, contempla criança com até 12 anos de idade incompletos e adolescentes entre 12 e 18 anos de idade, dispondo, em seu art. 3º., que ambos gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral. Disponível em: (http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10131.htm). Acesso em 10.12.2012.

infância como bem coloca Ariès (2012, p. 99), quando esclarece que não existia “o sentimento da infância⁵”. Isso, porque as crianças, por muito tempo, não foram vistas como seres em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim como “homens de tamanho reduzido” (ARIÈS, 2012, p. 18).

Para melhor entender o fato, pretende-se, neste capítulo, buscar uma compreensão histórica da (in)visibilidade dessa parcela da população em relação aos seus direitos humanos (sociais, civis, econômicos etc.), à dignidade humana, à cidadania e, principalmente, à educação; além de, identificar os avanços e retrocessos da política nacional de garantia desses direitos.

1.1 Processo histórico da (in)visibilidade das crianças e adolescentes

A origem dos direitos das crianças e adolescentes é marcada pela invisibilidade, e historiadores, como Ariès (2012) e Ponce (1986), relatam que, na sociedade antiga, não havia distinção entre crianças, adolescentes e adultos, ou seja, não havia uma consciência social da diferença entre as fases e idades. Logo, após a criança não necessitar mais dos cuidados da mãe ou da ama, o que acontecia por volta dos 7 anos, ingressava na vida social dos adultos e passava a viver às suas próprias expensas, sem depender dos adultos. Era vista como substituível, como ser produtivo com uma função utilitária para a sociedade.

No momento histórico da época medieval, “o movimento da vida coletiva arrastava em uma mesma torrente as idades e as condições sociais, sem deixar a ninguém o tempo da solidão e da intimidade” (ARIÈS, 2012, p. 193), caracterizando a família como um núcleo aberto de caráter público e social, cuja função era a transmissão da vida, dos bens e do nome, sem penetrar intensamente na sensibilidade.

Aos poucos ocorre uma transformação no modelo familiar através de um sentimento moderno de criança em que o interesse psicológico e a preocupação moral passam a exprimir um apego, separando o mundo da criança do mundo do adulto (embora continue a mistura de idades nas fases da infância e adolescência), passando a criança a ser vista como parte da família. Surge simultaneamente o

⁵ Philippe Ariès (2012, p.99) enfatiza que o sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças, corresponde à consciência da particularidade infantil, que distingue a criança do adolescente e do adulto.

desenvolvimento do sentimento de família, e esta passa a ser reconhecida como um valor, sendo definida como conjugal, formada por pais e filhos (ARIÈS, 2012).

A partir dos séculos XVI e XVII, há outra mudança fundamental no sentimento da infância, proveniente de uma fonte externa à família: a escola, com os moralistas e educadores preocupados com a disciplina e a racionalidade, o que inspira toda a educação até o século XX, chegando a todas as classes sociais da época. A família torna-se uma instituição mais privada, de formação patriarcal, passando a constituir-se em torno do casal e dos filhos, dando-se prioridade às crianças e adolescente com o objetivo fundamental de preocupação, principalmente, em relação à saúde e educação. Surge, na burguesia, a ideia de que só se sai da infância quando termina a dependência.

Essa família patriarcal evidencia uma relação de subordinação e dependência da mulher e dos filhos ao pai de família, uma atitude de autoritarismo que se assemelha à do proprietário do mercado, mostrando claramente a ilusão de liberdade dos indivíduos.

Quanto ao ensino, sobretudo nos séculos XVI e XVII, apesar de toda a persistência da atitude medieval de indiferença à idade, a instituição escolar dedica-se essencialmente à educação e à formação da juventude, ao inspirar-se em elementos psicológicos e pedagógicos. O objetivo é conhecer a mentalidade dos alunos e poder adaptar, de forma eficaz, os métodos de educação, priorizando a disciplina e a racionalização típica da época.

No período que corresponde ao século XVIII, observa-se que a infância e a adolescência ainda se confundem, mas existe uma maior visibilidade, e a família torna-se responsável pela proteção mínima dessa parcela da população. A criança e o adolescente passam a ter um espaço limitado na sociedade, uma vez que são vistos como objetos da família e do Estado, numa época em que a família retrai-se na esfera social.

A nova transformação permite um novo comportamento, mais próximo do contemporâneo.

[...] Essa organização familiar veio romper com as antigas formas comunitárias da grande família e foi desenhando uma linha divisória entre a esfera privada e a esfera pública. Essa família, fechada em si mesma, independente, remeteu a uma ideia de liberdade, de autonomia de seus membros, apoiada em sentimentos afetivos e

humanitários. Porém essa família não estava livre das coerções da sociedade burguesa da qual fazia parte, estando submetida antes de mais nada à função de valorização do capital (HECHLER, 2009, p.31).

Portanto, a educação nasce com uma função prática, ora de disciplinar, ora de proporcionar conhecimentos técnicos, que posteriormente configuram uma escola para a elite (ensino secundário) e outra para o povo (ensino primário). Por muito tempo, a escola não se preocupou com as idades e fases do desenvolvimento, somente após o advento da pedagogia começa a diferenciação entre infância-adolescência, construindo uma relação entre a idade e a classe escolar através do hábito de impor a todos os alunos a série completa de classes. A necessidade de uma pedagogia nova, adaptada a classes menos numerosas e mais homogêneas, resulta, no início do século XIX, na fixação de uma correspondência cada vez mais rigorosa entre a idade e a classe.

No final do século XIX, o modelo de família patriarcal já não é tão forte devido à proteção desenvolvida pelo Estado através de profissionais ligados à área social, pautados nos saberes das áreas da psiquiatria, da sociologia e da psicanálise. Nesse período, começam a aparecer inúmeras associações filantrópicas e religiosas com o objetivo de ajudar as classes populares, moralizando seu comportamento e facilitando sua educação. Conforme Donzelot (1986 apud HECHLER, 2009), trata-se de uma forma mais econômica de assistência no momento em que o Estado, a família e a sociedade são chamados a assumir o compromisso de proteger sujeitos que se encontravam desprotegidos ou fora dos padrões morais socialmente estabelecidos.

Para Hechler (2009), a partir de 1840 até o final do século, multiplicam-se as leis protetoras à infância, sobre o trabalho infantil, a insalubridade das moradias, o contrato de aprendizagem, a vigilância das nutrizes e a obrigatoriedade escolar, visando à normalização da relação adulto-criança. O poder sobre o cuidado com as crianças sai da soberania das famílias e passa para os filantropos, médicos e magistrados, que possuíam a força para confiar a guarda de crianças às instituições.

No Brasil, a história social da criança confunde-se com a evolução econômica, política e social do país, com a historicidade decorrente dos tempos da colônia subordinada ao vínculo com a corte portuguesa, de onde as leis e as ordens para a população eram emanadas, para que os representantes da Igreja Católica as

aplicassem através da caridade, porém, sem haver uma real preocupação quanto à proteção da camada menos favorecida da sociedade.

Quando surge a preocupação com a saúde e punição, as crianças e adolescentes passam a compor a agenda do Estado, prevalecendo a ideia de que as famílias sem estrutura sólida eram responsáveis pela formação de criminosos e anarquistas políticos, não se levando em conta a situação dos escravos com os escravos. O Estado cria o Asilo de Menores, com o internamento para recuperação do “menor” através do trabalho, uma vez que, no entendimento da época, o trabalho era o único bem do pobre, ficando claro, como alega Melim (2005), que não havia ações para diminuir as desigualdades sociais, mas para exercer o controle social sobre a família pobre e, porém, criar uma nação com um povo dócil.

Com a modernização da sociedade, ocorrem transformações no aspecto econômico e no âmbito familiar, mediante o ingresso da mulher no mercado de trabalho, o que modifica o pensamento, entendendo-se que é preferível manter a população infanto-juvenil no âmbito familiar e controlar a educação oferecida pela família.

Em suma, pode-se dizer que, na história social da criança e do adolescente, houve um tempo em que se exigia a conduta de adultos, mas, com o advento da psicologia, passou-se a reconhecer peculiaridades no desenvolvimento e comportamento desse segmento da população, o que levou a sociedade a aceitar as etapas distintas quanto às diferenças físicas, psicológicas e comportamentais, influenciando toda uma nova visão social: a de indivíduos distintos e merecedores de direitos.

O processo brasileiro quanto à proteção desses jovens veio tardiamente, chegando somente no século XX, dando a esse grupo absoluta prioridade frente à lei, com a oferta de educação pública e proteção integral, promovidas por movimentos sociais que desejavam tornar o país integrado à modernidade. As crianças e adolescentes deixam de ser consideradas propriedades dos pais e do Estado, para serem titulares de direitos e deveres como qualquer cidadão de uma sociedade, mas tendo sempre, em consideração, sua situação de pessoas em condições especiais de desenvolvimento (HECHER, 2009).

A visibilidade das crianças e adolescentes relaciona-se com as garantias que as relações internacionais impuseram nas nações mediante uma nova ordem

mundial que passa a assegurar direitos humanos a todos, desde a infância até a idade adulta.

1.2 Direitos humanos e sua concepção atual

Como já constatamos durante o processo histórico anterior, destaca-se o período que compreende os séculos XVII e XVIII como o de grandes transformações políticas de fundamental importância para a grande “mudança de mentalidade da época” (PLATAFORMA DHESCA⁶, 2011, p.14), chegando Hechler (2009, p. 30) a ressaltar o século XVII como “o divisor de águas”, pois é nesse momento que começam a aparecer indícios de um novo olhar em relação às crianças e adolescentes e, até mesmo, aos adultos quanto aos seus direitos. A Plataforma Dhesca (2011, p. 14) assegura que os fatos ocorridos na Europa e nos Estados Unidos fizeram com que as “pessoas passassem a se preocupar em garantir a vida e a liberdade sem os abusos e arbitrariedades do Estado”, ou seja, “proteger os homens contra o poder Estatal” (VELLOSO, 2003, p. 2).

As alterações ocorridas tiveram seu aporte na Revolução Americana (1776) e na Revolução Francesa (1789), contribuindo para o surgimento de uma série de direitos chamados de civis e políticos, como, por exemplo, o direito à vida, à liberdade de expressão, de pensamento, com a garantia de que a lei só proibiria o que fosse prejudicial à sociedade (PLATAFORMA DHESCA, 2011, p. 14-15).

Como consequência, após as atrocidades da 2ª Guerra Mundial, os países passam a preocupar-se com a paz e a vida digna no mundo; instaura-se “progressivamente o sistema internacional de proteção aos direitos humanos” (PINHEIRO, 2008, p. 02) e cria-se a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, tendo como objetivos principais a segurança internacional, o desenvolvimento

⁶ **Plataforma Dhesca Brasil** é uma articulação nacional, composta por mais de 30 entidades, que trabalham para a efetivação dos direitos humanos, especialmente os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Entre as principais ações, está a realização do projeto “Relatórios de Direitos Humanos”, o monitoramento de políticas públicas e de ações governamentais, como o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH - e a efetivação dos tratados e pactos internacionais. A Dhesca integra, ainda, a coordenação do projeto “Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil”, em parceria com outras redes, e se articula na América Latina através da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD). E, em parceria com a **Ação Educativa**, organização não governamental que, desde 2004, promove e defende o direito à educação e os direitos da juventude, como o Programa Ação na Justiça, que tem, por meio da educação jurídica popular, o objetivo de apoiar a mobilização social e a atuação no Sistema de Justiça.

econômico, o respeito aos direitos humanos e o progresso social. Assim, elabora-se um documento de alcance mundial, com regras entre as nações, passando, inclusive, a influenciar o texto de suas Constituições.

A partir daí, em 1948, é proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que incorpora todos os direitos fundamentais, combinando o “discurso liberal e o discurso social da cidadania, conjugando o valor da liberdade ao valor da igualdade” (PIOVESAN, 2005, p. 36), ao inovar extraordinariamente a gramática dos direitos humanos com a introdução da chamada concepção contemporânea de direitos humanos, pautados na universalidade e indivisibilidade.

O processo de universalização dos direitos humanos permitiu a formação de um sistema internacional de proteção desses direitos. Esse sistema é integrado por tratados internacionais de proteção que refletem, sobretudo, a consciência ética contemporânea compartilhada pelos Estados, na medida em que invocam o consenso internacional acerca de temas centrais dos direitos humanos, fixando parâmetros protetivos mínimos (PIOVESAN, 2005, p. 36).

Os direitos humanos são preceitos mínimos, necessários para assegurar uma vida digna, princípios internacionais que promovem a proteção, a garantia e o respeito ao ser humano, tais como acesso à liberdade, ao trabalho, à terra, à saúde, à moradia, à educação, entre outros. Direitos fundamentais que o homem possui pelo simples fato de ser humano (PINHEIRO, 2008), considerados os mais importantes, pois são a base de toda e qualquer sociedade que se pretenda justa e igualitária, constituída pelos direitos:

- Civis → direito a igualdade perante a lei; a um julgamento justo; direito de ir e vir; o direito à liberdade de opinião; entre outros.
- Políticos → direito à liberdade de reunião, de associação, de votar e de ser votado, de pertencer a um partido político, de participar de um movimento social, entre outros.
- Sociais → direitos que possibilitam a igualdade social, como à previdência social; ao atendimento de saúde, à educação, ao trabalho, à moradia, ao lazer, entre outros.
- Culturais → direito à educação; à participação na vida cultural; ao progresso científico e tecnológico, entre outros.
- Econômicos → direito à moradia; ao trabalho; às leis trabalhistas e outros.

- Ambientais → direito de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, utilizando recursos naturais sustentáveis.

Quanto às dimensões, os direitos fundamentais demarcam uma esfera de autonomia individual frente ao Estado, com caráter de processo acumulativo e de complementaridade, sendo classificados como:

▪Primeira dimensão: são os direitos civis e políticos, de cunho individualista, adquiridos através de movimentos de reivindicação e valorização dos direitos; englobam os direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade formal, às liberdades de expressão coletiva, aos direitos de participação política.

▪Segunda dimensão: são os direitos que surgiram no final do século XIX, tendo seu impacto na industrialização e nos graves problemas sociais e econômicos geradores da exploração e exclusão dos trabalhadores, agravando suas condições de vida e possibilitando o enriquecimento de pequenos grupos – a burguesia – beneficiados com a produção de bens e avanços tecnológicos. Com isso, geraram-se movimentos reivindicatórios e reconhecimento progressivo de direitos, atribuindo-se ao Estado comportamento ativo na realização da justiça social. A segunda dimensão caracteriza-se pela forma de atuação do Estado ao propiciar o direito de participar do bem-estar-social, sendo constituída pelos direitos econômicos, sociais e culturais, com a finalidade de obrigar o Estado a satisfazer as necessidades da coletividade, compreendendo o direito ao trabalho, habitação, saúde, educação, alimentação adequada, organização sindical; direito de greve, previdência social; acesso à cultura e à moradia, entre outros.

▪Terceira dimensão: refere-se aos direitos que protegem a humanidade, incluindo os das futuras gerações. Essa dimensão surge como uma reação ao desrespeito à diversidade cultural entre povos, ao meio ambiente, à devastação, à poluição do ar e da água, ao acúmulo de lixo. Assim, garantir esses direitos é assegurar que a vida de todas e todos, pessoas e povos, será melhor e mais saudável, agora e no futuro; esses são os direitos ao desenvolvimento e à autodeterminação dos povos. A característica marcante desses direitos é que os seus titulares são grupos sociais, e não pessoas, individualmente. Também, denominados direitos de solidariedade ou de fraternidade, esses direitos, na sua maior parte, não encontram respaldo no texto constitucional, sendo consagrados com mais intensidade no âmbito internacional, principalmente, no que se refere ao direito à paz, ao desenvolvimento e progresso social.

▪**Quarta dimensão:** é concernente aos direitos que surgiram dentro da última década devido ao desenvolvimento acentuado da tecnologia, ligados à pesquisa genética, surgida da necessidade de se impor controle à manipulação do genótipo dos seres, em especial, o do ser humano.

Alguns autores citam os direitos da quinta dimensão ligados ao avanço da cibernética, sendo apenas pretensões de direitos, aguardando o reconhecimento internacional e das ordens constitucionais internas.

Também, os direitos humanos possuem quatro características que ajudam a entender como devem ser interpretados e postos em prática:

- **Universalidade:** significa que os direitos humanos valem para todas as pessoas. Nenhuma condição ou situação pode justificar o desrespeito à dignidade humana.
- **Indivisibilidade:** todas as pessoas têm direito a gozar dos direitos em sua totalidade, sem fracionamento ou redução, sem serem obrigadas a abrir mão de um direito para acessar outro.
- **Interdependência:** todos os direitos estão relacionados entre si, e nenhum tem mais importância do que outro. Também não há direito que possa ser exercido isoladamente, desconsiderando os demais. Assim, só se pode exercer plenamente um direito, se todos os outros são respeitados.
- **Exigibilidade e justiciabilidade:** o cumprimento dos direitos pode ser exigido, quando eles forem desrespeitados ou violados. Como os direitos são previstos em leis nacionais e, para exigí-los, pode-se recorrer tanto ao sistema de justiça nacional como ao internacional, essa exigibilidade ocorre não só no âmbito político, por meio de mobilizações sociais e de atuação nos poderes públicos, mas também no âmbito jurídico (Poder Judiciário e Cortes Internacionais), o que é denominado Justiciabilidade.

A universalidade na declaração evidencia-se, em seu artigo 1º., o qual proclama: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade" (UNIC, 2000, p. 3).

Após a Declaração Universal de 1948, avança-se para o Direito Internacional dos Direitos Humanos com a cooperação de inúmeros tratados internacionais voltados à proteção de direitos fundamentais, culminando com a Declaração dos Direitos da Criança, em 1959, e outros inúmeros tratados que surgiram posteriormente. Segundo Hechler (2009) tais tratados colocaram os países

signatários na condição de exigibilidade de transformar em legislações pátrias os princípios presentes nesses documentos, assim como os relacionados ao reconhecimento dos direitos da criança e adolescentes.

Enquanto, em âmbito internacional, cada vez mais se exigia o respeito aos direitos humanos e já se buscava a proteção à criança e ao adolescente, no Brasil acontecia o golpe militar, ocorrido a partir de 1964, violando totalmente os princípios dos direitos humanos, uma vez que os direitos políticos da população foram reprimidos sistematicamente, e os direitos econômicos e sociais, expropriados, ocorrendo repressão aos sindicatos, violação dos direitos de organização, de expressão e dos consensos ideológicos da época (BAPTISTA, 2012).

Todo esse processo de violação dos direitos levou o Brasil a uma mobilização social e política de enfrentamento à ditadura militar, o que culminou com o processo de abertura e redemocratização paulatina, bem como com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Como resposta, houve a necessidade, conforme destaca Hernandes (2010), de prever título específico destinado somente aos princípios fundamentais, apresentando o reconhecimento do princípio da dignidade da pessoa humana como fundamento para incorporar os direitos da Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU, artigos 5º. ao 17º., os quais constituem o capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais dos indivíduos e grupos sociais existentes em uma sociedade plural como a nossa.

Se, no século XX, a preocupação com os direitos humanos através de tratados internacionais tornou o grupo infanto-juvenil visível na esfera social mundial, no Brasil a consolidação das leis priorizaram direitos de forma integral com a Constituição Federal do BRASIL de 1988 e o Estatuto da Criança e Adolescência (ECA) de 1990, marcando uma verdadeira inversão que vai da invisibilidade até a condição desse segmento como sujeitos de direitos, com absoluta prioridade perante a lei (HECHLER, 2009, p. 25).

O reconhecimento internacional dos direitos humanos representou, assim, um passo histórico decisivo. Com esse processo, os direitos foram colocados acima das contingências políticas dos países, fortalecendo a luta contra os regimes autoritários, o imperialismo, o genocídio e a discriminação. A todos devem ser garantidos os direitos humanos, estejam ou não em seu país de origem (PLATAFORMA DHESCA, 2011, p. 14).

Por meio da Constituição Federativa do Brasil, assegura-se a inovação da participação e controle da sociedade no desenvolvimento das políticas públicas, sobretudo, com o surgimento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)⁷, em 1991, previsto pelo ECA, como o principal órgão do sistema de garantia de direitos, pois, através da gestão compartilhada (redes), o governo e sociedade civil definem as diretrizes da Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

Ao reconhecer criança e adolescente como sujeitos de direitos, pressupõe-se a percepção de que são pessoas em condição especial de desenvolvimento, as quais precisam de proteção não só nas necessidades básicas como no respeito a sua condição, priorizando-se garantias fundamentais previstas pelo ECA, no seu artigo 4º: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Quanto ao processo de proteção da população infanto-juvenil, conta-se com três esferas de ação política de importância fundamental, que são o Estado, a sociedade e a família, atuando de forma concomitante e necessariamente conjunta, sem o que não haveria a garantia dos direitos. Para Santos (2007), o apoio à família, como grupo fundamental, é condição básica para que se efetive a proteção integral. Em relação a essas esferas, ao Estado cabe a promoção, implementação e efetivação das políticas através de recursos econômicos fundamentais para a materialização da lei. A autora enfatiza essa afirmação, quando coloca que a expressão da proteção integral consagrada no texto constitucional registra que

[..] a ação estatal tem de ser permanente, com recursos garantidos no orçamento público para a sua realização. Sem essa ação contínua e crescente não há como garantir os direitos inscritos constitucionalmente e, em decorrência, a proteção integral prevista, com a prioridade requerida (SANTOS, 2007, p. 130).

⁷ Lei nº 8.242 de 12 de outubro de 1991.

O ECA é considerado uma lei padrão, referência como proteção integral, além de preconizar a prioridade política e investimentos, ao assegurar o gerenciamento das políticas de modo democrático (SILVEIRA, 2009). Para Hechler (2009), a atual conjuntura é fruto de muitas mudanças sociais e culturais, e de movimentos de luta pela garantia de direitos humanos, sociais e políticos que marcaram um período histórico da sociedade brasileira. A aprovação do ECA traduz um novo período de proteção e materialização da lei, significando uma ruptura com a vigência legal da “doutrina da situação irregular” e uma introdução da “doutrina da proteção integral”(HECHLER, 2009, p. 42).

A partir do ECA, inaugura-se uma nova fase na história da população infanto-juvenil brasileira

[...] Enquanto sujeitos de direitos, crianças e adolescentes rompem com sua condição de objeto, mas a cidadania que se constrói para esse segmento exige para eles uma especial proteção por parte tanto da família, quanto do Estado e da sociedade para que os direitos conquistados sejam de fato garantidos. Assim, a estruturação dessa nova condição exige que se lance para a esfera pública uma série de demandas e se mobilizem diferentes atores em torno de seus interesses (HECHLER, 2009, p.25).

Para a execução da política do ECA, estabelecem-se linhas de ação conforme seu artigo 87º.: I - políticas sociais básicas; II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo para aqueles que delas necessitem; III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; IV- serviços de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos; e V- proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos de crianças e adolescentes (BRASIL, 1990).

A rede instituída compreende todas as políticas públicas, serviços, instituições, órgãos e atores voltados para a garantia dos direitos, formados pelo Ministério Público, Varas da Infância e da Juventude, Defensorias Públicas, Promotorias, Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares e Conselhos Escolares, Conselhos de Saúde, Conselhos de Assistência Social e outros.

Apesar da ação de todos os atores envolvidos na política do ECA, houve a necessidade de efetivação na garantia da nova gestão dos direitos concebendo o Sistema de Garantias de Direitos Humanos (SGD), atendendo ao disposto no artigo 86º. em relação à política de atendimento. O SGD constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (BRASIL/SDH/PR, 2010)⁸.

Compreendem esse Sistema, prioritariamente, os seguintes eixos:

- Eixo da Defesa dos Direitos Humanos: possui a atribuição de fazer cessar as violações de direitos e responsabilizar o autor da violência. Tem, entre os principais atores, os Conselhos Tutelares, Ministério Público Estadual e Federal (centros de apoio operacionais, promotorias especializadas), Judiciário (Juizado da Infância e Juventude, Varas criminais especializadas, comissões judiciais de adoções), Defensoria Pública do Estado e da União, e órgãos da Segurança Pública, como Polícia civil, militar, federal e rodoviária, guarda municipal, ouvidorias, corregedorias e Centros de defesa de direitos etc.
- Eixo da Promoção dos Direitos: dá-se por meio do desenvolvimento da política de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, integrante da política de promoção dos direitos humanos, articulando todas as políticas públicas. Os principais atores responsáveis pela promoção desses direitos são as instâncias governamentais e da sociedade civil que se dedicam ao atendimento direto de direitos, prestando serviços públicos e/ou de relevância pública, como ministérios do governo federal, secretarias estaduais ou municipais, fundações, organizações não governamentais (ONGs) etc.
- Eixo do Controle e Efetivação do Direito: é responsável pelo acompanhamento, avaliação e monitoramento das ações de promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, bem como pelos demais eixos do sistema de garantia

⁸ A Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República foi transformada em órgão essencial da Presidência através de Medida Provisória de 25/03/2010, oriunda da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, criada pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, como órgão da Presidência da República o qual trata da articulação e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção e proteção dos direitos humanos.

dos direitos. O controle dá-se primordialmente, pela ação sociedade civil organizada e das instâncias públicas colegiadas, a exemplo dos conselhos.

Simplificando o processo de Garantia dos Direitos, são apresentadas, a seguir duas figuras que esclarecem melhor todo o processo:



Figura 1 - O sistema de garantia de direitos relacionado ao ECA
Fonte: econce/2012 (www.econce.com.br/upload/sgd.pdf)

EIXOS	OBJETIVOS	ATORES PÚBLICOS E SOCIAIS
Promoção (atendimento direto)	Atendimento direto dos direitos através de políticas públicas	Conselhos de Direitos; Conselhos Setoriais e Entidades de Atendimento (Educação, Saúde e Assistência Social).
Controle (vigilância)	Vigilância do cumprimento da Constituição Federal e do ECA	Sociedade Civil; Fóruns – Sindicatos; Entidades de classe;
Defesa (responsabilidade)	Responsabilização pelo não atendimento, pelo atendimento irregular ou pela violação dos direitos.	Judiciário – Ministério Público; Secretaria de Segurança; Secretaria de Justiça; Defensoria Pública; Conselhos Tutelares e Centros de Defesa.

Quadro 1- Eixos do Sistema de Garantias de Direitos Humanos
Fonte: Cabral (1999 apud Hechler, 2005, p. 52)

Com relação aos direitos referentes à população infanto-juvenil ocorre a pretensão de uma nova cultura política ideológica, um avanço no tratamento das políticas sociais, com a legislação instituindo a universalidade e desfazendo a forma vigente predominante - atendimentos depreciativos, proporcionando políticas de caráter democrático. O fato é que os direitos assegurados na Constituição e, posteriormente, no ECA esbarram nos sérios problemas sociais do país, marcado pela desigualdade, pobreza e exclusão social, além de diversas outras expressões da questão social que envolve os adolescentes, o que desarticula muitas medidas de proteção integral.

As questões que se referem aos Direitos da população infanto-juvenil e às relações sociais democráticas vão além de sua regulamentação jurídica formal, pois navegam também no campo ideológico e cultural de construção de novos referenciais e novas práticas relacionadas às políticas sociais (SILVEIRA, 2009, p. 07).

Com a implantação e materialização do ECA, apesar de alguns empecilhos, a lei de proteção (não a integral) é aplicada, de fato, às crianças e adolescentes. Além disso, surge, na esfera mundial e no Brasil, uma preocupação com os jovens⁹ através do entendimento de que a juventude é uma etapa do ciclo da vida, mais do que uma mera fase de transição ou formação, carregando sentido em si mesma, sendo marcada pela superação da condição anterior de dependência e proteção exigida pela infância e adolescência (BRASIL/SNJ, 2013).

Os acontecimentos da década de 90 com relação às estruturas produtivas mundiais, a intensificação da violência e as políticas de flexibilização de direitos trabalhistas, além do enxugamento dos Estados, refletiram-se, particularmente, nos adolescentes e nos jovens, ao criarem preocupação em relação aos jovens “em situação de riscos”, os quais passaram a ser assistidos pela igreja e organizações não governamentais. Assim, as demandas juvenis começaram a evidenciar a necessidade de instituir políticas públicas que garantissem a entrada do tema na agenda governamental (BRASIL/SNJ, 2013).

⁹ Jovens pertencentes à faixa etária que corresponde dos 15 aos 29 anos.

No Brasil, as demandas juvenis ganharam força e amparo, a partir de 2005, com a implementação do Plano Nacional de Juventude (PNJ), que permitiu avanços importantes para melhorar as condições dessa parcela da população, uma vez que foi inserida na Constituição Federal, a Emenda 65/2010, a qual, além de incluir a palavra “jovem” na Carta Magna, institucionalizou o PNJ e criou órgãos e conselhos específicos nos Estados e Municípios. Essa emenda também colocou, na pauta do Congresso Nacional, os marcos legais como o ECA e o PNJ. Com essa perspectiva, a SNJ busca incluir milhões de jovens, rompendo o ciclo de reprodução da pobreza e, principalmente, almeja aproveitar o potencial das novas gerações para fortalecer o processo de desenvolvimento que está em curso no País (BRASIL/SNJ, 2013).

Como resultado de toda as lutas sociais, foram criados a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)¹⁰, órgão responsável por coordenar e articular a política nacional; o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), que propõe, acompanha e avalia programas e ações e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

Todas as iniciativas criadas até hoje resultaram em melhorias para todos os jovens, mas ainda é preciso construir políticas públicas efetivas, uma vez que há um grande desafio na ação governamental, que é a garantia da escolaridade, do mundo do trabalho e da vida segura para esses jovens. Segundo a SNJ (2013), o Brasil para concretizar ações, tem de garantir o caráter intersetorial, envolvendo distintas abordagens, como “territorialidade, federalismo e regionalidade”, a multiplicidade, desigualdade e diversidade do público juvenil, seus aspectos culturais, raciais, seu gênero, sua classe social, sua orientação sexual, bem como atendimento a pessoas com deficiência, além da articulação com as demais Secretarias e Ministérios.

1.3 Políticas sociais e os direitos humanos

No processo histórico, social e cultural que observado até aqui, identificou-se que a individualização das crianças e adolescente quanto às suas fases de desenvolvimento foi construída ao longo dos anos, conforme a cultura, o pensamento e o comportamento da sociedade. Na sociedade contemporânea, a

¹⁰ Lei 11.129/2005.

separação entre crianças e adolescentes - torna-os cada vez mais visíveis, sendo preciso que a sociedade os atenda e os proteja com ações específicas de acordo para cada etapa.

Então, como foi feito na construção histórica do presente trabalho, a partir desta etapa, não se abordará mais a fase da infância e se passará a tratar somente dos assuntos relacionados aos adolescentes e jovens, visualizando-os e caracterizando-os essencialmente dentro do seu contexto social, econômico e educacional. Assim, pretende-se evidenciar suas dificuldades, vulnerabilidades e desigualdades, bem como a necessidade da garantia de proteção integral e de não violação dos seus direitos.

Para tanto, compete, primeiramente, conhecer quem são e quantos são os adolescentes e jovens de hoje, além da vulnerabilidade produzida pelo contexto social e das desigualdades resultantes dos processos históricos de exclusão e discriminação a que estão submetidos, conforme o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2011), o qual expõe que todos os problemas têm de ser superados para, desse modo, assegurar o direito de “ser adolescente” a cada menino e menina neste país.

O UNICEF (2011) indica que são 21 milhões (11% da população) de adolescentes no Brasil, integrantes da primeira geração nascida sob um conjunto de conquistas legais de grande relevância, tanto no âmbito internacional quanto nacional, mas muitos, ainda, são submetidos a um conjunto de vulnerabilidades, presentes na sociedade, efetuando-se de maneira grave.

Para Marie-Pierre Poirier, representante do UNICEF no Brasil,

Nascer branco, negro ou indígena, viver no Semiárido, na Amazônia ou numa comunidade popular nos grandes centros urbanos, ser menino ou menina, ter deficiência ainda determinam de forma cruel as possibilidades que os adolescentes têm de exercer seus direitos à saúde, à educação, à proteção integral, ao esporte, ao lazer, à convivência familiar e comunitária. Tais vulnerabilidades e desigualdades precisam ser enfrentadas e superadas (UNICEF, 2011, p. 4-5).

Segundo a SNJ (2013), o Censo de 2010 identifica que são aproximadamente cerca de 50 milhões de jovens (um pouco mais de 25% da população), no Brasil, muitos em situação de invisibilidade e à margem da sociedade, necessitando de políticas que promovam o seu bem estar. Jovens que formam uma parcela da

população fundamental para o processo de desenvolvimento de qualquer nação (BRASIL, 2013).

[...] apesar das conquistas o Brasil ainda precisa dar respostas a problemas não totalmente solucionados, como o desemprego juvenil, que afeta não só os jovens brasileiros, mas do mundo inteiro. Combater o desemprego e assegurar o trabalho decente para os jovens é um dos desafios da agenda governamental. Nessa mesma pauta, incluímos o compromisso com a educação de qualidade, a saúde integral, o acesso à cultura, esporte e lazer, tempo livre e o direito à participação, além de um item que requer atenção ainda mais especial por parte do poder público, que é o enfrentamento à violência contra a juventude, em especial, contra os jovens negros, as principais vítimas da violência no país (BRASIL/SNJ, 2013, p. 5).

Toda a visão de proteção à juventude tem a recomendação da ONU, através de relatórios que identificam a invisibilidade dessa população com a necessidade de que a proteção dos direitos humanos seja especificada por faixa etária, alertando para o desafio a ser enfrentado pelos Estados e pela sociedade em geral, a fim de se encontrarem formas sustentáveis para concretizar os direitos humanos e romper o ciclo intergeracional da pobreza. O caminho apontado pela ONU menciona a necessidade de intervenções públicas nas áreas da educação, saúde e emprego e ressalta, ainda, que a maioria dos problemas atinge, indistintamente, os jovens do mundo inteiro, sendo que o quadro mais grave encontra-se nos países em desenvolvimento (CASTRO, AQUINO e ANDRADE, 2008).

Portanto, a agenda nacional para esses adolescentes e jovens deverá assumir compromisso com a educação de qualidade, a saúde integral, o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer, ao tempo livre e ao direito à participação no mundo do trabalho, o que favorece o combate ao desemprego (BRASIL/SNJ, 2013). Isso, porque não se pode esquecer que, além de aluno, uma criança se transformará em adolescente e crescerá em busca do mercado de trabalho, levando-se em conta um contexto social difícil e não estruturado como o do Brasil.

A viabilização da democracia, a visualização dos direitos humanos e o combate às desigualdades dependem de inúmeras condições referentes às dimensões pessoais dos cidadãos e às dimensões sociais de um determinado espaço-tempo. Dentre essas condições encontra-se a política social que tem valores centrais legitimadores do projeto de uma sociedade com equidade e justiça.

Com o processo de aceleração do êxodo rural e a conseqüente concentração de população urbana, a pobreza tomou forma, aumentou seu desenho e exigiu novas estratégias de combate e erradicação da desigualdade. Nesse sentido, assinalam Viana, Elias e Ibañez (2005, p. 16) que “[...] foi o processo de diferenciação social e de divisão do trabalho que impôs a ativação, pelas instituições políticas e religiosas, de formas diversas de proteção coletiva ou social”.

De modo ambivalente, a proteção social era exercida, de um lado, pela classe dominante e pela autoridade política, ambas procurando assegurar a ordem e a paz social, muitas vezes, mediante a utilização da força. Por outro lado, havia, também, justificativas éticas para que ocorressem as intervenções, sustentadas em valores civis e religiosos. Nessas bases, durante muito tempo, a proteção social esteve assentada tanto na concessão caritativa, caracterizada como ajuda aos pobres, quanto na concessão que se origina na estabilização e no controle social (VIANA, ELIAS, IBAÑEZ, 2005). Com a ampliação das situações de desigualdade no mundo, gerando a insegurança com características intensas, a proteção social se consolida como cultura política.

Nesse contexto, entende-se que todas as sociedades humanas, ao longo dos tempos, mantiveram algum sistema de proteção social, quer no âmbito familiar, quer como responsabilidade primordial do Estado. Desse modo, a proteção social pode ser compreendida a partir de sua dupla função: proteger a sociedade dos riscos que sua organização econômica apresenta, e, ao mesmo tempo, organizar as relações sociais com um sentido de justiça distributiva (MAURIEL, 2006).

A partir da análise dessas funções, é possível perceber a complexidade dos sistemas de proteção social que se mostram diferenciados em razão de critérios históricos, ideológicos, culturais. Entretanto, essas duas funções delineadoras da proteção social têm sido mantidas, especialmente, a partir do período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, assumindo maior importância a partir das três últimas décadas do século XX. Assim, assumida pelo Estado e reconhecida pela sociedade como função legal e legítima, a proteção social institucionalizou-se e tomou forma concreta por meio de políticas sociais consideradas como instrumentos necessários para legitimar as conquistas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, reduzir conflito (RAMALHO, 2012).

Sua função principal é a “correção” dos efeitos negativos produzidos pela acumulação capitalista. Nesta concepção, a Política Social é entendida como concessão por parte do Estado para melhorar o bem-estar da população, cuja solução para os problemas seria uma melhor redistribuição de renda ou uma distribuição “menos desigual” dos recursos sociais. A Política Social nesta ótica teria o papel de restabelecer o equilíbrio social, via redistribuição de renda (PEREIRA, SILVA, PATRIOTA, 2006, p. 5).

Na perspectiva institucional, as políticas sociais fazem parte de um complexo sistema de ação composto por diversas causalidades e diferentes atores/campos de ação social e pública, como: proteção contra riscos, combate à miséria, desenvolvimento de capacidades que possibilitem a superação das desigualdades, exercício pleno da cidadania, redistribuição de riquezas (IVO, 2004). As políticas sociais constituem, pois, necessidade imperativa de neutralizar ou reduzir o impacto de determinados riscos sobre o indivíduo e a sociedade, tornando-se dispositivos institucionais cujo objetivo consiste em assegurar condições materiais de vida a todo cidadão, ao permitir-lhe exercer seus direitos sociais e cívicos, atuando no âmbito redistributivo e envolvendo relações de poder. Tal fato caracteriza-as, ao mesmo tempo, como conflitivas e qualificadoras da democracia e do projeto de inclusão social.

Todavia, a perspectiva neoliberal apresenta argumentos que refutam a implantação da proteção e indicam a impossibilidade de manter as regras que orientam a política social do Estado de Bem-Estar Social. Dentre as razões, são citadas: crise fiscal, excessiva intervenção do Estado no mercado e possíveis estímulos negativos que os dispositivos institucionais geram nos indivíduos (parasitismo dos trabalhadores face ao esforço das coletividades e/ou uso do clientelístico nas transações). A perspectiva neoliberal implica a reorientação da universalidade, encaminhando a proteção social para programas focalizados na linha da pobreza, de acordo com diferentes públicos-alvo.

No Brasil, nesse processo de intensos embates, distinguem-se três etapas que expressam movimentos de hegemonia e contra-hegemonia, ao apresentarem desafios ao Estado nacional quanto, principalmente, ao tratamento da questão social, conforme indica Ivo (2004):

- primeira etapa (1970-1980) – expressa pela luta democrática de abertura política e explosão de movimentos reivindicatórios pelos direitos dos cidadãos, decorrentes da condução de duas forças fundamentais: o novo sindicalismo e os movimentos

sociais, cuja culminância foi a instalação da Assembleia Nacional Constituinte e a consequente promulgação da Constituição de 1988. A Carta Magna, na afirmativa de Ivo (2004, p. 59), “[...] inovou o tratamento da política social como política de inclusão social de caráter universalista e de extensão dos direitos sociais às camadas mais pobres da população, associadas ao resgate da cidadania”, tendo como égide a Seguridade Social;

- segunda etapa (década de 1990) – caracterizada por ajustes institucionais, representou momento de interferência autoritária do Estado nacional sobre as conquistas dos trabalhadores; reforçou o Executivo e atribuiu alto peso às tecnocracias na tomada de decisões. Nesse período, verificou-se a desregulação dos direitos sociais;

- terceira etapa (final da década de 1990) – configurada pelo entendimento de que a estabilização é importante, mas absolutamente insuficiente, reconhece os limites perversos da desregulação autoritária e indica a urgência de ações que contemplem formas de integração social como prioridade, necessitando o enfrentamento da pobreza ocorrer em parceria com a sociedade civil, na qual, as Organizações Não governamentais (ONGs) têm relevante papel.

Entretanto, há diversas controvérsias tanto no que diz respeito à ação quanto aos objetivos das políticas sociais, pois, no espaço governamental o esforço restringe-se às escolhas públicas eficientes, tendo, como parâmetro, a redução dos gastos sociais, num processo em que se verifica um paradoxo da sociedade brasileira no contexto atual, caracterizado pelo regime político democrático, que tende a incluir politicamente e a ampliar a cidadania e a dinâmica da economia dessocializada, que produziu/produz a exclusão socioeconômica, ao negar a cidadania, e destituir os direitos sociais básicos. No mesmo viés, os autores Pereira, Silva e Patriota (2006) alegam que, na análise das políticas sociais, pode-se interpretá-las como fenômeno contraditório, já que, ao mesmo tempo em que respondem positivamente aos interesses dos representantes do trabalho, proporcionando-lhes ganhos reivindicativos na sua luta constante contra o capital, também atendem, de modo positivo, aos interesses da acumulação capitalista, uma vez que preservam o potencial produtivo da mão de obra e, em alguns casos, até desmobilizam a classe trabalhadora.

Dessa maneira, é acentuada a ambivalência entre inclusão e exclusão, gerando um dos principais dilemas de governabilidade no Brasil: “[...] manter a

ordem jurídica e política baseada no princípio da igualdade básica entre cidadãos, num contexto de ampliação dos direitos políticos, abalados pelas inúmeras desregulações dos direitos sociais” (IVO, 2004, p. 60).

Sendo assim, acentua-se a adoção de medidas individualizadas da situação dos pobres, as quais têm sido utilizadas como matéria-prima central para o (re)desenho das políticas sociais, por contribuírem para a exclusão social e provocar a leitura fragmentada da realidade, assim como a intervenção focada em parcelas do fenômeno da pobreza.

Nessa perspectiva, a política social passa, cada vez mais, a se caracterizar como assistencialista, deixando de ser pensada como um sistema de proteção universal, operacionalizando-se, então, por meio de programas de atendimento aos grupos de pobres, considerados em situação de vulnerabilidade. Nessa lógica, portanto, inverte-se a tendência universalista da proteção social, e a desigualdade fica restrita à pobreza e à fome, sendo essas consideradas como riscos sociais, percebidas como chagas indesejáveis no processo de globalização, que pretende manter escondida a desigualdade, ficando estas protegida pelo discurso do direito à diferença, o qual instala o tratamento da questão social com base em um modelo de assistência focalizado.

O trato da ‘questão social’ pelos setores hegemônicos é geralmente orientado pela teoria da integração social; dessa forma, acaba-se naturalizando as desigualdades sociais, e as políticas sociais perdem o seu caráter de conquista passando a ser concebidas como concessões do Estado e do capital, reproduzindo a ‘ideologia do favor’, caracterizada por formas paternalistas e clientelistas de relação que se combinam com um tipo de atendimento por parte do Estado, orientado pela benevolência e a filantropia (PASTORINI, 2007, p. 93).

Para caminhar-se rumo aos direitos humanos, é preciso enfrentar os problemas relacionados à questão social e buscar, nas políticas públicas sociais, o confronto com setores hegemônicos que garantam melhores oportunidades e, conseqüentemente, o bem-estar da maioria dos jovens brasileiros. Para tanto, cabe considerar os riscos a que são expostos, não implicando somente a iminência imediata de um perigo, mas a possibilidade de, num futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida pela ausência de uma ação preventiva (SPOSATI, 2007, p. 451).

. Com a finalidade de conhecer as políticas sociais existentes, vai-se buscar, na história, a não obrigatoriedade da lei em relação ao Estado quanto à defesa dos adolescentes, reconhecidos como “menores”, cuja obrigação da tutela cabia somente à família (DUTRA, 2008). Isso, num processo desenvolvido, conforme Yazbek (2012, p. 295), “na experiência colonial e na escravidão prolongada que colocaram historicamente, para os trabalhadores, a responsabilidade por sua própria sobrevivência”. Desse modo, até os últimos anos do século XIX, ganharam corpo obras sociais e filantrópicas, ações de ordens religiosas e redes de solidariedade e de familiares (famílias extensas de vários tipos), que oportunizaram práticas sociais ligadas à sobrevivência sem o recurso ao “mercado”.

Algum tipo de preocupação com adolescentes e jovens tem início a partir do século XIX, com as primeiras medidas de políticas públicas destinadas apenas aos meninos desvalidos. Com o advento da República, o discurso higienista começa a ditar as ações que deveriam ser realizadas em relação às camadas populares da sociedade. A higiene pública aparece como mecanismo utilizado pelos governos nas tentativas de controle e “regularização” da vida social.

Dessa forma, podem-se pontuar algumas características que marcaram a história das políticas sociais brasileiras, em que predominava, como produção simbólica da infância e da adolescência, a concepção de delinquente e abandonado, com a criminalização da pobreza – a criança pobre era tida como um marginal em potencial e, por isso, era preciso reprimi-la e corrigi-la pela violência. Nessa perspectiva, as políticas eram compensatórias, e não preventivas, sendo centralizadas na esfera federal de governo. O assistencialismo evidenciava a clara segmentação e a não cidadania das crianças pobres. Tal situação começa a mudar somente com o processo de derrocada do regime militar, uma vez que, paulatinamente, a infância e a adolescência passaram a fazer parte da agenda da luta por direitos na sociedade brasileira.

O ECA modifica a concepção relativa a essa parcela da população, transferindo o entendimento histórico do “menor” abandonado e delinquente para o de sujeitos de direitos, com desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social como prioridade absoluta, indo além, ao introduzir algumas mudanças no conteúdo referente ao acréscimo de novos direitos para a juventude. Nessa visão, envolvem-se tanto os direitos individuais (vida, liberdade e dignidade) quanto os coletivos (econômicos, sociais e culturais).

Quanto à mudança de gestão, o ECA estabelece dois princípios básicos inovadores, vistos como primordiais para a política de atendimento à infância e à adolescência: a descentralização político-administrativa e a participação da população por meio de suas representações organizativas, princípios esses que diversos estudiosos destacam como essenciais para todas as políticas sociais.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, ocorre uma tentativa de reverter o quadro de proteção social e cria-se a rede de proteção social, mesmo elegendo, como prioridade, o ajuste e a estabilidade econômica. Essa rede insere ações sociais para os mais vulneráveis de forma seletiva, com programas de transferências monetárias, dando destaque para a expansão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – Bolsa-Escola, o Programa Bolsa Alimentação, o Agente Jovem e, um pouco mais tarde, o Auxílio Gás.

No governo de Luis Inácio Lula da Silva, o enfrentamento da pobreza efetiva-se com o combate à fome e à miséria, expresso pelo Programa Fome Zero com a modernidade do “Cartão Alimentação” e, após, com a unificação ao Programa Bolsa Família (PBF), o que significa um importante passo na busca de articulação do sistema protetivo no País (YAZBEK, 2012). Assim, Portanto, o PBF unificou quatro programas federais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação.

Outro fator de relevância para as políticas sociais entra em vigor, ligado à Assistência Social, mediante a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), para a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O PNAS tem, por objetivo, a gestão integrada de ações descentralizadas e participativas de assistência social no Brasil. Com relação ao enfrentamento da pobreza, cabe destacar que o PNAS e o Suas ampliam o número de usuários alcançados pela política, na perspectiva de superar a fragmentação contida na abordagem por segmentos (como o idoso, o adolescente, a população em situação de rua, entre outros) e de trabalhar com cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: indivíduos e famílias com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; perda ou fragilidade de ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de

violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social¹¹ (BRASIL/PNAS, 2004).

Pode-se salientar que a política social brasileira tem sido um modelo de crescimento econômico concentrador de renda e socialmente excludente, caracterizando-se como paternalista e clientelista, ao excluir, majoritariamente, a participação da população nos processos de tomada de decisão, evidenciando a privatização do Estado por setores das classes dominantes.

A importância das políticas sociais para minimizar desigualdades não tem sido levada a sério, até agora, devido ao desmonte de algumas políticas com a representação histórica discriminatória e regulada pelo processo da valorização do capital. No entanto, o Estado brasileiro junto com a sociedade, cada vez mais, estão sendo chamados a assumir seu compromisso com a juventude, necessitando desenvolver mais ações que produzam uma vida melhor para esse segmento da população. Apesar das dificuldades em implantar políticas que beneficiem a juventude, o Brasil vem avançando nesse campo, uma vez que é signatário de tratados internacionais.

Assim, a partir daqui, passa-se a descrever os principais programas públicos sociais para adolescentes e jovens, os quais os avanços nas áreas sociais. Isso, considerando que muitos dos programas se mesclam, bem como as faixas etárias.

Segundo o UNICEF (2011), para garantir aos adolescentes e aos jovens direito de aprender, o Brasil tem feito avanços concretos, com políticas consistentes de financiamento e de monitoramento e avaliação do ensino, passo fundamental para a formulação de estratégias efetivas e eficientes. Tem buscado enfrentar os graves fenômenos da repetência e da distorção idade-série, que, no limite, terminam por afastar milhares de meninos e meninas das escolas todos os anos. Assim, os avanços são resultantes de esforços e reivindicações de organizações da sociedade civil, educadores, pais e governos das esferas federal, estadual e municipal.

Nesse contexto, cabe mencionar algumas políticas sociais para os adolescentes:

¹¹ Resolução Nº 145, de 15 de outubro de 2004.

- Melhorias dos instrumentos de avaliação da qualidade do ensino com estratégias como o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem);
- o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007, inaugurando um novo regime de relacionamento entre os entes federados, por meio do plano de metas Compromisso Todos pela Educação.
- Promulgação, em 2009, da Emenda Constitucional 59, que prevê a obrigatoriedade da educação de 4 a 17 anos, proposta que garante, pelo menos, educação gratuita até os 14 anos.
- Implantação de três linhas de estratégias educacionais:
 - 1) ensino regular combinado com o ensino técnico-profissionalizante, permitindo ao adolescente desenvolver sua formação de caráter geral junto com a preparação para o trabalho, objetivando aumentar as oportunidades de inserção dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho de forma mais qualificada;
 - 2) proposta de uma grade curricular mais flexível, a qual combine áreas do conhecimento com linguagens criativas e de diálogo com a comunidade, trabalhando com a inovação no currículo, ao propor o projeto Ensino Médio Inovador, criado em 2009. Esse projeto tem a finalidade de apoiar e promover novas práticas pedagógicas em escolas públicas a partir de uma concepção mais abrangente de aprendizagem, pautada pela interdisciplinaridade e a contextualização, num esforço de aproximar a escola do projeto de vida dos adolescentes, propondo diversidade nos currículos com atividades integradoras através de mudanças da carga horária mínima para 3 mil horas (200 horas a cada ano).

Assim, buscam-se respostas para oferecer aos alunos a possibilidade de escolher 20% de sua carga horária e grade curricular, dentro das atividades oferecidas pela escola. A lógica do ensino deve associar teoria e prática, com grande ênfase a atividades práticas e experimentais, como aulas práticas, laboratórios e oficinas, em todos os campos do saber, favorecendo a leitura e garantindo a formação cultural;

3) educação integral, como forma de criar uma nova escola que promova a aprendizagem para a vida, mais sintonizada com o universo de interesses e de possibilidades dos adolescentes. Esse processo está avançando pouco a pouco no País, por meio da Política de Educação Integral, implementada pelo programa Mais Educação, do Ministério da Educação (MEC). Essa modalidade educativa é mais do

que manter o aluno em atividades que se prolongam por todo o dia, implica a articulação das diversas áreas do conhecimento.

- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens, que incorpora a atenção à saúde da população jovem à estrutura, aos mecanismos de gestão, às ações e rotinas do Sistema Único de Saúde (SUS) e serve de parâmetro às ações, aos serviços e programas de saúde nas três esferas de governo.

- Diretrizes Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, promovendo o crescimento e desenvolvimento saudáveis; a atenção integral à saúde sexual e saúde reprodutiva, à redução da morbimortalidade por causas externas.

- Caderneta de Saúde do(a) Adolescente, como instrumento de orientação para os serviços de saúde, para o autocuidado, pretendendo ser indutora de outras políticas e ações, em todos os níveis, para a saúde integral de adolescentes.

- Programa Saúde na Escola (PSE), o qual avalia as condições de saúde das crianças, adolescentes e jovens que frequentam a escola pública, com o propósito de promover a saúde e atividades de prevenção.

- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória, por intermédio da Portaria Interministerial nº 1.426 e da Portaria SAS/MS nº 647, a qual orienta a atenção em saúde voltada para adolescentes em conflito com a lei, dentro dos princípios do SUS (incluindo repasse de incentivo a Estados e municípios para ações de promoção da saúde).

- o ECA, sistema com um princípio claro de proteção aos adolescentes como parte do Sistema de Garantia de Direitos, estabelecendo mecanismos específicos tanto de proteção integral como de proteção especial. Entre eles, estão, por exemplo, os Conselhos Tutelares, estratégias de apoio sociofamiliar, ações de prevenção da violência, de cuidados específicos para os ameaçados de morte e outros instrumentos que, por meio de leis, políticas públicas, programas, serviços e benefícios, asseguram a proteção integral dos adolescentes.

- Através do Plano Decenal, a elaboração de planos temáticos para as situações de proteção especial (erradicação do trabalho infantil, enfrentamento da violência sexual, sistema socioeducativo, bem como convivência familiar e comunitária).

- o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), criado em 2003, é outra estratégia do governo federal para o enfrentamento do risco de mortes violentas entre adolescentes.
- o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, uma estratégia intersetorial (atuação em rede), que tem o objetivo de integrar políticas, disseminar metodologias e produzir dados e informações em diversas áreas, especialmente, as relacionadas à etnia, ao gênero, ao atendimento a agressores, ao tráfico, à participação de adolescentes, à humanização do atendimento nos sistemas de segurança e justiça, à pornografia infanto-juvenil na internet e à responsabilidade social.

Também, compete apontar algumas políticas sociais para a juventude (Brasil/SNJ, 2010):

1 - Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)

Lançado em 2008, o ProJovem Integrado surgiu da união de outros seis programas voltados para a juventude: o próprio ProJovem (da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República); Agente Jovem (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome); Saberes da Terra e Escola de Fábrica (Ministério da Educação); Juventude Cidadã e Consórcio Social da Juventude (Ministério do Trabalho e Emprego).

Com a integração, o ProJovem passou a atuar com as modalidades:

- **ProJovem Urbano** (SNJ) - destina-se a jovens de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental, oferecendo elevação de escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, participação em ações de cidadania e uma bolsa mensal de R\$ 100,00. A duração é de 18 meses. A modalidade é executada mediante convênios firmados entre a Secretaria Nacional de Juventude, Estados e Municípios. Nas cidades com mais de 200 mil habitantes, a parceria é feita diretamente com a Prefeitura Municipal. Já, nas cidades menores, essa parceria é firmada com o governo do Estado, o qual viabiliza a inserção do Programa nas cidades menores;
- **ProJovem Campo** (MEC) - modalidade que oferece elevação de escolaridade, com a conclusão do ensino fundamental e capacitação profissional de jovens de 18 a 29 anos que atuam na agricultura familiar. O curso tem duração de 24 meses e é ministrado conforme a alternância dos ciclos agrícolas, respeitando o período em que os alunos trabalham no campo;

- **ProJovem Adolescente** (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) - destina-se a jovens de 15 a 17 anos em situação de risco social, independentemente da renda familiar, ou que integram famílias beneficiárias pelo Bolsa Família. Com duração de 24 meses, oferece proteção social básica e assistência às famílias, visando a elevar a escolaridade e reduzir os índices de violência, uso de drogas, ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce; e

- **ProJovem Trabalhador** (Ministério do Trabalho e Emprego - MTE) – com o propósito de preparar o jovem de 18 a 29 anos para o mercado de trabalho, podendo participar jovens desempregados que integram famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Os cursos de qualificação são de 600 horas/aula, e os alunos recebem o auxílio financeiro de R\$ 100,00 durante seis meses. A modalidade é executada mediante convênio firmado pelo MTE com os Estados e Municípios. Também, o ProJovem Trabalhador busca ampliar o atendimento a um número cada vez maior de jovens, assegurando-lhes a reintegração à escola e a qualificação profissional, além de inseri-los em ações de cidadania, esporte, cultura e lazer.

No quadro a seguir, visualiza-se melhor o desdobramento do Programa ProJovem e as suas novas modalidades.

Programa anterior 2004	Programa após a unificação	Vínculo institucional	Principais mudanças
ProJovem	ProJovem Urbano	SGPR/SNJ	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliou a faixa etária de 18 a 24 anos para 18 a 29 anos. • Ampliou a duração do programa de 12 para 18 meses. Foi estendido para as unidades prisionais ou socioeducativas de privação de liberdade. • Excluiu a condição de não presença no mercado de trabalho. • Mudou a forma de repasse para os municípios, os estados e o Distrito Federal, pois não é mais exigido o repasse por meio de convênio ou instrumento congêneres. Agora o repasse é realizado por transferência automática.
Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Empreendedorismo Juvenil	ProJovem Trabalhador	MTE	<ul style="list-style-type: none"> • Incorporou o programa Escola de Fábrica, do MEC. • Alterou a faixa etária de 16 a 24 anos para 18 a 29 anos.

Agente Jovem	ProJovem Adolescente	MDS	<ul style="list-style-type: none"> • Extinguiu o auxílio financeiro de R\$ 65,00 – um benefício de R\$ 30,00 é pago diretamente às famílias. • Priorizou os jovens de 15 a 17 anos integrantes das famílias do Programa Bolsa Família. • Ampliou a permanência no programa para até 24 meses. • Previu a expansão territorial na lógica dos Centros de Referências de Assistência Social (Cras)/Sistema Único de Assistência Social (Suas) para 4 mil municípios até 2010.
Saberes da Terra	ProJovem Campo – Saberes da Terra	MEC e MDA	<ul style="list-style-type: none"> • Delimitou a faixa etária para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos – antes o programa atendia a partir dos 15 anos e não tinha limite de idade ainda que priorizasse os jovens entre 15 e 29 anos. • Incluiu Bolsa Auxílio mensal de R\$ 100,00 por jovem atendido – antes não concedia auxílio financeiro.

Quadro 2 - (Novo) ProJovem - principais mudanças introduzidas 2007

Fonte: Ministérios setoriais. Elaboração das autoras Silva e Andrade (CASTRO, AQUINO, ANDRADE, 2008, p. 55-56).

Muitos outros programas federais voltados total ou parcialmente para a juventude brasileira estão sendo efetivados desde 2009, com o objetivo de esboçar os limites da intervenção federal na problemática da juventude. Programas unificados em sete eixos temáticos (Anexo B) de acordo com as principais atividades/benefícios ofertados:

- i) elevação de escolaridade, capacitação profissional, formação e qualificação profissional e cidadania;
- ii) educação – ensino médio e superior;
- iii) financiamento e crédito rural;
- iv) cultura, esporte e lazer;
- v) meio ambiente;
- vi) saúde; e
- vii) segurança pública. .

Concluindo o capítulo, pode-se analisar que os tratados internacionais têm exigido dos países signatários a obrigatoriedade da garantia dos direitos humanos, influenciando, inclusive, suas constituições, leis e criando órgãos governamentais que efetivem e materializem ações de proteção, principalmente, em relação aos três segmentos mais importantes para o futuro de uma nação: infância, adolescência e juventude. Tal fato leva o Brasil, país em desenvolvimento, a priorizar ações públicas

sociais, mesmo com a concepção de focalização no atendimento somente à população de extrema pobreza.

Desse modo, é possível considerar que são muitas as leis e programas de proteção que estão desencadeando essa garantia de direitos em diversas áreas de riscos, mas aquela que ainda se destaca como marco inovador é o ECA, com seus propósitos e condicionalidades avançados, propondo rupturas com os estigmas estabelecidos e incorporando demandas e expectativas políticas de caráter democrático (SILVEIRA, 2009).

O Estatuto, mesmo assim, apresenta dificuldades quanto aos eixos do seu Sistema de Garantias, pois, num país de extensa área geográfica como o Brasil, fica crucial a implantação de Conselhos Tutelares em todas as cidades, assim como a capacitação e acompanhamentos dos atores que atuam na promoção, controle e defesa.

Quanto às políticas sociais brasileiras, o UNICEF (2011) garante que o país já mostrou que sabe e pode colocá-las em prática, uma vez que, nos últimos 20 anos, implementou políticas fundamentais que contribuiriam para a melhoria das condições de vida como a redução da mortalidade infantil e da exploração da mão de obra infanto-juvenil, e a quase universalidade do acesso ao ensino fundamental. O que se necessita é ampliar as conquistas já estabelecidas e fazer valer o direito de ser jovem, precisando pôr em prática uma nova pauta de prioridades na qual os protagonistas das políticas sociais sejam partícipes deste processo, preocupando-se com políticas universais focadas nas demandas e necessidades de todos os jovens.

Nas políticas implantadas para a juventude, têm-se observado ações emergenciais e compensatórias voltadas para a qualificação profissional e a aceleração da aprendizagem dos jovens de baixa renda que não conseguiram acesso a uma educação de qualidade. Nesse sentido, considera-se de extrema importância iniciativas que valorizam a política educacional como base para o desenvolvimento de um país, já que representam o elemento fundamental para o processo inclusivo social, o exercício da cidadania e a transformação do pensamento vigente. Processo que será abordado no próximo capítulo.

2 EDUCAÇÃO: CONTEXTO DE UM DIREITO FUNDAMENTAL E SOCIAL

A educação, como direito humano fundamental e social, é considerada um tema novo e muito importante, principalmente, para a população juvenil que precisa descobrir várias formas para efetivar seu futuro, procurar sua vocação e organizar sua vida. Nesse viés, Hernandes (2010, p. 30) coloca que “o direito à Educação caminha junto com a transformação da sociedade, trazendo para o cidadão a garantia de um futuro melhor”, indo além da aprendizagem de conteúdos e implantando o desenvolvimento social e emocional dos indivíduos atores do processo de ensino.

Para entender melhor e compreender os deveres do Estado, da família e da sociedade, em geral, faz-se, segundo a legislação brasileira, uma diferenciação entre a educação e o ensino, conceituando-se educação como “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996, art. 1º.). Portanto, a educação é um dever compartilhado por todos os atores sociais, e todos são livres para promover e escolher o que e onde desejam aprender, cabendo ao Estado respeitar e proteger essa forma de liberdade.

Já, a conceituação de ensino corresponde à modalidade de educação que se desenvolve em instituições escolares de educação básica e superior, sendo regulamentado com currículo e formas de funcionamento previstos em normas jurídicas e certificação em cada etapa de escolaridade (fundamental, média, técnica, superior etc.). Compete ao Estado estabelecer a convivência a educação e o ensino, propiciando o respeito e a proteção da liberdade de escolha no aprender e a promoção do ensino, assegurando a todos oportunidades de formação escolar.

Assim, o ensino ou sistemas escolares fazem parte do processo educativo, no qual se aprendem basicamente, normas, comportamentos e habilidades, assim como se constroem conhecimentos essenciais para sobreviver em sociedade, ou seja, essa é uma parte da educação de uma pessoa, enquanto a educação não escolar equivale a todo o processo educativo fora da escola, como o que se aprende em sociedade e na família.

A educação tem, por base, a realização de outros direitos, como tão bem introduz Haddad (2002), quando expõe que o sujeito que passa por processos

educacionais, em particular pelo sistema escolar, é normalmente um cidadão que tem melhores condições de lutar por outros direitos humanos (saúde, habitação, meio ambiente, participação política etc.). Essa ideia Carreira et al. (2012) ratificam, indo além, esclarecendo que, para alcançar uma transformação mais estrutural da sociedade, faz-se necessária a articulação das políticas de educação com um conjunto de outras políticas que promovam efetivamente a distribuição de recursos, poderes e conhecimentos, confirmando as palavras de Freire (2000. p. 67): “a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Para a Plataforma Dhesca (2011), o direito à educação assume diversas dimensões que levam a observar como esse direito deve ser exercido sem violar todos os outros direitos. Assim, o Direito Humano à Educação não se resume ao direito de ir à escola, pois a educação deve ter qualidade, ser capaz de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, responder aos interesses de quem estuda e aos de sua comunidade. Os Direitos Humanos na Educação equivalem à não dissociação do respeito aos outros direitos humanos, não permitindo que os conteúdos e materiais didáticos reforcem preconceitos, nem aceitem que o espaço escolar coloque em risco a saúde e a segurança de estudantes, ou, ainda, que a educação e a escola sejam geridas de forma autoritária, impossibilitando a livre manifestação do pensamento de professores e estudantes, bem como sua participação na gestão da escola. E, em relação à Educação em Direitos Humanos, alega-se que os direitos devem fazer parte do processo educativo das pessoas, viabilizando o conhecimento para defender seus direitos e reivindicá-los na sua vida cotidiana. A educação em direitos humanos promove o respeito à diversidade (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras), a solidariedade entre povos e nações e, como consequência, o fortalecimento da tolerância e da paz.

Uma das principais metas da educação é a educação de qualidade, que busca formar um indivíduo digno e útil à sociedade e, também, apto a alcançar os seus objetivos pessoais, devendo transmitir-lhe não só valores éticos e morais, mas, principalmente, o caráter crítico, que, para Freire (2004), é o processo educativo de conscientização, o despertar da consciência crítica, uma vez que homens e mulheres só podem ser conscientes à medida que conhecem.

[...] o homem precisa ter consciência de si próprio como indivíduo e como classe, para o bem e para o mal, para a transformação e para a conservação da sociedade. Mas precisa ter consciência. E essa consciência se adquire através da Educação (FERNANDES, 1991 apud HERNANDES, 2010, p. 80).

Para entender educação nos diversos momentos da história, é preciso compreender que ela sempre apresentou diferentes formas dentro de um contexto sociopolítico e econômico, desempenhando, conforme Hernandes (2010), um papel fundamental na rede de instrumentos de controle social, direção política e ideológica, ao assegurar uma determinada ordem social e ao visar à perpetuação de uma dada concepção de mundo.

No contexto social da educação observa-se que, no início da civilização, as pessoas viviam em tribos com suas famílias; portanto, o processo não era individual, já que todo o sistema de subsistência desenvolvia-se em grupo, e cada membro tinha uma função específica em prol da comunidade. A educação era uma função espontânea, visto que o conhecimento era passado naturalmente de geração em geração.

Com o passar do tempo e como o desenvolvimento da humanidade, são criadas novas técnicas para facilitar o trabalho, especialmente, a domesticação dos animais e o seu emprego na agricultura. Esse processo acarreta um aumento do trabalho e, conseqüentemente, uma produção maior do que a necessária ao sustento. Surge, assim, o excedente de produtos, o intercâmbio desses bens e o aparecimento dos administradores responsáveis pelo comércio, assim como, suas funções passam a ser hereditárias e as terras propriedades privadas, constituindo, deste modo, a classe privilegiada.

[...] Desde esse momento, os fins da educação deixaram de estar implícitos na estrutura total da comunidade. Em outras palavras: com o desaparecimento dos interesses comuns a todos os membros *iguais* de um grupo e a sua substituição por interesses *distintos*, pouco a pouco *antagônicos*, o processo educativo, que até então era único, sofreu uma partição: *a desigualdade econômica entre os “organizadores”* – cada vez mais exploradores – e os “executores” – cada vez mais explorados – *trouxe, necessariamente, a desigualdade das Educações respectivas.* [...] Mas, se a aparição das classes sociais foi uma consequência inevitável da escassa produtividade do trabalho humano, também não é menos certo que os que se libertaram do trabalho manual aproveitaram a vantagem conseguida para defender a sua situação, *não divulgando os seus*

conhecimentos, para prolongar a incompetência das massas e, ao mesmo tempo, assegurar a estabilidade dos grupos dirigentes (PONCE, 1986, p. 25-26).

A definição de classe social na concepção marxista, citada por Ponce (1986) como a mais didática e expressiva, é a pronunciada por Lenine num discurso durante o III Congresso Pan-Russo da União das Juventudes Comunistas:

Que são as classes em geral? É o que permite a uma fração da sociedade apropriar-se do trabalho da outra. Se uma fração da sociedade apossar-se de todo o solo, passamos a ter a classe dos proprietários da terra e a classe dos camponeses. Se uma fração da sociedade possui as fábricas, as ações e o capital, enquanto a outra trabalha nessas fábricas, temos a classe dos capitalistas e a dos proletários (PONCE, 1986, rodapé pág. 22).

No âmbito educacional, acontece o privilégio ao conhecimento, com uma educação imposta pelos nobres, encarregada de difundir e reforçar este privilégio e, a constituição das classes sociais passa a ser “um dogma pedagógico a sua conservação” (PONCE, 1986, p. 28). E esse autor ressalta que a educação não é mais um bem comum, porque, a partir da transição entre o “homem primitivo” e o “homem antigo”, surgem, como consequência necessária, uma religião com deuses, uma educação secreta, a autoridade paterna, a submissão da mulher e dos filhos e a separação entre os trabalhadores e os sábios. Em vista disso, pode-se dizer que o aparecimento das classes sociais, na visão do autor, teve dupla origem: o escasso rendimento do trabalho humano e a substituição da propriedade comum pela propriedade privada.

Nessa nova sociedade, com o direito à propriedade privada, “[...] os vínculos de sangue retrocedem diante de um novo vínculo que a escravidão inaugurou: o que impunha o poder do homem sobre o homem” (PONCE, 1986, p. 25). Em determinado momento, o senhor das terras constatou que o cultivo em pequena escala tinha voltado a ser o único que compensava uma vez que a exploração de grande domínios não produzia rendas compensatórias e os gastos para adquirir e para manter escravos ficavam muito elevados. Sendo assim, nesse período, emprestam sua terra para ser trabalhada pelo servo que deve custear a sua própria vida, pagando em troca um tributo, fruto de seu trabalho. Então, na essência do

regime feudal destaca-se um laço contratual entre homens de poderes e camponeses de necessidades diferenciadas, no qual o senhor da terra deixa-o explorar um lote de terras em troca de compensação, o que é uma parte do fruto de seu trabalho e, também, de prestação de serviços pessoais (PONCE, 1986).

Nessa época, a única escola para a “instrução da plebe” (escolas monásticas) não ensina a leitura nem a escrita; o objetivo principal é familiarizar as massas camponesas com as doutrinas religiosas, para manter essa classe “dócil e conformada” (PONCE, 1986, p. 91).

As grandes propriedades privadas se transformam e ficam fracionadas, exigindo dos senhores a obrigatoriedade de se transportar de um lugar para outro para consumir o que as suas propriedades produziam. Essa mudança implica em gastos, e logo, os servos passaram a trabalhar para terceiros com a permissão do senhor feudal mediante retribuição econômica. Isto, desencadeia uma grande transformação econômica na sociedade, com a circulação de dinheiro e o estabelecimento do comércio e, conseqüentemente, o surgimento da burguesia.

Toda essa transformação na economia e nas relações sociais repercute na educação e, por exigência da nova classe, a burguesia, são criadas às universidades, com o caráter de “reuniões de homens que se propõem ao cultivo das ciências” (PONCE, 1986, p. 99). O comerciante (burguês), cada vez mais rico, começa a dominar as universidades, criando os cursos e o ensino pago, enquanto que a pequena burguesia passa a exigir escolas primárias. Para Porto Júnior (2008), a escola passa a ser pretendida por camadas do proletariado nascente, como forma de ascensão social, principalmente, através do aparelho estatal. Essa pressão e as necessidades burocráticas estatais impulsionam a criação de sistemas escolares públicos para parcelas bastante limitadas da população.

A princípio, tanto o operário quanto o mestre colaboram entre si na realização das mesmas tarefas, sob o mesmo teto, mas, com o passar do tempo, o mestre vira comerciante - organizador da produção em grande escala -, vira o patrão capitalista e, desse modo, se estabelece uma distância entre os dois, culminando com o “caráter despótico do capitalista” (PONCE, 1986, p. 147). Nesse momento delineiam-se os dois traços fundamentais do capitalismo: distância do trabalho material e despotismo.

Com o enfoque capitalista, o desenvolvimento da grande indústria introduz a máquina e a necessidade de o trabalhador aprender a ler para conseguir manejar os equipamentos. Esse foi o momento preciso para levar o trabalhador a ter domínio do conhecimento necessário para ser eficiente no processo produtivo (SAVIANI, 2003). Nesse contexto, criam-se as escolas politécnicas para atenderem a exigência dos trabalhadores se aperfeiçoarem tecnicamente para aprimorar a mão de obra e, com isso, promoverem mudanças em suas vidas.

De forma similar a essas ideias, têm-se os postulados de Frigotto (1996), esclarecendo que, na ótica das classes dominantes, busca-se habilitar técnica, social e ideologicamente os diversos grupos sociais de trabalhadores, para servirem ao mundo do trabalho. Para o autor (Frigotto, 1996, p. 26), “[...] trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital”.

Dessa maneira, o sistema educacional começa a reproduzir e divulgar, através da escola, um conjunto de ideias, de representações simbólicas da realidade, de valores culturais e de formas de conduta que satisfarão as necessidades de reprodução do modelo de sociedade e o desenvolvimento, sob a influência do positivismo, do papel disciplinador, normativo, adestrador e codificador da educação.

Entende-se, portanto, que a educação passa a ser um reflexo da estrutura de poder, dependendo, para a determinação de seus objetivos, da correlação de forças existentes numa dada conjuntura política.

O sistema educacional consegue reproduzir as relações sociais, ou seja, a estrutura de classes, reproduzindo de maneira diferenciada a “cultura”, isto é, a ideologia da classe dominante. A educação autêntica não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele. Não, podemos chegar aos operários urbanos ou camponeses, estes, de modo geral, imersos num contexto colonial, quase umbilicalmente ligados ao mundo da natureza de que se sentem mais partes que transformadores, para à maneira de concepção “bancária”, entregar-lhes “conhecimento” ou importar-lhes um modelo de bom homem, contido no programa cujo conteúdo nós mesmos organizamos (FREITAG, 2005 apud HERNANDES, 2010, p.57).

Assim, quando a educação passa a atuar sob a lógica do capital, pouco se difunde como um direito para a formação da cidadania e formação geral do

indivíduo. Para Haddad (2002), o discurso hegemônico consiste em reduzir a educação como função para o desenvolvimento econômico, para o mercado de trabalho, para a criação de mão de obra. Nesse mesmo viés, Hernandez (2010) introduz a ideia de que a escola é o espaço privilegiado da produção, transmissão, divulgação e reprodução legítima dos valores, crenças, símbolos e representações de uma sociedade; o local de aprendizagem, onde se sistematiza o conhecimento a ser transmitido, onde se divulga um "discurso competente", um saber formalmente codificado, buscando-se a "eficiência profissional", desprezando o desenvolvimento ético e humanista.

A educação é, antes de mais nada, desenvolvimento de potencialidades e a apropriação de "saber social" (conjunto de conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que são produzidos pelas classes, em uma situação histórica dada de relações para dar conta de seus interesses e necessidades). Trata-se de buscar, na educação, conhecimentos e habilidades que permitam uma melhor compreensão da realidade e envolva a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais (GRYZYBOWSKI, 1986 apud FRIGOTTO, 1996, 25).

Nas discussões sobre o processo educativo, entra também a posição do professor, ator primordial no processo de transformação social, capaz de proclamar uma educação voltada à formação de uma nova consciência crítica; ou, por outro lado, ator que aparece na forma do grande divulgador e reproduzidor da ideologia vigente que representa o interesse das classes hegemônicas. O fato é que não se deve deixar de observar que o professor está condicionado, como qualquer outro profissional, às marcas da sociedade do qual faz parte uma vez que é partícipe do processo educacional estabelecido.

Também, não se pode deixar de considerar que a educação escolar, como coloca Haddad (2002), muitas vezes, restringe-se aos temas do professor, do currículo, da avaliação, da sala de aula, ou seja, uma postura limitada que leva a pensar na qualidade da educação restrita apenas aos aspectos relativos à melhoria da capacitação do professor, da produção de materiais, da organização curricular. Para o autor, devem ser levados em consideração outros aspectos, como o envolvimento da comunidade, as pressões sociais e as de natureza cultural já que estão presentes na escola.

Portanto, a educação vigente é, ainda, elitista, autoritária, comprometida com a reprodução hegemônica da dominação de classes, sendo excludente e acrítica, sem questionamentos, sem poder de escolha e sem consideração com o ambiente vivido pelo educando. O papel da escola, no sentido de preparar as futuras gerações, é o de ser uma escola contextualizada, capaz de atender, de forma crítica e criativa, às demandas sociais contemporâneas (HERNANDES, 2010).

Não podemos desqualificar a importância que tem a educação como processo de preparação para o mercado, mas ele é absolutamente insuficiente para explicar todas as dimensões do que é a Educação como Direito Humano. Pensar a Educação como Direito Humano é reconhecer que a educação escolar implica no envolvimento da escola em toda a ambiência cultural e comunitária em que está inserida (HERNANDES, 2010, p. 77).

O modelo de desenvolvimento neoliberal apresenta, na sua essência, a exclusão ampliada. Conforme Hernandez (2010), a situação encontrada na realidade brasileira é a de uma escola pública que foi gradativamente deixando, até mesmo, de cumprir com essa destinação de reprodutora ideológica e passou a ser um espaço que não consegue qualificar minimamente os filhos das classes subalternas.

O Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, para a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em um dos seus Quatro Pilares, precisamente o “aprender a viver juntos”, diz:

[...] o clima geral de concorrência que caracteriza, atualmente, a atividade econômica no interior de cada país, e sobretudo em nível internacional, tem como tendência dar prioridade ao espírito de competição e ao sucesso individual. Esta competição resulta numa guerra econômica implacável e numa tensão entre os mais favorecidos e os pobres, que divide as nações do mundo e exacerba as rivalidades históricas. É de lamentar que a educação contribua, por vezes, para alimentar este clima, devido a uma má interpretação a idéia de emulação (UNESCO, 1998, p. 97).

Portanto a educação deve estar voltada para o conhecimento, com o aprimoramento do ser humano, com a expansão de potencialidades, com a compreensão da realidade e, principalmente, com o desenvolvimento da capacidade crítica.

Um último aspecto a ser considerado e que dá fundamento à Educação como Direito Humano é a questão da equidade, pois é preciso respeitar as diferenças subjetivas, o que se torna, conseqüentemente, a maior luta pelos direitos de cidadania.

2.1 Legislação brasileira para a garantia da educação como direito

O Brasil, como signatário de tratados internacionais, sancionou três leis que organizam o sistema educativo no espaço brasileiro, sendo elas:

- A) A Constituição Federal
- B) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)
- C) Plano Nacional de Educação

A declaração do direito à educação, detalhada na Constituição Federal de 1988, demonstra uma inovação se comparada as leis anteriores, mencionando com clareza, pela primeira vez, o caráter de direitos sociais, destacando a educação como fazendo parte desses direitos.

A conquista da Constituição Federal, considerada uma lei de proteção, resulta da atuação de organizações e movimentos sociais, traduzindo os direitos como de caráter universal e igualitário, impondo na lei toda a preocupação social da época.

Portanto, em seus artigos, determina a garantia do ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria, a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, o acesso aos níveis mais elevados do ensino, a oferta de ensino noturno regular e atendimento ao educando do ensino fundamental, através de programas suplementares, como os do material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde são considerados propósitos novos que foram inseridos na Carta Magna, para complementar as garantias e obrigações do Estado com relação à educação no País.

Assim, a Constituição Federal estabelece, com bases na inovação à educação como um direito social e gratuito, com valores e princípios sob os quais deve guiar-se, entre os quais se inclui a igualdade de condições para o acesso e a

permanência na escola, a elevação do sistema educativo ao *status* de serviço público como direito social (HERNANDES, 2010).

A Constituição Federal de 1988 delimitou a República Federativa do Brasil sob a forma de um Estado Democrático de Direito que tem por fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político, assegurando o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida com a solução pacífica das controvérsias (HERNANDES, 2010, p.17).

A Constituição prevê a construção de uma sociedade mais justa e solidária, com maior desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza, reduzindo as desigualdades sociais, promovendo o bem sem preconceito e discriminação, garantindo todos os direitos estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU.

Na LDB, legislação orgânica e geral da educação brasileira, reafirma-se o direito assegurado pela Constituição Federal, estabelecendo os princípios da educação e os deveres do Estado, ditando as diretrizes e as bases da organização do sistema educacional público e privado do Brasil, desde a educação básica até o ensino superior, definindo as responsabilidades em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Segundo a LDB, a educação brasileira é dividida em dois níveis: a educação básica e o ensino superior, contando com algumas modalidades de educação, que perpassam todos os níveis da educação nacional, entre elas a educação especial, a educação a distância, a educação profissional e tecnológica, a educação de jovens e adultos e a educação indígena.

Além dessas determinações, a LDB aborda temas como os recursos financeiros e a formação dos profissionais da educação, determina que a educação deve englobar os processos formativos¹² e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

¹² Artigo 1º.: A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

No ano de 2003, a LDB sofre alteração, por meio da Lei nº 10.639/2003 e institui, no viés social, a obrigatoriedade do estudo da História da África e dos Africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil, sendo os estudos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar, em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

No ano de 2008, a LDB sofre outra modificação¹³ em diversos artigos, determinando que a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas formas integrada e concomitante¹⁴, assim como a integração a diferentes níveis como formação inicial e continuada ou qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Assim como, através da Lei 11.645/2008, dando importância aos direitos humanos, amplia a obrigatoriedade do estudo da história, luta e cultura dos povos indígenas brasileiros, resgatando a formação da sociedade nacional.

Portanto, pode-se dizer que a LDB reafirma valores e princípios presentes na Constituição Federal, ao propor caminhos para a educação e estabelecer direitos para populações com as quais o Brasil ainda está em dívida, como grupos de deficientes e grupos relacionados às etnias. Embora não aborde todas as desigualdades existentes no País, a LDB tenta projetar um ensino voltado para as diferenças.

Para Saviani (2003), a lei, ao apresentar um conceito de educação vinculado ao mundo do trabalho e à prática social, aponta para a necessidade de haver uma educação comprometida com a transformação social, capaz de desenvolver uma nos os profissionais da educação, constantemente, participar de cursos de formação continuada e repensar a prática pedagógica, sempre considerando a realidade concreta, uma vez que o Brasil é um país marcado pela desigualdade social e econômica.

¹³ Lei nº 11.741, de 2008.

¹⁴ Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; e Concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso.

A LDB está longe de ainda de cumprir com suas metas, uma vez que parte de seu texto não foi posto em prática, mas já percebe-se algumas mudanças gradativas que precisam de recursos e maior planejamento para atingir a educação de qualidade tão esperada, não só com o acesso ao conhecimento, mas sobretudo na transformação e desenvolvimento humano, permitindo uma formação cidadã, consciente e humana.

A LDB destaca como compromisso da União a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE)¹⁵ como instrumento fundamental de operacionalização das futuras políticas educacionais, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, tendo, como objetivo, o pleno desenvolvimento da pessoa humana, comprometimento do princípio da dignidade e o real compromisso com a educação, reafirmando que a educação é fundamental para a formação de cidadãos conscientes.

No ano de 2001, aprovou-se o PNE, que estabelece diretrizes, objetivos e metas para cada etapa e modalidade da educação básica, para o ensino superior, formação de professores, gestão e financiamento até 2010, ou seja, define metas decenais (2001-2010) para a educação no País, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

O PNE estrutura-se em torno de três eixos: a) a educação como direito individual; b) a educação como fator de desenvolvimento econômico e social e c) a educação como meio de combate à pobreza; tendo como objetivos gerais: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais, no tocante ao acesso e à permanência na educação pública, e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios de participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos ou equivalentes.

Suas prioridades são: a) garantia de ensino fundamental a todos que a ele não tiverem acesso na idade própria ou que não o concluíram; b) ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino; c) valorização dos profissionais da

¹⁵ Lei nº. 10.172 de 09 de janeiro de 2001.

educação; d) desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive, na educação profissional.

Em relação aos objetivos e às metas alcançadas, observa-se que as ações vinculadas ao ensino fundamental tiveram alguns êxito, como a ampliação da duração do ensino fundamental para nove anos, tendo início aos 6 anos de idade.

Para o ensino médio regular, as metas do PNE, segundo o INEP (2004), indicavam avanços enormes que dificilmente seriam contemplados, como o atendimento de 50% da demanda (população de 15 a 17 anos) em cinco anos e de 100% da demanda (população de 15 a 17 anos) em dez anos; assim como a garantia da formação superior para todos os professores, em cinco anos, e escolas com padrões mínimos de infraestrutura em cinco anos e, ainda, implantação de programas emergenciais para a formação de professores, especialmente nas áreas de ciências e matemática.

No ensino superior, nível de graduação, as metas pretendiam, até o final da década, ofertar educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos; ampliar a oferta de ensino público, de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas, prevendo, inclusive, a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior (o que foi vetado); além de promover o aumento anual de mestres e doutores formados no sistema nacional de pós-graduação em, pelo menos, 5%, fato que já está acontecendo.

Também, pretendia-se, em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA), erradicar o analfabetismo adulto, em dez anos; assegurar a oferta de EJA de 1ª a 4ª série do ensino fundamental para 50% da população a partir de 15 anos que não a possui, em cinco anos; assegurar a oferta de EJA de 5ª a 8ª série do ensino fundamental para 100% da população de 15 anos ou mais, a qual concluiu a 4ª série, em dez anos; dobrar a capacidade de atendimento de EJA do ensino médio, em cinco anos; quadruplicar a capacidade de atendimento de EJA do ensino médio, em dez anos; implantar em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendem jovens e adolescentes infratores programas de EJA de ensinos fundamental e médio, assim como formação profissionalizante.

O fato a ser analisado é que as aspirações dos setores populares que ajudaram a formatar o PNE eram muito elevadas para uma década, pois não houve

avanços e interesse nos outros setores da sociedade, ocorrendo a ampliação de alguns percentuais, mas com elevado índice de dificuldade na execução.

De fato, ao longo do processo de implementação do PNE, ainda foram mantidos limites históricos no tocante à efetivação da articulação da União com os demais entes federados, em especial com os municípios, responsáveis, em última instância, pelo cumprimento de suas metas e objetivos. Tais limites resultam, entre outros, da não regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados e da falta de efetiva participação da sociedade organizada nos destinos da educação. Por outro lado, é fundamental reconhecer a complexidade do processo e, nesse contexto, que esta articulação não é fácil de ser realizada, tendo em vista que supõe o estabelecimento de pactos entre estas instâncias e seus múltiplos atores, em contextos políticos muitas vezes adversos, bem como a renovação e a criação de novos instrumentos de execução do plano. Considerando que é um Decreto do poder executivo, também coincide com a vontade do governo, o que não significa que coincida com o que será a atuação do Estado (o conjunto dos poderes e das esferas administrativas) (AGUIAR, 2010, p. 717).

Para Saviani (2008), os problemas do PNE estão relacionados ao exagero de metas que caracteriza alto índice de dispersão e perda do sentido do que é realmente importante e o que é acessório. Isso considerando, como problema maior, o financiamento da educação, uma vez que se previa, na proposta da sociedade brasileira o aumento dos gastos públicos até cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB), entretanto, o presidente Fernando Henrique Cardoso determinou que fossem aplicados somente 7%, além de vetar metas que aumentariam recursos e investimentos para a educação. Também, o governo de Luis Inácio Lula da Silva não tentou viabilizar a derrubada dos vetos. Em vista disso, as propostas não foram atendidas plenamente, uma vez que são os recursos econômicos que garantem a implantação de uma lei.

[...] A falta de recursos impactou a implementação do Plano Nacional de Educação (2001-2010), [...] que teve somente 33% de suas metas decenais cumpridas, segundo análise do próprio Ministério da Educação (MEC). De acordo com uma publicação do Ipea (Castro e Barreto, 2003), o investimento em educação que teria sido necessário para o cumprimento do Plano era de 8% do PIB por ano (atualmente, o gasto em educação encontra-se em 5%) (AÇÃO EDUCATIVA, 2012, p. 30).

O novo PNE para o decênio (2011-2020) é um documento mais enxuto e objetivo, se comparado ao primeiro PNE, tendo como diretrizes: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais; IV - melhoria da qualidade do ensino; V - formação para o trabalho; VI - promoção da sustentabilidade sócio-ambiental; VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; IX - valorização dos profissionais da educação; e X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

O plano estabelece metas (Anexo B)¹⁶ que deverão ser cumpridas no prazo vigente de 10 anos, a partir de 2011, com a implantação, por meio de regime de colaboração, da educação escolar indígena, por exemplo. Além disso prevê a elevação do gasto público em educação para 7% do PIB, “percentual questionado por movimentos da sociedade civil, que reivindicam o aumento dos gastos públicos com educação para 10% do PIB” (CARREIRA ET AL., 2012, p. 30).

Neste PNE, o papel das universidades federais é realçado, sobretudo, na pesquisa básica, na pós-graduação, na qualificação docente, como também, no padrão de referência no ensino de graduação, mas propõe a racionalização de gastos e a diversificação do sistema, o que, na lógica, acarreta maiores índices de concentração de matrículas no setor privado.

Para Carbonari (2012), a proposta [...] sequer faz referência – nem usa o termo – aos direitos humanos, em geral, e à educação em direitos humanos, em particular, o que caracteriza uma situação de ausência dos direitos humanos. O autor salienta uma evidente falta de coordenação entre as políticas, pois o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) prevê uma série de ações nesse campo, e o PNE representa a forma de aplicação no campo específico da educação, conseqüentemente, seria esperada, pelo menos, alguma relação de referência entre eles.

Em relação ao PNE, Barboza (2013, s/n) afirma que tem sido um instrumento valioso e significativo para impulsionar o desenvolvimento da educação brasileira, podendo ser maior, se houver um envolvimento dos educadores e da sociedade em

¹⁶ Consideradas as metas que diz respeito à população da pesquisa.

geral com a sua execução. Basta pressionar o poder público nesse sentido, construindo e consolidando grupos de apoio às causas da educação.

O Plano Nacional de Educação é um instrumento importante para as aspirações educacionais do país. Como se sabe, planejar não tem sido uma marca presente na nossa cultura, especialmente, quando se refere a pensar ações de médio e longo prazo relativas à educação. Durante os cinco primeiros anos de implantação do Plano nós conseguimos avançar, porém, não o quanto devia. [...] O PNE traz diferenças marcantes em relação a outras leis. Trata-se de um Plano que detalha políticas para a educação em todos os níveis, firma compromisso e estabelece prioridades para a nossa educação. É a legislação mais abrangente na história da educação brasileira até hoje (BARBOZA, 2013, s/n).

No entanto, na prática, ocorrem muitas dificuldades para implantar o novo PNE. Entre essas, podem ser citadas uma preocupação maior com o ensino fundamental, em detrimento de um melhor atendimento a outras etapas da educação, a não-erradicação do trabalho infantil, a insuficiência de recursos para evitar o abandono e a repetência no âmbito escolar, entre outras.

Segundo Hernandez (2010), apesar de todas as legislações nacionais e internacionais, as quais afirmam proteger o direito à Educação, tem-se, no Brasil, um número significativo de pessoas sem acesso à escola e a um ensino de qualidade. Não é possível construir um país socialmente justo se não for efetivado o direito à Educação.

Segundo a UNESCO (2008):

[...] a qualidade da educação como direito fundamental, além de ser eficaz e eficiente, deve respeitar os direitos de todos, ser relevante, pertinente e eqüitativa. Exercer o direito à educação é essencial para desenvolver a personalidade e implementar os outros direitos humanos, pois dela ninguém poderá ser excluído. O direito à educação significa o direito a aprender ao longo da vida e está fundado nos princípios de obrigatoriedade e gratuidade e no direito à não-discriminação (UNESCO, 2008, p. 9).

Portanto, a educação pode efetuar-se durante toda a vida de uma pessoa. E o processo educativo fundamenta-se no direito à tolerância e à aceitação das diferenças, não somente sociais, mas também individuais.

2.2 A educação técnica e o IFSul – campus Pelotas

Em relação à educação técnica, é preciso buscar, nas palavras de Saviani (2003), o conceito mais apurado, que está vinculado a definição da existência humana: o trabalho. A noção de politecnicidade se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual e entre instrução profissional e instrução geral. Salienta-se que, na abordagem marxista, o conceito de politécnica “[...] implica a união entre escola e trabalho ou, mais especificamente, entre instrução intelectual e trabalho produtivo [...]” (SAVIANI, 2003, p. 144).

Na sociedade capitalista, a ciência é incorporada ao trabalho produtivo, convertendo-se em potência material, assim como o conhecimento. Desse modo, tanto o conhecimento quanto a ciência, como meios de produção, ligam-se à classe dominante, mas, com o advento da divisão do trabalho, com o desenvolvimento da grande indústria e com a introdução de máquinas no sistema capitalista, o conhecimento, mesmo que restrito, passou a ser utilizado também pelo trabalhador.

Aos poucos, vai sendo desenvolvida a ideia de que o trabalhador poderia dominar algum tipo de conhecimento necessário para ser eficiente no seu processo produtivo, ficando o Ensino Profissional destinado aos que devem executar, e o ensino Científico-Intelectual, aos que devem controlar o processo.

Saviani (2003) destaca que a ideia de politecnicidade contrapõe-se a ideia referida no parágrafo anterior, postulando que o trabalho é desenvolvido em uma unidade indissolúvel: os aspectos manuais e intelectuais,

[...] Politecnicidade diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo produtivo moderno. [...] envolve a articulação entre trabalho intelectual e manual, implicando uma formação que, a partir do próprio trabalho social, desenvolva a compreensão das bases da organização do trabalho na nossa sociedade e que, portanto, nos permita compreender o seu funcionamento[...] (SAVIANI, 2003, p. 141- 142).

A abordagem marxista, segundo o que consta na Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório, AIT¹⁷, em 1968, Marx e Engel (2004, p. 69) afirmam que, com respeito à educação se entende:

¹⁷ Associação Internacional dos Trabalhadores.

- Educação intelectual.
- Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares.
- Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de carácter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes ao manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais.

A proposta de educação de Marx e Engels valoriza a relação educação e os conhecimentos dos trabalhos (tecnologia), “sem despreocupar-se com a educação intelectual e corporal” (PORTO JR, 2008, p. 46).

No Brasil, o processo histórico da educação técnica surge no ano de 1909, em 19 Estados, com a denominação de Escolas de Aprendizes e Artífices, através do decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, do então Presidente Nilo Peçanha¹⁸, com as seguintes considerações:

[...]

- que o argumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;
- que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo,
- que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos uteis à Nação (BRASIL, 1909, p.1).

Após oito anos, cria-se, em Pelotas, através da diretoria da Bibliotheca Pública Pelotense, uma escola que se caracterizava por uma sociedade civil com o objetivo de oferecer educação profissional para meninos pobres. Segundo Meireles (2003), a orientação de proposta de criação da escola contempla a concepção de educação profissional semelhante a inúmeras outras iniciativas no País, ou seja, uma escola que considera a necessidade da habilitação dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual. A autora salienta que, no convite da Bibliotheca Pública para o ato de sua fundação ficava bem claro o direcionamento da escola:

¹⁸ Considerado o fundador do Ensino Técnico no país.

[...] lançar a patriótica ideia da fundação nesta cidade de um Lyceu de Artes e Ofícios, para a educação dos desprotegidos da fortuna, evitando que se precipitem nos vícios da vadiagem e cheguem ao crime, pela falta de uma escola que lhes ensine o trabalho honrado e methodico” (MEIRELES, 2003, p. 58).

Considerando os fatos históricos, evidencia-se que a Educação Técnica das Escolas de Aprendizes e Artífices, mesmo as de iniciativa particular, conservavam a hegemonia da classe burguesa capitalista, tendo, por concepção, a perspectiva de ser um instrumento de regeneração das pessoas em condição de vulnerabilidade e provável marginalidade. Isso ressalta Porto Júnior (2008), quando coloca que a falta de preocupação com uma formação integral do cidadão se confunde com políticas assistencialistas.

Em Pelotas, a partir de 1942, cria-se a Escola Técnica de Pelotas (ETP), a primeira e única instituição do gênero no estado do Rio Grande do Sul passando à categoria de Autarquia Federal em 1959 e, em 1965, assume a denominação de Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL).

Nesse contexto de incentivo, da criação e do desenvolvimento do Ensino Técnico, é preciso salientar o período da Ditadura Militar (1964 a 1985) que, segundo Ferreira Júnior e Bittar (2009, p. 334), “[...] representa a mudança institucional mais grave da história do Brasil [...]”.

Nesse período Frigotto (2007) situa a educação sob a égide do economicismo e do pragmatismo, destacando a adoção da ideologia do capital humano. Para o autor:

A profissionalização compulsória do ensino médio e a formação técnico-profissional, por outro lado, efetivou-se dentro da perspectiva de adestrar para o mercado. A pedagogia do Sistema S, em especial do SENAI, como pedagogia do capital, foi incorporada como política dos governos militares para o campo da educação (FRIGOTTO, 2007, p. 136).

Na continuidade desse processo, o regime militar implementou duas reformas educacionais: a de 1968 (Lei nº. 5540), na universidade – cumprindo a dupla função de promover o abrandamento da resistência estudantil ao regime e de estabelecer uma junção entre produção e formação universitária; e a de 1971 (Lei nº. 5692), no sistema nacional de 1º e 2º graus – direcionando suas determinações à contenção do movimento operário e à institucionalização da formação profissionalizante

necessária ao incremento da produção ambicionada pela burguesia industrial e ancorada na qualificação mínima dos trabalhadores industriais (PELEGRINI e AZEVEDO, 2006). Ambas as reformas surgiram através de acordo entre o MEC e a *United States Agency for International Development (USAID)*, com a finalidade de determinar, na educação brasileira, o modelo norte-americano, com a contratação de assessores americanos para auxiliar nas reformas da Educação Pública em todos os níveis de ensino (MENEZES e SANTOS, 2002).

Dessa forma, pode-se concluir que durante a Ditadura Militar, foi efetivada a valorização da educação para o trabalho.

No ano de 1999, mediante Decreto Presidencial, foi concretizada a transformação da ETFPEL em Centro de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET), possibilitando a oferta dos primeiros cursos Superiores de Graduação e de Pós-graduação, abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos. Outras unidades descentralizadas surgiram em 2006 e em 2007, a Unidade de Ensino de Charqueadas e a de Passo Fundo, respectivamente.

Em dezembro de 2008, institui-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a transformação do CEFET-RS em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul)¹⁹, com natureza jurídica de autarquia vinculada ao MEC, tendo, no artigo 6º., por finalidades e características:

- ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promover a integração e a verticalização da educação básica a educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais,

¹⁹ O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense hoje é formado por 12 *campi*: campus Pelotas (1943), campus Pelotas - Visconde da Graça (1923), campus Sapucaia do Sul (1996), campus Charqueadas (2006), campus Passo Fundo (2007), campus Camaquã (2010), campus Venâncio Aires (2010), campus Bagé (2010), campus avançado Santana do Livramento (2010), campus Gravataí (em implantação), campus Lajeado (em implantação) e campus Sapiranga (em implantação).

identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

- qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

- desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

- realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

- promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008, s/p).

Os Institutos Federais, conforme sua concepção e diretrizes (BRASIL, 2008), nascem como um novo tipo de instituição identificada e comprometida com o projeto de sociedade em curso no País, um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos, capazes de modificar a vida social, ou seja, uma estratégia de ação política e de transformação social.

O foco dos Institutos está baseado na justiça social, na equidade, na competitividade econômica e na geração de novas tecnologias, devendo responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais, tendo compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador através dos princípios formulados pelo PDE.

Enquanto política pública, os Institutos Federais assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais. Nesse contexto, essa interação está voltada para o desenvolvimento local e regional buscando a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas.

Atualmente, os Institutos Federais estão em plena expansão, formando uma rede federal de educação tecnológica, com implantação de diversas unidades em locais que, até pouco tempo, não imaginariam ofertar para sua comunidade a

possibilidade de estudo profissional tecnológico, com todo apoio o financeiro do Estado.

Com toda essa expansão e desenvolvimento, cabe aos Institutos favorecer a inclusão social e educacional através da política de Assistência Estudantil a todo seu corpo discente, com a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a qual será analisada no próximo capítulo.

3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO PROGRAMA DE INCLUSÃO

A institucionalização da Assistência Estudantil (AE), implantada, a partir do Plano de desenvolvimento da educação (PDE), nos Instituto Federal de Educação Superior (IFES) e Instituto Federal de Educação Superior (IFETs), baseia-se na implementação do programa PNAES, que visa à promoção da inclusão social pela educação, a minimização das desigualdades e a redução das taxas de evasão e retenção dos alunos considerados vulneráveis.

Para entender os motivos da efetivação desse programa precisa-se compreender os mecanismos do paradigma exclusão/inclusão social e educacional ligado à pobreza no País, a trajetória da vulnerabilidade que percorre o processo de concentração de renda dentro do modelo capitalista de produção que perpetua a hegemonia dominante de classes. Sendo assim, torna-se imperiosa a exigência de um Estado que assuma, de forma legal e legítima, o seu papel de responsável pelas políticas que reduzam as desigualdades e garantam a proteção, a inclusão social e educacional.

3.1 O processo de inclusão/exclusão na esfera social e educacional

Quando se fala de inclusão, é necessário levar em consideração o fator social e entender que, embora as leis assegurem direitos, ainda há defasagem entre o proposto e o realizado, em razão da ausência, em grande parte, de um projeto de sociedade efetivamente democrática, conforme discorrem Lima e Mioto (2006):

[...] os Direitos são reconhecidos como mediações importantes no processo de busca pela transformação social, porque são portadores de conquistas históricas que, quando materializadas, permitem a satisfação das necessidades humanas e a ampliação do status de cidadania (LIMA, MIOTO, 2006, p. 30).

A vulnerabilidade, as desigualdades e a pobreza têm, no Brasil, um grande desafio desde os mais remotos tempos, sendo forjadas, como afirma Lajús (2010, p. 30), através de diversas marcas, como a da escravidão, a do proletariado operário, a da indústria, a do êxodo rural, a da precarização dos direitos dos trabalhadores, a do

trabalho informal, a do desemprego, a da infância e a da velhice, enfim, a de todos os segmentos que, “por uma decisão da história de favorecer uns em detrimento de muitos, encontram-se vulnerabilizados por um processo de desigualdade, concentração de renda e poder” (LAJÚS, 2010, p. 30).

Para o Banco Mundial, conforme relatório de 1990 (SPOSATI, 1998, p. 4), a pobreza é a “incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo possível”, indo além da carência material, atingindo outros fatores que impedem o indivíduo de ser um cidadão por inteiro. Ou seja, o cidadão com direito ao autorrespeito, autonomia, dignidade e senso de liberdade; assumindo segundo Alves (2010), diversas dimensões, não podendo ser definida de forma única, universal e no viés econômico, mas no âmbito social, cultural e do direito.

Após a formação das cidades industriais, devido à concentração de população urbana e o crescimento da produção, a pobreza toma forma e aumenta seu desenho, exigindo a criação de novos modos de combate e erradicação da desigualdade através da criação de programas que minimizem essa questão social, como um componente de políticas de inclusão.

Nesse contexto, surgem as políticas sociais resultantes da relação de reciprocidade e antagonismo entre Estado e sociedade (PEREIRA, 2009) como parte de um conjunto de ações que se propõem efetivar a proteção contra riscos, o combate à miséria, o desenvolvimento de capacidades que possibilitem a superação das desigualdades, o exercício pleno da cidadania e a redistribuição de riquezas (IVO, 2004).

No Brasil, o Estado assume a proteção social, ao institucionalizar e tomar forma concreta a partir da promulgação da Constituição Federativa do Brasil de 1988, a qual proclama a Seguridade Social como direito extensivo a todos os cidadãos, com a finalidade de neutralizar ou reduzir o impacto de determinados riscos sobre o indivíduo e a sociedade. A Seguridade Social, mesmo mediante dificuldades, representa uma conquista de grande importância para a população brasileira, sendo capaz de aglutinar, em um só projeto legal, aspectos que se constituem como necessidades essenciais do cidadão.

No seu tripé (Saúde, Assistência e Previdência Social) a Seguridade Social, aliada às outras funções básicas do Estado, pretende garantir qualidade de vida ao povo brasileiro, por meio do acesso a serviços e benefícios fundamentais.

Desse modo, pode-se afirmar que, na perspectiva jurídica, há a garantia integral como “direitos de todos”, mas o Estado restringe esse direito à Saúde, Assistência Social (direito não contributivo) e Previdência (direito contributivo público obrigatório), assim como.

Quando se aponta a grande distância entre o proclamado e o realizado, salienta-se que muitos fatores contribuem para a ocorrência dessa assimetria, estabelecendo, para Lajús (2010), uma contradição relacionada a um Estado que precisa, de um lado, responder às necessidades da população miserável, para garantir a sua legitimidade e, de outro lado, dar respostas às demandas da acumulação capitalista. Assim, ao se falar de cidadania, de leis e de direitos, Sposati, Falcão e Fleury (2008, p. 2) revelam que grande parte da população brasileira fica à margem desse discurso, pois a lei “não assegura que todos [...] sejam assim reconhecidos”, uma vez que a maioria fica na condição de “excluídos” e “destituídos” ou, como bem coloca Watte (2011, p. 02), no mundo econômico, a classificação é de “massa sobrando”.

Segundo Lajús (2010), o estado produz políticas sociais frágeis, precarizadas, voltadas para respostas às necessidades individuais, focalizadas, compensatórias, de transferência das responsabilidades para a sociedade civil, fazendo com que a questão social se agrave.

O tema da exclusão social é antigo no Brasil, como identifica Vêras (2006), pois a cultura brasileira barroca de fachada, com base na conquista, exclui índios, camponeses, no campo e na cidade, migrantes, favelados, encortiçados, sem teto, entre outros, desde os tempos mais remotos da colônia até os dias atuais. Além disso, modernos fatos sociais corroboram o agravamento dos processos excludentes.

A exclusão social envolve diversas outras faces que não a pobreza econômica, como as preferências, o pertencer a grupos diferentes, religião, cor da pele, deficiência física, vícios etc. Já, a inclusão é entendida como processo dinâmico e contínuo, que valoriza a diversidade humana tendo, como princípio, o direito à igualdade de participação no espaço social, inclusive determinando os rumos a serem construídos (DIAS, 2008).

Para Spozati (2000, p. 21), na relação entre exclusão social/pobreza e fracasso escolar, “[...] a leitura causal, ainda que concreta, leva à naturalização da questão: há fracasso porque há exclusão, ou vice-versa”. Ainda, a autora salienta

que “[...] essa naturalização tem seu registro de nascimento abonado pelas teses neoliberais [...]”. Portanto, o paradigma inclusão/exclusão é formado por conceitos intrinsecamente ligados, sendo que um não pode existir sem o outro, visto que inclusão é, em última instância, a luta contra a exclusão (SANTOS e PAULINO, 2008).

Precisando melhor a exclusão social, pode-se defini-la como o processo em que os indivíduos e grupos são impedidos de chegar a posições que lhes permitiriam uma forma de vida livre e autônoma dentro das normas sociais enquadradas por instituições e valores, num determinado contexto social, cultural e político. Nessa esteira, Silveira coloca que

[...] não há como negar a evidência de uma ampla exclusão social, ocasionando imensos contingentes populacionais, extrema miséria com padrões ínfimos de existência material, lhes reservando a quase que impossibilidade de desenvolvimento de suas habilidades, inteligência, sensibilidade, enfim, de sua humanidade (SILVEIRA, 2006, p.2).

Na realidade, o fenômeno da exclusão social não é algo recente, mas, a partir do século XX, apresenta novas facetas que permitem diferenciá-lo entre “velha exclusão social” e “nova exclusão social” (CAMPOS et al., 2003, p. 32 apud POZZO e FURINI, 2010, p. 88). Para os autores, a “velha exclusão social” se manifestou (e ainda se manifesta, em maior ou menor nível, de acordo com a formação social considerada) por uma série de problemas decorrentes das imigrações, baixos níveis de escolaridade, formas de privações absolutas, como o não acesso a bens e serviços básicos, diferenças raciais e étnicas etc. Já, a “nova exclusão social” passa a ser retratada como manifestação de novos tipos de desigualdades, como os não contemplados por políticas sociais de inclusão existentes: o desemprego estrutural generalizado, o aumento do número de moradores de rua, o que caracteriza uma das formas de exclusão dos direitos humanos (o direito à moradia), as formas de precarização do mundo do trabalho e de renda insuficientes, bem como os problemas relacionados com o advento da insegurança social, ocasionada pela explosão de diversos modos de violência, discriminação e estigmatização determinadas por questões inerentes ao sexo, raça, opção sexual, idade, etc..

A transmutação do termo “pobreza” para “exclusão” significou o fim da ilusão da dissolução das desigualdades sociais tidas como fenômenos temporários. A exclusão social passa a ser traduzida como processo de privação coletiva que inclui a pobreza, a discriminação, a subalternidade e, para os cientistas brasileiros que começam a utilizar o termo a partir da segunda metade da década de 1980, ele também representa formas de iniquidades e desigualdades sociais (WANDERLEY, 2006, p. 20-24).

Todo esse processo de exclusão instalado atinge os jovens de maneira contundente, deixando-os mais expostos aos recursos sociais instáveis - crise do emprego e mercado de trabalho, incapacidade das instituições educacionais e familiares no processo de socialização, desagregação, dificuldade no acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, entre outros. Ou seja, para esse segmento populacional, as questões específicas de exclusão e inclusão social continuam invisíveis (SPOSATI, 2007).

Por outro lado, simultaneamente à conquista da Seguridade Social, constata-se, na Constituição de 1988, a valorização da educação, que também passa a ser um direito público dirigido a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação; devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso, de modo igualitário, a esse direito, principalmente, os jovens que encontram, na educação, a esperança de saída da pobreza e vulnerabilidade.

A partir desse contexto, os jovens são direcionados à educação profissional como forma de saída de seu empobrecimento e expectativa de um futuro melhor, sem riscos, com condições de lutar por empregos mais dignos, transformando-os em cidadãos e indivíduos inseridos no meio social. Assim, a educação inclusiva desempenha um papel fundamental, pois busca, por princípio básico, a minimização de todo e qualquer tipo de exclusão nas arenas educacionais (SANTOS e PAULINO, 2008).

Quando se retoma a esfera educacional, também se encontra o tema inclusão/exclusão muito fortalecido, uma vez que o ambiente escolar reproduz o fato social de forma idêntica. O cenário apresentado leva a entender que a educação não foge das arestas que a exclusão impõe no âmbito escolar com a repetição da esfera social dentro da educacional, usando o mesmo subterfúgio da exclusão social, no qual o capital torna-se fator primordial até dentro das escolas. Tal fato

provoca a exclusão dos alunos e a necessidade de implantar ações para minimizar os problemas escolares de repetência e evasão.

O conceito utilizado para definir melhor a exclusão escolar é o de Ferraro (2004), que concebe a exclusão dentro das instituições de ensino como **da** e **na** escola: a exclusão **da** escola compreende tanto o não-acesso à escola quanto o que habitualmente se denomina de evasão; e a exclusão **na** escola dá conta da exclusão operada dentro do processo escolar por meio dos mecanismos de reprovação e de repetência.

A primeira manifestação do modelo de sociedade reproduzido pela escola está explícito no obstáculo de acesso à educação, um dos maiores problemas encontrados no âmbito educacional. Para Almeida e Silva (2005), a escola é considerada o único meio de ascensão social, aquele que não consegue chegar à escola está impossibilitado de alcançar tanto a ascensão como a igualdade prometida. Nessa perspectiva, cada vez mais se intensifica o movimento pela garantia de acesso à escola, e algumas ações implantadas pelos governos visam a possibilitar a garantia do acesso a todos aqueles que tiverem interesse. Como resultado do esforço em relação à garantia do acesso, a partir da década de 60, a escola é "sacudida por demandas antes não presentes com tanta intensidade" (SILVA, 2001, apud ALMEIDA e SILVA, 2005, p. 01).

Outra característica presente na exclusão educacional brasileira, nesse sentido, é a inserção precária dos estudantes nos sistemas de ensino. Apesar do necessário reconhecimento das diferenças entre redes públicas de ensino, são encontradas muitas salas lotadas, com número de alunos superior aos referenciais normativos, assim como prédios inadequados.

Com a demanda aumentada dentro das instituições de ensino, através de um público diversificado, há a exigência de novas competências dos professores para atendê-la e promover a permanência dos alunos na escola. No entanto, essa permanência fica prejudicada com a deficiência do número de professores e, até mesmo, com a rotatividade dos mesmos, uma vez que os baixos salários e as frágeis condições de trabalho tornam a profissão sem incentivo para as novas gerações. Em vista disso, a busca da valorização dos profissionais da educação, com salários adequados à função, é uma das pautas para avançar-se na direção da educação de qualidade.

A exclusão social e econômica traz à tona as dificuldades que o ensino repete, dentro do ambiente escolar, em diversas etapas, como, por exemplo, o desgastante processo para conseguir isenção da taxa de inscrição para concorrer a diferentes cursos (apresentação de uma série de documentos e filas prolongadas), a escolha necessária de um curso profissionalizante (muitas vezes não compatível com a vocação), a maratona do processo seletivo com a concorrência por uma vaga em um vestibular muito disputado e as dificuldades pessoais e pedagógicas reproduzidas no processo de repetências e evasão escolar. Pode-se afirmar, assim, que o sujeito que pensa em estudar e melhorar um pouco mais sua situação de vida irá passar por um longo processo excludente.

A categoria de exclusão na escola dá ênfase à evasão escolar, à repetência ou, como coloca Marchesi e Pérez (2004, p. 17), ao “fracasso escolar”, transmitindo a ideia de aluno “fracassado”, o único responsável pela sua evasão, além de criar uma autoimagem negativa. Conforme Almeida e Silva (2005), a realidade percebida torna o aluno como “expulso” do sistema escolar. Não se pode esquecer que, em todo esse contexto, há a responsabilidade de outros agentes e da instituição de ensino, como, por exemplo, as condições sociais, a família, o sistema educacional ou a própria escola.

Na visão de Ferraro,

Isto significa que a escola, tanto no que se refere ao acesso, como no que concerne à permanência e ao fluxo em seu interior, é regida por duas lógicas opostas: a lógica da progressão, que funciona para uma parcela privilegiada da população, e a lógica da exclusão, reservada aos filhos das classes trabalhadoras (FERRARO, 2004, p. 49).

A exclusão escolar, por conseguinte, cumpre um papel seletivo e pedagógico. Seletivo, porque empurra, para fora de seu espaço, enorme parcela da classe trabalhadora, que fica privada do capital cultural exigido nas relações sociais e produtivas; pedagógico, porque disciplina a classe trabalhadora para conviver com o insucesso (PORTO JR., 2008). Nesse sentido, mecanismos competitivos e seletivos de ascensão/exclusão social fizeram dos níveis de escolarização um dos principais critérios de seleção e credenciamento; conseqüentemente, alguns conteúdos programáticos tornam-se sofisticados, e os critérios de excelência foram refinados. Ainda que a natureza do trabalho a ser exercido não exija os sofisticados

conhecimentos curriculares da escolarização fundamental ou média, esses níveis serão condição para concursos, para a exclusão de determinados empregos e até do emprego (ARROYO, 2000).

Porto Júnior (2008) indica a superseleção como um dos processos de exclusão instalado no âmbito escolar, salientando que, para uma parcela da população brasileira que concluiu o Ensino Fundamental, o ingresso no IFSul é realizado a partir de concorridos exames de classificação, os quais permitem considerar o estudante da Instituição como um sobrevivente de muitas batalhas.

O movimento da sociedade civil, nos últimos anos, vem produzindo e constituindo novos direitos, na defesa e respeito às diferenças, pela superação das desigualdades. Quando se estuda e se trabalha seus indicadores sob o ponto de vista educacional, essas diferenças estão claramente marcadas, diferenças relativas às faixas etárias, às questões de gênero, de etnia e raça, aos grupos vulneráveis, ao rural, ao urbano. Então, faz-se indispensável mostrar que o educando, o estudante, tem cor, tem sexo, um lugar social em que ele está inserido, além da sua condição de classe social.

Esses aspectos trazem para o campo educacional uma série de condicionamentos e lutas por direitos, particularmente, o direito à diferença, que se traduz no propósito de inclusão.

Com a perspectiva de inclusão, ocorre o entendimento de que o fator primordial é a integração escolar com o ajustamento do aluno à educação vigente. Essa integração não responde à exigência individual dos alunos, e a ideia de inclusão passa a propor uma reestruturação da organização educativa, valorizando as necessidades de cada um, uma vez que a escola inclusiva é um espaço democrático capaz de trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, pautando sua ação pelo princípio da diversidade, com atitudes que respeitem a singularidade das pessoas.

Para a inclusão se efetivar na escola, além de professores qualificados, é preciso ocorrer uma mudança de atitude dos educadores, por meio da constituição de sujeitos comunitários que tornam possíveis a re-humanização das relações dentre as pessoas para que, além do funcionário, surja a pessoa do educador (ALMEIDA e SILVA, 2005, p. 02).

Seguindo a linha desses autores, pode se dizer que a responsabilidade pela inclusão não é só do professor, mas também dos sujeitos que constituem o universo da unidade escolar, pois a escola não é apenas a sala de aula. É um ambiente que envolve o trajeto, o tempo e os espaços.

Para Almeida e Silva (2005, p. 03), percebem-se dois movimentos interessantes dentro da proposta de inclusão: por um lado, aquelas pessoas que acreditam que primeiramente se faz necessário preparar o educador para, depois, solicitar a ele que trabalhe com as pessoas excluídas, perpetuando a forte tendência em buscar "receitas" de como lidar com essa ou aquela situação. Por outro lado, é possível perceber outra proposta, que acredita ser "caminhando que se faz o caminho", a qual busca, nas vivências de outras pessoas, maneiras diferentes de lidar com situações já vivenciadas em seu cotidiano.

Os dois grandes desafios que se têm são, para Berguer Filho (2000), oferecer oportunidades a todos de avançarem além da educação obrigatória e conceber um desenho para o ensino o qual garanta a todos as condições básicas para a inserção no mundo do trabalho, a plena atuação na vida cidadã e os meios para o aprendizado.

Como diz Berger Filho,

A definição do modelo de ensino de que necessitamos para os próximos anos deve estar assentada sobre três eixos básicos: a flexibilidade para atender a diferentes pessoas e situações e às mudanças permanentes que caracterizam o mundo da sociedade da informação; a diversidade que garante a atenção às necessidades de diferentes grupos em diferentes espaços e situações e a contextualização que, garantindo uma base comum, diversifique os trajetos e permita a constituição dos significados, dê sentido à aprendizagem e ao aprendido (BERGER FILHO, 2000, p. 01).

Atualmente, não basta estar na escola, é preciso estar na escola de e com qualidade, onde a preocupação com a qualidade na educação objetiva uma proposta de educação questionadora, libertadora e humanizadora (WATTE, 2011).

Investigações científicas, nas décadas de 60 a 90, preocupam-se especialmente, com a categoria exclusões, constatando que os motivos principais ficam ligados à etnia, à religião, ao gênero, às condições sociais, às supostas incapacidades físicas ou mentais, entre vários outros aspectos. No campo da educação, constata-se uma pedagogia, preponderantemente elitista, e a premissa

básica de que cabe aos alunos adaptarem-se, já que as avaliações e a didática estão à mercê de uma escola única e inflexível, sem considerar as diferenças.

O pressuposto da não inclusão leva a um modelo de escola, equivocados, no qual a educação “correta” deva ser uma só para todos, em princípio e na prática, como se todos fossem, também, iguais em suas formas de ser. Para Santos (2001), como se todos aprendessem pelas mesmas vias, através dos mesmos interesses, com a mesma motivação.

Inverte-se, assim, o pressuposto: uma educação “correta”, democrática, justa, jamais poderia ser a mesma para todos no que diz respeito à sua prática, embora sim no que diz respeito aos seus princípios. O princípio de que a educação deve proporcionar uma formação social básica a todo e cada ser humano deveria ser preservado. Mas as práticas através das quais tal princípio se manifesta não podem ocorrer sem flexibilidade e variação. Porque nem todos têm a mesma motivação para aprender, nem todos aprendem melhor apenas ouvindo (há os que preferem ver, os que preferem tocar, os que preferem exercitar, os que preferem falar...), e nem todos querem aprender a mesma coisa. Portanto, uma escola de qualidade para todos deve levar esses aspectos em consideração (SANTOS, 2001, p. 03-04).

Desse modo, pode-se afirmar que a escola inclusiva propõe uma reestruturação da organização educativa e uma mudança na estrutura curricular, assim como pautas de ação pelo princípio da diversidade.

A questão maior no processo de inclusão é que se tem o mesmo valor como seres humanos e, conseqüentemente, os mesmos direitos a uma vida digna, pois não se vive de forma homogênea. As pessoas pertencem a grupos com características (físicas, familiares, históricas, religiosas, culturais, de gênero, psíquicas etc.) variadas, e isso implica a consideração por parte de qualquer ação pública que atenda a todos com maior igualdade, mas considerando as diferenças.

Incluir na educação é ser capaz de trabalhar com os educandos sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, isto é, promover ações pelo princípio da diversidade (DIAS, 2008). “É preciso ter em mente que uma proposta de inclusão implica transformação de relações sociais sedimentadas, já que não se pode fazer uma lei que obrigue as pessoas a gostar uma das outras e respeitar suas diferenças” (FOGLI, SILVA FILHO e OLIVEIRA, 2008, p. 112).

Através da constatação da exclusão, observam-se altos índices de fracasso e evasão escolar, assim como o simples acesso à escola não determina inclusão escolar e, muito menos, inclusão social.

Hoje, a inclusão escolar está ligada a programas que garantem a permanência e êxito escolar, além de uma via de acesso mais flexível, mas, segundo SAWAIA (2006), estar incluído ou estar se incluindo significa também estar, ao mesmo tempo, experimentando a exclusão, uma vez que é preciso solicitar ajuda de uma assistência estudantil como, por exemplo, para um estudante de baixa-renda, com a qual se pode ter assegurada uma ou mais bolsas que contribuam para o êxito escolar desse aluno. Isso implica vivenciar a díade exclusão-inclusão, pois a conquista do direito transforma o aluno em “diferente” por sua condição financeira.

O processo histórico do Brasil em relação à política da Assistência Social tem-se proliferado através da implantação de programas de transferência de renda, “que vêm se caracterizando como uma das principais políticas sociais em desenvolvimento” (MAGRO e REIS, 2011, p. 3), com repasse monetário atrelado a condicionalidade tanto para a inserção como para a permanência no programa. Esse programa atinge a assistência estudantil, que será descrita nos próximos subitens.

Dessa forma, a educação, responsabilidade do Estado, através de programas de assistência estudantil, passa a ter, como objetivo principal, propor ações que visem ao compromisso e à garantia da igualdade e justiça social, à inclusão e à contenção da evasão/reprovação.

3.2 A Assistência Estudantil e suas vicissitudes

A trajetória histórica da Assistência Estudantil, no Brasil, acompanha a história sociopolítica do País e se conecta com a da política de Assistência Social, pois ambas aparecem dentro do ideário neoliberal e a partir de movimentos sociais que lutaram pelo fim do regime militar e a promulgação de uma Constituição Federal que garantisse direitos legais a todo cidadão (VASCONCELOS, 2010). Conseqüentemente, entende-se que a Assistência Estudantil, no Brasil, apresenta similaridades com as políticas da Assistência Social quanto à forma de implantação, princípios, condicionalidades e critérios de seleção, contemplando os mais pobres entre todos os pobres.

As políticas de assistência estudantis na educação superior e nos institutos de tecnologia têm a finalidade de destinar recursos e mecanismos para que os alunos possam permanecer na universidade e concluir seus estudos de modo eficaz. Para Costa (2009), tais políticas devem voltar-se não só para as questões de ordem econômica, como auxílio financeiro, para que o indivíduo possa realizar as atividades diárias na instituição, mas também para as de ordem pedagógica e psicológica. Este trabalho mapeia as políticas de assistência estudantil mais importantes instituídas, no plano nacional, com vistas a colaborar na universalização da permanência na educação.

Através da contribuição de Kowalski (2012), busca-se entender o processo histórico, social, político e econômico da Assistência Educacional nos Institutos de Ensino Superior (IES)²⁰, que se formaliza dentro de três fases distintas, sendo:

- 1) a primeira fase - a concepção de atendimento à elite brasileira, como os que, quase exclusivamente, tinham acesso aos IES, compreendendo o período desde a criação da primeira universidade até o período de democratização política.
- 2) a segunda fase - o processo de democratização da educação com a expansão de vagas nos IES, passando a incluir a classe média nesse contexto, compreendendo o espaço de lutas e debates, tendo, como resultado, projetos de leis que configuram o Programa de Assistência Estudantil (PAE); e
- 3) a terceira fase - com a formalização da política de educação, passando a garantir legalmente o direito de acesso e permanência aos alunos dos IFES, correspondendo ao período de expansão e reestruturação das IFES até os dias atuais.

Essa trajetória realiza-se com rupturas e avanços, com contradições, porém, conservando algumas concepções e formas de operacionalização como um fato de direito, ao reconhecer a importância da institucionalização de uma política dessa natureza para o avanço do direito à educação, contemplando a perspectiva universal, indivisível e fundamental; além disso, lidando com o retrocesso na prática de implementação da política, manifestada pela condicionalidade do direito aos programas.

Portanto, o ponto referencial do nascimento da Assistência Educacional provém da criação da primeira universidade brasileira, na qual a educação se

²⁰ A referência aos programas de assistência estudantil das universidades está relacionada ao vínculo que o governo estabelece entre os IFTs e os IFES.

concentra na elite, com as corporações constituídas pelos comerciantes, pelos artesãos e, também, por estudantes e professores. Toda a proteção existente é para seus membros considerados em dificuldades, assegurando-lhes auxílio mútuo e fraterno, ou seja, todos se protegem conforme sua natureza corporativa.

Tal cenário representa o prelúdio dos caminhos percorridos na constituição da assistência estudantil, que já sinalizava sua apresentação por meio de um processo descontínuo, que está em constante movimento de construção na perspectiva de uma política de educação superior (KOWALSKI, 2012, p. 84).

Segundo Kowalski (2012), a primeira manifestação de auxílio ao estudante, no Brasil, ocorreu durante governo de Washington Luis, em 1928, com o incentivo à construção da Casa do Estudante Brasileiro, que se localizava em Paris, sendo responsável por repassar as verbas necessárias tanto para a edificação das estruturas, tanto para a manutenção da casa e dos alunos.

Todo esse recurso culminava com uma assistência estudantil, uma vez que assistia os alunos das universidades que estivessem em dificuldades.

Com a reorganização da sociedade brasileira, a partir de 1930, passa-se a valorizar os assuntos relacionados à educação, tendo, como consequência, a reforma da educação, com diretrizes gerais e subordinação dos sistemas estaduais, na tentativa de regulamentar a assistência aos estudantes das universidades.

Nessa época, destaca-se a concessão de bolsas para alguns alunos que demonstrassem seus méritos e comprovassem sua pobreza através da “declaração de pobreza”, fornecida por algum instituto assistencial, e a abertura da Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, com três andares e um restaurante popular, frequentado por estudantes “carentes” e membros da comunidade que se faziam passar por estudantes, para desfrutar do benefício.

O fator primordial dessa fase é a cobrança de taxas aos alunos matriculados, o que gera uma seleção desigual (socioeconômica), sem o critério do mérito acadêmico, indicando que o ensino continua sob o olhar da economia.

[...] O acesso à educação superior permaneceu um privilégio da elite, composta pelos antigos membros da coalizão dominante e pelos novos atores do cenário urbano que se beneficiavam dos títulos

escolares como mecanismo de estratificação e mobilização social. [...] Assim, a marca de nascença da assistência estudantil no Brasil advém do nascimento da universidade e será conservada em toda a história da educação superior brasileira, persistindo na estrutura universitária que incorpora as transformações impingidas por um contexto social em constante processo de transformação (KOWALSKI, 2012, p. 88).

Década em que alguns decretos são promulgados e aparece, no mundo estudantil, a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, entidade de representação nacional, período em que as IES se transformam em Universidades.

Na década de 1940, a assistência estudantil no Brasil passou a ser garantida na legislação, com um caráter de obrigatoriedade para todos os níveis de ensino, afirmando a educação como um direito de todos e regulando a obrigatoriedade dos serviços de assistência educacional, com locais próprios para alternativas aos atendimentos relacionados à assistência médico-social destinada a alunos.

Na década de 60 acontece a aprovação da LDB com a garantia da assistência social como direito de todos os estudantes.

o Diretório Central dos estudantes (DCE), com representante legal dos alunos perante a Universidade, assim como Diretórios Acadêmicos (DAs), representantes dos discentes em cada Instituição, sendo criada, também,

No período da ditadura militar, segundo Lira (2009), a política educacional brasileira tinha, como suporte básico, a “teoria do capital humano”, ligada a uma pedagogia tecnicista baseada no pressuposto da eficiência e da produtividade, propondo a neutralidade científica, inspirada nos princípios da racionalidade. Notadamente, o governo viria a adotar a maior parte da estratégia desejada pela *United States Agency for International Development (USAID)* com sugestões para a reformulação do PNE em vigor, afirmando a relação entre educação e desenvolvimento econômico. Considerava-se, assim, necessária a ampliação da capacidade de vagas para a formação da força de trabalho nacional, a fim de superar o problema da falta de vagas nas escolas e do difícil acesso às universidades.

Por meio da intervenção do Estado, as IES sofrem um processo de expansão, que resultou no aumento de instituições privadas e na modernização pelo incentivo estatal, na pesquisa e na pós-graduação, apesar de a maioria das IES continuarem voltadas somente para o ensino (KOWALSKI, 2012).

Período em que a UNE é colocada na ilegalidade e cria-se no âmbito universitário o Diretório Central dos estudantes (DCE), com representante legal dos alunos perante a Universidade, assim como a criação dos Diretórios Acadêmicos (DAs), representante dos discentes, restrito a cada curso, em cada Instituição de nível superior, assim é eliminada a representação nacional dos alunos e qualquer tipo de manifestação política.

Na década de 80, o Brasil passa por um processo de redemocratização, devido à forte crise econômica presente no governo militar, o que resulta na criação do FONAPRACE, órgão fundamental para a implantação da assistência educacional em todo país.

O novo período culmina com avanços democráticos e enormes problemas sociais como desemprego, diferenças nos serviços de saúde, desigualdades sociais e, conseqüentemente, educacionais, com dificuldades na esfera de acesso e permanência nas universidades, propiciando a criação de novas políticas. Um cenário conturbado e as pressões sociais da época levam a educação a firmar-se como um direito universal sob a responsabilidade do Estado. No entanto, como informa Vasconcelos (2010), o advento do neoliberalismo, implantado após a promulgação da Constituição Federal, impõe um sucateamento ao ensino, ocorrendo a privatização do ensino, a defasagem salarial, a falta de verbas para a manutenção e para o desenvolvimento da pesquisa. Isso provoca a saída dos professores das universidades públicas para as privadas, a não contratação de novos professores e, também, a implantação de contratos para professores substitutos, com salários inferiores, sem vínculo com as instituições.

O resultado da atuação desse modelo de política neoliberal foi o sucateamento das universidades públicas e o aumento do número da expansão do ensino público privado e das matrículas nessas instituições, que recebiam verba pública através da multiplicação das fundações privadas nas IFES, além da ausência, ou pode-se dizer, a inexistência, de uma política efetiva de Assistência Estudantil (VASCONCELOS, 2010, p. 607).

Os problemas decorrentes do acesso e permanência na educação superior ganham espaço para serem discutidos no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES),

que, segundo Andrés (2011), realiza pesquisa nacional do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES em dois períodos distintos: em 1996/1997 e em 2003/2004, com a finalidade de, a partir dos resultados, traçar parâmetros definidores de diretrizes para os programas e projetos de assistência a serem desenvolvidos pelas instituições. Há pesquisas cujos resultados evidenciam a situação precária dos alunos que procuram estudar nas IFES pela gratuidade e qualidade de ensino, e querem desenvolver suas aptidões pessoais, imbuídos do ideal de contribuir para mudar a sociedade, com uma parcela migrando para outras cidades, não contando com ajuda e convívio familiar.

Para Vasconcelos (2010), tanto o FONAPRACE como a ANDIFES são segmentos educacionais que defendem a integração regional e nacional das Instituições de ensino, promovendo a garantia da igualdade de oportunidades aos estudantes, na perspectiva do direito social, além de proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência e conclusão do curso, prevenindo a retenção e a evasão escolar decorrentes das dificuldades socioeconômicas dos alunos de baixa renda.

A sobrevivência na esfera educacional, desses alunos pesquisados, indica a necessidade de moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho, evidenciando que é preciso democratizar a educação não somente no acesso, mas também na permanência e no êxito, possibilitando a minimização das desigualdades.

Com o objetivo de buscar a redemocratização do ensino superior, os representantes do FONAPRACE defendem a ideia de incorporar estudantes de baixa renda em suas instituições, considerando que não basta garantir o acesso, é preciso promover condições concretas a permanência desses alunos nas universidades.

Como consequência da divulgação dos resultados da pesquisa, em 2004, a UNE apresenta um manifesto que defende a construção de um plano nacional de assistência estudantil, ao intensificar a concepção de que o acesso ao ensino superior não pode estar separado da permanência e êxito dos estudantes.

Essas discussões ganham eco com a promulgação da Constituição Federal de 1988, cuja finalidade, além de buscar a garantia da efetividade dos direitos fundamentais e a prevalência dos princípios democráticos, contempla o processo de

redemocratização da educação, mediante a universalização do acesso e a gestão democrática, centrada na formação do cidadão.

Essa fase se caracteriza por uma maior atenção do governo em relação ao favorecimento de condições mais justas de permanência e acesso ao ensino superior e é neste movimento que a política de assistência estudantil também entra numa fase mais madura em relação aos direitos dos estudantes, os quais perpassam pelo acesso aos programas de apoio estudantil, no sentido de dar possibilidades para que esse segmento possa permanecer no espaço universitário e finalizar seus cursos (KOWALSKI, 2012, p. 94).

Frente a essas transformações e o aparecimento de “novas” demandas para a educação superior, a assistência ao estudante passa a tornar-se relevante nos programas assistenciais oferecidos nas IES, com a perspectiva de favorecer grupos menos privilegiados e a finalidade de proporcionar “uma assistência material especial e soluções educacionais que possam contribuir para superar os obstáculos com os quais estes grupos se defrontam, tanto para o acesso como para a continuidade dos estudos na educação superior” (UNESCO, 1998).

Em 2007, o governo implanta o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), que prevê um aporte maior de recursos para a manutenção e desenvolvimento da educação, tendo, como objetivo central, melhorar a qualidade da educação pública através de um conjunto de medidas que atingem todos os níveis e etapas da educação nacional.

No tocante à educação superior, o PDE define os seguintes princípios complementares entre si:

- I) expansão da oferta de vagas;
- II) garantia de qualidade;
- III) promoção de inclusão social pela educação;
- IV) ordenamento territorial, levando o ensino superior às regiões mais remotas;
- V) fortalecimento do desenvolvimento econômico, seja na formação de recursos humanos altamente qualificados, seja na produção científico-tecnológica.

Dentre as principais ações da época, no PDE destacam-se:

- o Programa Universidade para Todos (ProUni)²¹, que isenta o setor privado de suas obrigações fiscais, trocando, no setor privado de ensino superior, impostos por

²¹ Lei nº 11.128, de 28.06.2005.

vagas para alunos advindos das classes subalternas; com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais a estudantes das instituições privadas, em troca de incentivos fiscais. Com a identificação da falta de recursos de boa parte do alunado vinculado ao programa, o MEC, então, criou um programa paralelo de apoio aos bolsistas, denominado Bolsa – Permanência, com um valor mensal concedido exclusivamente aos estudantes beneficiários da bolsa integral do ProUni, muitos deles, matriculados em cursos diurnos ou em dois cursos em turnos, o que lhes impossibilita trabalhar. Esse programa também incorporou políticas de ações afirmativas através da oferta de bolsas no sistema de cotas étnico-raciais.

Para Andrés (2011), o problema referente a bolsa-permanência está no número de bolsas disponível e no valor pago (R\$ 300,00), que não é suficiente para as demandas continuamente crescentes.

- Programa Expandir, implementado no ano de 2006, com o início da expansão das Universidades Federais. O programa previa investimentos para a criação de novas universidades e *campis*, beneficiando 68 municípios brasileiros, especialmente, no interior do País.

- o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), destinado a financiar, prioritariamente, a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

- Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), programa de expansão da educação superior, que consiste na implantação de uma rede de educação a distância, constituída dentro das universidades federais, voltadas, principalmente, para a oferta de cursos de licenciatura, tendo, como prioridade, a formação de professores da educação básica (sendo, para eles, reservadas 50% das vagas dos cursos da UAB).

- o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)²², tendo, por objetivo, criar condições para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, com melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, através de políticas de inclusão e de assistência estudantil. O REUNI possibilita melhorias no sistema universitário, reduzindo o abandono e buscando erradicar a retenção dos acadêmicos nos cursos.

²² Decreto nº 6.096, de 24.04.2007.

No seu primeiro relatório em 2008, identifica-se, entre outros, o crescimento do número de vagas de graduação, sobretudo noturnas, naquelas instituições cuja história se caracteriza pela oferta majoritária de vagas diurnas, em contraste com as instituições privadas (ANDRÉS, 2011).

Como o REUNI prevê políticas de inclusão aos estudantes de graduação, essas políticas se materializam com a criação do PNAES, que apresenta as diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos de ações assistenciais estudantis, estratégias de combate às desigualdades sociais e regionais, propiciando inclusão na educação.

Assim, a Assistência Estudantil, por meio do PNAES, representa a luta coletiva de grupos organizados (FONAPRACE, UNE, ANDIFES) na consolidação da assistência estudantil em âmbito institucional e o reconhecimento legal enquanto política pública, fato de direito, uma vez que o governo Luis Inácio Lula da Silva transforma a Portaria no Decreto Lei nº 7.234/2010.

Em relação ao PNAES como um programa de âmbito nacional, cada IFES e/ou IFET tem autonomia para utilizar os recursos disponibilizados, de acordo com suas demandas, particularidades locais e especificidades regionais. O foco é contribuir, de forma eficaz, para que haja melhoria no desempenho acadêmico do aluno, preferencialmente, o de baixa renda, afim de evitar e/ou diminuir, consideravelmente, os índices de repetência e evasão, porque tal situação gera um alto custo para o governo e para a instituição como um todo.

Dessa forma, o PNAES destina-se a auxiliar estudantes matriculados em cursos de graduação presencial nas IFES. Um dos objetivos é dar subsídios para a permanência de alunos de baixa renda, que comprovem um rendimento per capita de até um salário mínimo e meio, nos cursos de graduação. O propósito central dessa ação é diminuir a desigualdade social e viabilizar a democratização na educação superior, o que, segundo o Plano, poderá ser feito por meio de auxílio à moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital e atividades de cultura, esportes, criação de creches e oferta de apoio pedagógico. O Plano também pretende incorporar as demais propostas do MEC, visando à expansão da oferta de vagas, garantia de qualidade, inclusão social, redução da repetência e da evasão (BRASIL, 2010).

Pretendendo visualizar melhor as transformações da política de AE, insere-se, a seguir, um quadro organizado, numa linha de tempo, com a síntese dos principais fatos históricos que compuseram as três fases elaboradas por Kowalski (2012).

<p>PRIMEIRA FASE</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 1928: Promoção, pelo presidente Washington Luis, da construção da “Casa do Estudante Brasileiro”, se localiza em Paris. - 1930: Abertura da “Casa do Estudante do Brasil” no RJ, acoplada ao RU. - 1931: Marca de nascença da AE na universidade, instituída pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto nº 19851/1931. - 1934: Integração da assistência estudantil, promulgada na Constituição Federal, no artigo 157. Previsão do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica. - 1937: Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). - 1946: Promulgação da Constituição Federal, que estabelece a assistência educacional para alunos “necessitados” e, também, aborda mecanismo referente à saúde dos discentes. - 1961: Aprovação da LDB, que estabelece a assistência social como um direito a ser garantido, de forma igual, a todos os estudantes. - 1970: Criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), com ênfase aos programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológica.
<p>SEGUNDA FASE</p>	<ul style="list-style-type: none"> - 1987: Criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), congregando os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil. - 1988: Promulgação da Constituição Federal, que gerou amadurecimento na discussão da política de assistência estudantil (acesso e permanência nas IFES). - 1990: Limitação de recursos nacionais para assistência estudantil; discussões sobre a PAE de forma fragmentada e restrita a algumas IFES. - 1996: Aprovação da LDB, que, “de costas para a assistência estudantil”, não menciona nenhum tipo de financiamento a PAE. - 1998: Aprovação, na Conferência de Paris, da “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI”, que prevê a relevância social dos programas assistenciais oferecidos nas IFES. - 1999: Criação do FIES, que propõe financiar os cursos de graduação para os estudantes nas IES privadas. - 2001: Aprovação do PNE, que dispõe da política de diversificação das fontes de financiamento e gestão das IES. - 2004: Criação do ProUni, que objetiva conceder bolsas de estudos para alunos de baixa renda em IES privadas.

TERCEIRA FASE	<ul style="list-style-type: none"> - 2007: Criação do REUNI, que prevê a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil. - 2007: Criação do PNAES, cujo objetivo é dar subsídios para permanência de alunos de baixa renda nos cursos presenciais na IFES. - 2010: Sanção, em 19 julho, do PNAES como Decreto Lei nº 7.234; assistência estudantil concebida como política pública de direito. Aprovação do Decreto-Lei nº 7.233, que versa sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. Aprovação, em 30/12/2010, do Decreto nº 7416, que regula bolsas de permanência para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica. - 2010/2011: Lançamento do Projeto de Lei do PNE para o decênio 2011-2020, o qual, de acordo com a Meta 12, visa a desenvolver os programas de assistência estudantil, para ampliar as taxas de acesso nas IFES.
----------------------	--

Quadro 3 - Linha do tempo dos principais acontecimentos para a institucionalização da Assistência Estudantil no Brasil

Fonte: Kowalski (2012, p. 100).

Além do PNAES, é importante salientar que, nas últimas décadas, o governo tem implementado programas que visam a ações afirmativas tanto no ensino superior (Federal e Estadual), quanto nos IFETs e/ou CEFETs. Dessa forma, todas as instituições de ensino ligadas ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), do MEC, oferecerão vagas reservadas para estudantes afrodescendentes, denominadas de cotas. Nesse contexto, a população afrodescendente, as mulheres, as crianças e demais grupos devem ser vistos nas especificidades e peculiaridades de sua condição social²³. Para Piovesan:

Quanto ao prisma racial, importa destacar que o documento oficial brasileiro apresentado à Conferência das Nações Unidas Contra o Racismo [...], defendeu [...], a adoção de medidas afirmativas para a população afro-descendente, nas áreas da educação e trabalho. O documento propôs a adoção de ações afirmativas para garantir o maior acesso de afro-descendentes às universidades públicas, bem como a utilização, em licitações públicas, de um critério de desempate que considere a presença de afro-descendentes, homossexuais e mulheres, no quadro funcional das empresas concorrentes. A Conferência de Durban, em suas recomendações, pontualmente nos seus parágrafos 107 e 108, endossa a importância de os Estados adotarem ações afirmativas, enquanto medidas especiais e compensatórias voltadas a aliviar a carga de um passado discriminatório, daqueles que foram vítimas da discriminação racial, da xenofobia e de outras formas de intolerância correlatas (PIOVESAN, 2005, p. 41).

²³ De acordo com a Lei das cotas, nº 12.711/2012.

Andrés (2011) esclarece que os programas estavam em funcionamento não só na rede pública como também na rede privada (lucrativa e não lucrativa) e estava prevista a sua expansão; fato ocorrido no ano de 2012, com a **Lei das Cotas**²⁴, que garante, conforme o site do Brasil/MEC (2012), a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos, integralmente, do ensino médio público, em cursos regulares ou da Educação de Jovens e Adultos. As demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. O total de vagas reservadas às cotas será subdividido — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*, e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma do número de pretos, pardos e indígenas, baseado no último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010.

A proposta do governo está exposta no quadro explicativo a seguir, que descreve todos os passos dessa nova lei, que começa a funcionar no primeiro semestre de 2013.

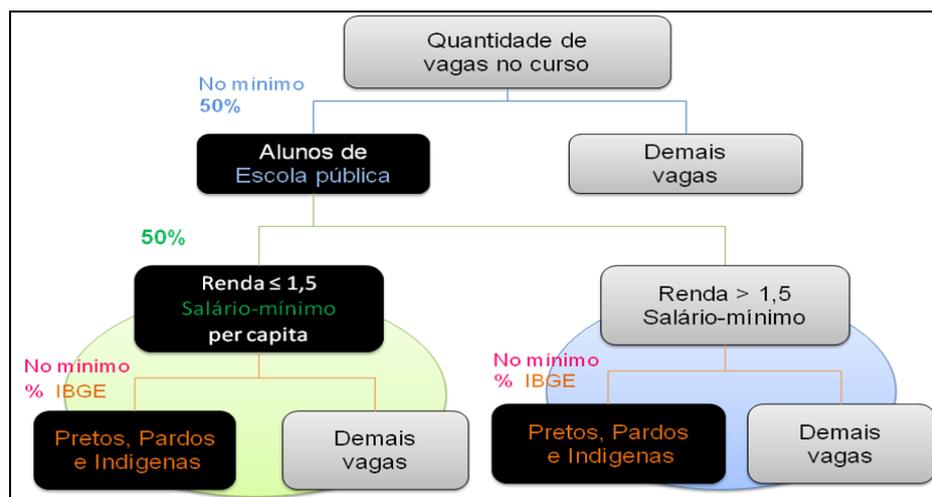


Figura 2 - Cálculo do número mínimo de vagas reservadas por cotas

Fonte: Adaptação página do MEC (www.mec.gov.br).

²⁴ Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.
<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18150>

A lei será aplicada progressivamente nos próximos quatro anos, com vigência de dez anos. Após, será feita uma avaliação dos resultados obtidos na década, pois “a política de ações afirmativas é sempre feita de forma temporária. O objetivo dela é corrigir uma desigualdade, uma distorção”, conforme o Ministro Mercadante (MEC, 2012). Afirmando sobre o processo de corrigir desigualdades, no mesmo viés, Piovesan (2005) coloca que

[...] os Estados-Parte assumem não apenas o dever de adotar medidas que proíbam a discriminação racial, mas, também, o dever de promover a igualdade, mediante a implementação de medidas especiais e temporárias, que acelerem o processo de construção da igualdade racial (PIOVESAN, 2005, p. 43).

Cabe salientar que esses programas de expansão das instituições e de atendimento à inclusão estão dissociados da preocupação e conscientização, por parte do governo, sobre o aumento proporcional de recursos humanos, para o corpo de Técnicos Administrativos, Técnicos de Nível Superior e e/ou docentes, pois se está impondo uma expansão quantitativa, sem a devida qualidade tão exigida da educação.

3.3 Características da Assistência Estudantil no IFSul

Com a finalidade de caracterizar a assistência estudantil no IFSul, faz-se necessário conhecer o perfil da instituição cujo aspecto principal é a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na união de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas.

A estrutura principal do IFSul constitui-se na Reitoria e nos 9 *campi* que a compõem:

- 1) em funcionamento: Pelotas, Pelotas – Visconde da Graça, Sapucaia do Sul, Charqueadas, Passo Fundo, Camaquã, Bagé e Venâncio Aires;
- 2) *campus* avançado: Santana do Livramento, vinculado, pedagogicamente, ao *campus* Bagé e, administrativamente, à Reitoria;

3) em implantação: Gravataí, Lajeado e Sapiranga.

Na figura a seguir, para maior conhecimento, demonstram-se as localizações dos *campis* que constituem o IFSul.

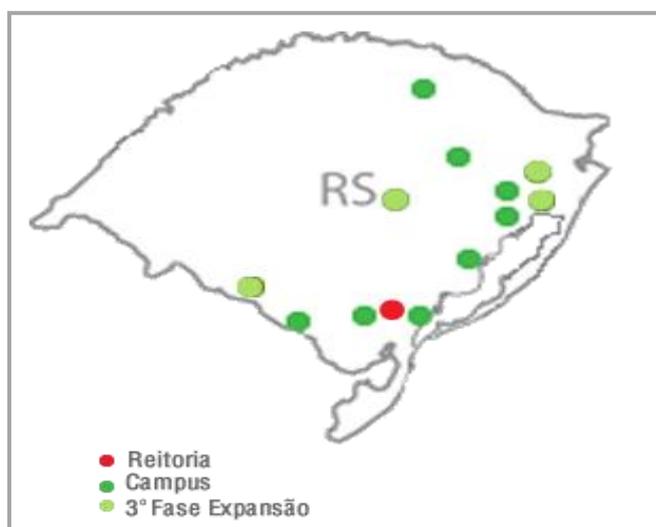


Figura 3 - Formação da rede IFSul
Fonte: Site do IFSul.

No ano de 2010, simultaneamente com todos os transtornos e desafios em dar continuidade ao processo de mudanças organizacionais e estruturais, resultante da transformação do CEFET-RS em Instituto Federal, ocorre a implantação do PNAES com a necessidade de implementar assistência aos discentes considerados em situação de vulnerabilidade.

Todo o processo de implementação da assistência estudantil está adequado à desvinculação entre a estrutura física da Reitoria e do *campus* Pelotas, com as Pró-reitorias de Ensino, de Extensão, de Pesquisa, Pós-graduação e de Desenvolvimento Institucional, Diretoria de Gestão de Pessoas e Auditoria Interna, deixando as dependências do *campus* e constituindo-se em vários endereços na cidade Pelotas. Isso, porque a meta é a construção da sede própria da Reitoria.

A Instituição atende a todas as formas e modalidades de ensino propostas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio pelo Decreto nº 5.154, de julho de 2004, oferecendo cursos técnicos nas formas integrada, subsequente e concomitante, bem como cursos relacionados ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), na forma integrada. Cursos tecnológicos e superiores também são ministrados, assim como cursos de especialização na modalidade de

educação a distância, mediante a participação na UAB, cursos *lato sensu* e *stricto sensu*.

Diante do novo programa de Assistência Estudantil, o IFSul institui a Diretoria Gestão de Assistência Estudantil (DIGAE), órgão sistêmico cuja finalidade é a de operacionalizar os recursos financeiros e assumir a gestão dos benefícios aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, sendo formada por duas coordenadorias: Coordenadoria de Apoio ao Estudante (CAPE) e Coordenadoria de Acompanhamento ao Programa de Assistência ao Estudante (COAPRE).

Com a criação da DIGAE, os recursos foram centralizados, e cada *campus*, através de suas coordenadorias (quando existirem) passará a executar ações de auxílio estudantil como²⁵:

- Alimentação, nas modalidades refeitório e bolsa, sendo no IFSul – *campus* Pelotas, direito ao almoço e/ou jantar;
- Transporte, nas modalidades de bolsa, vale-transporte e cartão eletrônico, sendo no IFSul – *campus* Pelotas, bolsa e vale-transporte;
- Moradia, nas modalidades alojamento e bolsa; concedida aos estudantes oriundos de outros municípios ou da zona rural do município onde o *campus* se situa;
- Material Escolar, na modalidade de bolsa semestral, a partir de 2013;
- Emergencial, na modalidade de bolsa com natureza eventual;
- Apoio à participação estudantil em eventos, na modalidade de bolsa;
- Acompanhamento biopsicossocial pedagógico, concedido, independentemente de estudo socioeconômico, aos estudantes com matrícula ativa no Instituto, na medida da disponibilidade de profissionais no *campus*.

Todo o trabalho atual dentro do IFSul – *campus* Pelotas em relação à assistência é desenvolvido pela Coordenadoria de Apoio a Assistência Estudantil (COAE), ligada à Coordenadoria de Apoio Pedagógico e Assistência Estudantil (COAPAE), também constituída pela Coordenadoria de Apoio Pedagógico (COAP) e Coordenadoria de Orientação Educacional (COOE).

A AE está estruturada através do Serviço Social, serviço responsável pela promoção da inclusão, conforme os objetivos do PNAES, propiciando ajuda financeira mediante de diversos benefícios que garantirão a permanência e o êxito

²⁵ Ver Normatização dos Benefícios da Assistência Estudantil IFSul, disponível em www.ifsul.edu.br.

dos alunos. Salieta-se que os outros serviços oferecidos pela coordenadoria, como Psicologia e Nutrição, atendem todos os alunos sem levar em consideração a vulnerabilidade social e econômica.

O IFSul - *campus* Pelotas – quanto ao compromisso de ampliar as condições de acesso e permanência, promovendo a inclusão de seus alunos nos seus projetos sociais, econômicos, psicológicos, nutricionais e pedagógicos, ainda está despertando para esse desafio, que precisa ser encarado de com adequação pedagógica e complementação de sua equipe técnica, hoje, muito defasada.

Como fator primordial dentro desta dissertação, está a luta pela universalização do acesso à educação através da isenção total da taxa de inscrição do processo seletivo, contemplado, no IFSul, no segundo semestre de 2012, demonstrando que a realidade dentro da pesquisa não é um processo estagnado, mas um processo dinâmico, no qual há transformações a todo momento. Como toda inovação, a isenção total da taxa também tem sofrido críticas em razão das despesas que a Instituição assume na realização de um vestibular e do índice de abstenção dos candidatos às provas, situação já prevista quando foi tomada a decisão.

Como instituição de Ensino Profissionalizante, o IFSul – *campus* Pelotas está inserido no modelo vigente do sistema capitalista, cujo paradigma da inclusão/exclusão mais exclui do que inclui, pois fornece mão-de-obra de reserva para que a economia se torne cada vez mais competitiva, permanecendo afastado do conceito de inclusão. Dentro desse contexto, fazer inclusão, mesmo que de uma forma limitada, é assistir o aluno, concedendo recursos econômicos para garantir sua permanência e êxito escolar, amenizando suas dificuldades, como garante atualmente o PNAES; sem esquecer a qualidade da educação, que deve estar associada a uma política efetiva de assistência, a qual deve amparar os alunos biopsicossocialmente para a permanência e êxito escolar, tornando-os indivíduos capacitados e inseridos na sociedade, cidadãos críticos e conscientes de suas responsabilidades e de seus direitos.

Considerando que o IFSul - *campus* Pelotas tinha 4.808 (quatro mil, oitocentos e oito) estudantes matriculados nos cursos de graduação presenciais regulares, (dados de 2012), a COAE atendeu 1000 alunos, um percentual de 24,48% do universo de estudantes, salientando que, por falta de uma divulgação mais efetiva,

muitos ainda estão longe da efetivação de seus direitos.

As informações precedentes permitem inferir que a reivindicação pelo provimento de alimentação e moradia dos estudantes vulneráveis e, ainda, de novos itens, como o apoio ao transporte e à aquisição de material didático-pedagógico, faz sentido e exhibe mérito não apenas educacional, como também social (ANDRÉS, 2011). Continuando o posicionamento do autor, basta levar em conta o contexto de forte expansão das matrículas universitárias no País, a partir dos anos 90 e, principalmente, os programas de ação afirmativa introduzidos nos últimos 10 anos, os quais têm propiciado o acesso ao ensino, particularmente, por meio da expansão de vagas noturnas e da concessão de bolsas de estudo em instituições privadas financiadas com recursos públicos.

A importância maior da efetivação das bolsas é o seu caráter emergencial, que facilita as despesas com a educação, uma vez que fazem parte de um percentual considerável da renda familiar, pois, sem esse auxílio, muitos pais não conseguiriam manter seus filhos dentro de uma instituição de ensino, mesmo sendo pública.

A educação se encontra sob as leis do mercado, as quais são reguladas pelos organismos internacionais e, por isso, precisam ser rentáveis. Talvez aqui exista uma das justificativas para as restritas ações governamentais de manutenção das políticas públicas assistenciais voltadas para o atendimento de estudantes de ensino superior e tecnológico. Por esse prisma, as IES e IFTs se esforçam em associar a qualidade do ensino à eficácia da política de assistência estudantil, não apenas no âmbito da moradia, transporte e alimentação, mas também na proposição do atendimento e acompanhamento de alunos em situação de vulnerabilidade psicológica, psiquiátrica, pedagógica e social, garantindo, minimamente, desenvolvimento, acadêmico (KOWALSKI, 2012).

Com a implantação do PNAES, as verbas de custeio e de pessoal da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica foram recuperadas, à semelhança do que se fez com a Educação Superior, sendo os recursos oriundos do MEC repassados às instituições, agentes responsáveis pela implantação das ações e pela definição dos critérios de seleção dos alunos que serão beneficiados pelos projetos.

Natalia Vasconcelos (2010) afirma:

A implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil representou um marco histórico na área da assistência estudantil, pois foram anos de reivindicações dos diversos movimentos sociais para que essa temática tivesse uma atenção especial, uma vez que é sabido que os alunos de baixa condição socioeconômica, acabam abandonando o curso em decorrência da insuficiência de recursos financeiros para sua manutenção, sendo, então, obrigados a submeter-se a subempregos de baixa remuneração como recurso de sobrevivência, abandonando, em alguns casos, em definitivo, a chance de qualificação profissional (VASCONCELOS, 2010, p. 402).

Segundo Vasconcelos (2010), a Assistência estudantil, como mecanismo de direito social, tem, como finalidade, prover os recursos necessários para a transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico. Como isso, permita-se que o estudante se desenvolva bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula, podendo transitar em todas as áreas dos Direitos Humanos, e ter acesso a ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento das necessidades educativas especiais até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência.

Apesar do significativo avanço, para efetivar o programa necessita-se de um esforço coletivo por parte dos dirigentes das IFES e IFETs, aliando toda sua equipe, uma vez que o processo de execução está ligado à gestão de cada instituto e a burocracia orçamentária, hoje, dificulta o acesso ao benefício, que passa por muitas fases até chegar ao aluno. Tal fato evidencia que os auxílios emergenciais perdem sem objetivo, quando o aluno precisa de um medicamento urgente que, conforme a situação vigente, levará alguns dias para a execução orçamentária.

Outro obstáculo observado é o fator da gestão, que se relaciona a particularidades do autoritarismo de um chefe ou à orientação clientelar da autoridade maior que dirige o programa. Isso, porque, quando mudam os chefes, modifica-se a orientação política e os serviços prestados. Assim, o grau de reconhecimento da necessidade social é atravessado pela personalidade do mandante, tendo, como exemplo dentro do IFSUL, o auxílio complementar instituído com bolsa de R\$ 150,00, destituída alguns meses após sua efetivação. Essa é bolsa efetivada em outras instituições tecnológicas com um valor maior.

Para a Assistência Estudantil, espera-se que, a cada ano, haja um aumento significativo das verbas para o programa, mas a constatação real é a da previsão de cortes orçamentários, fato ocorrido, já em 2012 no IFSul – *campus* Pelotas, em que o valor repassado pelo governo sofreu uma defasagem de 7% em relação ao orçamento de 2011.

Mesmo com todas as dificuldades de implementação, gestão e processos de exclusão, é importante salientar que o programa tem ajudado muitos alunos a melhorar a qualidade de sua vida pessoal e acadêmica. Percebe-se, dessa forma, a relevância do PNAES para a Assistência Estudantil, devendo ser avaliado e reformulado conforme as necessidades, sempre com o objetivo de que a política pública se efetive não só com auxílios financeiros, mas também com uma complementação pedagógica e atendimento biopsicossocial.

4 METODOLOGIA E A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Para a obtenção de conhecimentos que permitam analisar os processos sociais, é necessário recorrer à ciência através da pesquisa científica, tornando-se possível traçar um caminho e avançar em direção ao objeto de estudo. Com isso, dá-se visibilidade à forma como foi trilhado o caminho e alcançados os resultados nesse percurso.

A pesquisa, para Minayo (2008), é atividade básica da ciência na sua indagação e na construção da realidade, tendo, como objeto das ciências sociais, a consciência histórica da sociedade de seu tempo, uma identidade entre sujeito e objeto, um fator intrínseco e extrínseco, ideológico e, essencialmente, qualitativo.

A pesquisa em ciências sociais é de extrema importância, na medida em que seus estudos colaboram na construção de conhecimentos, a partir da articulação dialética entre passado e presente, constituindo-se, dessa forma, o objeto de estudo das ciências sociais num objeto histórico (MINAYO, 2008). A pesquisa é, portanto, um procedimento formal, um método bem definido, desenvolvido através do contato com a realidade. É, também, o descobrimento de respostas a questões que desafiam a construção de novos conhecimentos acerca de fenômenos e processos sociais, sendo capaz de dar cientificidade ao estudo realizado, exigindo do pesquisador esforço, estudo, embasamento teórico e, principalmente, compromisso ético com a ciência.

Nesse sentido, a metodologia é considerada uma das partes mais importantes e mais complexas de um trabalho científico. Segundo Minayo (2008), é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, o qual inclui o método, as técnicas, a criatividade do pesquisador e as concepções teóricas, além de articular-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade.

O paradigma abordado apresenta princípios do materialismo histórico-dialético, o qual enfatiza a mudança, identificando as contradições que ocorrem nos fenômenos e os demais determinantes políticos, econômicos e sociais, com suas categorias e construções históricas que atravessam o desenvolvimento do conhecimento e da prática social (MINAYO, 2007).

A investigação sob o enfoque do método da crítica da economia política proposto por Marx consiste, portanto, em situar e analisar os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na perspectiva de totalidade como recurso heurístico, e inseridos na totalidade concreta: a sociedade burguesa (BEHRING e BOSCHETTI, 2008, p. 38).

O método desta pesquisa método adota as contradições, o estudo dos fenômenos e a interpretação da realidade com cunho histórico, pois a dialética busca, na história, os elementos para a explicação do real.

Para entender o real, utilizam-se categorias como:

A) totalidade, o pensamento em movimento, em transição, numa intensa relação com o real, na qual se compreende a inter-relação do todo agindo sobre a parte, e a parte agindo sobre o todo, o que constrói a relação do mundo interno e externo dos sujeitos.

B) historicidade, o movimento do qual o homem participa na construção da história, influenciando o mundo e as mudanças que ocorrem na sociedade, através da percepção de que todos fenômenos possuem um passado, conectado e/ou em luta com outros fenômenos.

C) contradição (categoria central no método dialético-crítico), distinção dos lados contraditórios de um mesmo fenômeno, determinando que, uma realidade não contempla apenas uma coisa, mas pode conter contradições.

Sendo realidade a exclusão/inclusão, esta se estabelece em espaço contraditório, num movimento constante de diferentes relações sociais, valores e concepções de mundo. Portanto, as contradições levam a novos conhecimentos, que contribuem para novas transformações e conseqüentes superações dos processos sociais e educacionais existentes.

O presente estudo foi realizado mediante a aplicação de métodos quantitativos e qualitativos (combinados), o que MINAYO (2007) garante ser possível, afirmando que as experiências têm demonstrado que:

- (1) elas não são incompatíveis e podem ser integradas num mesmo projeto de pesquisa;
- (2) uma investigação de cunho quantitativo pode ensejar questões passíveis de serem respondidas só por meio de estudos qualitativos, trazendo-lhe um acréscimo compreensivo e vice-versa;
- (3) o arcabouço qualitativo é o que melhor se coaduna a estudos de situações particulares, grupos específicos e universos simbólicos;

(4) todo conhecimento do social (por método quantitativo ou qualitativo) sempre será um recorte, uma redução ou uma aproximação;

(5) em lugar de se oporem, os estudos quantitativos e qualitativos, quando feitos em conjunto, promovem uma mais elaborada e completa construção da realidade, ensejando o desenvolvimento de teorias e de novas técnicas cooperativas (MINAYO, 2007, p. 76).

Na fase de coleta de informações, ocorreu a aplicação de questionário, entrevistas e pesquisa documental junto à Coordenadoria de Orientação Educacional (COOE), para entender melhor a trajetória dos alunos isentos da taxa de inscrição do processo seletivo quanto a sua exclusão/inclusão. Fase em que, para Severino (2007), há uma interação entre o pesquisador e o pesquisado, já que o pesquisador visa a apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam.

Para a análise do material pesquisado, utilizou-se a técnica de análise de discurso que, na fala de Gondin e Fischer (2009, p. 12), é a análise da fala em contexto, que ajuda a compreender como as pessoas pensam e agem no mundo concreto, com a história, a situação vigente e a posição social, concorrendo para as produções discursivas.

4.1 O processo exploratório da pesquisa entre os alunos isentos da inscrição do processo seletivo do IFSul – campus Pelotas

Nessa etapa da dissertação, é preciso entender o percurso da pesquisa com a identificação da problemática que norteou todo o trabalho, com os conhecimentos de como os alunos isentos da taxa de inscrição do processo seletivo do IFSul – campus Pelotas, matriculados no segundo semestre de 2011 e ingressaram a partir de 2008, veem seu processo de inclusão/exclusão, ultrapassando a ação instituída sua invisibilidade. Durante esse percurso, também se caracterizam as falas desses alunos como processo de entendimento das dificuldades e sofrimentos, assim como a compreensão de que são pessoas distintas e não igualitárias, merecedoras de inclusão e valorização de suas diferenças dentro da instituição de educação.

A busca de dar voz a estes estudantes pretende entender o fracasso escolar e, conseqüentemente, sugerir à assistência psicossocial que melhore a qualidade de

vida deles, tornando-os cidadãos questionadores e conscientes de suas responsabilidades e direitos.

Assim, pretende-se conhecer toda a trajetória de exclusão/inclusão desses alunos que foram, a princípio, inseridos no meio educacional como participantes de uma ação inclusiva através do acesso ao vestibular, bem como obter subsídios de “se estão” e “como estão” sendo assistidos através da Assistência Estudantil, como modelo de inclusão dentro da instituição educacional, além de suas concepções sobre permanência e êxito escolar, que irão possibilitar a sugestão de ações facilitadoras na caminhada escolar desses estudantes.

Todo processo de pesquisa tem seu início demarcado pela aquiescência do Comitê de Ética ao projeto encaminhado. Nesse caso, ao Comitê de Ética da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), através da Plataforma Brasil com a devida solicitação da avaliação do projeto (Apêndice A) e autorização do diretor do IFSul – campus Pelotas para a realização da pesquisa (Apêndice B), sendo o projeto aprovado em 28.09.2012 (Anexo D) e, posteriormente, iniciada a efetivação da pesquisa com o grupo discente.

No momento, ocorre uma greve na Instituição, que percorreu os meses de setembro e outubro de 2012, tendo seu término em novembro, quando foi possível desenvolver a pesquisa e entrar em contato com os alunos.

A fase de exploração de campo desenvolve-se com a definição dos sujeitos da pesquisa, um universo de 136 alunos beneficiados com a isenção da taxa de inscrição do processo seletivo, os quais ingressaram no IFSul - campus Pelotas - a partir do ano de 2008, devidamente matriculados até o término do semestre denominado de 2011/2, em situação de aprovação, reprovação, evasão (trancamento, cancelamento, jubramento e desistência) ou formatura, pertencentes às diferentes modalidades de ensino.

A participação dessa população encontra-se associada ao interesse em envolver-se com a pesquisa através da aceitação no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C), devidamente assinado pelos alunos, pais ou responsáveis (quando menores de idade), com a garantia de preservação de anonimato.

Inicialmente, o questionário semiestruturado (Apêndice D) foi elaborado contemplando diversos aspectos da vida estudantil relacionados ao perfil do aluno e sua constituição familiar, situação escolar e visão sobre sua trajetória estudantil

desde quando resolveu ingressar no IFSul – campus Pelotas. O número de questões é 86, distribuídas de forma a não saturar o pesquisado, através da distribuição das informações abertas no início e das fechadas, no término, passando pelo processo de validação no qual alguns alunos e a equipe de profissionais da COAE testam as questões e ajudam a melhorá-las. Tal investigação deve contar com absoluto sigilo, sem identificação dos sujeitos, e consequente colocação dos questionários em caixa fechada.

O segundo instrumento com a finalidade de esclarecer melhor o trajeto escolar foi a aplicação do protocolo de entrevistas (Apêndice E) com duração de, no máximo, 60 minutos, associado ao preenchimento do questionário. Assim, o grupo entrevistado seria escolhido de forma aleatória; mas a princípio, buscou-se os evadidos e, posteriormente, os que aceitassem participar da entrevista, liberando desse processo os alunos que passaram por algum tipo de atendimento psicológico com a pesquisadora, havendo, assim, a certeza de opiniões próprias dos entrevistados.

Como todo o processo de pesquisa não fica estagnado, e muitas vezes, o proposto acaba não se tornando realidade, a partir da identificação dos sujeitos da pesquisa através de dados do Sistema Q-Acadêmico²⁶, os alunos foram chamados para assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e obter os devidos esclarecimentos da pesquisadora sobre a motivação e objetivos da pesquisa. Então, marcaram-se os horários, para os grupos responderem ao questionário. Com muitos obstáculos, foi demarcado esse primeiro momento, pois os dados acessados não corresponderam à realidade, estando desatualizados, com os número de telefone incorretos e algumas informações distorcidas, resultando em respostas pouco positivas.

A necessidade de implantar estratégias levou a pesquisadora a chamar os alunos participantes do refeitório através de bilhetes personalizados, sem muito sucesso, uma vez que poucos alunos responderam à solicitação, assim como a entrega dos bilhetes nas Coordenadorias de cursos obteve repercussão insatisfatória. Com mais um resultado desfavorável, foi preciso colocar um cartaz no local, solicitando a presença na COAE, o que derivou em poucos consentimentos

²⁶ Software responsável pelo controle acadêmico do IFSul – campus Pelotas, onde consta toda a vida acadêmica do grupo discente.

para participar da pesquisa e, posteriormente, para agravar a situação, os alunos entraram em período de férias, deixando, como única solução, o contato via telefone.

Nesse período, o refeitório do instituto passou por uma fase de transição, com obras e troca da empresa terceirizada, conseqüente troca da equipe de trabalho, levando o local a ser interditado por alguns dias, o que culminou com a estratégia de obter a participação na pesquisa através da entrega dos bilhetes nas coordenadorias dos cursos e solicitação no cartaz do mural.

No segundo momento, que seria o de formação dos grupos para a aplicação do questionário, foram chamados os alunos que já tinham assinado o TCLE e todos aqueles contatados por telefone, determinando mais um resultado insatisfatório e conseqüente impossibilidade de se atingir a universalidade dos alunos isentos, uma vez que a maioria não comparecia nos horários já marcados e remarcados anteriormente, o que indicava uma amostragem menor do que o esperado.

Durante esse período, ocorreu mais um obstáculo para o processo de pesquisa, as empresas de ônibus urbanos entraram em greve, e os grupos formados ficaram impossibilitados de se reunirem, aparecendo um número muito reduzido de alunos para preencher o questionário.

Sem resultado positivo através de telefonemas e bilhetes, foi preciso criar nova estratégia, usar a rede e criar uma conta no Facebook, através da qual a maioria dos jovens no mundo contemporâneo se comunica. Tal estratégia resultou em aceitação imediata, mas com a persistente dificuldade de conseguir a participação dos alunos para a aplicação do questionário. Muitos se dispuseram a enviar as respostas do questionário via e-mail e o fizeram com presteza. Portanto, dentro do universo dos alunos isentos aconteceu a definição de uma população caracterizada por 42 sujeitos que responderam ao questionário.

O outro instrumento de coleta de dados, a entrevista, a princípio associada ao preenchimento do questionário, também atinge a poucos alunos pelo fato da dificuldade de ir ao Instituto durante as férias e do não consentimento a visita em suas residências. Portanto, devido aos empecilhos encontrados para efetivar as entrevistas e pela saturação das respostas, conclui-se a pesquisa com um total de 8 entrevistas, sendo 3 não associadas ao questionário por falta de tempo, motivo alegado pelas alunas. Assim, distribuída a população das entrevistas entre 4

homens e 1 mulher, que responderam aos dois instrumentos e 3 mulheres, que somente responderam ao protocolo de entrevistas.

Na prática profissional, o papel que a pesquisadora desempenha na COAE, quanto a pesquisas, não é muito diferente, pois, na maioria das vezes, os alunos não comparecem às entrevistas marcadas, indicando, segundo algumas investigações e falas dos alunos, a crença de que todo processo de pesquisa onde há entrevista, principalmente dentro da COAE, pode levá-los a perder os benefícios adquiridos.

Dentro do universo de alunos isentos primeiramente proposto, destaca-se a ausência de um aluno que se encontrava em processo de intercâmbio, estudando nos Estados Unidos, e outros quatro que firmaram posição na falta de interesse em participar da pesquisa.

A amostra foi validada com erro máximo tolerável de 10%, com nível de confiança de 90%, conforme cálculo abaixo.

$$n = \frac{1,645^2 \cdot 0,25 \cdot 136}{1,645^2 \cdot 0,25 + 0,10^2 \cdot (136 - 1)} = 45,4 \text{ ou } 46 \text{ amostras.}$$

A amostra conseguida fica muito próxima da amostragem necessária, o que não desqualifica o trabalho.

Resultados da coleta de dados

Os resultados obtidos com a coleta de dados foram computados e transformados em tabelas (Apêndice F) e gráficos, para melhor visualização das respostas, além da interpretação, descrição e análise.

Para um entendimento maior do trabalho, pretende-se apresentar, no primeiro momento, a caracterização geral dos alunos isentos, utilizando variáveis como sexo, ano de ingresso e curso, obtendo, assim, uma visão geral de quem são e o que fazem os sujeitos pesquisados. Após, serão analisados dados do perfil do aluno, vida escolar e visão do aluno quanto ao seu acesso e trajetória no IFSul – campus Pelotas e, posteriormente, como veem o processo de exclusão/inclusão educacional, assim como a política da Assistência Estudantil como fator de inclusão na educação,

examinando suas posições com relação às perguntas abertas elaboradas tanto no questionário quanto na entrevista.

Ninguém melhor que os próprios alunos para falar de sua situação, do modo como encaram suas limitações e oportunidades, de suas sugestões para amenizar as dificuldades. Isso, porque o investimento em uma instituição educacional será inútil, se não houver concordância dos beneficiários (CRESPO e GUROVITZ, 2002) e sua participação na avaliação da política de assistência, procedimento fundamental para a melhoria das ações implantadas.

1 – Identificação geral do aluno isento participante da pesquisa

Ensino	Cursos	Nº de alunos	Ano de ingresso	Gênero
Integrado	Edificações	1	2008	F
		1	2009	M
	Eletrotécnica	1	2009	M
		1	2010	F
		1	2011	M
	Química	1	2008	F
	Eletrônica	1	2008	M
		2	2009	M/F
		1	2010	M
		2	2011	M/F
Total		12		
Concomitante	Eletrônica	1	2011	M
	Eletromecânica	3	2011	M/F/F
	Edificações	1	2010	F
	Sem identificação	1	2008	M
		1	2009	M
Total		7		
Subsequente	Química	1	2009	F
		2	2010	F
		4	2011	F
	Telecomunicações	1	2009	F
		1	2010	F
		1	2011	M
	Comunicação Visual	1	2010	F
	Edificações	2	2011	F
Total		13		
Tecnólogo	Saneamento Ambiental	1	2009	F
		2	2010	M/F
		2	2011	F
	Sistemas para internet	2	2010	M/F
	Gestão Ambiental	2	2009	F
		1	2010	M

Total		10		
Superior	Engenhara Elétrica	2	2010	M/F
		1	2011	M
Total		3		
TOTAL GERAL		45		

Quadro 4 - Identificação geral dos alunos pesquisados

Fonte: Sistematização da pesquisadora com base no questionário

No quadro acima, percebe-se uma boa representatividade do grupo pesquisado com a identificação de todas as modalidades de ensino e cursos do IFSul – campus Pelotas, onde se destacam, pela maior procura, os ensinos Integrado e Subsequente. Além disso, há a constatação de que 4 alunos ingressaram em 2008; 10 alunos em 2009; 14, em 2010; e 17, em 2011, o que representa um fator aproximado do contexto real, uma vez que os alunos de 2008 e alguns de 2009 já deveriam estar formados, ficando os alunos de 2011 com maior representação, pois estavam em pleno desenvolvimento de seus cursos.

Outro fator relevante é a presença unânime feminina nos cursos do Ensino Subsequente e a proporção igual ou superior nas outras modalidades de ensino, sendo exceção o Ensino Superior de Engenharia Elétrica - predominantemente masculino, mas, na pesquisa, a presença de uma representante feminina leva à melhoria da representatividade do percentual da pesquisa.

Cabe salientar que a mulher tem adquirido um maior nível de escolaridade desde as últimas décadas do século XX, o que se consolida no século XXI. E esse fato marca a inserção da mulher no mercado de trabalho e consequente tendência do crescimento do número de mulheres nos ensinos profissionalizantes, pois elas cada vez mais, precisam aperfeiçoar-se para um mercado que exige diversas competências e para a disputa de vagas até então ocupadas pelos homens.

2– Perfil do aluno

Esta fase da pesquisa propõe-se explicitar as especificidades das diversas dimensões da vida dos adolescentes e jovens que foram incluídos no IFSul – campus Pelotas através do acesso com a isenção da taxa de inscrição do processo seletivo e consequente aprovação na etapa classificatória do vestibular. Além disso,

na presente etapa, evidenciam-se os resultados com base no questionário aplicado a 42 sujeitos e nas citações referentes às perguntas abertas.

Assim sendo, a população alvo da pesquisa, está caracterizada por ser um grupo que, na grande maioria, mora em Pelotas, composto por 60% de mulheres e 40% de homens, na faixa etária que compreende de 17 a 22 anos, englobando um percentual de 54% da população de isentos. Com isso, pode-se afirmar que esses alunos fazem parte da parcela da juventude que, cada vez mais, está adquirindo direitos coletivos.

Esses jovens se definem a partir da própria diversidade que os distingue, com qualidades específicas que se manifestam de diferentes maneiras, tanto históricas como sociais (NOVAES et al., 2006).

Quanto à etnia, constata-se que prevalece uma considerável parcela da raça branca com percentual de 76%, e a raça negra encontra-se em segundo lugar, com percentual de 14% da população. Os jovens, em sua maioria, disseram ser da religião católica, com percentual de 38%, já 19% afirmaram não pertencer a nenhuma religião, e 17% definiram-se como evangélicos.

Vivem em moradia própria e utilizam transporte coletivo para se deslocarem até o Instituto, sendo a maior parte, 92,5%, solteiros que moram com os pais, cuja renda familiar é, por volta de 64,3%, de até dois salários mínimos, sendo que tanto o pai quanto a mãe trabalham para sustentar a casa, na qual o pai aparece como o maior mantenedor.

Quanto à escolaridade dos pais, a maioria não conseguiu completar o ensino fundamental.

A informação, em suas casas, equivale a 41% na internet, e 33% utilizam a TV como meio de comunicação, sendo que poucos leem jornais ou revistas. Dentre esses alunos, 95% possuem computador e 80% conseguem acessar a internet em casa, identificando-se um percentual de 19% que não tem acesso a esse meio de comunicação.

A maioria provém de escola pública, não pratica esportes, atividades extraclasse e atividades coletivas. Quando doentes, procuram a rede pública de saúde e o gabinete médico do IFSul – campus Pelotas. Salientam que os pais, quanto à dependência química, são usuários de medicamentos e de cigarros.

O lazer dos alunos isentos é realizado com colegas e amigos e, em sua grande maioria, por volta de 85,7% são assistidos com bolsa/benefício oferecidos pelo IFSul – campus Pelotas.

A sistemática apresentada será uma breve avaliação e contará com a apresentação posterior de gráficos, para melhor visualização das respostas dos alunos.

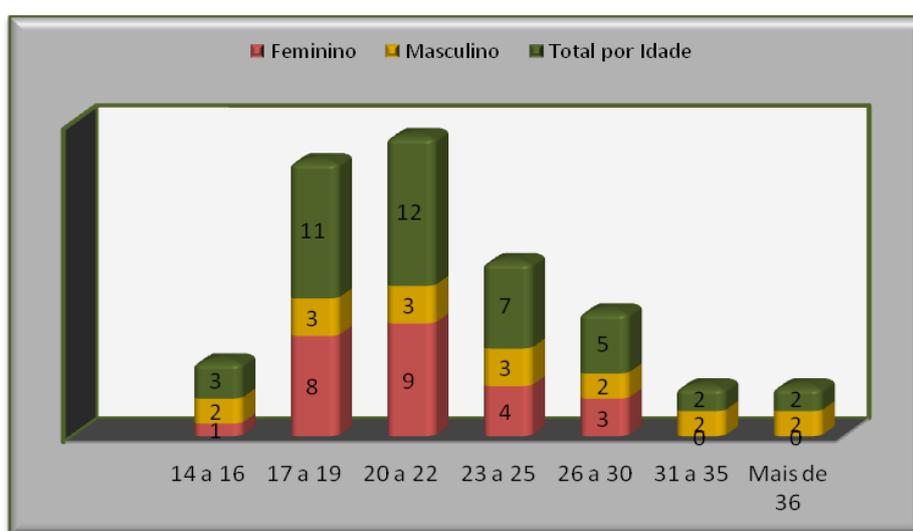


Gráfico 1 - Idade e gênero dos alunos isentos

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Na observação do gráfico, destaca-se que o grupo de adolescentes é pequeno e pertence ao Ensino Integrado. Esses adolescentes praticam vários esportes e atividades extraclasse.

Outra observação realizada é a falta da presença feminina na faixa etária a partir dos 30 anos.

O grupo juvenil procura especializar-se para poder ingressar mais qualificado no mercado de trabalho, com a possibilidade de modificar sua situação de vida.

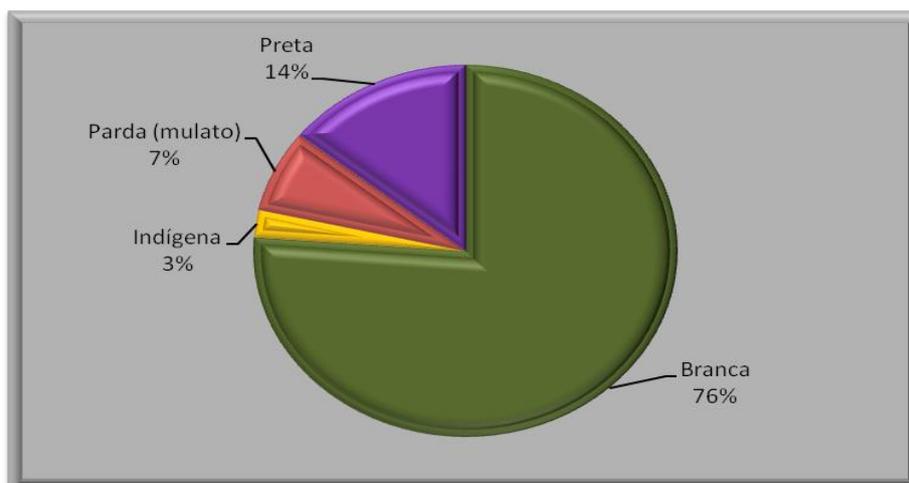


Gráfico 2 – Etnia do aluno isento

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

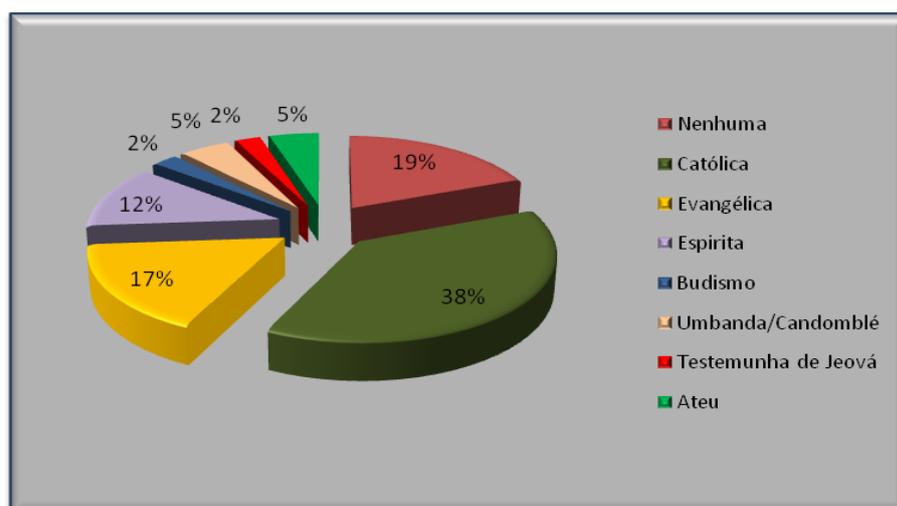


Gráfico 3 – Religião dos alunos isentos

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

2.1 – Moradia do aluno isento

Pode-se dizer que, em relação à cidade onde o aluno isento mora, a grande maioria está estabelecida na cidade de Pelotas, com alguns vindos de cidades muito próximas, como Capão do Leão e Rio Grande. Perfazem 29% os pertencentes aos bairros Fragata e Guabiroba e 24%, aos bairros Areal, Cruzeiro e Obelisco (tabela do Apêndice F).

Moradias próprias correspondem a 67% dos alunos, com 12% morando em casas cedidas e 9% em situação de posse. Salienta-se que a compra financiada fica estabelecida aqui como moradia própria.

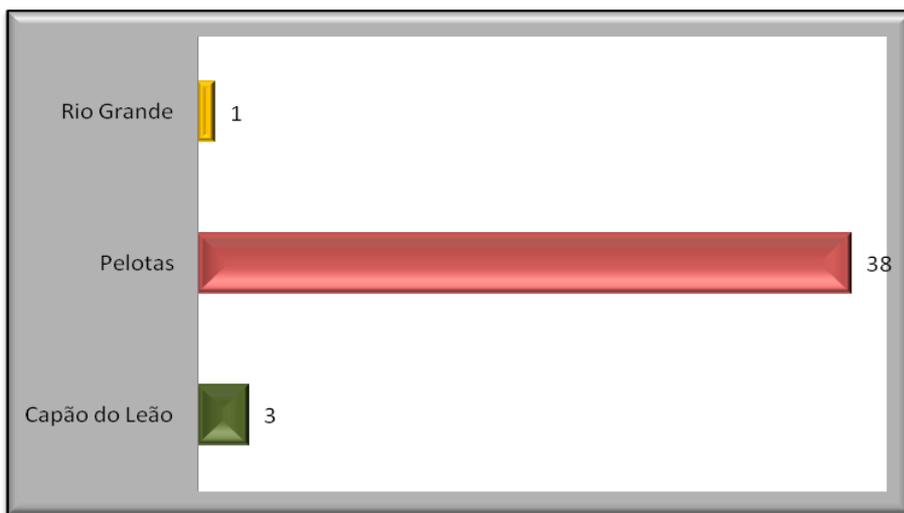


Gráfico 4 – Cidade onde moram os alunos isentos
 Fonte: sistematização da autora com base no questionário

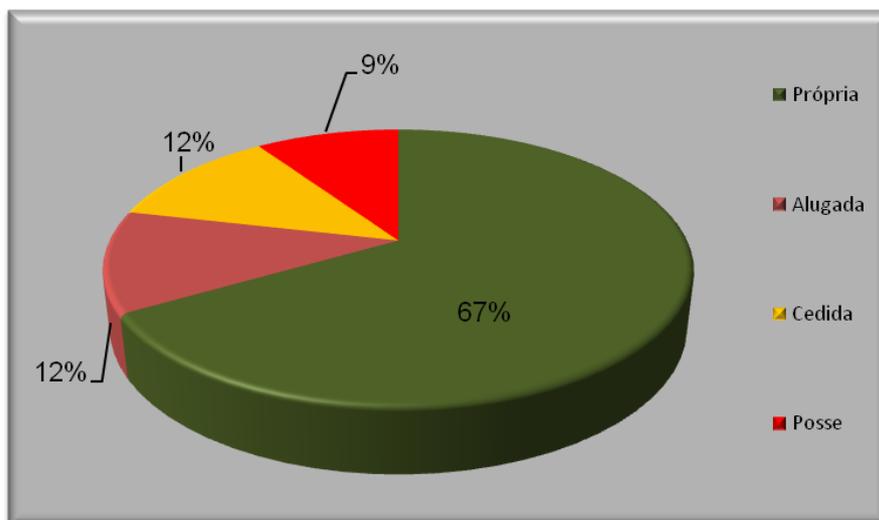


Gráfico 5 - Situação da residência dos alunos isentos
 Fonte: sistematização da autora com base no questionário

A importância do fator residência está na identificação que há, dentre os jovens isentos do IFSul – campus Pelotas, um percentual de 12% que vive em casas cedidas e 9%, em situação de posse, o que equivale a 5 e 4 jovens, respectivamente.

2.2 – Transporte

O transporte coletivo é o mais usado pela grande maioria dos alunos isentos, para se deslocarem de suas casas até o IFSul – campus Pelotas, com um percentual de 79%, sendo a segunda condição de deslocamento mais utilizada a ida a pé para o instituto, com 9% e, a utilização de carro e bicicleta, com 5% cada, fica como terceira opção.

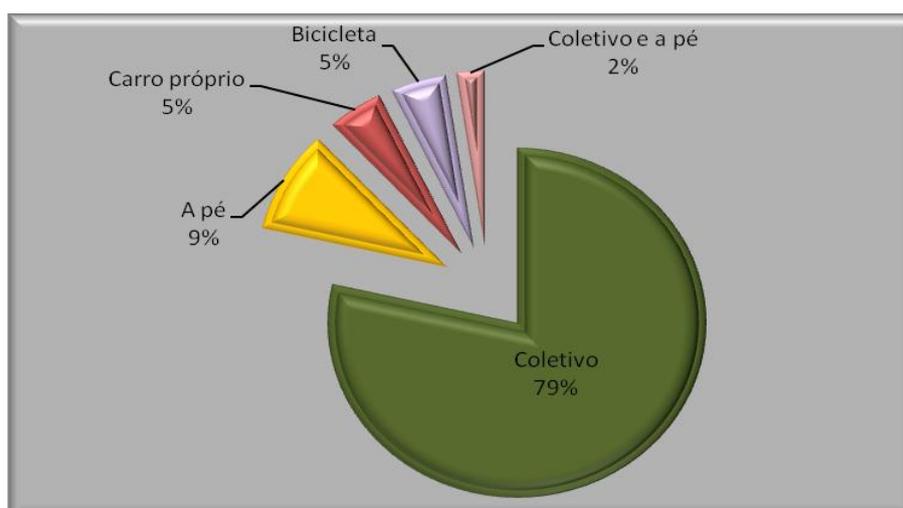


Gráfico 6 - Deslocamento dos alunos isentos
Fonte: sistematização da autora com base no questionário

2.3 - Composição familiar

Em sua maioria, os alunos isentos são solteiros, com percentual de 88%, sendo que 83% moram com os pais. A composição familiar mais detalhada pode ser observada na Tabela 39 (Apêndice F).

Dentre as famílias observa-se que o número de irmãos ocorre de 1 a 7, tendo dezessete alunos 1 irmão e sete, com 2 irmãos. Nas cinco famílias nas quais o aluno

é casado(a) e/ou vive com companheiro(o), o número de filhos varia, havendo duas famílias com 1 filho e uma, com 2 filhos.

Outro fator em destaque são onze famílias que vivem sem a presença do pai, e nove, nas quais os alunos são filhos únicos.

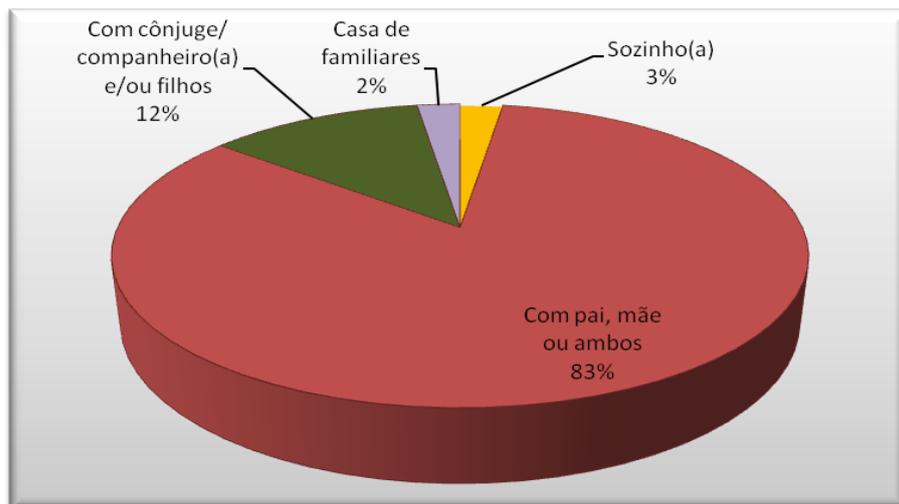


Gráfico 7 – Situação de moradia dos alunos isentos

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

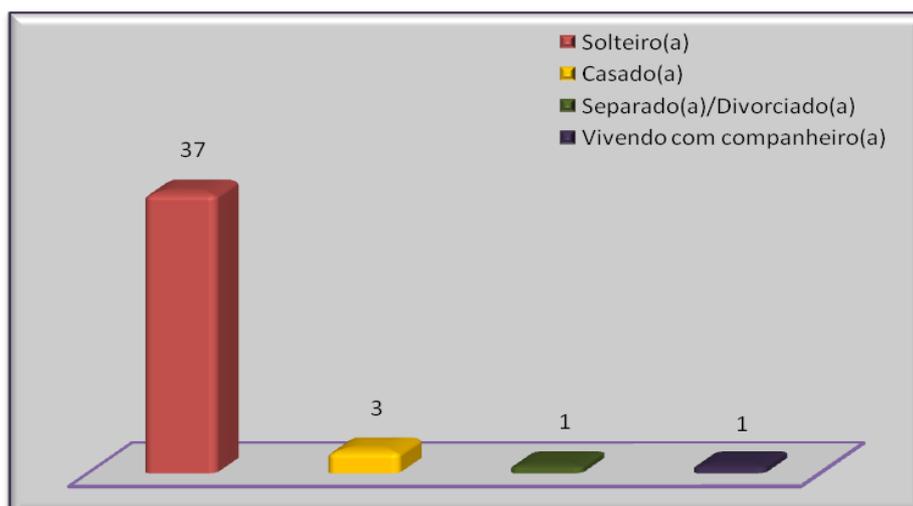


Gráfico 8 - Estado civil dos alunos isentos

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

2.4 – A Situação econômica da família

Os alunos que conseguiram a isenção da taxa de inscrição do processo seletivo vivem com renda familiar equivalente à faixa de um a dois salários mínimos, evidenciando que 17% dessa população se responsabiliza pelo sustento da casa; também, grande parte ajuda seus pais, trabalhando e esforçando-se para estudar e, assim, garantir um futuro melhor. Em quase todos os lares dos alunos isentos, o pai ainda é o maior mantenedor da casa, com 50%, e a mãe, com 29%. Juntos, somam 79%, demonstrando que, na maioria, os pais juntos mantêm suas famílias.

Não há desemprego em 50% dos lares dos alunos e, onde há, evidencia-se um índice maior entre as mulheres (Tabela 55 do Apêndice F), com a mãe demonstrando mais a falta de emprego, num total de 19%, as esposas, 5% e, outros membros da família (irmãs, sobrinhas, madrastas, pai etc.) perfazendo juntos, um total de 26% de desempregados.

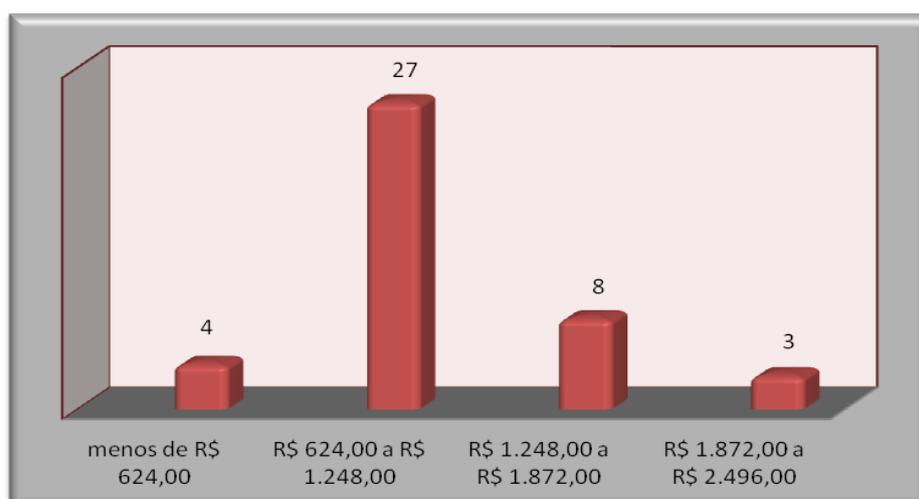


Gráfico 9 - Renda familiar dos alunos isentos

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

A observação que se pode fazer, a partir do gráfico, é que realmente a grande maioria tem seu direito constituído no Programa de Assistência estudantil – PNAES, que prevê renda máxima *per capita* de um salário e meio, para o aluno poder ser assistido em suas vulnerabilidades econômicas.

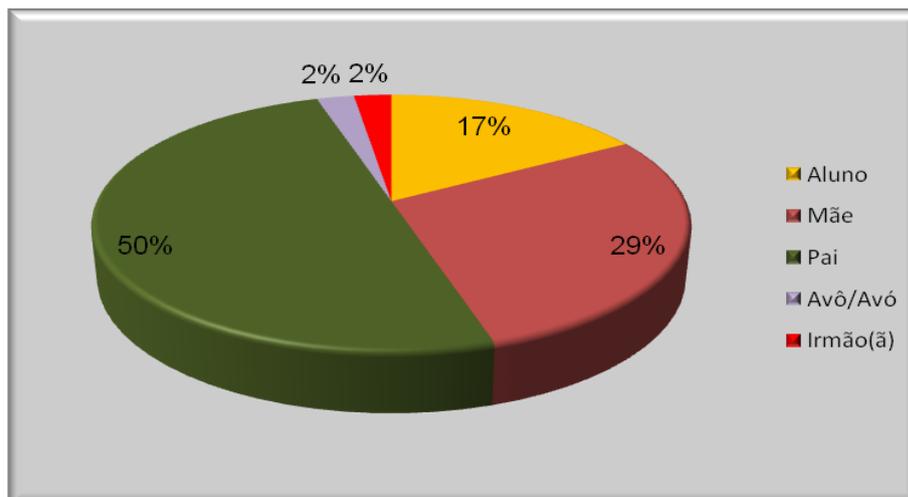


Gráfico 10 - Principal mantenedor da família dos alunos isentos
Fonte: sistematização da autora com base no questionário

2.5 – Escolaridade dos pais dos alunos isentos

Na observação dos dados, percebe-se que somente 22% dos pais dos alunos isentos possuem o ensino médio completo, e a maioria fica na faixa do ensino fundamental incompleto, com um total de 41%.

Entre as mães, o ensino fundamental incompleto perfaz 33% e o ensino médio, 36%. Esse fato diferencia-se em relação aos pais que, no ensino fundamental incompleto, atingem um índice de 41% e, no ensino médio, 22%, demonstrando que a mulher tem avançado mais nos estudos.

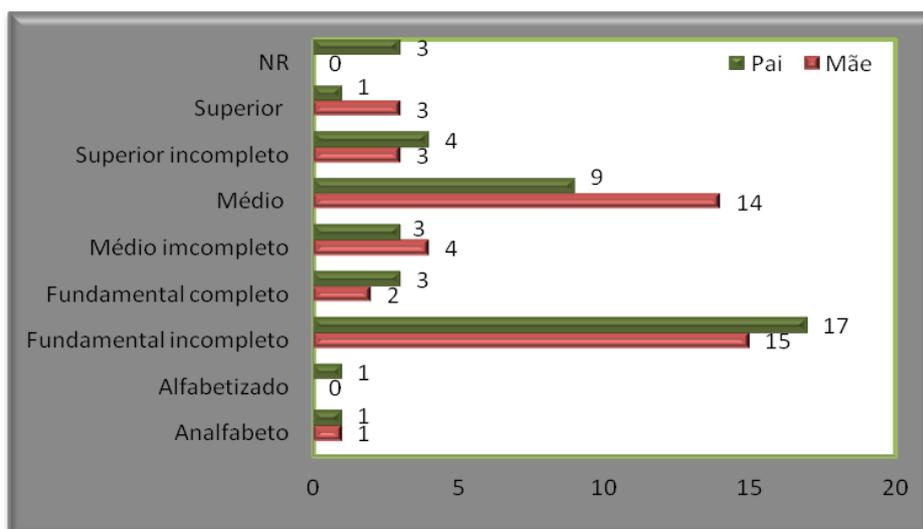


Gráfico 11 – Escolaridade dos pais dos alunos isentos
NR = Não respondido
Fonte: sistematização da autora com base no questionário

2.6 – O Trabalho na vida do aluno isento

Na situação atual, o trabalho tem sido um dos fatores considerados mais relevantes para a saída dos alunos mais vulneráveis economicamente das instituições de ensino, pois o aluno necessita ajudar no sustento da família, muitas vezes não só com atividades remuneradas, mas também com atividades de manutenção da casa e/ou a solução de problemas emergenciais da família.

Para Novaes et al.

A juventude é tradicionalmente considerada como uma fase de preparação para uma vida adulta futura, reduzindo-se as ações voltadas aos jovens unicamente à preocupação com sua escolarização. Mas a vivência juvenil na contemporaneidade tem se mostrado mais complexa, combinando processos formativos com processos de experimentação e construção de trajetórias que incluem a inserção no mundo do trabalho (NOVAES et al., 2006).

Constata-se que 57% dos alunos isentos não trabalham e 43%, trabalham em alguma atividade, utilizando, para isto os turnos da manhã e tarde (Tabela 57 do Apêndice F), fato que os induz ao ensino noturno.

Quando questionados sobre a finalidade do trabalho, 38% dos que responderam, afirmam ter, por objetivo, ajudar nas despesas da casa e no sustento da família, e 33% disseram preferir o trabalho como fator de independência. Com percentuais inferiores aparecem, também, as opções relacionadas a adquirir experiência, a complementação profissional e o sustento de companheiras e filhos(as).

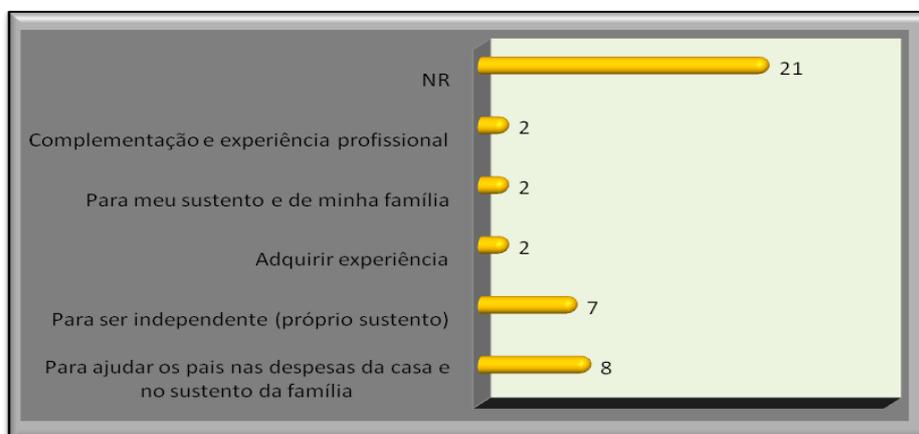


Gráfico 12 – Finalidade do trabalho para o aluno isento

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

3 – Informações culturais

3.1 – Meios de informações

Os alunos pesquisados preferem obter suas informações através da internet, num total de 41%; e, em segunda opção, utilizam a TV, com um percentual de 33%. Raramente usam, como meio de informação, jornais, rádios e revistas, demonstrando o quanto a internet torna-se, para os jovens, o veículo mais importante e rápido de adquirir informação.

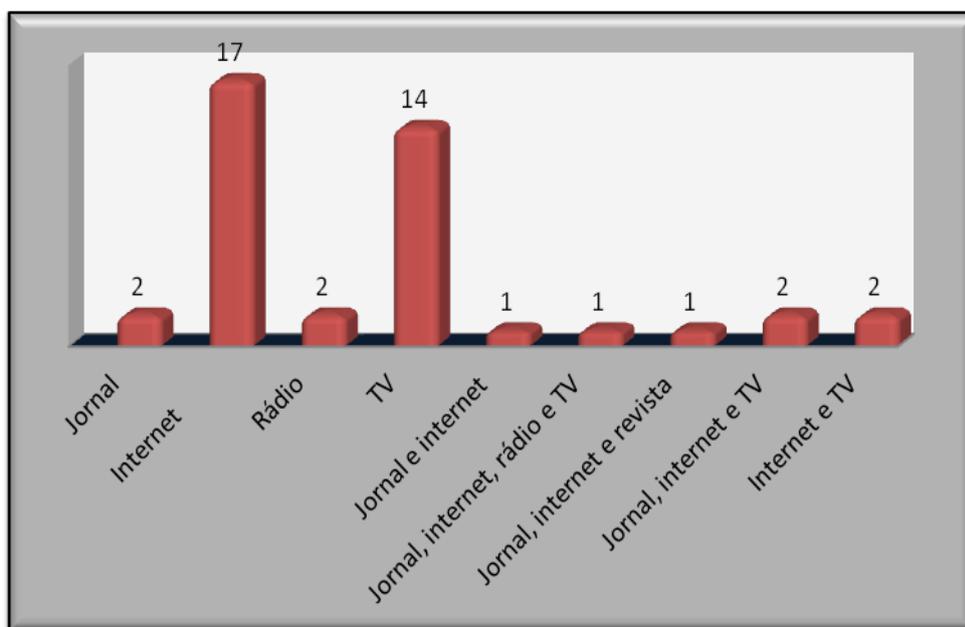


Gráfico 13 - Meios de informação usados pelos alunos isentos
Fonte: sistematização da autora com base no questionário

O computador torna-se familiar aos alunos que, na quase totalidade, possuem computador em casa com acesso à internet, com respectivos percentuais de 95% e 80%.

Quanto ao domínio do computador, 55% diz ter uma experiência regular, com 26% apontando muita experiência, demonstrando que, em grande maioria, os alunos têm noções de como utilizar o computador. Dos dados apresentados, é importante salientar que 19% do grupo de pesquisa não tem acesso à internet em casa, indicando que o IFSul – campus Pelotas deve ter estratégias eficazes para garantir-

lhes o total acesso de que precisam, pois os que não possuem acesso precisam recorrer a Lan houses, vizinhos, colegas e familiares (conforme Tabelas 47 do Apêndice F).

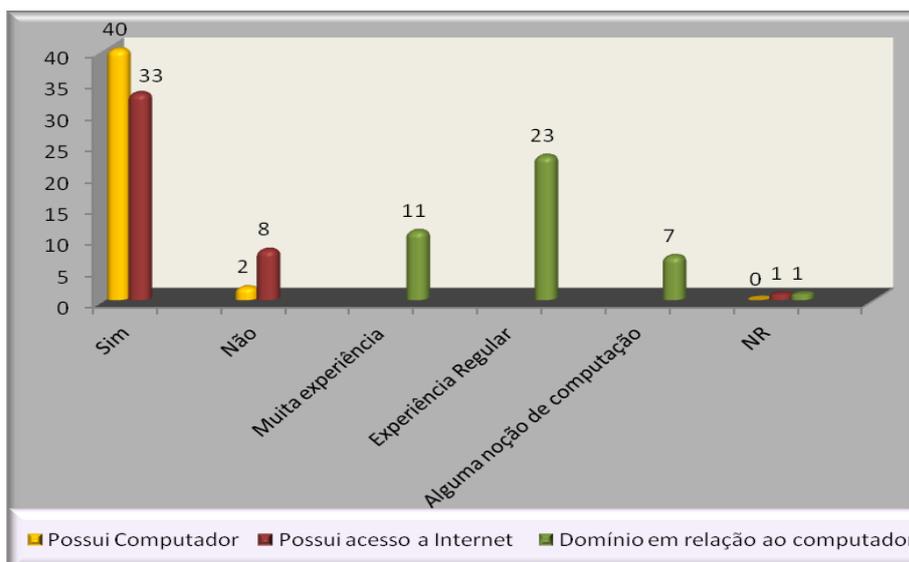


Gráfico 14 – Situação dos alunos isentos em relação à computação

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

3.2 – Domínio de língua estrangeira

No IFSul – campus Pelotas, a grande maioria – 73% dos alunos isentos, não dominam qualquer tipo de idiomas. Isso, com certeza, deve estar vinculado às dificuldades econômicas, já que os cursos de idiomas costumam ser particulares e, além disso, caros para essa parcela da população.

Dentre os que dominam algum idioma, destaca-se, com 17%, o inglês, seguido pelo espanhol, com um percentual de 5%.

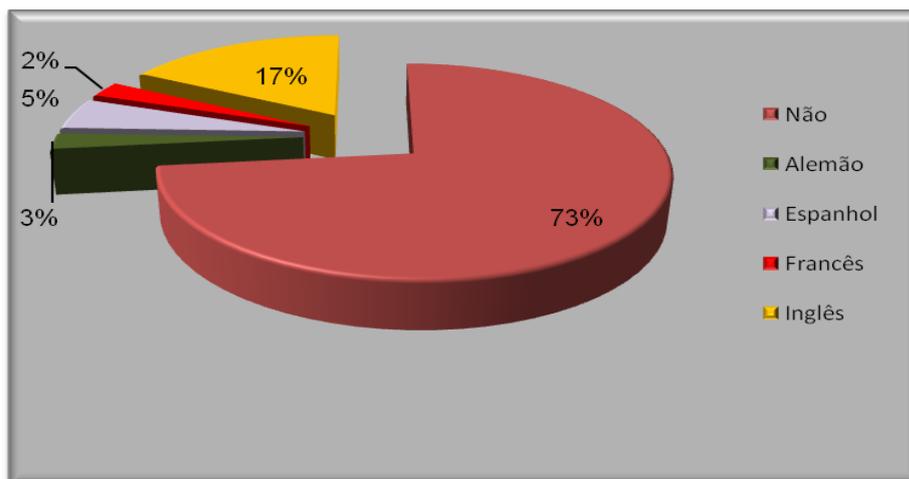


Gráfico 15 – Conhecimento de língua estrangeira por parte dos alunos isentos

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

3.3 – Atividade extraclasse

A maioria dos alunos isentos não participam de qualquer atividade extraclasse, mesmo com o IFSul – campus Pelotas ofertando aulas de música, teatro, CTG, inglês, xadrez, etc., além de e com incentivo à participação de eventos.

Os poucos alunos pesquisados que participam de alguma atividade extraclasse procuram como fator de interesse o CTG, clube de inglês, música, xadrez, entre outras.

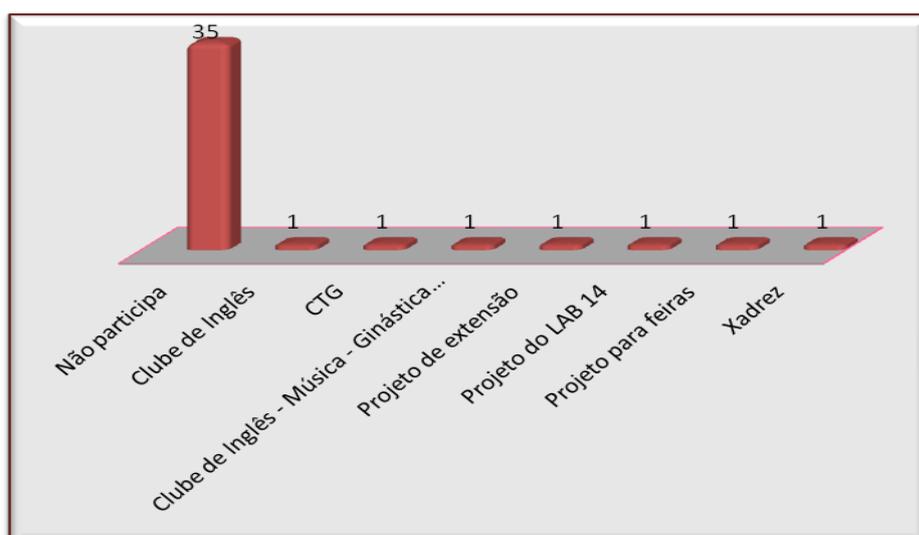


Gráfico 16 - Atividades extraclasse de que participam os alunos isentos

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

3.4 - Participação em atividades coletivas

A metade dos alunos isentos não participa de qualquer atividade coletiva e, considerando a outra metade, 17% fazem parte de diversas atividades, destacando-se os grupos religiosos, esportivos, culturais, grêmios estudantis, ONGs e grupos de voluntariado.

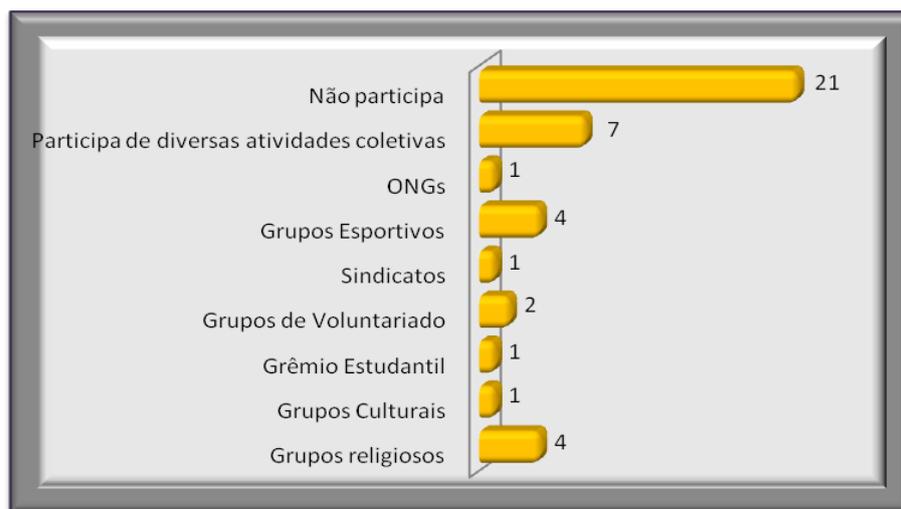


Gráfico 17 - Participação dos alunos isentos em atividades coletivas

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

4 - Qualidade de vida

Busca-se qualidade de vida no encontro das áreas como saúde, atividades físicas e lazer, as quais permitem ao jovem usufruir de uma vida mais saudável, prazerosa e digna.

Não se pode esquecer que a qualidade de vida está inserida nos direitos fundamentais do ser humano e, também, na divisão das classes sociais, pois, como salienta Novaes et al. (2006), a qualidade de vida reflete-se nas desigualdades, na apropriação de bens e nas conquistas sociais. Quanto maior for a equidade e igualdade social, maior sustentabilidade socioambiental e mais acesso ao esporte e ao lazer e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida.

4.1 – Saúde

A rede pública de saúde é mais utilizada pelos alunos isentos, quando precisam de atendimento médico, seguida pelo gabinete médico do IFSul – campus Pelotas, que conta com médicos, enfermeiros e dentistas. Também, pode-se ressaltar que somente 26% já foi atendido pelo Serviço de Psicologia (conforme Tabela 50 do Apêndice F).

Quanto à dependência química na família dos jovens pesquisados (Tabela 56 do Apêndice F), a maioria coloca que não existe, e os 36% que admitem algum tipo de dependência afirmam que os pais são dependentes de medicamentos e cigarros, estes com incidência menor, e outros familiares dependem de álcool. Há uma incidência de crack sem identificação do usuário.

Em relação a dificuldades físicas ligadas à saúde, a maioria afirma não possuir, perfazendo um percentual de 79%. Já, 14% dizem apresentar problemas visuais.

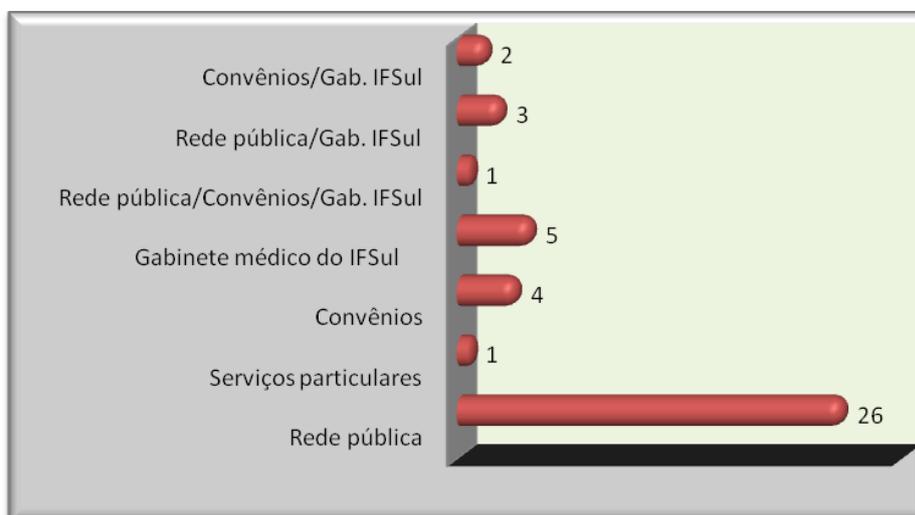


Gráfico 18 - O serviço de saúde que o aluno isento utiliza quando está doente

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

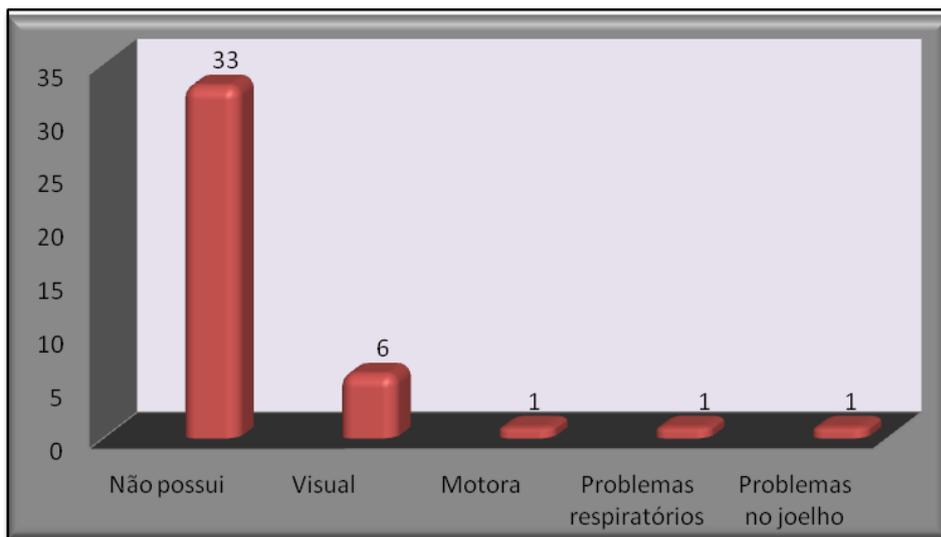


Gráfico 19 - Dificuldade física que apresenta o aluno isento
 Fonte: sistematização da autora com base no questionário

4.2 - Atividades físicas

O percentual de 67% dos alunos isentos diz não praticar qualquer tipo de esporte.

Os que praticam destacam os jogos como handebol, vôlei, basquete, futebol, assim como atividades relacionadas ao atletismo, caminhada e ciclismo.

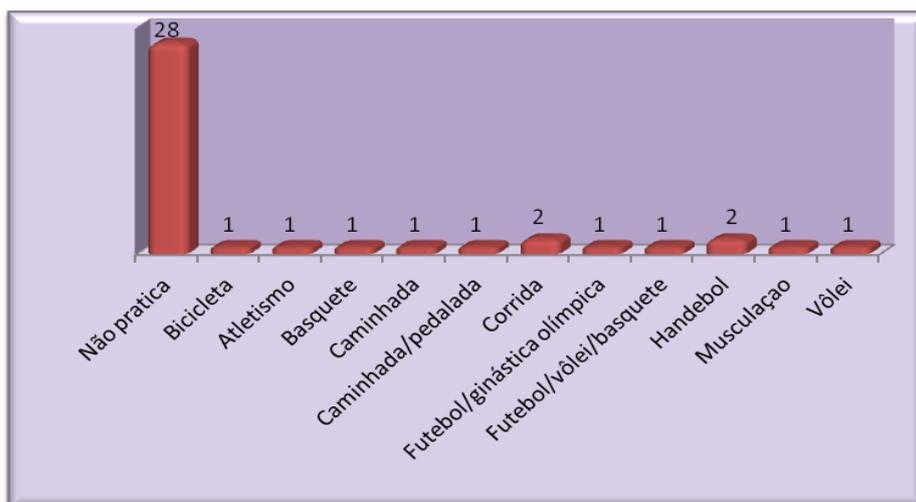


Gráfico 20 - Esportes que os alunos isentos praticam
 Fonte: sistematização da autora com base no questionário

4.3 – Lazer

Com o percentual de 31%, os alunos pesquisados indicam que seu lazer está vinculado ao relacionamento com os colegas e amigos, ficando, em segunda opção, lazer com a família e, em seguida, a opção mais citada é a da TV e internet.

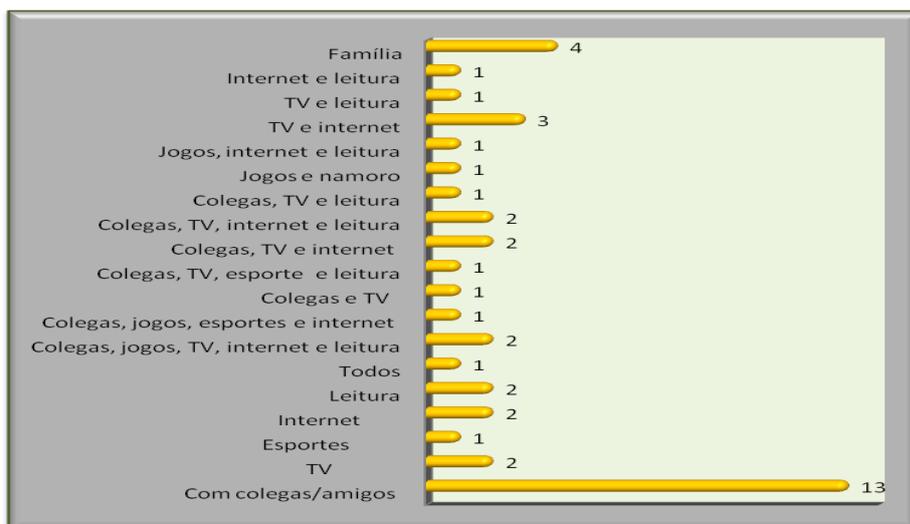


Gráfico 21 - Lazer do aluno isento

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Neste contexto precisa-se avaliar que as dimensões aqui apresentadas levam ao entendimento de que a população pesquisada passa por adversidades que norteiam suas vidas e colaboram para um ciclo no qual a educação, o trabalho, a cultura, qualidade de vida e saúde estejam desvinculados e fragmentados. O trabalho, a educação e a cultura, entre outros, caminham de acordo com a necessidade econômica, prejudicando as questões qualidade, realização criativa e contribuição para o progresso profissional.

A integralidade dessas dimensões devem ir além do emprego, ao encontro do pleno desenvolvimento da realização profissional e social, contemplando escolhas próprias que facilitem a qualidade de vida.

A educação e propostas de qualificação de vida devem abranger todas as dimensões até aqui mencionadas, pois se observou que, em grande parte, os jovens desta pesquisa estão afastados da realização profissional e da qualidade de vida,

por não conseguir tempo e acesso às atividades físicas, políticas, culturais e sociais, como também, ao lazer.

O Estado deve também garantir segurança material para que a trajetória educacional do jovem não seja prejudicada pela necessidade de se garantir sobrevivência própria ou de seus familiares. Hoje o que se tem é uma perversa diferenciação entre jovens que podem combinar trabalhos criativos e educação de qualidade, e outros que, quando têm emprego e tentam perseguir alguma escolarização, têm que se engajar em trabalhos exaustivos que tolhem a possibilidade de dedicação a estudos mais reflexivos e críticos (NOVAES et al. , 2006, p. 27).

Esse fato se observa nas falas de alguns alunos quanto aos aspectos negativos do IFSul – campus Pelotas, visto que, trabalhando ou não, o sentimento expresso é este:

Falta de tempo (Aluna I-A, ing. 2009). Não tenho quase tempo para família (Aluno I-C, ing. 2010). Falta de horário (Aluna AI, ing. 2011). Pouco tempo livre (Aluna AS, ing. 2011). Estudar dia e noite (Aluno AR, ing. 2011).

Minha vida social ficou esquecida (Aluno AL, ing. 2010). Mais pessoas para conhecer e menos tempo para isso (Aluno AP, ing. 2011).

Desgaste físico e mental (aluno AR, ing. 2011). Sinto-me mais cansado (aluno I-C, ing. 2010). Cansaço (Aluno I-L, ing. 2011). Às vezes prejudica-me o desempenho no trabalho, estar cansado (Aluno I-C, 2010).

Nas falas acima, evidencia-se a desmotivação dos alunos com relação à falta de horário para o estudo, para o atendimento das exigências nas aulas, devido à incompatibilidade de horário entre o trabalho e a atividade educativa. Com isso, a vida social fica comprometida, há o desgaste físico e mental, pois muitos alunos sentem-se cansados e desestimulados para estudar.

5 – Situação escolar do aluno isento

5.1 Antecedente escolar

Quanto à escolha do IFSul – campus Pelotas como instituição de ensino, destacam-se às opções aprendizagem com qualidade e formação profissional

voltada para o mercado de trabalho, determinando que a formação tecnológica é alternativa válida para a saída da situação de vulnerabilidade e a qualificação para o trabalho.

A fim de conseguir o acesso à instituição, muitos alunos buscaram informação sobre a isenção da taxa de inscrição do processo seletivo através do site eletrônico do IFSul – campus Pelotas.

A grande maioria origina-se de escola pública e quase metade dos alunos procuraram curso pré-vestibular para ingressar no instituto.

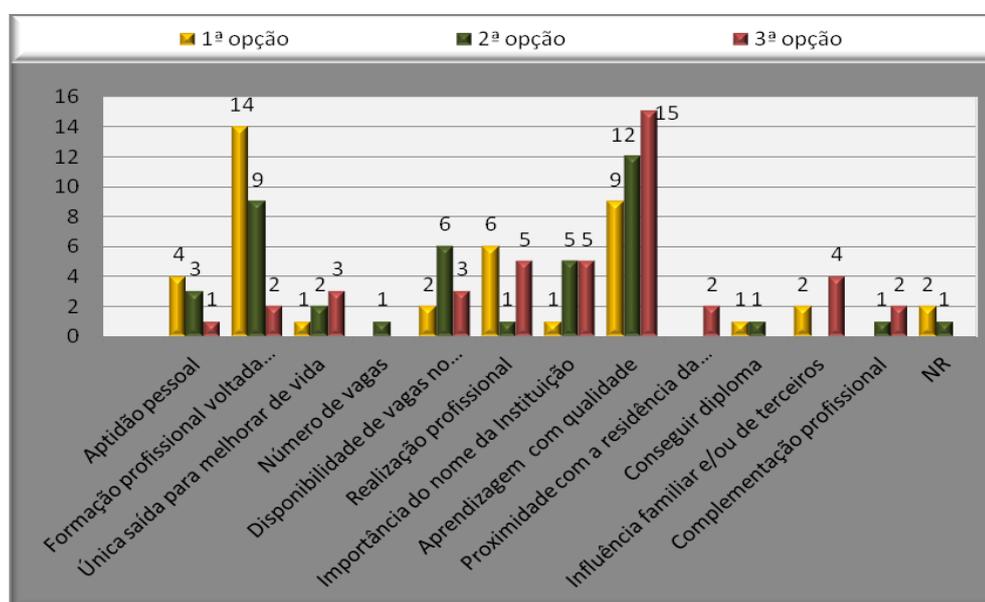


Gráfico 22 - Motivos para escolher o IFSul - campus Pelotas como instituição de ensino

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

As opções mais marcadas para ter escolhido o IFSul – campus Pelotas como instituição de ensino, segundo os alunos isentos, é a aprendizagem com qualidade que todos esperam encontrar no ensino profissionalizante, que apresenta condições adequadas para ingressar no mercado de trabalho. Esse fato se destaca na segunda escolha, em que a formação profissional voltada para o mercado se transforma na garantia da saída de suas vulnerabilidades e consequente realização profissional. Tais dados foram avaliados mediante a investigação de diversas categorias, como gênero, etnia, idade, etc.

Salienta-se que, para os alunos da faixa etária acima de 36 anos, o motivo que mais aparece é conseguir diploma, o que parece ser realmente relevante nessa

idade, uma vez que o estudo profissional, com certificado, garantirá uma formação educacional concluída e a possibilidade de mudança na sua situação de vida.

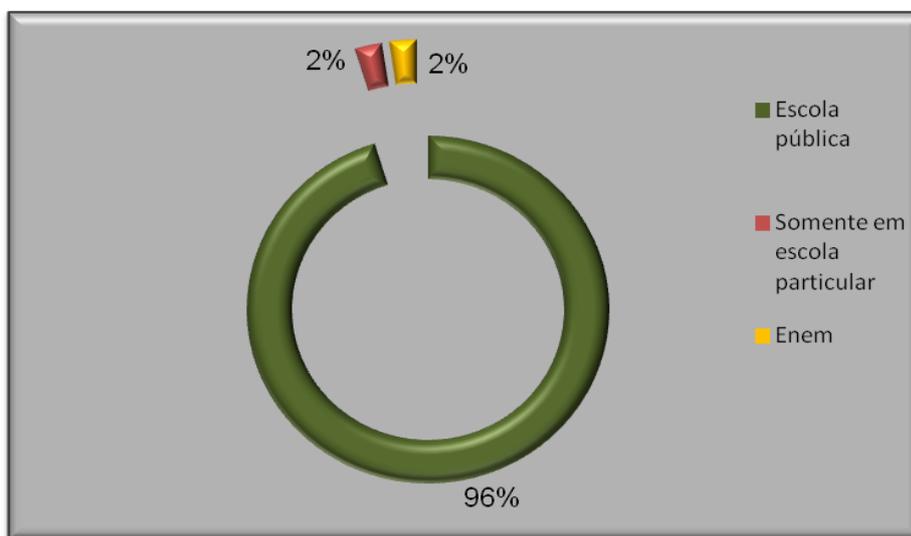


Gráfico 23 - Escola onde o aluno isento concluiu o ensino anterior
Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Praticamente, na sua totalidade, os alunos isentos provêm de escola pública, precisando, em torno de 43%, frequentar curso pré-vestibular por volta de um semestre, a fim de realizar a seleção tão disputada da prova de classificação (Tabela 61 do Apêndice F).

5.2 – Isenção da taxa de inscrição do processo seletivo

A informação sobre o processo de isenção da taxa de inscrição do processo seletivo foi adquirida através do site eletrônico do IFSul – campus Pelotas, na sua maioria e, também, por intermédio de familiares e colegas.

O conhecimento sobre como chega ao aluno as informações é de fundamental importância para que se possa utilizar os canais mais utilizados para a divulgação dos editais de ingresso no programa PNAES.

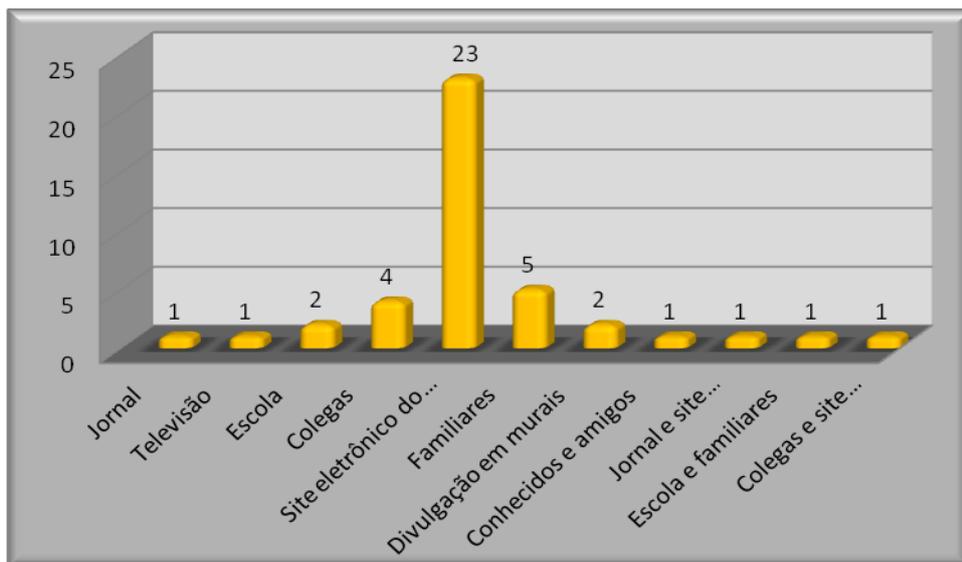


Gráfico 24 - Informação sobre a isenção da taxa de inscrição do processo seletivo

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

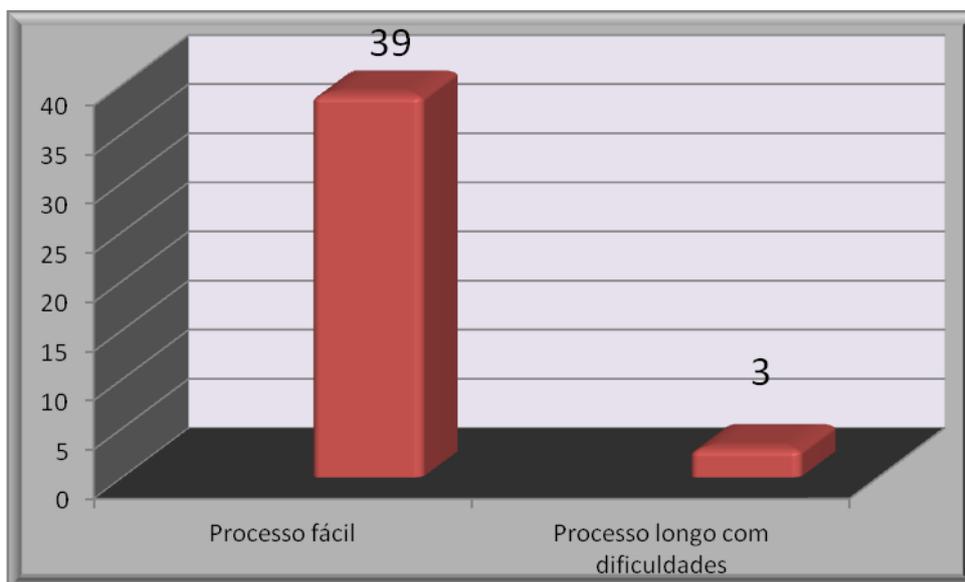


Gráfico 25 - Acesso à isenção da taxa de inscrição do processo seletivo

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Na sua totalidade, os alunos pesquisados consideram, o acesso à isenção da taxa de inscrição do processo seletivo, um processo fácil, tendo algumas situações incômodas, como as filas e a apresentação de documentação, o que sempre intensifica a burocracia.

Observa-se isto na fala dos alunos isentos:

Nenhuma dificuldade a princípio foi encontrada. Entretanto, a burocracia, devido à grande quantidade de papéis e documentos, atrapalhou um pouco (Aluno I-G, ing. 2009).

Na época foi solicitado comprovante de isenção de imposto de renda de todos os membros da família, o que foi difícil de conseguir (Aluna AA, ing. 2010).

Alguns jovens, desconhecendo a isenção da taxa de inscrição do processo seletivo, não se inscrevem e deixam de participar, mesmo querendo obter essa oportunidade, pois não possuem uma situação econômica que viabilize o pagamento da taxa de inscrição no processo seletivo. A própria instituição colaborou para esse desconhecimento, quando deixou de realizar a divulgação, durante alguns anos, nas escolas municipais e estaduais.

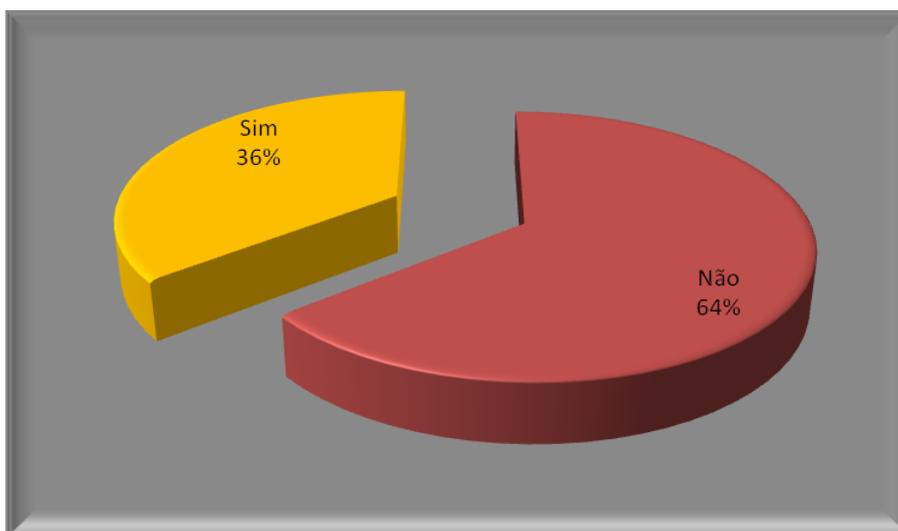


Gráfico 26 - Conhecimento do não acesso ao processo devido à situação socioeconômica

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Enquanto a pesquisa se desenvolvia, a luta de muitos anos do grupo da COAE, que solicitava a universalização da isenção foi implantada, garantindo a todos interessados, pelos menos, a possibilidade de acesso. Tal fato, porém, não determina o término do processo desigual e exclusivo que ocorre nas instituições de ensino, uma vez que a prova de vestibular privilegia aqueles que provêm de escola

particular com maiores oportunidades de ingresso nos cursos do IFSul – campus Pelotas. Portanto, destaca-se a prova seletiva como um dos fatores iniciais de exclusão dentro do âmbito educacional.

5.3 – A trajetória do aluno isento após ingresso no IFSul – campus Pelotas

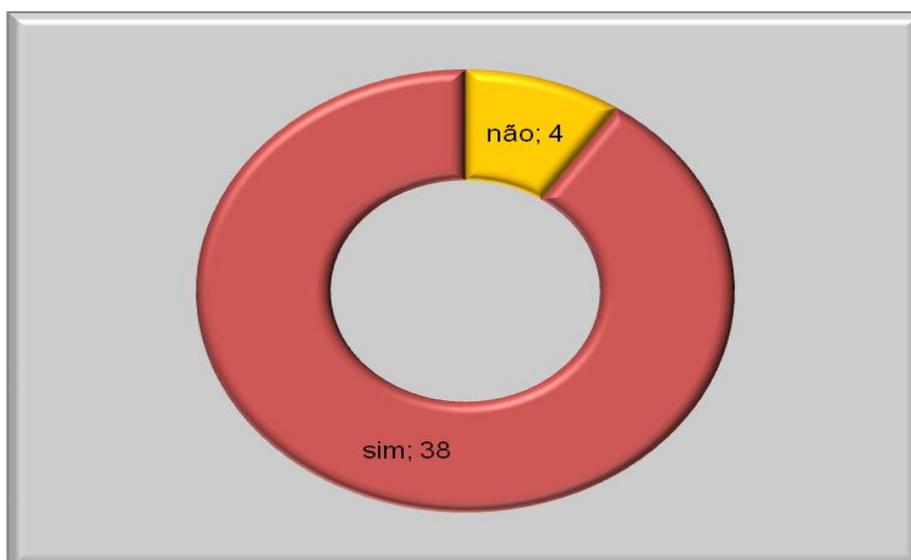


Gráfico 27 - Aptidão para o curso escolhido no IFSul - campus Pelotas

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Na sua maioria, com percentual de 91%, os alunos acreditam ter aptidão para o curso escolhido, e somente 9% dizem não estar inseridos no curso que gostariam, justificando o motivo da seguinte forma:

Não é a área que gosto. Minha paixão é Medicina Veterinária (Aluna I-B, ing. 2011).

Falta de disponibilidade no horário do curso desejado (Aluno I-I, ing. 2011).

Alunos que apresentam algumas reprovações, embora sem trancamento da matrícula, salientam que possuem muitas dificuldades nas áreas de cálculo.

Um percentual de 67% da população pesquisada já foi reprovada durante algum semestre (Tabela 7 do Apêndice F).

A reprovação, em sua grande maioria, está relacionada às notas, enquanto problemas com frequência apresentam somente 29% (Tabela 8 do Apêndice F), sendo que o Ensino Superior reprova por disciplina, permitindo que o aluno prossiga o curso normalmente.

Quanto aos fatores relevantes com relação à reprovação e evasão, a maioria não respondeu à questão, mas os que marcaram alguma alternativa indicaram a educação e a aprendizagem com maior índice; após a relação entre professor e aluno no mesmo índice dos fatores emocionais. Também, foram indicados outros fatores que não constavam na resposta da questão, como falta de tempo para estudar, greves, dificuldades nas disciplinas e estudo em dois cursos concomitantemente. Observa-se o que expressam os alunos:

Conciliar com serviço e estudar extra escola (Aluno BD, ing. 2010).

Trabalhando fica mais difícil de ter tempo para estudos extraclasse (Aluno I-C, ing. 2010)

Dificuldade nas disciplinas, já que existe uma maior complexidade da matéria e também por ser um curso superior, até nos adaptarmos às maneiras de como as aulas são dadas, encontramos mais dificuldades (Aluna AA, ing. 2011).

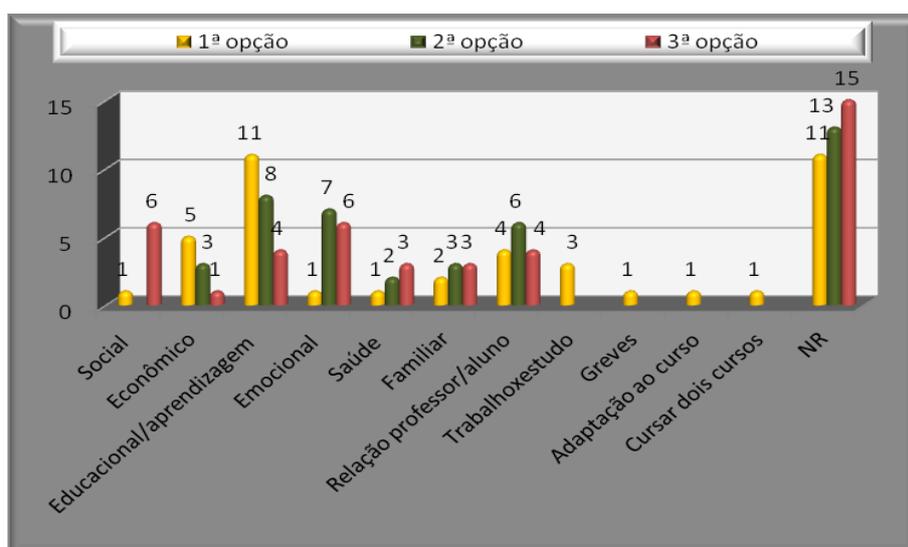


Gráfico 28 - Fatores relevantes quanto à evasão/reprovação

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

A maioria não respondeu quais os motivos para a reprovação, mas quanto às respostas mais relevantes, encontram-se: dificuldade de aprendizagem,

metodologia dos docentes, problemas familiares e falta de tempo para estudar. Salienta-se que uma aluna inseriu, como motivo, a saúde de sua mãe, o que caracteriza que a reprovação não está somente associada à falta de interesse dos alunos e/ou, até, a sua dificuldade de aprendizagem.

Em relação à disciplina que o aluno encontra maiores dificuldades, identifica-se a área das exatas como o maior obstáculo, uma vez que é a área básica para todos os cursos da instituição relacionados ao ensino tecnológico (Tabela 11 do Apêndice F).

Somente 10% dos alunos estudam em outro curso concomitantemente (Tabela 12 do Apêndice F). Portanto, não pode ser considerado, nessa população, como fator relevante para a reprovação.

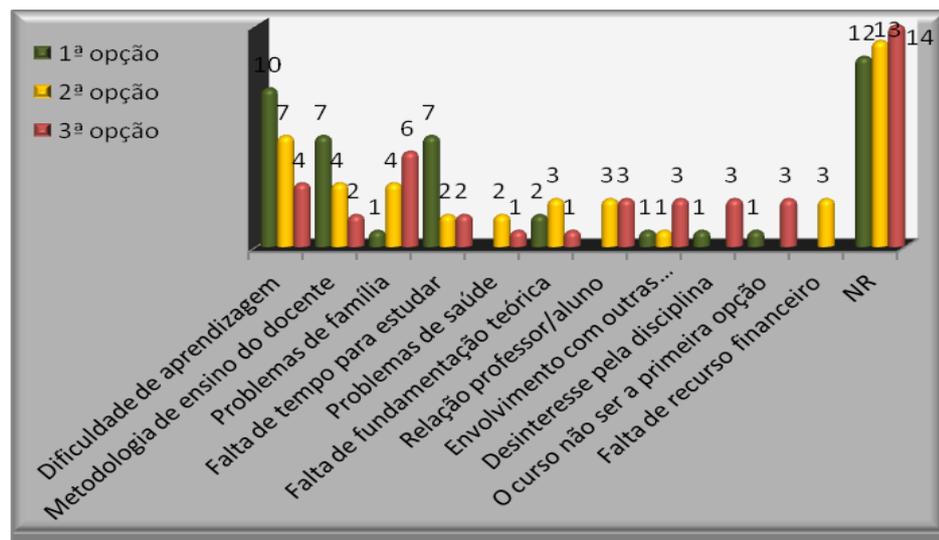


Gráfico 29 - Motivos que colaboram para a reprovação do aluno isento

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

A população jovem pesquisada resolve suas dificuldades, obtendo informações com professores e colegas, durante as aulas teóricas e as práticas, bem como nas aulas de recuperação ministradas pelos professores em horários estabelecidos anteriormente nas coordenadorias.

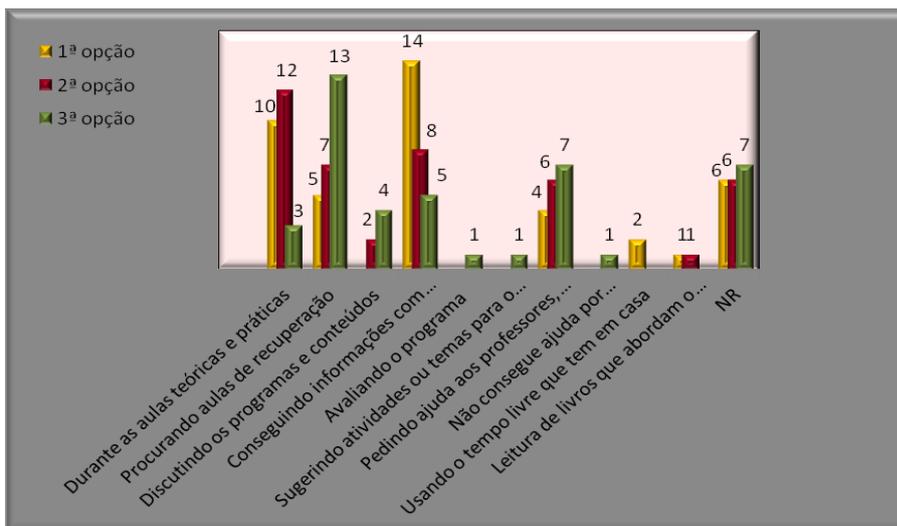


Gráfico 30 - Como os alunos isentos resolvem as dificuldades escolares

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Com o percentual de 79% (Tabela 17 do Apêndice F) a população pesquisada indica que nunca trancaram suas matrículas no IFSul – campus Pelotas, e os 21% que trancaram, apresentaram os seguintes argumentos: trabalho e saúde, dificuldades tanto na atenção como de aprendizagem, e reprovações nas disciplinas que estão em dependência e que são pré requisitos para a continuidade do curso.

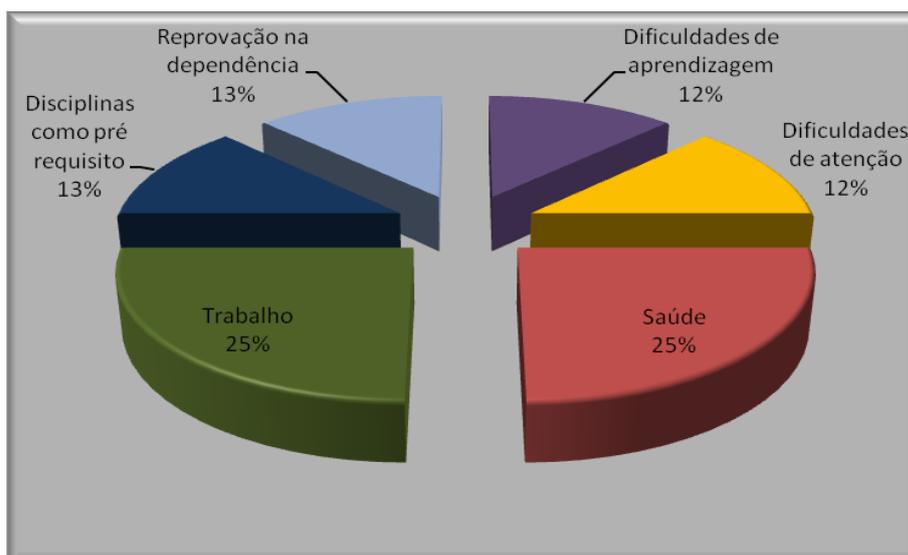


Gráfico 31 - Motivos do trancamento/cancelamento no questionário

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Portanto, 50% dos alunos que responderam ao questionário e entrevistas justificam seus trancamentos através do trabalho e problemas de saúde.

Na tentativa de entender melhor os motivos do trancamento e cancelamento de matrículas, procuraram-se, na COOE, documentos que identificassem as justificativas dos alunos, uma vez que, para regulamentar o processo, os alunos precisam expor seus motivos e apresentar atestado de algum profissional que o esteja assistindo.

Dos 41 alunos que haviam cancelado e trancado suas matrículas durante o período de 2008 a 2011/2, foi possível averiguar os motivos de somente 30, mas as justificativas encontradas ajudam a dimensionar os fatos ocorridos com esses alunos.

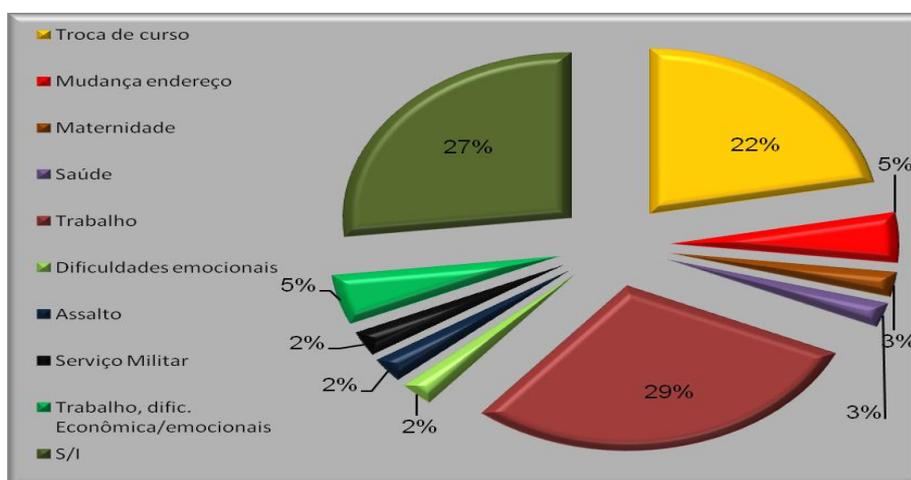


Gráfico 32 - Motivos de trancamento/cancelamento na COOE
S/I = Sem informação

Fonte: sistematização da autora com base nos documentos da COOE

Portanto, este grupo apresentou, como justificativa para o trancamento e cancelamento, com maior índice, o trabalho; e, em segunda escolha, a troca de curso, processo bastante comum atualmente, devido às diversas oportunidades que aparecem para o ingresso nas Universidades.

Em uma das entrevistas foi possível avaliar a falta de informação ocorrida com um aluno que acabou cancelando sua matrícula, ao invés de ter efetuado somente um trancamento, pois seu estava hospitalizado e, além disso, esse aluno estava estudando para um concurso público. Na sua fala, coloca o fato como um dos aspectos negativos da instituição, agradecendo, inclusive, a oportunidade de conversar com alguém para informar sobre o acontecido, lamentando ter perdido a

vaga pela falta de informação correta e, considerando o ocorrido como um fator de exclusão.

Cancelamento de matrícula devido à falta de informação (Aluno BD, ing. 2010).

Ouvir a fala dos alunos é de fundamental importância, porque só assim, é realizado de fato o processo inclusivo, que se caracteriza pela relação entre as pessoas, e não somente através do recurso material.

No processo de inclusão, o diálogo é fator primordial, conforme discorre Brandão:

O diálogo inclusivo é visto como condição de emancipação para que o indivíduo se torne não só mais humano dentro do contexto em que está inserido, mas acima de tudo de forme como sujeito comprometido politicamente pela reflexão-ação, tão essencial à educação transformadora (BRANDÃO, 2002, p.5).

As reprovações estendem o período do aluno na escola e contribuem muito para o não êxito e para a evasão. Entre os motivos principais, foram citados: as dificuldades com os conteúdos de algumas disciplinas; a difícil relação professor e aluno; e a incompatibilidade de horário de trabalho e horário de estudo.

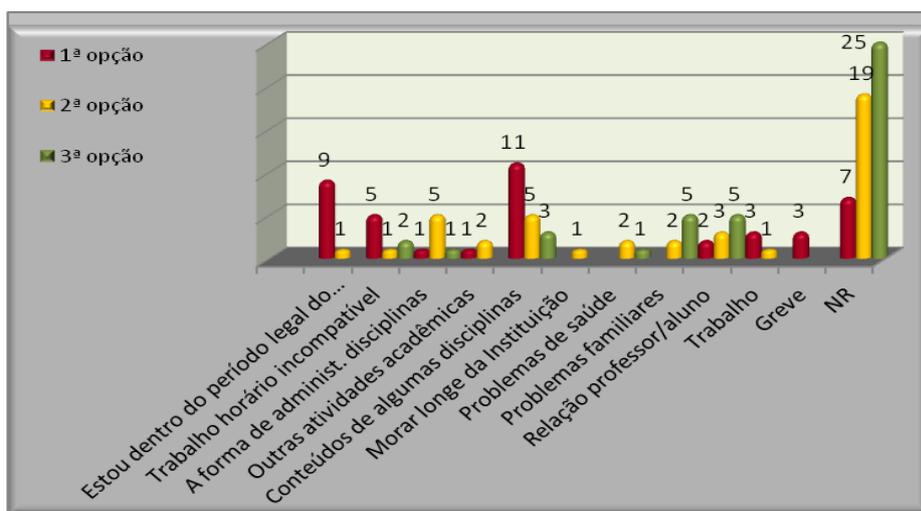


Gráfico 33 - Motivos que contribuem para a não conclusão do curso no tempo legal e/ou evasão

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

O ingresso no Instituto colaborou com a mudança no desempenho profissional de 83% dos alunos, visualizando melhorias nos seguintes aspectos: sabedoria, experiência, conhecimento técnico, oportunidades, amadurecimento, responsabilidade, segurança, qualificação, crescimento pessoal, organização e escolhas mais adequadas.

Segundo suas falas:

Uma formação mais concreta dá mais ousadia ao profissional (Aluna I-F, ing. 2009).

Através do IF consegui desenvolver habilidades que contribuem na melhora do profissionalismo (Aluna AA, ing. 2010).

Sim, pois agora tenho uma visão mais ampla da vida em relação ao estudo e trabalho (Aluna AM, ing. 2011).

A forma como vejo e trato as pessoas ao meu redor, por serem diferentes de mim (Aluna AT, ing. 2009).

Sim, aprendi a fazer escolhas mais relevantes para meu benefício (Aluno AY, ing. 2008).

6 – A exclusão/inclusão na visão dos alunos isentos

Para detalhar melhor as perguntas abertas presentes na pesquisa, buscar-se-á, a partir desta etapa, fazer uma análise mais sistemática, procurando unir o interesse da pesquisadora aos conceitos já estudados e à visão dos alunos isentos, considerando seus conhecimentos, vivências, valores, sociabilidades, aprendizagens e individualidades.

Para sistematizar melhor o trabalho, segue-se com a ordem estabelecida no questionário e entrevistas, salientando que, para quaisquer informações que possam somar a esta análise, há uma tabela relacionada ao resultado do questionário no Apêndice F.

Além disso, para este estudo, torna-se primordial conhecer os aspectos inclusivos do processo educacional na visão dos sujeitos da pesquisa, levando em conta que existe um percentual bastante significativo de alunos que consideram a educação como inclusiva.

Primeiramente, precisa-se entender que educação, mesmo a tecnológica, não deve ter por princípio apenas fazer o aluno adquirir habilidades específicas para desempenhar perfeitamente uma tarefa, mas desenvolvê-lo pessoal e socialmente, em busca de aprimoramento particular e, conseqüentemente, de capacitação para a construção de uma sociedade mais justa.

A inclusão, por conseguinte, precisa atingir a todos, pois é um processo no qual todos são atores, tanto os professores quanto os alunos, independente das diferenças sociais, econômicas, culturais e pessoais.

O fato é que, na cultura educacional, os mecanismos excludentes, como a reprovação, fracasso escolar, repetência e evasão, são imposições feitas através da representação social da hegemonia de classes.

[...] no ideário de Paulo Freire, incluir é aprender uns com os outros de forma dialógica, embora se saiba que essa relação não seja um procedimento fácil, pois há resistências variadas com conotações ideológicas plurais. O diálogo sela as relações de compromisso entre educador e educando, todos incluídos na ação de interlocução independente de suas diferenças e identidades, na transformação da realidade. Os que resistem ou temem essa transformação acabam por tomar para si uma atitude antidialógica, pois sabem que a prática dialogal pode levar ao desvelamento e despertar da consciência crítica dos educandos. (BRANDÃO, 2002, p. 8).

Nesse sentido, a exclusão/inclusão como fator contraditório não se apresenta clara aos alunos, considerando que uma parte dos alunos visualizam o processo educacional inclusivo no que diz respeito à condição de ajuda e materialização.

Pois dá chance às pessoas de baixa renda que nunca pensavam em cursar uma faculdade de se qualificar (Aluno BD, ing. 2010).

Porque oferece ao aluno várias formas de estudar, como material, janta e transporte (Aluna AI, ing. 2011).

Pois os alunos trazem os documentos e, se forem aprovados, recebem os benefícios (Aluna BB, ing. 2011).

Uma visão mais ampliada da educação como inclusiva fica caracterizada pela maioria dos sujeitos pesquisados que em suas falas, destacam:

Pois não se vê tratamentos diferentes por parte de ninguém (Aluna I-A, ing. 2009).

Professores interessados em sanar qualquer dúvida (Aluno I-E, ing. 2011).

São oferecidas bolsas e estágios remunerados, e o processo seletivo não possui taxa de inscrição, além de haver cota para egressos de escola pública (Aluna AA, ing. 2010).

Pelo que percebo nas salas de aula os professores da instituição tem o dom de tratar igualmente todos os alunos, se você precisa de ajuda na disciplina ele sempre fornece, independente de estar ou não no horário de atendimento (Aluno I-G, ing. 2009).

Pois tem os benefícios e os horários de atendimento ao aluno em turnos inversos, então eu acho que é inclusivo (Aluno AR, ing. 2011).

O processo educativo não exclui ninguém por raça, ajuda sempre nas dificuldades, as pessoas estão sempre prontas para ajudar os alunos (Aluna AU, ing. 2010).

Com compreensão maior em relação à inclusão, saindo do contexto financeiro e entendendo o processo de inclusão numa totalidade ampliada do conceito, verifica-se uma fala feminina que diz:

[...] A disponibilidade de laboratórios, bons funcionários na biblioteca, espaços para estudos. Tudo isso ajuda, e muito, na inclusão dos alunos (Aluna I-J, ing. 2010).

A identificação de que outros fatores contribuem para a inclusão de alunos, como laboratórios adequados, boa biblioteca, locais de estudos e espaços de convivência, levaria o IFSul – campus Pelotas a melhorar muito mais o processo inclusivo. Mas precisa-se analisar que existem outros aspectos, como modelo pedagógico, aperfeiçoamento e qualificação de professores, atendimento psicopedagógico, além do diálogo com a comunidade, os quais devem ser implantados no espaço educacional para, realmente, concretizar-se a tão sonhada inclusão.

Quanto à identificação da não inclusão dentro de uma instituição de ensino, observam-se os seguintes depoimentos levando em consideração que, na maioria das falas, estão implícitas dificuldades com relação à falta de compreensão por parte dos professores sobre as problemáticas dos alunos e entraves relacionados ao estudo, visto que, muitas vezes, os alunos não conseguem horário além da sala de aula.

Pois nem todos que gostariam de estudar conseguem entrar na instituição de ensino (Aluno I-C, ing. 2010).

Existem alunos com muitas dificuldades devido a várias circunstâncias, isso é normalmente despercebido pelo professor, e o mesmo taxa o aluno como um mau aluno (Aluno AD, ing. 2010).

Pois acho que os professores não são interessados em relação a aprendizagem do aluno (Aluna AM, ing. 2011).

Muitas vezes percebi que alunos com dificuldade em determinadas matérias eram deixados de lado ou deixavam de receber certas oportunidades que outros recebiam. E assim muitos colegas foram saindo e desistindo (Aluno NA, ing. 2008).

[...], pois a dinâmica do curso faz com que o estudante demande de uma carga horária disponível para estudar fora dos horários de aula. (Como o curso é noturno, a maioria dos estudantes trabalha e não tem esse período pra estudo, o que acarreta na reprovação contínua e numa evasão, pois os estudantes acabam desistindo (Aluno I-K, ing. 2010).

Porque embora o processo seletivo do IFSul seja gratuito para os alunos de baixa renda, quando se começa a estudar no IF parece que o tratamento de alguns professores e de alguns colegas, quando sabem que o aluno é de baixa renda, é de exclusão, procuram deixá-lo de lado, claro que, são apenas algumas pessoas que fazem isso, não todas (Aluna AT, ing. 2009).

Para Ferraro (2004, p. 58), “a sociedade brasileira é conhecida e reconhecida como uma das mais desiguais do mundo”. Portanto, a escola dificilmente conseguirá afastar-se muito do padrão que rege a sociedade da qual faz parte e à qual serve. Sendo assim, o autor acrescenta que “não há como não reconhecer a escola brasileira a sua eficiência e eficácia como máquina de exclusão escolar. O modelo vigente reforça a educação a serviço da exclusão, não da inclusão social”.

Na tentativa de minimizar o processo de exclusão, na visão de alguns alunos, a instituição trata a exclusão de “forma correta”, através da assistência estudantil, fornecendo auxílio a todos os alunos que necessitam, promovendo a inclusão

No ponto de vista assistencial de forma muito positiva [...] (Aluno BD, ing. 2010).

Com o PAE²⁷ (Aluno I-D, ing. 2009).

Acredito que da melhor forma que há. Em nenhum momento eu percebi que a Instituição se esquivou de problemas que possam vir a

²⁷ Programa de Assistência Estudantil.

agravar e dificultar a permanência de alguém. Os programas de ajuda da COACE são todos bem pensados, ou seja, suprem bem as maiores dificuldades que alguém possa ter ao entrar em uma Instituição exige tanto de seus alunos (Aluna I-J, ing. 2010).

O IFSul faz de tudo para que não haja a exclusão, ajuda os alunos carentes, dando refeição, vale transporte e material escolar. Isso incentiva completamente o estudo (Aluna AJ, ing. 2010).

Sim, pois oferece aos alunos os benefícios da COACE, como material, almoço, resta ao aluno se dedicar aos estudos para a aprovação (Aluno BB, ing. 2011).

Alunos que consideram o trato da exclusão por parte da instituição como “sem interesse”, “de forma errada”, “não trata...”, incluem em suas falas:

[...] porém no ponto de vista da orientação muito negativa (Aluno BD, ing. 2010).

De forma errada, pois deveriam conversar com o aluno e tentar descobrir o motivo de suas reprovações (Aluno I-I, ing. 2011).

Todo semestre é a mesma coisa, meu curso não tem um coordenador presente, o aluno tenta falar com um professor e não é bem atendido, aulas chatas e sem nenhuma prática. Para mim (no meu curso) o IFSul não está resolvendo nada (Aluno I-L, ing. 2011).

[...], o IFSul está preocupado com prédios, a questão social é baseada em números (Aluno AD, ing. 2010).

Não dão muita importância por parte dos professores, pois eles dão a matéria e os alunos que se virem (Aluna AM, ing. 2011).

De forma simples e direta ele não trata, pois muito brigamos quando representantes por essa exclusão, e nada era feito e até descobrimos que informações deixavam de ser levadas aos cargos competentes pelos problemas, a partir daí nos chateamos e deixamos de ser representantes (Aluno NA, ing. 2008).

Em uma das falas acima, pode-se observar a necessidade do aluno em ser ouvido, assistido na forma da compreensão de suas dificuldades, assim como ajudado durante o processo de reprovação.

[...] chamado para saber qual o motivo da reprovação. Se ele está com dificuldades, problemas familiares, se está certo do curso escolhido (Aluna AG, ing. 2011).

No meu ponto de vista, o instituto deve tentar achar o motivo pelo qual está passando dificuldade e tentar orientar e ajudar esse aluno (Aluna AH, 2010).

A instituição trata a questão da exclusão como algo normal, que acontece todos os dias e várias vezes, com muitos alunos, e não procura saber o motivo da exclusão e não conversa com o aluno para fazer com que ele permaneça no curso Aluna AT, ing. 2009).

De forma errada pois deveriam conversar com o aluno e tentar descobrir o motivo de suas reprovações (Aluno I-I, ing. 2011).

Mesmo assegurando o direito à educação, esta não garante a resolução das discrepâncias sociais. Para Spozati (2000), não é à toa que a cartilha neoliberal para o investimento prega o investimento em educação e uma filosofia que responsabiliza o indivíduo por sua situação precária, procurando o entendimento de que o motivo da pobreza, ou da não inclusão, é a falta de estudo, e não do sistema que, por sua própria natureza, acaba excluindo milhares de trabalhadores. Concepção que também encontramos em alguns depoimentos:

No meu ponto de vista, há muitos alunos que já poderiam ter saído da instituição há muito tempo por repetirem o semestre incansavelmente, mas que continuam matriculados. Defendo a idéia de que as vagas devem ser só para alunos interessados realmente, que é por uma falta de rigidez neste controle que sempre há muita gente nas turmas de 1º semestre, principalmente nos cursos integrados, que é onde mais ocorre descaso por parte do aluno (Aluna AF, ing. 2011).

A instituição fornece tudo para um bom desenvolvimento do aluno. A exclusão, na minha opinião, vem por parte dos alunos, que colocam a instituição como última opção (Aluna AX, ing. 2011).

Outros relatos não foram transcritos, mas fica o reconhecimento de que, para tratamento da exclusão, deve-se criar mais vagas, incentivar a participação nas atividades extraclasse, esportes, modificação nos métodos de ensino, a fim de atender os estudantes com problemas de tempo para estudar.

A maioria, com percentual de 64%, diz nunca ter se sentido excluído, e aqueles que, em algum momento, se sentiram de alguma forma excluídos, colocam seus sentimentos como se pode perceber nas declarações a seguir:

Alguns professores passam a impressão de estar lecionando somente para ex-alunos [...] (Aluno BD, ing. 2010).

[...] O curso que eu escolhi, comunicação visual, requer certos instrumentos que eu, por questões econômicas, não tinha ao meu dispor em casa. Os materiais técnicos, xerox, alimentação, transporte, não tenho o que reclamar, pois através da COACE eu tinha ao meu

dispor. Mas infelizmente, lidamos com muitos programas, o que requer um computador de qualidade, e isto eu não tenho ainda, por mais que eu e minha família, ao longo do curso, tentássemos adquirir, infelizmente não foi possível. Sendo assim, esse foi um dos motivos pelos quais eu decidi trancar o curso. Esta dificuldade fez com que meu rendimento caísse muito, fazendo assim, que houvesse a reprovação (Aluna I-J, ing. 2010).

[...], já me senti excluído na hora de formação de grupos de trabalho em sala de aula, e também na hora das explicações alguns professores, visto que, não são todos que tem esse tipo de comportamento, são alguns que se comportam dessa maneira (Aluna Ao, ing. 2009).

Pela COACE principalmente, no momento que perdi as bolsas, a mesma só se importou com número, que não consegui, ao invés de me ajudar (Aluna AJ, ing. 2010).

[...] Pelos professores que acreditavam que eu tinha um problema de aprendizagem e me encaminhar para um psicólogo ou psiquiatra na frente de toda turma (Aluna AT, ing. 2009).

Quando questionados sobre a liberação da taxa de inscrição do processo seletivo para todos os alunos (em 2012/2) (Tabela 31 do Apêndice F) como fator de inclusão, a maioria considerou como inclusão, identificando como uma oportunidade de acesso, um auxílio que favorece, um direito, conforme as falas abaixo:

[...], pois dá oportunidade àqueles que não solicitariam a isenção e não fariam o vestibular por falta de recurso Aluno BD, ing. 2010).

A oportunidade de ingressar no instituto deve estar ao alcance de todos (Aluno I-D, ing. 2009).

Desta forma pessoas que são desfavorecidas financeiramente tem a oportunidade de ir atrás de seus objetivos e melhorar suas vidas, através da profissionalização que o IF oferece (Aluna I-F, ing. 2009).

[...], pois favorece os estudantes que pretendem ingressar no instituto, que são carentes ou até mesmo desconhecem a assistência estudantil que proporciona a isenção das taxas (Aluno I-K, ing. 2010).

Porque faz com que todos tenham os mesmo direitos e possam competir igualmente por uma vaga de ingresso no IFSul (Aluno AO, ing.2009).

Muitos não acreditam que todos os inscritos farão as provas, pois julgam que muitos candidatos deixam de comparecer devido à falta de compromisso, uma vez que não arcaram com qualquer despesa. Isso se observa nos relatos a seguir:

Mas o pessoal não soube aproveitar, se increveram e não vieram fazer a prova (Aluna AI, ing. 2011).

Mas também acho que por a prova não ser paga, acabam não comparecendo no dia (Aluna BB, ing. 2011).

Aqueles que não consideram a isenção como ato de inclusão, afirmam que a taxa deve ser cobrada, pois a não cobrança aumenta, de forma imensa, o número de participantes, e os gastos tornam-se também maiores.

7 – A Assistência Estudantil (AE) como processo de inclusão

A Assistência Estudantil como processo de inclusão está concretizada com o PNAES, através de recursos destinados à manutenção de auxílios, como a alimentação, transporte, material, participação em eventos, entre outros.

Observa-se, no gráfico abaixo, que a maioria dos alunos, com percentual de 81%, tem conhecimento da COAE, mas 69% desconhecem o PNAES, inserindo a ideia de que não associam o PNAES aos auxílios distribuídos pela COAE. Assim, fica configurado o desconhecimento da lei, com seus critérios, finalidades, objetivos e distribuição dos recursos e, principalmente, o desconhecimento dos direitos dos alunos.

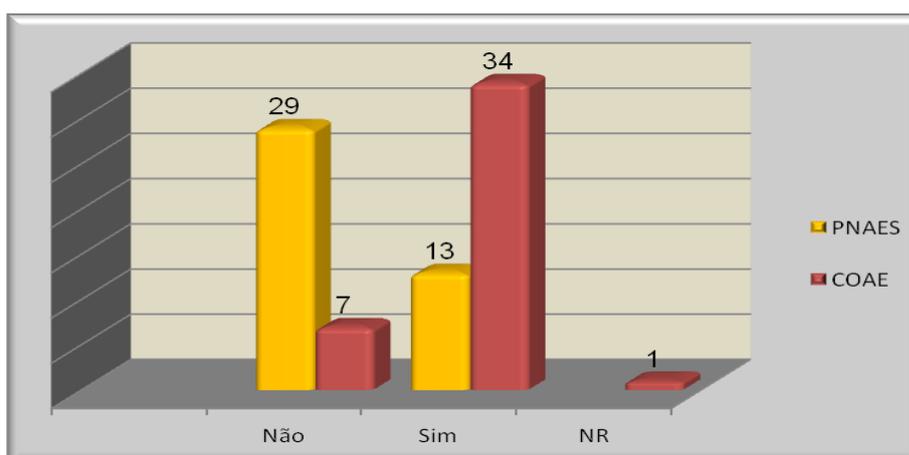


Gráfico 34 - Conhecimento do PNAES e o trabalho da COAE

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Em relação aos auxílios do programa PNAES ajudarem na permanência dos alunos no sistema educacional, a metade acredita que não é só o recurso financeiro que interfere na permanência, mas a base do ensino fundamental fraca, a necessidade de auxílio psicológico, o recurso fornecido como insuficiente para o aluno se manter na instituição são fatores que o levam ao trabalho.

Nesse sentido, algumas declarações são apresentadas abaixo:

Em alguns casos sim. Mas na maioria das vezes só o auxílio financeiro não resolve o problema, às vezes o aluno vem de uma base muito fraca, e encontra dificuldades em algumas cadeiras onde o nível de ensino é extremamente alto (Aluna I-B, ing. 2011).

Penso que depende muito da pessoa. A questão emocional conta, e muito também. Penso que os professores tem que assumir a postura da instituição. O IFSul preza muito a inclusão, porém isto realmente só será possível se as pessoas que fazem o IFSul "acontecer" sigam por este caminho. Não adianta a instituição pregar algo se seus membros não agirem de acordo (Aluna I-J, ing. 2010).

Também é necessário atenção dos professores as dificuldades apresentadas pelo aluno (Aluna AA, ing. 2010)..

Pois ele também precisa de um apoio de psicólogos às vezes, pois em certos momentos se desanima ou passa por uma depressão e isso só ajuda financeira não resolve (Aluno AN, ing. 2008).

Os demais alunos acreditam que só o auxílio pode minimizar e conduzir à permanência, expressando que:

[...] muitos acabam evadindo por falta de dinheiro para comprar apostilas e o material necessário, os auxílios são uma maneira de manter o aluno na instituição (Aluna AB, ing. 2008).

Existem muitos alunos que não conseguem dinheiro para a passagem e para comer, e algumas vezes esses são os maiores motivos para o aluno desistir da escola e ir em busca de emprego (Aluna AH, ing. 2010).

Sim, pois é um incentivo à pessoa pois além de estudar ela não precisa se preocupar com mais nada (Aluno AR, ing. 2011).

Não só auxílio financeiro, mas em grande parte dos casos já é de grande ajuda (Aluno I-D, ing. 2009).

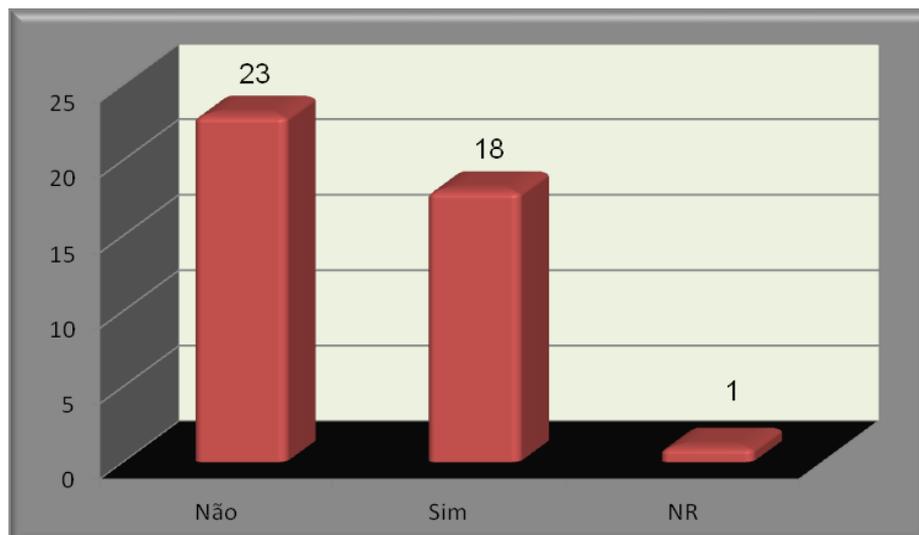


Gráfico 35 - Os auxílios do PNAES como ajuda à permanência dos alunos isentos no sistema educacional

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Os alunos que possuem os programas de bolsa/benefício entendem, num percentual de 69%, que os mesmos contribuem para a permanência no IFSul – campus Pelotas, garantindo a conclusão do curso em que estão matriculados(as).

Caracterizam as bolsas/benefícios como:

- uma ajuda, um auxílio, facilitando a vida do aluno:

Ajudou no 1º semestre quando tive auxílio alimentação, pois possibilitou que eu viesse direto do serviço para a faculdade (Aluno BD, ing.2010).

Sim, porque me ajudam bastante na questão de deslocamento até a escola, no que se refere ao auxílio de transporte urbano, que agora torna-se muito caro pra quem o precisa diariamente (Aluno I-G, ing. 2009).

Devido o ensino superior utilizar "dois horários", dependo de alimentação, a outra situação é a ajuda no transporte, que se torna inviável andar de ônibus em Pelotas (Aluno AD, ing. 2010).

A bolsa alimentação ajuda, pois como moro longe, não preciso gastar em ônibus e posso estudar outros turnos (Aluna BA, ing. 2009).

Com o auxílio transporte urbano e material escolar, sem estes auxílios, talvez eu teria que trancar o curso por um tempo (Aluna AA, ing.2010).

- uma economia, reduzindo as despesas pessoais e da família

Possuo o auxílio refeitório que me ajuda muito, pois trabalho e como não vou para casa almoçar/jantar e estudo a noite, então economizo muito almoçando no Campus, que hoje oferece uma alimentação de boa qualidade. O auxílio transporte também é de fundamental importância visto que a passagem urbana da cidade de Pelotas está abusivamente cara. Enfim, contando com estes dois auxílios que recebo, consigo me manter com o salário que recebo, caso não tivesse, certamente eu trabalharia só para pagar meu transporte, minhas refeições e pouco me sobraria para as demais despesas. Assim ficaria difícil de me manter estudando (Aluna I-H, ing. 2009).

Como vou almoçar direto no IFSul, não gasto com transporte para almoço e economizo também com alimentação. Sem isso ficaria muito difícil continuar frequentando as aulas (Aluno I-C, ing. 2010).

Com a ajuda do material me facilita bastante, pois como meu salário não é muito alto é um gasto a menos que tenho (Aluno I-E, ing. 2011).

Evita que eu tenha gastos extras com alimentação, já que ganho almoço e janta (Aluna AC, ing. 2010).

Pois dependo de transporte urbano e faço uso do mesmo, e como na minha casa é só meu pai que trabalha é menos um gasto (Aluna AM, ing. 2011).

Me ajuda principalmente nos materiais escolares e no transporte urbano o que seria muito pesado para renda de meus pais. Seria bom que a bolsa estudo voltasse para que eu possa fazer trabalho nas lan houses já que eu não possuo computador em casa, sem comprometer a renda familiar (Aluno AO, ing. 2011).

- uma combinação entre trabalho e turno de estudo, conciliando, unindo duas situações divergentes:

Utilizar o refeitório me permitia conciliar mais facilmente os horários dos estudos e trabalho (Aluno I-D, ing. 2009).

Pois além de ter aulas no turno da manhã, almoço e fico à tarde, e alguns dias até à noite, porque faço parte de várias atividades extracurriculares (Aluna AF, ing. 2011).

- uma assiduidade, sem falta aos compromissos estudantis, tornando o aluno mais aplicado:

Com o auxílio transporte posso chegar na hora certa às aulas, assim sem perda de conteúdos (Aluna AA, ing. 2010).

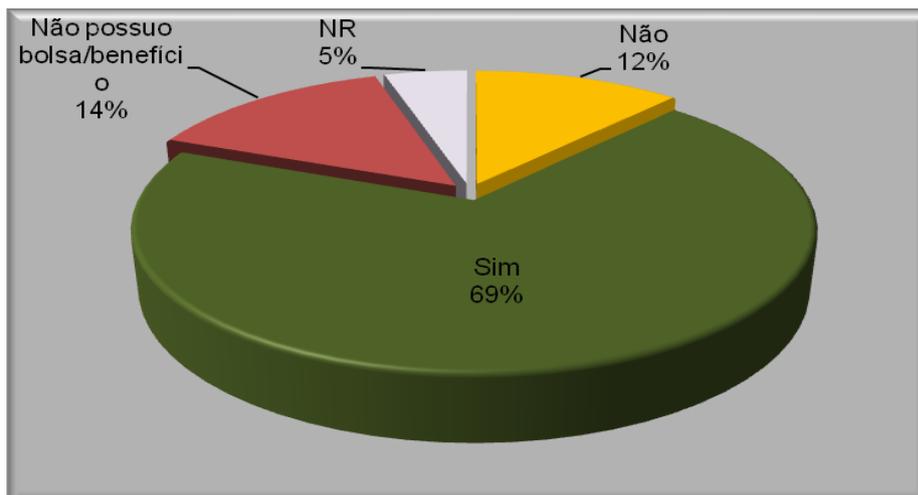


Gráfico 36 - Contribuição da Política de Assistência Estudantil para o êxito escolar

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

7.1 – O processo da Assistência Estudantil no IFSul – campus Pelotas

Segundo os alunos isentos, o conhecimento em relação à existência da Assistência Estudantil aconteceu através do informativo de matrícula, divulgações nos murais e no site eletrônico da instituição.

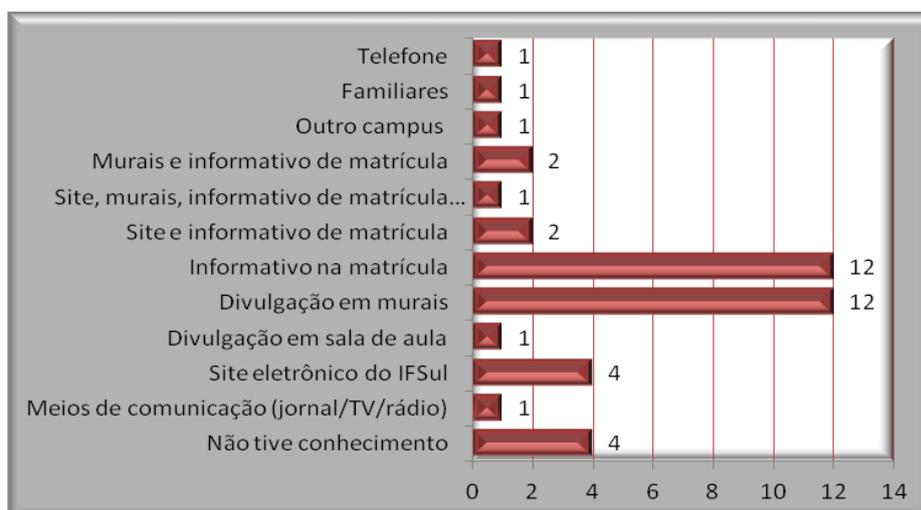


Gráfico 37 - Conhecimento da Assistência Estudantil

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

A maioria dos sujeitos da pesquisa solicitou bolsa/benefício (Tabela 22 do Apêndice F), e os que não usufruíram e/ou não conseguiram alegam situações, como perda devido ao cancelamento indevido do curso (processo considerado como

exclusão), estágio não obrigatório (fornece salário e vale transporte mensalmente), dificuldades na informação e divulgação das datas de solicitação, assim como, resultado desfavorável, por serem consideradas outras pessoas mais necessitadas.

Destaca-se a fala de um aluno que coloca como ponto negativo, a desativação da Bolsa Estudo, ideia da qual a autora desta pesquisa compartilha, uma vez que possibilitava a autonomia do aluno como responsável pela utilização do benefício, sem a tutela tanto usada na Assistência Estudantil.

Todos os benefícios que eu solicitei foram atendidos pela assistência estudantil do IFSul, mas acredito que a retirada da bolsa estudo que era paga no valor de R\$150,00, foi um ponto negativo, pois auxiliava-me muito na hora de fazer os trabalhos em *lan house*, já que eu não tenho computador em casa e por isso ajudava muito na impressão desses trabalhos, não tendo que comprometer a renda de meus pais que não é muita, com trabalhos escolares (Aluno AO, ing. 2009).

Os alunos isentos que possuem ou já possuíram bolsa/benefício, em sua maioria, detêm três tipos de auxílios: alimentação, transporte urbano e material escolar. Em segundo lugar estão os alunos que utilizam somente o auxílio alimentação e, em terceiro, aqueles que desfrutam de dois auxílios, a alimentação e o material.

As bolsas/benefícios mais utilizadas são a alimentação e o transporte, respectivamente, seguidos do auxílio material, conforme se observa no gráfico a seguir.

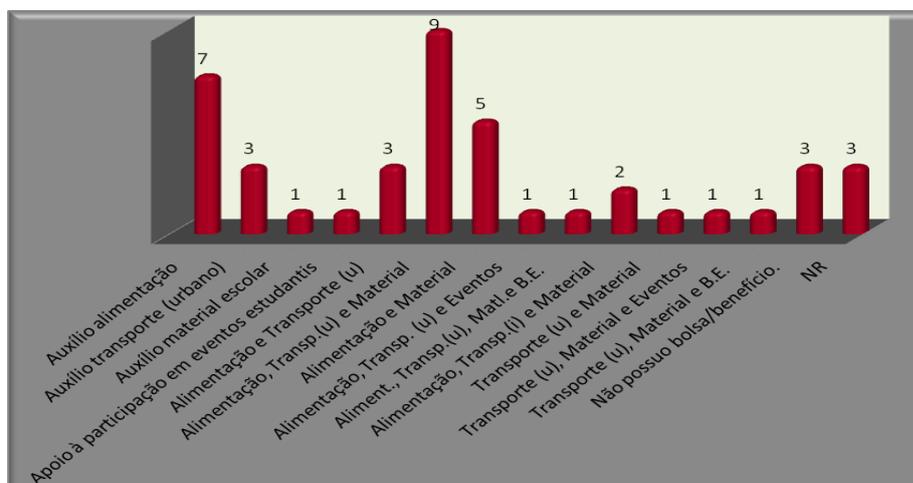


Gráfico 38 - Bolsa/benefício que o aluno possui(u)

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Para ingressar na Política de Assistência Estudantil, 78,6% dos alunos consideram que não tiveram qualquer tipo de dificuldade, com uma parcela indicando o fator documentação como o maior entrave (Tabela 24 do Apêndice F).

Em relação às dificuldades encontradas, a maioria indicou que não tiveram dificuldades (Tabela 26 do Apêndice F), considerando-se, como fator primordial entre os que responderam à questão, o horário de atendimento e o número insuficiente de vagas e, em nível menor, a recarga do cartão do transporte urbano, unida à divulgação deficiente para o ingresso nos benefícios.

Em suas respostas, os alunos alegam auxílio transporte insuficiente, pouco material e problemas na seleção. Nesse sentido, destacam-se as seguintes falas:

No meu caso utilizo, algumas vezes, mais transporte do que recebido e por este motivo tenho que pagar uma passagem inteira, pois nem o outro cartão podemos ter para comprar quando necessário (Aluna AF, ing. 2011).

Há muitos alunos que são mal selecionados e outros que precisam e não conseguem (Aluna BA, ing. 2009).

Pouco material escolar (Aluno AI, ing. 2010).

Quanto a considerar a Assistência Estudantil como um direito do aluno, 95,5% dos alunos indicam que é um direito, conforme suas explicações:

A assistência estudantil é um direito do aluno, e muitas vezes, a única chance desse aluno se manter na instituição (Aluna AX, ing. 2011).

Pois nem todo aluno que entra em uma instituição como IFSul tem condição de arcar com tudo, então dependente desse tratar esse aluno deve receber esse auxílio como seu direito (Aluno NA, ing. 2008).

Porque é um direito do aluno que não tem as mesmas condições financeiras de seus colegas, ter acesso pelo menos à programas estudantis que forneçam as condições necessárias para continuar estudando (Aluno Ao, ing. 2009).

Tenho por definição de "direito do estudante" tudo aquilo que a instituição pode e/ou deve oferecer por ele, isso claro se ele estiver entre as condições louváveis para definido auxílio (Aluno AP, ing. 2011).

Sim, pois dessa forma todos os alunos tem de certa forma um auxílio para se manterem na instituição (Aluna AB, ing. 2008).

Uma nação deve crescer e para isso investir na educação e ela existe devido aos estudantes (Aluno AD, ing. 2010).

Sim, acredito que seja um direito do estudante, pois em minha opinião de todas as políticas sociais públicas a assistência estudantil é a mais importante, pois ajuda de alguma forma a manter os jovens estudando e se capacitando para assim estar proporcionando a eles um futuro melhor. Assim num longo prazo podem-se diminuir as demais políticas sociais, pois teremos no mercado de trabalho profissional com renda fixa e que possivelmente não necessitarão de auxílio dessas políticas públicas (Aluno I-K, ing. 2010).

Diante de tantos tributos que pagamos à união, algo tem que retornar como benefício (Aluno I-E, ing. 2011).

É um direito das políticas de inclusão educacional do governo, a escola recebe verbas que, devem ser destinadas ao incentivo estudantil, através de bolsas e auxílios (Aluno BD, ing. 2010).

Aspectos positivos e negativos após o ingresso no IFSul – campus Pelotas

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos
Visão acadêmica (vida acadêmica)	Cancelamento de matrícula devido à falta de informação
O aprendizado	Disciplinas difíceis
Conhecimento	Falta de didática de alguns professores
Amadurecimento	Falta de tempo
Sociabilidade	Greves
Autoestima	Falta de credibilidade nos alunos, que não buscarem seus direitos.
Senso crítico	Dificuldade de aprendizagem
Oportunidades profissionais	Incompatibilidade de horário de trabalho com o estudo
Visão de mercado	Ausência de vida social
Postura	Nervosismo com provas e conseqüente problemas de saúde
Comunicação	Falta de incentivo a projetos
Respeito	Desgaste físico e mental
Experimentação com prática	Falta de conhecimento sobre o curso
Responsabilidade	Difíceis relacionamentos com os professores
Mais estudo	Falta de apoio ao aluno
Crescimento profissional	Desordem nos setores e coordenadorias
Crescimento pessoal	Muitos professores substitutos
Realização	Repetição
PNAES	Pouca divulgação dos direitos dos alunos
Aptidão	Aumento de estresse devido ao excesso de provas
Futuro melhor	A maneira como os professores tratam os alunos com dificuldades, demorando todo o semestre para resolverem o problema.
Acesso a vagas	
Acesso à informação	
Participação em grupos de pesquisa	

Satisfação em estudar	
Qualificação profissional	
Possibilidade de conseguir serviço	
Recursos como: médico, biblioteca, internet e ajuda financeira	
Visão de mundo	
Maior satisfação	
Participação em feiras	
Participação em atividades esportivas	
Instituição conhecida e conceituada	
Formação profissional	

Quadro 5 - Aspectos positivos e negativos na visão dos alunos isentos em relação a sua vivência no IFSul - campus Pelotas

Fonte: sistematização da autora em relação a algumas questões do questionário

Em relação ao pedido de sugestões, do protocolo de entrevistas, para a equipe que atua na COAE melhorar o processo de inclusão, a maioria destacou dificuldades na divulgação de informações sobre os auxílios, recomendando que os professores dentro das coordenadorias sejam partícipes do processo e divulguem nos horários de aula todas as notícias possíveis sobre o PNAES.

Todo processo educacional apresenta contradições através dos seus âmbitos social, histórico e cultural. Na tentativa de conhecer as falas dos alunos isentos quanto ao seu trajeto escolar, é preciso considerar a sua visão de instituição educacional, para compreender o quanto é importante a esfera educacional para sua existência e transformação da sua vida.

Como já visto nesta pesquisa, o ensino faz parte de uma luta que culmina com a saída da vulnerabilidade e é a única porta que se abre para a mudança de vida. Nesse sentido, muitos alunos consideram seus aspectos positivos ligados à formação profissional, com qualidade, nome reconhecido, o que os leva ao mercado de trabalho mais qualificados e com a possibilidade de empregos melhores, portanto, um futuro melhor.

Também, ligam-se a essa concepção de profissionalização características que remetem à postura pessoal, na qual a educação traria um novo modelo de profissional e uma nova visão de mundo, com a ampliação de conhecimentos, de sociabilidade, de valorização, de respeito social e pessoal. Tais peculiaridades levam ao processo de extensão da visão total, com maiores oportunidades, sabedoria e, principalmente, com o desenvolvimento da capacidade crítica.

Enquanto, nos aspectos positivos, encontram-se fatores externos e internos da pessoa, no aspecto negativo, observam-se fatores de ordem interna com destaque para as dificuldades e sentimentos pessoais; assim como fatores da organização da instituição, pois, numa análise mais ampla, todos os pontos ligam-se à relação professor/aluno/instituição. Tal fato demonstra expectativas na minimização das queixas.

Na visão dos alunos isentos, os problemas vão além do acesso, apresentando, como respostas, dificuldades de aprendizagem, relação trabalho/estudo, relação professor/aluno, dificuldades de ordem emocional, entre outros, o que implica observar esses aspectos, a fim de diminuir as reprovações e evasões, através de ações inclusivas.

Os alunos pesquisados indicam falta de tempo para o estudo além das aulas, mesmo se considerando aptos para o curso, o que é caracterizado pelo ingresso no mercado de trabalho, um dos fatores primordiais como impedimento do êxito escolar. Outro fator importante observado foi a indicação de que a maioria é reprovada devido a notas, o que pode afirmar a dificuldade de aprendizagem associada à desmotivação e desinteresse do docente.

Quanto ao trancamento e cancelamento da matrícula, foram considerados argumentos o trabalho, as dificuldades de saúde e a troca do curso, uma vez que o ingresso nas universidades está mais facilitado.

Em relação à exclusão/inclusão, a maioria considera o processo educativo como inclusivo no aspecto de ajuda, materialização e convívio social. No entanto, identifica a exclusão com o desinteresse do docente e a falta de horário para estudar, como também com o tratamento da questão social baseada somente em números.

Portanto, a Assistência Estudantil, no âmbito da política educacional hoje implantada, facilita para muitos a permanência, minimizando as dificuldades econômicas, mas não representa a melhoria da qualidade de vida dos alunos, devendo dar importância também às necessidades psicopedagógicas, de saúde, esportivas e à melhoria de vida, levando em conta, inclusive, o lazer dos jovens assistidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta etapa da pesquisa, concretizam-se meses de trabalho, considerando as palavras de diversos autores sobre os processos históricos, sociais e culturais dos temas aqui apresentados, os quais direcionam o estudo ao melhor entendimento das falas dos alunos isentos da taxa de inscrição do processo seletivo. Desse modo, consolida-se o pensamento da autora, que acredita na inclusão de alunos a partir da valorização de suas expressões e declarações, processo único de representatividade de uma população que, em toda sua história, nunca teve voz, sempre considerada invisível, longe da concretização como sujeito de direitos.

O Brasil, no que diz respeito a leis, possui textos inovadores, condizentes com as normas e tratados que os órgãos internacionais impõem, uma vez que é um país signatário e procura viabilizar medidas que minimizem as vulnerabilidades dos jovens e os incluam nos programas de Assistência Educacional.

Tanto os direitos humanos como o direito à educação acompanham as transformações sociais, históricas e culturais, e o que mais desponta são textos repletos de propostas que não conseguem atingir sua caminhada na prática plena. Mesmo com ações materializadas, existem muitos empecilhos na implantação, que ocorre, na maior parte, de forma gradual e lenta, mas com movimentos, de certo modo, positivos, podendo-se afirmar que já acontece algum tipo de mudança no processo de inclusão no âmbito educacional.

Dentre as normas internacionais, verificam-se afirmações que traduzem uma educação além da vaga cujas características da disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade começam a ser efetivadas com programas que favorecem o ingresso na educação, ajudam na permanência e discutem a qualidade educacional. No entanto, todos os programas implantados esbarram em deficiências na sua efetivação devido à ligação com a perpetuação da exclusão através da hegemonia de classes e do capitalismo vigente. Sendo assim, não se pode mudar uma situação de vulnerabilidade educacional, se a vulnerabilidade social continua discriminando, excluindo e determinando desigualdades.

Consequentemente, os direitos assegurados na Constituição Federal, ECA e LDB, entre outros, esbarram nos sérios problemas sociais do nosso País, marcados pela desigualdade, pobreza e exclusão social, além de diversas outras expressões

da questão social as quais que envolvem os jovens e desarticulam muitas medidas de proteção, inclusive, dentro da comunidade escolar.

O próprio ECA, já citado como um programa inovador, encontra barreiras na sua materialização, com impedimentos em todos os setores, o que demonstra o quanto o Brasil ainda não está preparado para promover garantias concretas de proteção à população adolescente, que tanto necessita de apoio para minimizar as vulnerabilidades nas quais esse segmento populacional se insere. Em um território imenso, com enorme número de cidades, é quase impossível implantar uma política de proteção integral aos adolescentes e aos jovens, estes, com um estatuto próprio, que começa a ser desenhado. Isso, sem mencionar a necessária capacitação dos atores responsáveis pela proteção, controle e defesa.

Atualmente, como programa de inclusão dentro das universidades e institutos federais, têm-se as ações oriundas do PNAES, que surge na Assistência Estudantil através do PDE, determinando a promoção da democratização da educação e tendo como prioridade, oportunizar igualdades.

Apesar de todas as legislações, é preciso entender que se está no início do caminho da garantia de proteção a esses jovens que começam a ser identificados como sujeitos de direitos, mas ainda faz-se imprescindível consumir de fato o direito à educação, pois oferecer recurso material através de bolsa/benefício não caracteriza Inclusão social e, muito menos, um direito. Até agora, existe apenas uma solução paliativa para o problema.

Acredito que as políticas estudantis oferecidas no IFSul conseguem ajudar na questão da evasão de alunos carentes e da exclusão, mas não sanam completamente esse problema. Creio que ainda os métodos de ensino tenham que ser modificados para atender aqueles estudantes que não tem tempo de estudar, os que trabalham, os que constituem família e tem dificuldades de se manterem estudando (Aluno I-K, ing. 2010).

Nas falas dos alunos, verifica-se, porém, que eles destacam vários pontos positivos dessa modalidade de política, evidenciando o quanto os recursos financeiros são importantes para a vida de cada um, uma vez que criam oportunidades e, assim, minimizam problemas de exclusão educacional.

Pois às vezes sem este auxílio financeiro seria impossível o aluno frequentar a instituição de ensino (Aluno I-C, ing. 2010).

[..] se pelo menos não diminuir os problemas dos alunos, pode amenizar bastante estes problemas, pois o aluno consegue ter acesso à assistência estudantil e com isso consegue manter-se mesmo com dificuldades (Aluno, AO,ing. 2009).

Pois sem ele ficaria difícil competir com alunos oriundos de escolas particulares ou situação financeira estável (Aluno AE, ing. 2010).

Um direito e um benefício que ajuda, e muito, na inclusão de alunos em um ensino de qualidade (Aluna I-H, ing. 2009).

Segundo os estudantes pesquisados, a Assistência Estudantil é um dos mecanismos para a permanência e a conclusão de seus estudos, mesmo não dando completa proteção. A Assistência Estudantil deveria garantir os benefícios e, conseqüentemente, oportunizar maior tranquilidade, disponibilizando horários para dedicarem-se mais aos estudos, queixa bastante expressiva na maioria dos pesquisados.

Eu ganho auxílio transporte e assim eu não preciso me preocupar em comprar vale, eu tenho auxílio alimentação para quando eu preciso estudar de manhã. Então, eu não preciso me preocupar com isso, podendo assim, me concentrar nos estudos (Aluno AR, ing. 2011).

[...] a dinâmica do curso faz com que o estudante demande de uma carga horária disponível para estudar fora dos horários de aula. Como o curso é noturno, a maioria dos estudantes trabalha e não tem esse período pra estudo, o que acarreta na reprovação contínua e numa evasão, pois os estudantes acabam desistindo (Aluno I-K, ing. 2010).

Trabalhando fica mais difícil de ter tempo para estudos extraclasse (Aluno I-C, ing. 2010).

Nesse contexto, conforme os alunos, o estudo fora da sala de aula é impossibilitado devido a outras atividades e ao trabalho, incompatível com os estudos extras.

Portanto, mesmo com recursos que amenizam as despesas familiares, fica evidente que eles não asseguram a proteção total, pois os alunos ainda precisam trabalhar para manter seu sustento e colaborar com suas famílias.

Acredito que seja uma alternativa muito válida, pois existem alunos que necessitam de auxílio. Entretanto, outros estudantes mesmo com

o auxílio não sanariam as dificuldades financeiras e de mesmo modo precisam trabalhar, muitas vezes em período integral, o que lhes afasta muitas vezes dos estudos (Aluno I-C, ing. 2010).

Outros sujeitos da pesquisa, através de uma visão mais ampliada, identificam que inclusão vai além do recurso financeiro e necessita abranger outras esferas do ensino, como atendimentos pedagógico e psicológico.

No meu ponto de vista é essencial que além de auxílio financeiro, haja auxílio psicológico. Pois é sabido, que hoje, a maioria das desistências estudantis são por questões psicológicas do aluno, e não, somente, por questões ligadas ao dinheiro (Aluno I-G, ing. 2009).

Pois ele também precisa de um apoio de psicólogos às vezes, pois em certos momentos se desanima ou passa por uma depressão e isso só ajuda financeira não resolve (Aluno NA, ing. 2008).

Porque os alunos precisam de apoio para estudar. Não só apoio financeiro (Aluno AY, ing. 2008).

O fato é que se faz inclusão pensando mais longe, reconhecendo que o aluno deva manter-se envolvido com sua qualidade de vida, participando de esportes, atividades extraclasse, assim como tendo horas que oportunizem o lazer.

A inclusão não deve ser efetivada na verticalidade, precisa-se criar novas pautas e mecanismos de ajuda, baseados nos referenciais que o próprio aluno apresenta, uma vez que só ele poderá identificar onde estão o seu sofrimento e sua vulnerabilidade. Tal fato permite que ele seja protagonista e participe de sua educação, que tenha voz no processo educacional.

Ainda com relação à Assistência Estudantil, e mais especificamente em relação ao PNAES, existem fatores que não podemos deixar de avaliar, como o recurso financeiro estabelecido mediante regras e condicionalidades para a garantia do processo “inclusivo”. O fornecimento de auxílio financeiro demarca a lógica de mercado dentro da esfera educacional, na qual o “lucro” é associado ao desempenho condizente com o esperado, sem levar em consideração todos os outros fatores de aprendizagem, como familiares, emocionais, entre outros, que têm dificultado o desempenho dos alunos em seus estudos.

A tutela representa as amarras que são impostas ao estudante, sem considerar os sentimentos e vulnerabilidades que ele apresenta, pois, caso não consiga ser “bom aluno”, perde o auxílio e tem início mais um processo de exclusão,

já que ele não deixa de ser pobre e necessitado. Desse modo, sem auxílio, devido ao não cumprimento das metas esperadas, evade-se sem qualquer tipo de assistência verdadeira, sem ser escutado quanto ao tipo de dificuldade que experimenta naquele momento, o que demonstra a contradição dentro do processo que inclui e, imediatamente, exclui ao não cumprimento das condicionalidades.

Portanto, como o auxílio está ligado ao processo da lógica do mercado, precisa-se entender que tanto o auxílio material como a tutela não beneficiam o processo de inclusão, visto que fornecer ajuda material não é oportunizar direito.

A educação, na atualidade, é caracterizada pela igualdade, considerando todos os alunos de forma igual, esquecendo-se as especificidades culturais de cada pessoa. Na educação inclusiva, no entanto, deve-se entender que cada aluno é um universo diversificado, com peculiaridades, necessitando, muitas vezes, de atendimento diferenciado. Por isso, deve-se respeitar o direito à diferença no âmbito escolar.

Por consequência, há a exigência de novas competências para os docentes, com qualificação direcionada à inclusão, promovendo o reconhecimento das diferenças existentes dentro do ensino. Também se evidencia a necessidade do aumento do número de professores efetivos, mais comprometidos com o ensino, sem a preocupação de saída da atividade docente no prazo de 2 anos, como ocorre atualmente com os professores denominados substitutos, professores não efetivos dentro do âmbito educacional que permanecem por pouco tempo na função. Além do mais, existe a necessidade de um salário adequado a sua responsabilidade.

Outro fator primordial que dificulta a inclusão dentro da educação é o desproporcional número de servidores que atuam na Assistência Estudantil, o que acaba desqualificando todo o processo, pois não há como exigir atendimento integral de qualidade aos alunos com um número reduzido de profissionais, o que se verifica na rede do IFSul, onde existem *campi* sem profissionais capacitados para a realização da assistência educacional.

Em vista dos fatos mencionados, durante a pesquisa, foi positivo entender a trajetória dos alunos que foram isentos da taxa de inscrição do processo seletivo, com conhecimentos importantes sobre a exclusão/inclusão deles. O entendimento reafirmou a necessidade de dar-se espaço e voz aos jovens que necessitam ser incluídos no processo educativo, possibilitando, assim, uma caminhada mais amena e menos sofrida dentro da instituição.

A inclusão deve ser realizada durante sua caminhada, sem qualquer conclusão prévia, mas discutindo soluções para as dificuldades com flexibilidade adequada quanto se trata de atender distintas pessoas pelo princípio da diversidade.

A história da proteção ainda é muito recente, e as ações existentes já conseguem alguns efeitos positivos, como é o caso da Assistência Estudantil, um processo que tem minimizado as dificuldades dentro do meio escolar, mas muito ainda necessita ser discutido e transformado para que aconteça a inclusão total. E isso não perpassa somente o recurso material, vai além, com os aspectos sociais, pedagógicos e psicológicos e com o comprometimento de toda uma comunidade escolar em criar caminhos que possibilitem o processo inclusivo.

O que se torna indispensável é ampliar as conquistas já estabelecidas e fazer valer o direito de ser jovem, sendo preciso colocar em prática uma nova pauta de prioridades na qual os protagonistas das políticas sociais sejam partícipes do processo, preocupando-se com políticas universais focadas nas demandas e necessidades dos jovens.

O caminho trilhado não se esgota no término desta pesquisa, mas espera-se que tenha contribuído para uma melhor compreensão da trajetória desses alunos no âmbito escolar. Nessa perspectiva procurou-se dar a devida importância às suas falas, o que se acredita o fator mais relevante dentro do processo inclusivo educacional e facilitador no avanço dos direitos dos jovens.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; CARREIRA, Denise (coord.). Campanha Latino Americana por uma Educação não sexista e antidiscriminatória. **Informe Brasil/Gênero e Educação**. Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. São Paulo: Ação Educativa, 2011.

AGUIAR, Márcia Angela da S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul.- set. 2010, p. 707-727. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 14.02.2013.

ALMEIDA, Júlio Gomes; SILVA, Edileine Vieira Machado. Inclusão/exclusão um desafio para a escola e seus educadores. **Anais do III Fórum de Educadores**. SENAC/PUC/Universidade Presbiteriana Mackenzie São Paulo/SP, 2005. Disponível em: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/arquivos_materias/Edileine-artigo2.pdf> Acesso em: 03.03.2013.

ALVES, Jolinda Moraes. A assistência estudantil no âmbito da política de ensino superior pública. **Serviço Social em revista**. V. 5, n. 1. Jul./dez. de 2002. Disponível em: <<HTTP://www.ssrevista.uel.br>> Acesso em: 18.02.2013.

ALVES, Elaine Jesus. **Avaliação do programa Bolsa Permanência na Universidade Federal do Tocantins, campus de Palmas**. 2010. 197f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

ANDRÉS, Aparecida. **Aspectos da Assistência Estudantil nas Universidades**. Consultoria Legislativa da área XV. Educação e Cultura. Brasília – DF, 2011.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman – 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

ARROYO, Miguel G. Fracasso/Sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos. **Revista Em Aberto**. Brasília. V. 17, nº. 71, p. 33-40, janeiro de 2000.

BAPTISTA, Myrian Veras. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 109, p. 179-199, jan./mar. 2012.

BARBOZA, Pedro Lúcio. **Uma avaliação do Plano Nacional de Educação**, 2013. Disponível em: <<file:///d:/Users/Admin/Desktop/index2.php.htm>> Acesso em: 20.02.2013.

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5ª Ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

BERGER FILHO, **Currículo por Competências**. 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/curr%C3%82%C2%A1culo%20por%20compet%C3%8B%E2%80%A0ncias2.pdf>>. Acesso em 11.12.2011.

BRANDÃO, Elton Palmeira. Por que não falar em educação inclusiva? **25ª Reunião da ANPEd. GT3 – Movimentos sociais e educação.** Caxambu/MG, de 29/09 a 02/10/2002. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/texced25.htm>>. Acesso em: 20.02.2013.

BRASIL. **Escolas de Aprendizes e Artífices**, para o ensino profissional primario e gratuito Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.

_____. **Ato legal de criação da Escola Técnica de Pelotas - ETP**, Decreto-lei nº. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.

_____. Planalto. **Escola Técnica Federal de Pelotas – ETFPEL**. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Lei nº 4.759, de 20 de Agosto de 1965.

_____, Câmara dos Deputados. **Fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior**. Lei nº 5.540, de 28 de Novembro de 1968.

_____, Câmara dos Deputados. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus**. Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971.

_____. Planalto. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____. Planalto. Legislação. **Estatuto da Criança e do adolescente - ECA**. Lei nº 8.060, de 1990.

_____. Planalto, Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET. **Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica**. Lei nº. 8.948, de 08 de dezembro de 1994.

_____. Senado Federal, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Presidência da República. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Resolução Nº 145, de 15 de outubro de 2004.

_____. **Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE**. Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas. Brasília, 2006.

_____. MEC, Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, de 2007.

_____. MEC, **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Decreto nº. 6.096, de 2007.

_____. MEC, **Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

_____, MEC, **Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**, Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010.

_____, SDH, **Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República**, Medida Provisória nº 483, de 24 de março de 2010 – Convertida na Lei nº 12.314, de 2010.

_____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. **Guia das políticas públicas de juventude/Secretaria Nacional de Juventude**. – Brasília : SNJ, 2010.

_____, MEC, **Leis das Cotas**. 2012.

_____. **Secretaria Nacional de Juventude. Políticas Públicas de Juventude – Brasília**: SNJ, 2013.

CARBONARI, Paulo César. Direitos humanos no Brasil: a promessa é a certeza de que a luta precisa continuar. In: **Direitos humanos no Brasil 3: diagnósticos e perspectivas - Movimento Nacional de Direitos Humanos**. et. al. Passo Fundo : IFIBE, 2012, p. 21-35.

CARREIRA, Denise et al. A educação e a política de desenvolvimento: o permanente desafio de superação das desigualdades educacionais. In: **Direitos humanos no Brasil 3: diagnósticos e perspectivas**. Movimento Nacional de Direitos Humanos. et. al. Passo Fundo : IFIBE, 2012, p. 195-208.

CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO Luseni (org.); ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília, IPEA, 2008.

COSTA, I; DELARME FILHO, J.A.; BIGHI, T.M. Inclusão Social: atualização de conteúdos de física no pré-vestibular – Oficina do Saber. In: Simpósio Nacional de Ensino de Física, 18, 2009, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: UFF, 2009. Disponível em: <http://www.cienciamao.if.usp.br/dados/snef/_inclusaosocialatualizaca.trabalho.pdf>, acesso em 25.jun.2010.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. Administração pública: a pobreza como fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. vol. 1, nº.1-jul-dez/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>> Acesso em 03.04.2012. <http://www.cienciamao.if.usp.br/dados/snef/_inclusaosocialatualizaca.trabalho.pdf>, acesso em 25.jun.2010.

DIAS, Carlos Roberto Pereira. As faces da(s) pobreza(s) e exclusão social na cidade de Bocaiúva-MG: uma análise comparada entre os bairros Cachoeirinha e Jardim Aeroporto. In: Colóquio Internacional (Des)envolvimento contra a pobreza: mediações teóricas, técnicas e políticas. 2008. **Anais**. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), 2008. Disponível em: <http://www.coloquiointernacional.unimontes.br/2008/arquivos/51carlosrobertopereira_dias.pdf>. Acesso em 20.01.2012.

DUTRA, Silmar da Silva. **O trabalho dos assistentes sociais junto a adolescentes e jovens: o desafio de construir e efetivar políticas sociais públicas**. 2008. 97 f. Conclusão de curso de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

FERRARO. Alceu Ravello. Escolarização no Brasil na ótica da exclusão. In: MARCHESI, Álvaro; GIL, Carlos Hernández. **Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 48-65.

FERREIRA JR., Amarilio, BITTAR, Marisa. **Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar**. Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a04v2876.pdf>> Acesso em 15.07.2012.

FOGLI, Bianca Fátima C. dos Santos; SILVA FILHO, Lucindo F. da; OLIVEIRA, Margareth Maria N. dos Santos. Inclusão na educação: uma reflexão crítica da prática. In: SANTOS, Pereira dos Santos; PAULINO, Marcos Moreira (org.) **Inclusão em educação: Culturas, políticas e práticas**. 2^o. ed. São Paulo: Cortez, 2008 p. 107-121.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2004.

FRIGOTTO. Gaudêncio. **Educação e a crise de capitalismo real**. 2^a ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, vol. 28, nº. 100. Campinas, outubro de 2007, p. 1129 - 1152. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>> Acesso em 16.07.2012.

GONDIM, Sônia Maria Guedes, FISCHER, Tânia. O discurso, a análise de discurso e a metodologia do discurso do sujeito coletivo na gestão intercultural. **Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS**. Cadernos Gestão Social, Salvador, v.2, n.1, p.09-26, set.-dez. 2009. Disponível em: <www.cgis.ufba.br>. Acesso em 25.02.2013.

HADDAD, Sérgio. O direito à educação no Brasil. **Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação/Projeto Relatores Nacionais em DhESC**. Secretaria de

Estado dos Direitos Humanos – MJ. 2002. Disponível em <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-leituras/WEBTECA/o%20direito%20a%20educacao%20no%20brasil.pdf>> Acesso em: 14.12.2012.

HECHLER, Ângela Diana. **Tecendo redes de proteção para criança e adolescentes**: caminhos e descaminhos na construção da condição de sujeitos de direitos. 2009. 226 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

HERNANDES, Gislene Adriana Guerra. **A Educação Como Garantia Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana**. 2010.108f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Universitário da Fundação Instituto de Ensino para Osasco (UNIFIEO), Osasco, 2010.

IVO, Anete Brito Leal. A reconversão do social: dilemas da redistribuição no tratamento focalizado. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 18, nº 2, 2004.

KOWALSKI, Aline Viero. Os **(des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

LAJÚS, Maria Luiza de Souza. **Sistema único de saúde de assistência social: um difícil caminho rumo à conquista da cidadania**. 2010. 294 f. Tese (Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LIMA, Telma Cristine Sasso de, MIOTO, Regia Célia Tamasso. Direitos, cidadania e necessidades humanas básicas: conceitos imprescindíveis no debate da proteção social. **Revista da Escola de Serviço Social Sociedade em debate**. Pelotas: EDUCAT, v. 12, n. 2, p. 29-60, julho/dezembro, 2006.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985). **Revista on line Histórica**, edição nº 36, São Paulo, junho de 2009. Disponível em <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao36/materia01/>> Acesso em: 15.02.2013.

MAGRO, Aline Fátima do Nascimento, REIS, Carlos Nelson dos. Os programas de transferência de renda na América Latina: panorama de experiências em desenvolvimento. Observatorio Iberoamericano del desarrollo local y La economia social. **Revista do grupo EUMED.NET** da Universidad de Málaga. Ano 5, nº. 10. Junho de 2011.

MARCHESI, Álvaro, PÉREZ, Eva Maria. A compreensão do fracasso escolar. In: MARCHESI, Álvaro; GIL, Carlos Hernández. **Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 17-33.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Combate à pobreza e (des) proteção social: dilemas teóricos das “novas” políticas sociais. **Revista Praia Vermelha de Estudos de Política e Teoria Social**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, números 14 e 15, primeiro e segundo semestres, 2006.

MEIRELES, Ceres Mari da Silva. **Educação profissional: uma visão histórica sobre o processo de criação, fins e princípios da Escola Técnica Federal que tornou Pelotas centro de referência (1942-1998)**. 2003. 236 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2003.

MELIM, Juliana Iglesias. A construção da política de atendimento à criança e ao adolescente: de menor a sujeito... o que mudou? In: II Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2005, São Luís. **Anais**. UFMA – Universidade Federal do Maranhão, 23 a 26 de agosto 2005, p. 01 a 07.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "MEC/USAID" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=325>. Acesso em 20/7/2012.

MINAYO, Maria Cecília de S. O desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M.C.de S.; DESCANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 9-29.

_____, **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10ª ed. – São Paulo: Hucitec, 2007.

NOVAES, Regina C.R., CARA, Daniel T., SILVA, Danilo M. da, PAPA, Fernanda C. (orgs). **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude, Fundação Friedrich Ebert. 2006.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria questão social em debate: Questões da nossa época**. São Paulo: Cortez, 2007.

PELEGRINI, Thiago, AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A Educação nos anos de chumbo: a Política Educacional ambicionada pela “Utopia Autoritária” (1964-1975)(Parte 2). **História e-história**. Campinas. UNICAMP, 2006. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/indice.cfm?tb=perspectivas>> Acesso em 17.07.2012.

PEREIRA, Jordeana, SILVA, Sheyla Suely de Souza, PATRIOTA, Maria Lucia. Políticas sociais no contexto neoliberal: focalização e desmonte. **Qualit@s - Revista Eletrônica**, ISSN 1677- 4280 – Edição Especial - Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba. V.5, nº. 3, 2006, p. 2-14.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social: temas & questões**. 2º. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

PINHEIRO, Flávio Maria Leite. A Teoria dos direitos humanos. In: VI Congresso Brasileiro de Operadores e Estudantes de Direito. Fortaleza, 2008, **Anais**. Fundação Delmiro Gouveia para o desenvolvimento de Fortaleza. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1242739498174218181901.pdf>> Acesso em 14.11.2012.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. In: Coleção educação para todos. **Ações afirmativas e combate ao adernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005, p. 43-55.

PLATAFORMA DHESCA BRASIL E AÇÃO EDUCATIVA, Direitos Humanos à Educação. In: **Coleção Manual de Direitos Humanos**, volume 7 – 2ª edição: Novembro de 2011.

PONCE, Aníbel, **Educação e luta de classes**. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1986.

PORTO JÚNIOR, Manoel José. **A exclusão escolar nos cursos técnicos do CEFET-RS (1980 – 2006)**. 2008. 248 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

POZZO, Clayton Ferreira Dal, FURINI, Luciano Antonio. O conceito de exclusão social e sua discussão. **Revista geografia em atos GeoAtos**. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 10, v.1, janeiro a junho 2010, p 86-92.

RAMALHO, Nelson Alves. Processos de globalização e problemas emergentes: implicações para o Serviço Social contemporâneo. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 110, abr./jun. 2012, p. 345-368.

SANTOS, Eliane Araque dos. Criança e adolescente – sujeitos de direitos. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 1, out. 2006/mar. 2007, p. 130-134.

SANTOS, Mônica Pereira dos. Escola para todos: um olhar pelo Mundo. **Anais do VI Seminário Nacional do Instituto Nacional de educação de surdos – INES – Surdez: diversidade social**. 19 a 21 de setembro de 2001. Rio de Janeiro, p. 27-34.

SANTOS, Mônica Pereira dos, PAULINO, Marcos Moreira. Inclusão em Educação: uma visão geral. In: SANTOS, M.P.; PAULINO, M.M (orgs.). **Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 11-15.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politécnica. **Revista Trabalho, educação e Saúde**, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz. V. 1, n. 1, p. 131–152, março de 2003.

_____. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. **Revista e amp**. Campinas São Paulo. Autores associados. 2008.

SAWAIA, Barder (Org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, Darlene de Moraes. **Crianças e adolescentes**: Direitos e políticas sociais. EGEM, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.804772001257278011_eca___pos_ge_stao.pdf> Acesso em: 20.01.2013.

SILVEIRA, M. L. S. da. Produção de sujeitos, apassivização de campos coletivos e constituição de horizontes emancipatórios. In **Cadernos Especiais n. 38**, edição: 25 de setembro a 23 de outubro de 2006. Disponível em <www.assistentesocial.com.br> Acesso em: 28.01.2013.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do Equador. Artigo apresentado no Seminário Exclusão Social, realizado na PUC/SP, 1998. Disponível em <<http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/exclusao.pdf>> Acesso em 23.03.2012.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Exclusão social e fracasso escolar. **Revista em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 7, p. 21- 32, janeiro, 2000.

_____. Assistência social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC n. 10 – jul./dez. 2007, p. 345-458.

_____, Aldaíza de oliveira, FALCÃO, Maria do Carmo, FLEURY, Sônia Maria. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 6ª. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

UNESCO, MEC. Educação um tesouro a descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. Tradução de José Carlos Eufrazio. Rio de Janeiro: Cortez, 1998.

_____, **Educação de qualidade para todos**: um assunto de direitos humanos. 2ª. ed. – Brasília : OREALC, 2008.

UNIC. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio/ 005, dezembro de 2000. Disponível em <http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf> Acesso em: 09.11.2012.

UNICEF. O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília, DF: UNICEF, 2011.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. Ensino **Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez, 2010.

VELLOSO, Carlos Mário da Silva Velloso. Dos direitos sociais na Constituição do Brasil. **Palestra** proferida em Madri, Espanha, na Universidade Carlos III.

ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, em 10.3.2003. Disponível em: <http://www.ufrnet.br/~tl/otherauthorsworks/dpr0027/velloso_carlos_dos_direitos_sociais_na_cf.pdf> Acesso em: 20.12.2012.

VÉRAS, Maura. Exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos. In: SAWAIA, Bader (Org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. cap. 2, p.27-52.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 19-23.

WATTE, Cleidiana. A preocupação com a qualidade na educação: consolidação do mercado capitalista ou proposta de uma educação questionadora, libertadora e humanizadora. **Anais** do II Colóquio Internacional de Educação e I Seminário de pesquisa sobre indicadores de qualidade do ensino fundamental. UNOESC/ Campus de Joaçaba, SC, v. 1, nº. 1, 28 a 30 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/colouquiointernacional/issue/view/65>> Acesso em: 28.02.2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 110, abr./jun. 2012, p. 288-322.

APÊNDICES

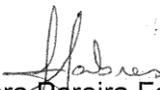
APÊNDICE A – Apresentação ao Comitê de Ética em Pesquisa da UCPEL

Pelotas, 19 de agosto de 2012.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da UCPEL:

Solicito a avaliação do projeto intitulado **O processo de inclusão/exclusão dos alunos que ingressaram no IFSul - campus Pelotas - através da isenção da taxa de inscrição do processo seletivo (2008 – 2011)**, coordenado por Sonia Amara Pereira Fabres, com o objetivo de conhecer o processo de inclusão/exclusão dos alunos beneficiados com a isenção da taxa de inscrição do processo seletivo do IFSul - campus Pelotas - que ingressaram a partir do ano de 2008 e estavam matriculados no término do ano letivo de 2011.

Atenciosamente


Sonia Amara Pereira Fabres
Pesquisadora


Renato da Silva Della Vechia
Orientador

APÊNDICE B – Carta de Anuência da Direção do IFSul – campus Pelotas

Pelotas, 16 de agosto de 2012.

Ao

Comitê de Ética em Pesquisa da UCPel:

Declaro ter conhecimento e autorizo a realização da pesquisa intitulada o processo de inclusão/exclusão dos alunos que ingressaram no IFSul - campus Pelotas - através da isenção da taxa de inscrição do processo seletivo (2008 - 2011), proposto pela pesquisadora Sonia Amara Pereira Fabres.

O referido projeto será desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) – campus Pelotas, e só poderá ocorrer a partir da apresentação da carta de aprovação do CEP/UCPel.

Atenciosamente,


José Carlos Pereira Nogueira
Diretor-Geral do Campus Pelotas

José Carlos Pereira Nogueira
Diretor-Geral do Campus Pelotas
Instituto Federal Sul-rio-grandense

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e esclarecido para Aluno(a) ou Responsável**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

TÍTULO DA PESQUISA: O processo de inclusão/exclusão dos alunos que ingressam no IFSul - campus Pelotas - através da isenção da taxa de inscrição do processo seletivo (2008-2011).

Esta pesquisa visa tem por objetivo conhecer, sob a ótica do aluno, o processo de inclusão/exclusão dos alunos beneficiados com a isenção da taxa de inscrição do processo seletivo do IFSul - campus Pelotas - que ingressaram no ano de 2008 a 2011 e estavam matriculados no término do ano letivo de 2011, visando conhecer suas dificuldades pessoais, sociais e acadêmicas, assim como sua trajetória dentro do IFSul - campus Pelotas, e proporcionando uma maior inclusão com amparo psicossocial e educacional para a permanência e êxito escolar.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa, dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados.

Fui, igualmente, informado:

- . da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida a cerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- . da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;
- . da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- . do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;
- . de que se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.
- . Todo o material coletado será armazenado no Serviço de Psicologia da COAE sob a responsabilidade da pesquisadora.

A Pesquisadora Responsável por este Projeto de Pesquisa é Sonia Amara Pereira Fabres, (Fone 3222-7401/2123-1062/91001506).

E-mail: soniafabres@yahoo.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa:

Fone: (53) 2128.8012/2128.8295

E-mail: cep@ucpel.tche.br

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com a pesquisadora responsável.

Data __ / __ / ____

Nome do Aluno(a)

Nome - Assinatura do Responsável Legal

Sonia Amara Pereira Fabres – pesquisadora responsável pelo projeto

Telefones para contato:

(053)_____ (053)_____

E-Mail:_____

8) Conheces alguém que não se inscreveu nos cursos oferecidos pelo IFSul – campus Pelotas por falta de condições socioeconômicas?

() 01 - Não

() 02 - Sim

9) Quanto ao curso que estás estudando, acreditas que fizeste a escolha certa?

() 01 - Não

() 02 - Sim

03 - Motivos que o levaram a não acertar na escolha do curso

10) Já reprovaste em algum semestre?

() 01 – Nunca

() 02 - Sim. Quantas vezes?

11) Causa da tua reprovação: Marque a mais freqüente.

() 01 - Notas

() 02 - Freqüência

12) Fator que consideras mais relevante quanto a tua reprovação/evasão:

() 01 - Social (relações interpessoais, comportamentos)

() 02 - Econômico

() 03 - Educacional/aprendizagem

() 04 - Emocional

() 05 - Saúde

() 06 - Familiar

() 07 - Relação professor/aluno

() 08 - Outro. Qual?

13) Dos fatores acima, qual consideras o 2º mais relevante?

14) E o 3º mais relevante?

15) Motivo mais importante que contribuiu para a tua reprovação:

() 01 - Dificuldade de aprendizagem

() 02 - Metodologia de ensino do docente

() 03 - Problemas de família

() 04 - Falta de tempo para estudar

() 05 - Problemas de saúde

() 06 - Falta de fundamentação teórica

() 07 - Relação professor/aluno

() 08 - Envolvimento com outras atividades acadêmicas

() 09 - Desinteresse pela disciplina

() 10 - O curso não ser a primeira opção

() 11 - Falta de recurso financeiro

() 12 - Outro motivo. Qual?

16) Dos motivos acima, qual o 2º mais importante?

17) E o 3º mais importante?

18) Disciplina(s) onde apresentas maior dificuldade(s):

01 -

19) Estudas outro curso concomitantemente?

01 - Não 02 - Sim. Qual?

20) Caso a resposta anterior tenha sido sim, qual o turno deste curso?

01 - Manhã 02 - Tarde 03 - Noite

21) De que forma estás procurando resolver tuas dificuldades? Marque a mais relevante:

- 01 - Durante as aulas teóricas e práticas
 02 - Procurando as aulas de recuperação
 03 - Discutindo o programa ou os conteúdos
 04 - Conseguindo informações com professores e/ou colegas
 05 - Avaliando o programa
 06 - Sugerindo atividades ou temas para o programa
 07 - Pedindo ajuda aos professores, orientadores e psicólogos
 08 - Não consegue ajuda por dificuldades emocionais.
 09 - Outra. Qual?

22) Das situações apresentadas acima, qual é a 2ª mais relevante?

23) E a 3ª mais relevante?

24) Acreditas que o processo educativo seja inclusivo¹

- 01 - Não 02 - Sim
 03 - Explique:

25) No teu ponto de vista como o IFSul – campus Pelotas trata a questão da exclusão²?

26) Em sua vida como estudante, você já foi ou sentiu-se excluído no IFSul?

- 01 - Sim, sempre 02 - Sim, algumas vezes
 03 - Sim, muitas vez 04 - Raramente
 05 - Não, nunca
 03 - Explique:

¹ Considerando inclusão educacional como o processo que valoriza as diferenças individuais, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais; respeitando as dificuldades de cada pessoa e procurando ajudar o aluno conforme suas necessidades, através de apoio dos diversos serviços oferecidos na educação para facilitar a aprendizagem, a aprovação e o término do curso.

² O conceito utilizado para definir melhor exclusão escolar é o do autor Ferraro que defini exclusão da escola como o não-acesso ao estudo e a evasão; e a exclusão na escola como o processo estabelecido dentro do âmbito escolar por meio dos mecanismos de reprovação e de repetência.

A exclusão da escola dá ênfase ao acesso, a evasão escolar, a permanência e ao "fracasso escolar".

27) Já trancaste o curso em algum semestre?

01 - Não

02 - Sim

03 -Motivo(s):

28) Tens conhecimento da existência do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)?

01 - Não

02 - Sim

29) Conheces o trabalho da Coordenadoria de Assistência Estudantil (COAE) do IFSul – campus Pelotas?

01 - Não

02 - Sim

30) Na tua opinião, só fornecer auxílio financeiro através de bolsas/benefícios ajuda o aluno a continuar seus estudos?

01 - Não

02 - Sim

Explique:

31) Tua família recebe algum outro benefício, por exemplo, Bolsa Família (PBF), Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI), etc.?

01 - Não

02 – Sim. Qual

32) Como soubeste da existência da Assistência Estudantil no campus?

01 - Não tive conhecimento

02 - Meios de comunicação (jornal/TV/rádio)

03 - Site eletrônico do IFSul

04 - Divulgação em sala de aula

05 - Divulgação em murais

05 - Divulgação na reunião de recepção dos alunos

06 - Informativo na matrícula

07 - Colegas

08 - Servidores da instituição

09 - Outra. Qual?

33) á solicitaste algum tipo de bolsa/beneficio?

01 - Não

02 - Sim

41) O(s) programa(s) de bolsa/benefício em que participas está(ão) contribuindo para a tua permanência no IFSul – campus Pelotas e garantindo a conclusão do curso em que estás matriculado(a) atualmente?

- 01 – Não 02 – Sim 03 – Não possuo bolsa/benefício
04 - De que forma?

42) Caso não possua qualquer bolsa/benefício, por que motivo não procurou a Assistência Estudantil?

- 01 - Posso benefícios do programa (PNAES)
 02 - Desconhecimento do programa (PNAES)
 03 - Desconhecimento de como participar do processo
 04 - Desconhecimento das datas dos editais/divulgação deficiente
 05 - Desinteresse em participar do programa/outros precisam mais dos benefícios
 06 - Desinteresse devido a limitação de vagas
 07 - Dificuldade na documentação exigida pelo edital
 08 - Timidez na procura dos benefícios
 09 - Horários de atendimento incompatível com o do aluno
 10 - Outro motivo. Qual?

43) Motivo mais relevante que contribuiu para a não conclusão do curso no período legal e/ou para a evasão.

- 01 - Estou dentro do período legal do curso
 02 - Trabalho em horário incompatível
 03 - A forma como foram administradas as disciplinas
 04 - Envolvimento em outras atividades académicas
 05 - Dificuldades nos conteúdos de algumas disciplinas
 06 - Morar longe da Instituição
 07 - Problemas de saúde
 08 - Problemas familiares
 09 - Relação professor/aluno
 10 - Falta de auxílio bolsa/benefício da PAE³
 11 - Outro. Qual?

44) Dos motivos acima, qual o 2º mais relevante?

45) E o 3º mais relevante?

46) Estudar no IFSul – campus Pelotas mudou algo no teu papel profissional?

- 01 - Não 02 - Sim.
03 - O que?

³ PAE – Programa de Assistência estudantil

47) Três aspectos que consideras positivos após o teu ingresso no IFSul - campus Pelotas:

1.
2.
3.

48) Três aspectos que consideras negativos após o teu ingresso no IFSul - campus Pelotas:

1.
2.
3.

49) Consideras a liberação da taxa de inscrição do processo seletivo a todos os alunos (fato ocorrido em 2012-2) como um fator de inclusão?

01 - Não

02 - Sim

03 - Explique:

--

PERFIL DO ALUNO

50) Qual tua religião?

01 - Nenhuma

02 - Católica

03 - Evangélica

04 - Protestante

05 - Espírita

06 - Batista

07 - Luterana

08 - Metodista

09 - Budismo

10 - Umbanda/Candomblé

11 - Judaísmo

12 - Islamismo

13 - Outra. Qual?

51) Etnia:

01 - Amarela

02 - Branca

03 - Indígena

04 - Parda (mulato)

05 - Preta

52) Cidade de onde vens diariamente para estudar no IFSul – campus Pelotas:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 01 - Arroio Grande | <input type="checkbox"/> 02 - Bagé |
| <input type="checkbox"/> 03 - Capão do Leão | <input type="checkbox"/> 04 - Canguçu |
| <input type="checkbox"/> 05 - Morro Redondo | <input type="checkbox"/> 06 - Pelotas |
| <input type="checkbox"/> 07 - Pedro Osório | <input type="checkbox"/> 08 - Pinheiro Machado |
| <input type="checkbox"/> 09 - Piratini | <input type="checkbox"/> 10 - Rio Grande |
| <input type="checkbox"/> 11 - São Lourenço | <input type="checkbox"/> 12 - Morro Redondo |
| <input type="checkbox"/> 13 - Outra cidade. Qual? <input type="text"/> | |

53) Local onde resides (bairro ou zona rural):

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 01 - Areal/Cruzeiro/Obelisco | <input type="checkbox"/> 02 - Centro |
| <input type="checkbox"/> 03 - Fátima/Navegantes | <input type="checkbox"/> 04 - Fragata/Guabiroba |
| <input type="checkbox"/> 05 - Laranjal | <input type="checkbox"/> 06 - Simões Lopes |
| <input type="checkbox"/> 07 - Lindóia/Z. Norte/T.Vendas/S. Terezinha | <input type="checkbox"/> 08 - Zona Rural |
| <input type="checkbox"/> 09 - Outro bairro. Qual? <input type="text"/> | |

54) Residência:

- | | |
|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 01 - Própria | <input type="checkbox"/> 02 - Alugada |
| <input type="checkbox"/> 03 - Cedida | <input type="checkbox"/> 04 - Posse |
| <input type="checkbox"/> 05 - Outra situação. Qual? <input type="text"/> | |

55) Situação de moradia:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> 01 - Sozinho(a) | <input type="checkbox"/> 02 - Com pai, mãe ou ambos |
| <input type="checkbox"/> 03 - Com cônjuge /companheiro(a) e/ou filhos | <input type="checkbox"/> 04 - Casa de familiares |
| <input type="checkbox"/> 05 - Casa de amigos | <input type="checkbox"/> 06 - Pensão, hotel, pensionato |
| <input type="checkbox"/> 07 - Moradia mantida pela família | <input type="checkbox"/> 08 - República |
| <input type="checkbox"/> 09 - Moradia mantida pela instituição de ensino | |
| <input type="checkbox"/> 10 - Outras moradias coletivas (religiosas, públicas...) | |

56) Estado civil:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 01 - Solteiro(a) | <input type="checkbox"/> 02 - Casado(a) |
| <input type="checkbox"/> 03 - Viúvo(a) | <input type="checkbox"/> 04 - Separado(a)/Divorciado(a) |
| <input type="checkbox"/> 05 - Vivendo com companheiro(a) | |

57) Composição familiar (pessoas com quem mora):

Marque todas as opções necessárias.

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 01 - Avô | <input type="checkbox"/> 02 - Avó |
| <input type="checkbox"/> 03 - Mãe | <input type="checkbox"/> 04 - Pai |
| <input type="checkbox"/> 05 - Irmãos. Quantos? _____ | <input type="checkbox"/> 06 - Esposo(a) |
| <input type="checkbox"/> 07 - Companheiro(a) | <input type="checkbox"/> 08 - Sogro(a) |
| <input type="checkbox"/> 09 - Filhos. Quantos? _____ | <input type="checkbox"/> 10 - Outros. Quem? _____ |

58) Qual a escolaridade do teu pai?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 01 - Analfabeto | <input type="checkbox"/> 02 - Alfabetizado |
| <input type="checkbox"/> 03 - Fundamental incompleto | <input type="checkbox"/> 04 - Fundamental |
| <input type="checkbox"/> 05 - Médio incompleto | <input type="checkbox"/> 06 - Médio |
| <input type="checkbox"/> 07 - Superior incompleto | <input type="checkbox"/> 08 - Superior |
| <input type="checkbox"/> 09 - Especialização | <input type="checkbox"/> 10 - Mestrado |
| <input type="checkbox"/> 11 - Doutorado | <input type="checkbox"/> 12 - Pós-doutorado |

59) Qual a escolaridade da tua mãe?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> 01 - Analfabeto | <input type="checkbox"/> 02 - Alfabetizado |
| <input type="checkbox"/> 03 - Fundamental incompleto | <input type="checkbox"/> 04 - Fundamental |
| <input type="checkbox"/> 05 - Médio incompleto | <input type="checkbox"/> 06 - Médio |
| <input type="checkbox"/> 07 - Superior incompleto | <input type="checkbox"/> 08 - Superior |
| <input type="checkbox"/> 09 - Especialização | <input type="checkbox"/> 10 - Mestrado |
| <input type="checkbox"/> 11 - Doutorado | <input type="checkbox"/> 12 - Pós-doutorado |

60) Renda familiar (considerando o valor do salário mínimo de R\$ 624,00):

- 01 - menos de R\$ 624,00
 02 - de R\$ 624,00 a R\$ 1.248,00
 03 - de R\$ 1.248,00 a R\$ 1.872,00
 04 - de R\$ 1.872,00 a R\$ 2.496,00
 05 - de R\$ 2.496,00 a R\$ 3.120,00
 06 - de R\$ 3.120,00 a R\$ 3.744,00
 07 - acima de R\$ 3.744,00

61) Principal mantenedor da tua família (pessoa que mais contribui na renda):

- 01 - Aluno
 02 - Mãe
 03 - Pai
 04 - Cônjuge
 05 - Avó/avó
 06 - Irmão(ã)
 07 - Padrasto
 08 - Madrasta
 09 - Outra pessoa. Quem?

62) Praticas algum esporte?

- 01 - Não
 02 - Sim. Qual?

63) Participas das atividades extraclasse do IFSul – campus Pelotas?

- 01 - Não
 02 - Sim. Qual?
-

64) Falas ou estudas alguma língua estrangeira?

- 01 - Não
 02 - Alemão
 03 - Espanhol
 04 - Francês
 05 - Inglês
 06 - Outra. Qual?

65) Possuis computador?

- 01 - Não
 02 - Sim

66) Tens acesso a internet em casa?

- 01 - Não
 02 - Sim

67) No caso da resposta anterior ser negativa, onde consegues acessar a internet?

- 01 - Lan House
 02 - Salas específicas do IFSul
 03 - Casa de colegas/familiares/vizinhos
 04 - Outro lugar. Qual?

68) Domínio que tens em relação ao computador.

- 01 - Muita experiência
 02 - Experiência regular
 03 - Alguma noção de computação
 04 - Não domina a computação

69) Participas ou já participaste de alguma atividade coletiva do tipo.

Marque se necessário, mais de uma opção.

- 01 - Grupos religiosos
 02 - Partido Político
 03 - Associação Comunitária
 04 - Grupos culturais
 05 - Grêmios Estudantil
 06 - Grupos de voluntariado
 07 - Sindicatos
 08 - Movimentos Sociais
 09 - Movimentos ambientais
 10 - Grupos culturais
 11 - Grupos Esportivos
 12 - ONGs
 13 - Não participo

70) Como é teu deslocamento para chegares ao IFSul – campus Pelotas:

- 01 - Coletivo
 02 - A pé
 03 - Táxi/moto táxi
 04 - Carro próprio
 05 - Bicicleta
 06 - Carona
 07 - Locado (prefeitura ou escolar)

71) Já participaste ou participas do atendimento psicológico?

- 01 - Não
 02 - Sim

72) Quando ficas doente qual serviço utiliza:

- 01 - Rede pública
 02 - Serviços particulares
 03 - Convênios
 04 - Gabinete médico do IFSul
 05 - Ajuda informal de amigos/familiares
 06 - Nenhum

73) Apresentas alguma dificuldade física?

- 01 - Auditiva
 02 - Visual
 03 - Motora
 04 - Não possui
 05 - Outra . Qual?

74) Como é o teu lazer?

- 01 - Com colegas/amigos
 02 - Jogos
 03 - TV
 04 - Esportes
 05 - Internet
 06 - Leitura
 07 - Outros. Quais?

75) Qual meio de informação que mais utilizas?

- 01 - Jornal
 02 - Internet
 03 - Rádio
 04 - Revista
 05 - TV
 06 - Nenhum
 07 - Outro. Qual?

76) Possui alguém na família em situação de desemprego?

- 01 - Não
 02 - Sim. Quem?

77) Possuis alguém na família com dependência química (drogas em geral, cigarros, medicamentos, bebidas alcoólicas, etc.)?

- 01 - Não
 02 - Sim. Quais pessoas e suas respectivas dependências?

78) Trabalhas?

- 01 - Não
 02 - Sim.

03 – Qual tua atividade:

79) Caso trabalhe, em qual turno?

- 01 - Manhã
 02 - Tarde
 03 - Noite

80) Qual a finalidade do trabalho?

- 01 - Para ajudar os pais nas despesas da casa e no sustento da família
 02 - Para ser independente (próprio sustento)
 03 - Adquirir experiência
 04 - Outro motivo. Qual?

ESCOLARIDADE DO ALUNO

81) Escola em que concluíste o ensino anterior?

- 01 - Escola Pública
 02 - Maior parte em Escola Pública
 03 - Maior parte em Escola Particular
 04 - Somente Escola Particular

82) Frequentaste cursos pré-vestibulares?

- 01 - Não
 02 - Sim. Por quanto tempo?

83) Nível de ensino que estudas no IFSul – campus Pelotas:

- 01 - Integrado: Curso:
 02 - Concomitante: Curso:
 03 - Subseqüente: Curso:
 04 - Tecnólogo: Curso:
 05 - Superior: Curso:

84) Ingresso no IFSul – campus Pelotas através da isenção da taxa de inscrição do processo seletivo:

01 - Ano de ingresso:

85) Qual semestre que estás cursando?

- 01 - 1º. Semestre
 02 - 2º. Semestre
 03 - 3º. Semestre
 04 - 4º. Semestre
 05 - 5º. Semestre
 06 - 6º. Semestre
 07 - 7º. Semestre
 08 - 8º. Semestre
 09 - 9º. Semestre
 10 - 10º. Semestre
 11 - acima do 10º Semestre

86) Turno que estudas:

- 01 - Manhã
 02 - Tarde
 03 - Noite

APÊNDICE E – Protocolo de Entrevista

1. O que significou para ti ingressar e estudar no IFSul-campus Pelotas?
2. Que motivos te levaram a querer estudar no IFSul-campus Pelotas?
3. Acreditas que estudar no IFSul-campus Pelotas oferece oportunidades de se desenvolver como pessoa e como profissional?
4. Ter ingressado no IFSul-campus Pelotas trouxe alguma mudança em sua vida?
5. O que você entende por inclusão educacional?
6. Que motivos provocam a reprovação no teu entender?
7. Que motivos provocam a evasão?
8. Quais são os resultados obtidos por você, enquanto estudante (sempre aprova ou sempre reprova)?
09. Caso tenhas trancado ou cancelado seus estudos, que motivos te levaram a sair do ambiente escolar?
10. Tiveste alguma dificuldade no ingresso e no desempenho dos teus estudos?
11. Você sentiu ou sofreu algum tipo de discriminação no ambiente escolar?
12. A inclusão no mundo escolar profissional resultou em mudanças na tua vida? Em caso afirmativo, quais?
13. Acreditas que os benefícios oferecidos pela COAE ajudam o aluno a permanecer no IFSul – campus Pelotas?
14. Quais as sugestões que você daria para a equipe que atua na COAE.

APÊNDICE F – Tabelas com base nas respostas do questionário aplicado nos alunos isentos

Tabela 1- Idade/gênero dos alunos isentos

Idade/Gênero	Feminino	Masculino	Total por idade
14 a 16 anos	1	12	3
17 a 19 anos	8	3	11
20 a 23 anos	9	3	12
23 a 25 anos	4	3	7
26 a 30 anos	3	2	5
31 a 35 anos	0	2	2
Mais de 30 anos	0	2	2
Total	25	17	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 2 - Motivos para escolher o IFSul - campus Pelotas como instituição de ensino

Motivo escolha do IFSul - campus Pelotas como instituição de ensino	Relevância			Total
	1ª opção	2ª opção	3ª opção	
Aptidão pessoal	4	3	1	8
Formação profissional voltada para o mercado de trabalho	14	9	2	25
Única saída para melhorar de vida	1	2	3	6
Número de vagas	-	1	-	1
Disponibilidade de vagas no mercado de trabalho	2	6	3	11
Realização profissional	1	1	5	12
Realização profissional	6	5	5	11
Importância do nome da Instituição	9	12	15	36
Aprendizagem com qualidade	-	-	2	2
Proximidade com a residência da família	1	1	-	2
Conseguir diploma	2		4	6
Influência familiar e/ou de terceiros		1	2	3
Complementação profissional	2	1	-	3
NR				
Total	42	42	42	-

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 3 – Meios de comunicação para conhecimento da isenção da taxa de inscrição do processo seletivo

Informação sobre isenção de inscrição do processo seletivo	Respostas dos alunos
Jornal	1
Televisão	1
Escola	2
Colegas	4
Site eletrônico do IFSul - campus Pelotas	23
Familiares	5
Divulgação em murais	2
Conhecidos e amigos	1
Jornal e site eletrônico do IFSul - campus Pelotas	1
Escola e familiares	1
Colegas e site eletrônico do IFSul - campus Pelotas	1
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 4 - Informação sobre a isenção da taxa de inscrição do processo seletivo

Acesso ao processo seletivo	Respostas dos alunos
Processo fácil	39
Processo longo com dificuldades	3
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 5 - Conhecimento do não acesso ao processo seletivo devido à situação socioeconômica

Conhecimento do não acesso ao processo seletivo	Respostas dos alunos
Não	27
Sim	15
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 6 - Aptidão para o curso escolhido no IFSul – campus Pelotas

Escolha do curso	Respostas dos alunos
Não	4
Sim	38
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 7 - Reprovações por semestre na trajetória escolar

Reprovações por semestre	Respostas dos alunos
Não	14
Sim	28
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 8 - Causa da Reprovação escolar

Causa de reprovações	Respostas dos alunos
Notas	29
Frequência	1
NR	12
Total	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 9 - Fatores relevantes quanto a evasão/reprovação

Fatores relevantes quanto à evasão/reprovação	Relevância			Total
	1ª opção	2ª opção	3ª opção	
Social (relações interpessoais, comportamentos)	1	-	6	7
Econômico	5	3	1	9
Educacional/aprendizagem	11	8	4	23
Emocional	1	7	6	14
Saúde	1	2	3	6
Familiar	2	3	3	8
Relação professor/aluno	4	6	4	14
Trabalho/Estudo	-	-	-	0
Greves	3	-	-	
Adaptação ao curso	1	-	-	
Cursar dois cursos	1	-	-	
NR	11	13	15	39
Total	42	42	42	-

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 10 - Motivos que colaboram para a reprovação do aluno isento

Motivos que colaboram para a reprovação	Relevância			Total
	1ª opção	2ª opção	3ª opção	
Dificuldade de aprendizagem	10	7	4	21
Metodologia de ensino do docente	7	4	2	13
Problemas de família	1	4	6	11
Falta de tempo para estudar	7	2	2	11
Problemas de saúde	-	2	1	3
Falta de fundamentação teórica	2	3	1	6
Relação professor/aluno	-	3	3	6
Envolvimento com outras atividades acadêmicas	1	1	3	5
Desinteresse pela disciplina	1	-	3	4
O curso não ser a primeira opção	1	-	3	4
Falta de recurso financeiro	-	3	-	3
NR	12	13	14	39
Total	42	42	42	-

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 11 - Disciplina(s) onde o aluno sente apresenta maior dificuldade

Disciplina onde encontra maior dificuldade	Respostas dos alunos
Análise de circuitos	2
Bioquímica	2
Cálculo	8
Cálculo diferencial	1
Cálculo vetorial	1
Desenho técnico	2
Eletricidade	4
Eletrônica digital	2
Eletrônica de potência	1
Eletrotécnica	1
Equipamentos hidráulicos e pneumáticos	1
Estatística	2
Física	10
Fundamentos de eletromagnetismo	1
Ilustrações	1
Instrumentação e controle	3
Lógica de programação	1
Matemática	6
Materiais de construção	1
Mecânica de solos	1
Microbiologia	1
Operações unitárias	2
Português	1
Probabilidade	1
Programação	2
Química	3
Sistemas microprocessados	1
Sistemas de vídeo	1
Técnicas construtivas	1
Transporte de fluidos	1
NR	4
Total	69

NR – Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 12 - Curso concomitante

Curso concomitante	Respostas dos alunos
Não	37
Sim, Curso:	
Processos gerenciais	1
Jornalismo (UFPel)	1
Zootecnia (UFPel)	1
Pedagogia	1
NR	1
Total	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 13 - Turno do curso concomitante

Turno do curso concomitante	Resposta dos alunos
Manhã/tarde	1
Noite	3
NR	38
Total	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 14 - Como os alunos isentos resolvem as dificuldades escolares

Formas que procura para resolver as dificuldades escolares	Relevância			Total
	1ª opção	2ª opção	3ª opção	
Durante as aulas teóricas e práticas	10	12	3	25
Procurando as aulas de recuperação	5	7	13	25
Discutindo o programa ou os conteúdos	-	2	4	6
Conseguindo informações com professores e/ou colegas	14	8	5	27
Avaliando o programa	-	-	1	1
Sugerindo atividades ou temas para o programa	-	-	1	1
Pedindo ajuda aos professores, orientadores e psicólogos	4	6	7	17
Não consegue ajuda por dificuldades emocionais	-	-	1	1
Usando o tempo livre que tem em casa	2	-	-	2
Leitura de livros que abordam o assunto e internet	1	1	-	2
NR	6	6	7	19
Total	42	42	42	-

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 15 - Opinião dos alunos isentos sobre o processo inclusivo

Processo educativo inclusivo	Respostas dos alunos
Não	8
Sim	33
NR	1
Total	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 16 - Sentimento de exclusão dos alunos isentos dentro do IFSul – campus Pelotas

Sentimento de exclusão	Respostas dos alunos
Sim, algumas vezes	7
Sim, muitas vez	3
Raramente	5
Não	27
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 17 - Trancamento do curso por parte dos alunos isentos

Trancamento do curso	Respostas dos alunos
Não	33
Sim	9
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 18 - Conhecimento do PNAES e o trabalho da COAE no IFSul - campus Pelotas

Conhecimento do PNAES	PNAES	COAE
Não	29	7
Sim	13	34
NR	-	1
Total	42	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 19 - Os auxílios do programa PNAES ajudam a permanência dos alunos no sistema educacional

Os auxílios do programa PNAES ajudam o aluno a permanecer no sistema educacional	Respostas dos alunos
Não	23
Sim	18
NR	1
Total	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 20 - Outro tipo de benefício que o aluno isento pertence

Outro benefício que o aluno isento pertence	Respostas dos Alunos
Não	40
Sim: Bolsa Família	2
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 21 - Conhecimento da existência da Assistência Estudantil

Conhecimento sobre a assistência estudantil	Respostas dos alunos
Não tive conhecimento	4
Meios de comunicação (jornal/TV/rádio)	1
Site eletrônico do IFSul	4
Divulgação em sala de aula	1
Divulgação em murais	12
Informativo na matrícula	12
Site e informativo de matrícula	2
Site, murais, informativo de matrícula e colegas	1
Murais e informativo de matrícula	2
Outro campus	1
Familiares	1
Telefone	1
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 22 - Solicitação de bolsa/benefício por parte do aluno Isento na Assistência Estudantil do IFSul - campus Pelotas

Solicitação de bolsa/benefício	Respostas dos alunos
Não	4
Sim	38
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 23 - Bolsa/benefício que o aluno isento recebe(u)

Bolsa/benefício que recebeu ou recebe	Respostas dos alunos
Auxílio alimentação	7
Auxílio transporte (urbano)	3
Auxílio material escolar	1
Apoio à participação em eventos estudantis	1
A. Alimentação e A. Transporte (urbano)	3
A. Alimentação, A. Transporte (urbano) e A. Material	9
A. Alimentação e A. Material	5
A. Alimentação, A. Transporte (urbano) e Apoio em Eventos	1
A. Alimentação, A. Transporte (urbano), A. Material e Bolsa Estudo	1
A. Alimentação, A. Transp.(intermunicipal e urbano) e A. Material	2
A. Transporte (urbano) e A. Material	1
A. Transporte (urbano), A. Material e Apoio em Eventos	1
A. Transporte (urbano), A. Material e Bolsa Estudo	1
Não possui bolsa/benefício.	3
NR	3
Total	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 24 - Dificuldades para ingressar na Política de Assistência Estudantil do IFSul - campus Pelotas

Dificuldades para ingressar na política de Assistência Estudantil	Respostas dos alunos
Não tive dificuldade	33
Dificuldade na documentação exigida pelo edital	5
Divulgação deficiente do edital e seus benefícios	1
Sem interesse em participar	1
Não participo	1
NR	1
Total	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 25 - A Política de Assistência Estudantil como direito

A política de Assistência Estudantil como direito	Respostas dos alunos
Não	3
Sim	38
NR	1
Total	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 26 - Dificuldades encontradas na utilização da Política de Assistência Estudantil do IFSul - campus Pelotas

Dificuldades encontradas na utilização dos benefícios	Relevância			Total
	1ª opção	2ª opção	3ª opção	
Nenhuma dificuldade	22	-	2	24
Recarga do cartão do transporte urbano	2	3	2	7
Atraso no pagamento das bolsas	2	1	-	3
Horários de atendimento em relação ao Programa da Assistência Estudantil	2	5	2	9
Número de vagas insuficientes para o ingresso nos benefícios	3	2	4	9
Divulgação deficiente dos critérios da bolsa/benefício	1	4	2	7
Horários para atendimentos psicológicos	-	3	1	4
Falta de profissionais para o atendimento na COAE	2	1	2	5
Não possui bolsa/benefício	4	-	-	4
Outra	1	-	-	1
Auxílio transporte insuficiente	1	-	-	1
Pouco material	1	-	-	1
Problemas na seleção	-	-	1	1
NR	1	23	26	50
Total	42	42	42	-

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 27 - Contribuição da Política de Assistência Estudantil para o êxito escolar

Contribuição da bolsa/benefício para garantia do êxito escolar	Respostas dos alunos
Não	5
Sim	29
Não possuo benefício	6
NR	2
Total	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 28 - Motivos para não procurar a Assistência Estudantil do IFSul – campus Pelotas

Motivos para não procurar a Assistência Estudantil	Respostas dos alunos
Possuo benefícios do programa (PNAES)	6
Desconhecimento do programa (PNAES)	3
Desconhecimento de como participar do processo	2
Desconhecimento das datas dos editais/divulgação deficiente	1
Desinteresse em participar do programa/outros precisam mais dos benefícios	1
Timidez na procura dos benefícios	1
Outra	3
NR	25
Total	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 29 - Motivos que contribuem para a não conclusão do curso no tempo legal e/ou evasão

Motivos que contribuem para a não conclusão do curso no tempo legal e/ou evasão	Relevância			Total
	1ª opção	2ª opção	3ª opção	
Estou dentro do período legal do curso	9	1	-	10
Trabalho em horário incompatível	5	1	2	8
A forma como foram administradas as disciplinas	1	5	1	7
Envolvimento em outras atividades acadêmicas	1	2	-	3
Dificuldades nos conteúdos de algumas disciplinas	11	5	3	19
Morar longe da Instituição	-	1	-	1
Problemas de saúde	-	2	1	3
Problemas familiares	-	2	5	7
Relação professor/aluno	2	3	5	10
Trabalho	3	1	-	4
Greve	3	-	-	3
NR	7	19	25	51
Total	42	42	42	-

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 30 - Mudança no papel profissional após ingresso no IFSul – campus Pelotas

Mudança no papel profissional após ingresso IFSul – campus Pelotas	Respostas dos alunos
Não	7
Sim	35
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 31 - A isenção da taxa de inscrição do processo seletivo como fator de inclusão

Isenção da taxa de inscrição do processo seletivo como um fator de inclusão	Respostas dos alunos
Não	5
Sim	37
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 32 - Religião dos alunos isentos

Religião	Respostas dos alunos
Nenhuma	8
Católica	16
Evangélica	7
Espírita	5
Budismo	1
Umbanda/Candomblé	2
Testemunha de Jeová	1
Ateu	2
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 33 - Etnia dos alunos isentos

Etnia	Respostas dos alunos
Branca	32
Indígena	1
Parda (mulato)	3
Preta	6
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 34 - Cidade onde moram os alunos isentos

Cidade onde mora	Respostas dos alunos
Capão do Leão	3
Pelotas	38
Rio Grande	1
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 35 - Bairro onde residem os alunos isentos

Bairros	Respostas dos alunos
Areal/Cruzeiro/Obelisco	10
Centro	1
Fátima/Navegantes	4
Fragata/Guabiroba	12
Laranjal	1
Simões Lopes	3
Lindóia/Z.Norte/T. Vendas/Santa Terezinha	3
Zona Rural	1
Cohab Tablada	1
Jardim América	3
Porto	1
Povo Novo (3º Distrito de Rio Grande)	1
Sanga Funda	1
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 36 - Situação da residência dos alunos isentos

Residência	Respostas dos alunos
Própria	28
Alugada	5
Cedida	5
Posse	4
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 37 - Situação de moradia dos alunos isentos

Situação de Moradia	Respostas dos alunos
Sozinho(a)	1
Com pai, mãe ou ambos	35
Com cônjuge /companheiro(a) e/ou filhos	5
Casa de familiares	1
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 38 - Estado civil dos alunos isentos

Estado Civil	Respostas dos alunos
Solteiro(a)	37
Casado(a)	3
Separado(a)/Divorciado(a)	1
Vivendo com companheiro(a)	1
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 39 - Composição das famílias dos alunos isentos

Composição Familiar	Respostas dos alunos
Esposo(a) ou companheiro(a)	3
Esposo(a) e filhos	3
Mãe e pai	6
Mãe, pai e avô ou avó	2
Mãe, pai e irmão(s)	12
Mãe, pai, irmão e companheiro(a)	1
Mãe, pai, irmão(s) e cunhado	1
Mãe, avô, irmão e tio	1
Mãe e sobrinha	1
Mãe e irmão(s)	7
Mãe, irmão e sobrinhos	1
Mãe, irmão e afilhado	1
Mãe, padrasto e irmão	2
NR	1
Total	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 40 - Escolaridade dos pais dos alunos isentos

Escolaridade	Mãe	Pai
Analfabeto	1	1
Alfabetizado	0	1
Fundamental incompleto	15	17
Fundamental completo	2	3
Médio incompleto	4	3
Médio	14	9
Superior incompleto	3	4
Superior	3	1
NR	0	3
Total	42	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 41 - Renda familiar dos alunos isentos

Renda Familiar	Respostas dos alunos
Menos de R\$ 624,00	4
R\$ 624,00 a R\$ 1.248,00	27
R\$ 1.248,00 a R\$ 1.872,00	8
R\$ 1.872,00 a R\$ 2.496,00	3
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 42 - Principal mantenedor da família dos alunos isentos

Mantenedor da Família	Respostas dos alunos
Aluno	7
Mãe	12
Pai	21
Avô/Avó	1
Irmão(ã)	1
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 43 - Esportes que os alunos isentos praticam

Esportes	Respostas dos alunos
Não pratica	28
Bicicleta	1
Atletismo	1
Basquete	1
Caminhada	1
Caminhada/pedalada	1
Corrida	2
Futebol/ginástica olímpica	1
Futebol/vôlei/basquete	1
Handebol	2
Musculação	1
Vôlei	1
Vários esportes	1
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 44 - Atividade extraclasse que participam os alunos isentos

Atividade Extraclasse	Respostas dos alunos
Não participa	35
Clube de Inglês	1
CTG	1
Clube de Inglês - Música - Ginástica Olímpica	1
Projeto de extensão	1
Projeto do LAB 14	1
Projeto para feiras	1
Xadrez	1
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 45 - Conhecimento de língua estrangeira por parte dos alunos Isentos

Fluência em Língua Estrangeira	Respostas dos alunos
Não	30
Alemão	1
Espanhol	2
Francês	1
Inglês	7
Inglês/francês/espanhol	1
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 46 - Situação dos alunos isentos em relação à computação

Computador/internet	Possui Computador	Possui acesso a Internet	Domínio em relação ao computador
Sim	40	33	-
Não	2	8	-
Muita experiência	-	-	11
Experiência Regular	-	-	23
Alguma noção de computação	-	-	7
NR	-	1	1
Total	42	42	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 47 - Local onde os alunos isentos acessam a internet

Lugar onde acessa a internet	Respostas dos alunos
Lan house	4
Salas específicas do IFSul- campus Pelotas	1
Casa de colegas/familiares/vizinhos	3
Lan house e casa de colegas/vizinhos/familiares	1
Todas as opções	1
Salas específicas do IFSul/vizinhos/colegas/familiares	1
NR	31
Total	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 48 - Participação dos alunos isentos em atividades coletivas

A participação em atividades coletivas	Respostas dos alunos
Grupos religiosos	4
Grupos Culturais	1
Grêmios Estudantil	1
Grupos de Voluntariado	2
Sindicatos	1
Grupos Esportivos	4
ONGs	1
Participa de diversas atividades coletivas	7
Não participa	21
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 49 - Deslocamento dos alunos isentos

Deslocamento	Respostas dos alunos
Coletivo	33
A pé	4
Carro próprio	2
Bicicleta	2
Coletivo e a pé	1
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 50 - Participação do aluno isento em atendimento psicológico

Atendimento psicológico	Respostas dos alunos
Não	31
Sim	11
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 51 - O serviço de saúde que o aluno isento se utiliza quando está doente

Serviços de Saúde	Respostas dos alunos
Rede pública	26
Serviços particulares	1
Convênios	4
Gabinete médico do IFSul	5
Combinações:	
Rede pública/Convênios/Gab. IFSul	1
Rede pública/Gab. IFSul	3
Convênios/Gab. IFSul	2
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 52 - Dificuldade física que apresenta o aluno isento

Dificuldade de ordem física	Resposta do aluno
Não possui	33
Visual	6
Motora	11
Problemas respiratórios	1
Problemas no joelho	1
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 53 - Lazer do aluno isento

Lazer	Respostas dos alunos
Colegas/amigos	13
TV	2
Esportes	1
Internet	2
Leitura	2
Todos	1
Colegas, jogos, TV, internet e leitura	2
Colegas, jogos, esportes e internet	1
Colegas e TV	1
Colegas, TV, esportes e leitura	1
Colegas, TV e internet	2
Colegas, TV, internet e leitura	2
Colegas, TV e leitura	1
Jogos e namoro	1
Jogos, internet e leitura	1
TV e internet	3
TV e leitura	1
Internet e leitura	1
Família	4
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 54 - Meio de informação usados pelos alunos isentos

Meio de informação	Respostas dos alunos
Jornal	2
Internet	17
Rádio	2
TV	14
Jornal e internet	1
Jornal, internet, rádio e TV	1
Jornal, internet e revista	1
Jornal, internet e TV	2
Internet e TV	2
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 55 - Situação de desemprego na família do aluno isento

Situação de desemprego na família	Respostas dos alunos
Não há desempregados	21
Esposa	2
Mãe	8
Companheira	1
Aluno(a) e mãe	3
Irmã	1
Aluno(a)	1
Irmã e sobrinha	1
Irmã e pai	1
Pai	1
Madrasta	1
NR	1
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 56 - Dependência química na família do aluno isento

Dependência química na família	Respostas dos alunos
Não	25
Sim	15
NR	2
Total	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 57 - Trabalho dos alunos isentos

Trabalho	Respostas dos alunos
Não	24
Sim:	
Free-lance em eventos	1
Auxiliar em administração, em expedição e em vendas	4
Vendedora	1
Estágio	4
Emissor de conhecimento de carga em terminal rodoviário	1
Técnico em manutenção	2
Secretária	2
Funcionário Público	1
Administrador de obras	1
Operador de caixa	1
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 58 - Turno de trabalho do aluno isento

Trabalho	Respostas dos alunos
Manhã	4
Tarde	1
Manhã e Tarde	9
Tarde e Noite	2
NR	26
Total	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com relação ao questionário

Tabela 59 - Finalidade do trabalho para o aluno isento

Finalidade do trabalho	Respostas dos alunos
Para ajudar os pais nas despesas da casa e no sustento da família	8
Para ser independente (próprio sustento)	7
Adquirir experiência	2
Para meu sustento e de minha família	2
Complementação e experiência profissional	2
NR	21
Total	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 60 - Escola onde o aluno isento concluiu o ensino anterior

Escola em que concluiu o ensino anterior	Respostas dos alunos
Escola pública	40
Somente em escola particular	1
Enem	1
Total	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 61 - Alunos isentos que frequentam curso pré-vestibular

Curso pré-vestibular	Respostas dos alunos
Não	23
Sim:	
Durante 6 meses	6
Durante 1 ano	9
Durante 2 ano	2
Durante 3 ano	1
NR	1
Total	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 62 - Nível de ensino e curso que o aluno isento estuda no IFSul - campus Pelotas

Curso/Nível de Ensino	Integrado	Concomitante	Subsequente	Tecnólogo	Superior	Total
Edificações	2	1	2	-	-	5
Eletrotécnica	3	-	-	-	-	3
Química	1	-	6	-	-	7
Eletrônica	6	1	-	-	-	7
Eletromecânica	-	3	-	-	-	3
Telecomunicações	-	-	2	-	-	2
Comunicação Visual	-	-	1	-	-	1
Saneamento Ambiental	-	-	-	4	-	4
Sistemas para internet	-	-	-	2	-	2
Gestão Ambiental	-	-	-	3	-	3
Engenharia Elétrica	-	-	-	-	2	2
Sem identificação do curso	-	2	-	-	-	2
Total	12	7	12	9	2	42

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 63 - Ano que o aluno ingressou no IFSul – campus Pelotas

Ano de ingresso no IFSul-campus Pelotas	Respostas dos alunos
2008	4
2009	10
2010	13
2011	14
NR	1
Total	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

Tabela 64 - Turno que os alunos isentos estudam

Turno em que estuda	Respostas dos alunos
Manhã	12
Tarde	11
Noite	16
Tarde e Noite	2
NR	1
Total	42

NR = Não respondido

Fonte: sistematização da autora com base no questionário

APÊNDICE G – Tabela com base na documentação da COOE

Tabela 65 - Motivos para trancamento/cancelamento com base nos documentos da COOE

Motivos trancamento/cancelamento	Respostas
Troca de curso	9
Mudança de endereço	2
Maternidade	1
Saúde	1
Trabalho	12
Dificuldades emocionais	1
Assalto	1
Serviço Militar	1
Trabalho, dif. Econômicas e Emocionais	2
S/I	11
Total	42

S/I = Sem informação

Fonte: sistematização da autora com base nos documentos da COOE

ANEXOS

ANEXO A – PNAES

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre o Programa Nacional de
Assistência Estudantil - PNAES.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição:

DECRETA:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no caput, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no caput do art. 2º; e

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.

Art. 7º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.

Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de

ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

ANEXO B - Programas para a juventude do governo federal

Programa	Órgão	Principais benefícios oferecidos	Público-alvo
Eixo 1 – Elevação de escolaridade, qualificação profissional e cidadania			
<p>1. ProJovem</p> <p>Modalidade 1: ProJovem Urbano – reformulação do antigo ProJovem</p> <p>Modalidade 2: ProJovem Adolescente – reformulação do Agente Jovem</p> <p>Modalidade 3: ProJovem Trabalhador – reorganiza o Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã, Empreendedorismo Juvenil e incorpora o Escola de Fábrica; submodalidade em execução: Juventude Cidadã</p> <p>Modalidade 4: ProJovem Campo – antigo Saberes da Terra</p>	<p>SNJ</p> <p>MDS</p> <p>TEM</p> <p>MEC</p>	<p>Certificação do ensino fundamental e de capacitação inicial ao mundo do trabalho; desenvolvimento de experiências em ações comunitárias; pagamento de auxílio financeiro de R\$ 100,00/mês, pago durante 20 meses.</p> <p>Oferta de atividades socioeducativas por um período de 24 meses, com introdução a conhecimentos sobre o mundo do trabalho; desenvolvimento de habilidades gerais e estímulo a práticas associativas; auxílio financeiro de R\$ 30,00 pago às famílias.</p> <p>Profissionalização; elevação de escolaridade; Experiências em ações comunitárias; pagamento de auxílio financeiro de R\$ 600,00 distribuídos em seis parcelas de R\$ 100,00.</p> <p>Elevação de escolaridade; qualificação profissional inicial em produção rural; formação integrada ao mundo do trabalho e da cidadania; pagamento de auxílio financeiro de R\$ 100,00.</p>	<p>Jovens entre 18 e 29 anos que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental, membros de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo.</p> <p>Jovens entre 15 e 17 anos pertencentes a famílias em condição de extrema pobreza e beneficiárias do Programa Bolsa Família, egressos ou que estejam cumprindo medidas socioeducativas, egressos do Peti e egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual.</p> <p>Jovens entre 18 e 29 anos, que já concluíram o ensino fundamental, em situação de desemprego, provenientes de famílias com renda familiar per capita de até um salário mínimo.</p> <p>Jovens da agricultura familiar, entre 18 e 29 anos, que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental.</p>
2. Soldado Cidadão	Ministério da Defesa (MD)	Atividades de formação e qualificação técnica para jovens egressos do serviço militar com o intuito de prepará-los para o mercado de trabalho.	Jovens recrutas
3. Jovem Aprendiz	MTE	Aprendizagem de ofício ou profissão com contrato de trabalho determinado.	Jovens entre 14 e 24 anos
4. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação básica na modalidade de Projeja	MEC	Formação inicial e continuada/ensino fundamental; educação profissional técnica de nível médio/ensino médio; educação profissional e tecnológica integrada à educação escolar indígena.	Jovens com idade mínima de 18 anos na data da matrícula

Eixo 2 – Educação: ensino médio e superior			
5. Programa Universidade para Todos (ProUni)	MEC	Concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para estudantes de baixa renda. Alunos do ProUni em tempo integral recebem bolsa de um salário mínimo mensal.	Jovens com renda familiar per capita de até um e meio salário mínimo, para bolsa integral, ou até três salários mínimos, para bolsa parcial – 50% do valor da mensalidade – e professores da rede pública que não tenham formação superior.
6. Projeto Rondon	MD	Desenvolvimento de trabalhos nas áreas de estudo em regiões remotas do Brasil, sob a supervisão de professores, durante as férias universitárias.	Jovens estudantes de ensino superior.
Eixo 3 – Financiamento e crédito rural			
7. Programa Nossa Primeira Terra	MDA	Linha de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) para aquisição e investimento em infraestrutura básica de imóveis rurais.	Jovens entre 18 e 28 anos que queiram permanecer no meio rural.
8. Programa PRONAF Jovem	MDA	Financiamento de até R\$ 6 mil para cada unidade familiar, sendo que o prazo de pagamento é de dez anos, com juros de 1% ao ano, e o prazo de carência pode ser de até cinco anos, dependendo da necessidade técnica do projeto.	Jovens entre 16 e 25 anos que tenham concluído a formação ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional.
Eixo 4 – Cultura, esporte e lazer			
9. Programa Segundo Tempo	Ministério do Esporte	Promoção do acesso de crianças e jovens da rede pública de ensino à prática esportiva, assegurando complemento alimentar, reforço escolar e material esportivo.	Crianças e jovens em situação de risco social que estejam cursando o ensino fundamental ou médio.
10. Programa Bolsa Atleta	Ministério do Esporte	Garantia de apoio financeiro aos atletas com mais de 12 anos que não contam com o patrocínio da iniciativa privada e que já começaram a mostrar seu alto potencial em competições nacionais e internacionais. O apoio financeiro tem duração de um ano, podendo ser prorrogado.	Jovens maiores de 12 anos, atletas das categorias: estudantil, internacional, nacional e olímpico paraolímpica.
11. Programa Escola Aberta	MEC	Oferta de atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer em escolas públicas do ensino médio e fundamental, que são abertas nos fins de semana exclusivamente para atender a comunidade. Os jovens que ministram as oficinas recebem ajuda de custo mensal de R\$ 150,00.	Jovens e pessoas da comunidade

12. Pontos de Cultura	MEC	Ampliação do acesso da população de baixa renda à produção dos bens e serviços culturais; repasse de recursos financeiros a cada ponto de cultura para a realização de atividades e para a aquisição de kit de produção multimídia, computadores com internet banda larga e programas de software livre, estúdio e ilha de edição.	População de localidades rurais, indígenas e quilombolas e centros urbanos de todo o país.
Eixo 5 – Meio ambiente			
13. Programa Juventude e Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente (MMA) e MEC	Formação e fortalecimento de lideranças ambientalistas jovens em cinco eixos: educação ambiental, fortalecimento organizacional, educomunicação, empreendedorismo e participação política.	Jovens entre 15 e 29 anos
Eixo 6 – Saúde			
14. Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE)- apoio Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)	Ministério da Saúde (MS) e MEC	Submissão voluntária a testes em vírus da imunodeficiência humana (HIV); disponibilidade de preservativos nas escolas; informações sobre: prevenção do HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), saúde reprodutiva e drogas.	Jovens entre 14 e 19 anos estudantes das escolas públicas.
15. Programa Saúde na Escola (PSE)	MS e MEC	Avaliação das condições de saúde; ações de segurança alimentar e promoção da alimentação saudável; promoção das práticas corporais e de atividade física; educação para a saúde sexual; saúde reprodutiva e prevenção das DSTs/AIDS; ações de prevenção de gravidez na adolescência; prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; promoção da cultura de paz; educação permanente de jovens para promoção da saúde.	Alunos da rede pública de ensino: ensino fundamental, ensino médio, rede federal de educação profissional e tecnológica e EJA.
Eixo 7 – Segurança pública			
16. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)	Ministério da Justiça (MJ)	Redução da exposição dos jovens à violência e à criminalidade.	Tem como público prioritário de ações a população de 15 a 24 anos de idade, moradora das regiões metropolitanas mais violentas do país.

17. Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens	Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)	Articulação política, que prevê ações de advocacy nacional e de mobilização de diferentes atores sociais; produção de indicadores sobre a mortalidade de adolescentes e jovens; levantamento, análise e difusão de metodologias que contribuam para a prevenção da violência e, sobretudo, para a diminuição das taxas de letalidade de adolescentes e jovens no Brasil.	O público é constituído de adolescentes e jovens. Em agosto de 2009, a faixa etária ainda não estava definida.
---	--	--	--

Quadro 6 - Programas para a juventude do governo federal do Brasil

Fonte: Elaboração das autoras Silva e Andrade (CASTRO, AQUINO, ANDRADE, 2008, p. 62-64).

ANEXO C – Metas do PNE para decênio 2010-2020

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária.

Estratégias:

3.1) Institucionalizar programa nacional de diversificação curricular do ensino médio a fim de incentivar abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, discriminando-se conteúdos obrigatórios e conteúdos eletivos articulados em dimensões temáticas tais como ciência, trabalho, tecnologia, cultura e esporte, apoiado por meio de ações de aquisição de equipamentos e laboratórios, produção de material didático específico e formação continuada de professores.

3.2) Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.

3.3) Utilizar exame nacional do ensino médio como critério de acesso à educação superior, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam a comparabilidade dos resultados do exame.

3.4) Fomentar a expansão das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, dos povos indígenas e das comunidades quilombolas.

3.5) Fomentar a expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio por parte das entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino médio público.

3.6) Estimular a expansão do estágio para estudantes da educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho.

3.7) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de assistência social e transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem.

3.8) Promover a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, em parceria com as áreas da assistência social e da saúde.

3.9) Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

3.10) Fomentar programas de educação de jovens e adultos para a população urbana e do campo na faixa etária de 15 a 17 anos, com qualificação social e profissional para jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-série.

3.11) Universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação nas escolas da rede pública de ensino médio.

3.12) Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

Estratégias:

4.1) Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado complementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular.

4.2) Implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e rurais.

4.3) Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos estudantes matriculados na rede pública de ensino regular.

4.4) Manter e aprofundar programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas para adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático acessível e recursos de tecnologia assistiva, e oferta da educação bilíngüe em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

4.5) Fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

4.6) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, de maneira a garantir a ampliação do atendimento aos estudantes com deficiência na rede pública regular de ensino.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Estratégias:

8.1) Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados.

8.2) Fomentar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade série.

8.3) Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio.

8.4) Fomentar a expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino público, para os segmentos populacionais considerados.

8.5) Fortalecer acompanhamento e monitoramento de acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificando motivos de ausência e baixa frequência e colaborando com estados e municípios para garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

8.7) Promover busca ativa de crianças fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social e saúde.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Estratégias:

10.1) Manter programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica.

10.2) Fomentar a expansão das matrículas na educação de jovens e adultos de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional, objetivando a elevação do nível de

escolaridade do trabalhador.

10.3) Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características e especificidades do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância.

10.4) Institucionalizar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.

10.5) Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas para avaliação, formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.

10.6) Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio das entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

10.7) Institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psico-pedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos integrada com a educação profissional.

10.8) Fomentar a diversificação curricular do ensino médio para jovens e adultos, integrando a formação integral à preparação para o mundo do trabalho e promovendo a inter-relação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características de jovens e adultos por meio de equipamentos e laboratórios, produção de material didático específico e formação continuada de professores.

Meta 11: Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

Estratégias:

11.1) Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

11.2) Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino.

11.3) Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita.

11.4) Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em nível técnico.

11.5) Ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical.

11.6) Expandir a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecidas em instituições privadas de educação superior.

11.7) Institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes públicas e privadas.

11.8) Estimular o atendimento do ensino médio integrado à formação profissional, de acordo com as necessidades e interesses dos povos indígenas.

11.9) Expandir o atendimento do ensino médio integrado à formação profissional para os povos do campo de

acordo com os seus interesses e necessidades.

11.10) Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos por professor para 20 (vinte), com base no incremento de programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica.

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

Estratégias:

12.1) Otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

12.2) Ampliar a oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as

características regionais das micro e mesorregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, uniformizando a expansão no território nacional.

12.3) Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.

12.4) Fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender o déficit de profissionais em áreas específicas.

12.5) Ampliar, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico.

12.6) Expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, por meio da constituição de fundo garantidor do financiamento de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador.

12.7) Assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária.

12.8) Fomentar a ampliação da oferta de estágio como parte da formação de nível superior.

12.9) Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

12.10) Assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação.

12.11) Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País.

12.12) Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.

12.13) Expandir atendimento específico a populações do campo e indígena, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação junto a estas populações.

12.14) Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior considerando as

necessidades do desenvolvimento do país, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.

12.15) Institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de graduação.

12.16) Consolidar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares individualizados.

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.

Estratégias:

13.1) Aprofundar e aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão.

13.2) Ampliar a cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, de modo a que mais estudantes, de mais áreas, sejam avaliados no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação.

13.3) Induzir processo contínuo de auto-avaliação das instituições superiores, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente.

13.4) Induzir a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela CONAES, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das competências necessárias a conduzir o processo de aprendizagem de seus futuros alunos, combinando formação geral e prática didática.

13.5) Elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, na forma de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

13.6) Substituir o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE aplicado ao final do primeiro ano do curso de graduação pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a fim de apurar o valor agregado dos cursos de graduação.

13.7) Fomentar a formação de consórcios entre universidades públicas de educação superior com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

Estratégias:

14.1) Expandir o financiamento da pós-graduação *stricto sensu* por meio das agências oficiais de fomento.

14.2) Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e as agências estaduais de fomento à pesquisa.

14.3) Expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, à pós-graduação *stricto sensu*, especialmente ao mestrado profissional.

14.4) Expandir a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* utilizando metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância, inclusive por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.

14.5) Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileira, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.

14.6) Promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de

ensino, pesquisa e extensão.

14.7) Implementar ações para redução de desigualdades regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e indígena a programas de mestrado e doutorado.

14.8) Ampliar a oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*, especialmente o de doutorado, nos *campi* novos abertos no âmbito dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas.

14.9) Manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação.

Meta 20: Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do país.

Estratégias:

20.1) Garantir fonte de financiamento permanente e sustentável para todas as etapas e modalidades da educação pública.

20.2) Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

20.3) Destinar recursos do Fundo Social ao desenvolvimento do ensino.

20.4) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação.

20.5) Definir o custo aluno-qualidade da educação básica à luz da ampliação do investimento público em educação.

20.6) Desenvolver e acompanhar regularmente indicadores de investimento e tipo de despesa per capita por aluno em todas as et

Quadro 7 - Metas do PNE para decênio 2010-2020

Fonte: Brasil, Câmara Federal (<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf>),

ANEXO D - Aprovação do Projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa

	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS - UCPEL	
PROJETO DE PESQUISA		
<p>Título: O processo de inclusão/exclusão dos alunos que ingressaram no IFSul - campus Pelotas - através da isenção da taxa de inscrição do processo seletivo (2008 - 2011).</p>		
<p>Área Temática:</p>		
<p>Versão: 1</p>		
<p>CAAE: 06720212.5.0000.5339</p>		
<p>Pesquisador: Sonia Amara Pereira Fabres</p>		
<p>Instituição: Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura (SPAC- UCPEL)</p>		
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
<p>Número do Parecer: 110.000</p>		
<p>Data da Relatoria: 27/09/2012</p>		
<p>Apresentação do Projeto:</p>		
<p>O presente trabalho pretende conhecer através de seu tema inclusão/exclusão os alunos isentos da taxa de inscrição do processo seletivo do IFSul - campus Pelotas, os quais ingressaram a partir do ano de 2008 e estão matriculados no término do ano letivo de 2011.</p>		
<p>A pesquisa se justifica pela identificação de um índice bastante significativo na evasão e na reprovação desses alunos, além do desconhecimento de seu percurso acadêmico, suas dificuldades e suas necessidades dentro do âmbito escolar.</p>		
<p>A metodologia aplicada será questionário fechado na totalidade dos alunos e entrevistas semiestruturadas a 20 alunos isentos escolhidos aleatoriamente, utilizando a análise de conteúdo como o instrumento de exame das respostas.</p>		
<p>Objetivo da Pesquisa:</p>		
<p>Conhecer o processo de inclusão/exclusão dos alunos beneficiados com a isenção da taxa de inscrição do processo seletivo do IFSul - campus Pelotas - que ingressaram a partir do ano de 2008 e estavam matriculados no término do ano letivo de 2011.</p>		
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a origem do processo de isenção da taxa de inscrição do processo seletivo do IFSul - campus Pelotas; - Identificar as ações inclusivas que o IFSul apresenta para garantir o êxito escolar dos alunos isentos; - Investigar o olhar dos alunos isentos quanto ao seu processo de inclusão/exclusão no IFSul; - Avaliar as alternativas que o IFSul possui para garantir inclusão dos alunos isentos. 		
<p>Avaliação dos Riscos e Benefícios:</p>		
<p>Não há riscos.</p>		
<p>Benefícios: Todos os alunos isentos serão assistidos tanto na área social como em outras áreas (pedagogia, psicologia, nutrição e saúde) propiciando maior inclusão e acompanhamento destes alunos no âmbito escolar, garantindo o êxito escolar.</p>		
<p>Endereço: Rua Felix da Cunha, 412</p>		
<p>Bairro: Centro CEP: 96.010-000</p>		
<p>UF: RS Município: PELOTAS</p>		
<p>Telefone: (53)2128-8012 Fax: (53)2128-8298 E-mail: cep@ucpel.toche.br</p>		



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
PELOTAS - UCPEL



Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto está adequado, apresentando todos os itens necessários na sua elaboração.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O trabalho é consistente e pertinente como proposta, associado a elaboração de uma dissertação. Dessa forma, o parecer é de aprovação quanto a seu desenvolvimento.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

De acordo com o parecer.

PELOTAS, 28 de Setembro de 2012

Assinado por:
VILSON JOSE LEFFA

(Coordenador)

Endereço: Rua Felix da Cunha, 412

Bairro: Centro

CEP: 96.010-000

UF: RS

Município: PELOTAS

Telefone: (53)2128-8012

Fax: (53)2128-8298

E-mail: cep@ucpel.tche.br